



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUIZ CARLOS DA SILVA

MUSEUS DO PARANÁ E SANTA CATARINA: FORMAS DE LEMBRAR E
ESQUECER A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO (1912 – 2012)

CURITIBA

2017



LUIZ CARLOS DA SILVA

**MUSEUS DO PARANÁ E SANTA CATARINA: FORMAS DE LEMBRAR E
ESQUECER A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO (1912 – 2012)**

Tese apresentada à linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Roseli Boschilia.

CURITIBA

2017

A BRAZIL RAILWAY
LUMBER

HASSIS / 84

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silva, Luiz Carlos da
Museus do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e
esquecer a Guerra Sertaneja do Contestado (1912 – 2012) / Luiz
Carlos da Silva – Curitiba, 2017.
320 f.

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia
Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná.

1. Brasil – História - Campanha do Contestado, 1912-1916. 2.
Movimentos sociais - Santa Catarina. 3. Movimentos sociais –
Paraná. 4. Museologia. 5. Memória – Identidade. I. Título.

CDD 981.05



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA
Código CAPES: 40001016009P0

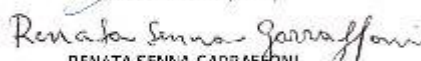
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LUIZ CARLOS DA SILVA**, intitulada: **"Museus do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-2012)"**. Após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação.

CURITIBA, 10 de Março de 2017.


ANA PAULA VOSNE MARTINS
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


EUCLEDES MARCHI
Avaliador Interno (UFPR)


RENATA SENNA GARRAFFONI
Avaliador Interno (UFPR)


PAULO PINHEIRO MACHADO
Avaliador Externo (UFSC)


ROGÉRIO ROSA RODRIGUES
Avaliador Externo (UEDESC)



E nas muitas viagens que fiz, participando de congressos e fazendo pesquisas, encontrei muito mais do que conhecimento. No Congresso Nacional da ANPUH de Florianópolis, em julho de 2015, conheci minha amada, Veridiana Palmieri, e desde então, tenho recebido um apoio mais do que especial durante as minhas pesquisas. A ela dedico esta Tese.

Dedico também à minha família.

AGRADECIMENTOS

Como muitos já disseram, corre-se sempre o risco de esquecer alguém ao escrever os agradecimentos. Nesses casos pelo menos é possível mencionar o nome das instituições consultadas.

No meio acadêmico agradeço a minha orientadora, a Prof^a. Dr^a. Roseli Boschilia, da UFPR, que durante quatro anos dedicou muita atenção a esta pesquisa com apontamentos que ajudaram a dar a consistência teórica e metodológica desta tese. Da UFPR agradeço ainda à Prof^a. Dr^a. Renata Senna Garrafoli, Prof. Dr. Euclides Marchi e a Prof^a. Dr^a. Ana Paula Vosne Martins, partícipes da minha banca de defesa. Da banca fizeram parte também o Prof. Dr. Rogério Rosa Rodrigues, da UDESC e o Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado, este também participante da qualificação, composta esta ainda por Renato Carneiro, do Museu Paranaense, aos quais devo meus agradecimentos. Da UFPR não posso deixar de agradecer também a Prof^a Dr^a Marion Brepohl, da disciplina de Seminário de Tese, pelas construtivas indicações de leituras e apontamentos sobre o projeto de pesquisa, e a Maria Cristina Parzowski, secretária do Programa de Pós-Graduação em História pelo profissionalismo e atenciosa dedicação.

Nos museus não posso deixar de agradecer a Pedro Felisbino, do Museu do Jagunço; Sebastião Luis Alves e Luiz Antônio Cidral da Costa, do Museu de Curitiba; sargento Misael, do Museu da PMPR; Zenilde Uchôa e “dona” Cida, do Museu de Palmas; Tatiana Takatusi e Márcia, do Museu Paranaense; Zenilda Walter e Cléa da Silveira Xavier, do Museu de Três Barras; Júlio Corrente, do Museu de Caçador; Carla de Souza, do Museu de Lages.

Outras tantas instituições foram visitadas em busca de informações e fontes. Dentre as pessoas consultadas destaco Viviane Bueno, da Fundação Cultural de Canoinhas, Mariana, do Arquivo Público de Santa Catarina; Cel. Monn, do Centro de Instruções Marechal Hermes; Sabrina, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

E há aquele que nos atenderam várias vezes mas não lembramos dos nomes mas aos quais estendo meus agradecimentos citando as instituições visitadas: Biblioteca Pública do Paraná, Biblioteca Pública de Santa Catarina, Biblioteca da Universidade do Contestado/Mafra, Casa da Memória de Curitiba, Casa da Memória de Florianópolis, Museu Histórico de Santa Catarina.

E muitos agradecimentos também à minha turma de doutorado iniciada em 2013 e ao grupo da disciplina de História e Memória, ministrado pela Prof^a Dr^a Roseli Boschilia.

RESUMO

Terminada a Guerra Sertaneja ou Movimento do Contestado, seguiram-se no decorrer de quase um século as muitas versões sobre aquele violento período da história brasileira, derivados de pesquisas historiográficas ou políticas de memória. Pelo viés oficial são muitos os espaços ou “lugares” disponíveis para se reproduzir uma determinada memória histórica. Dentre estes espaços, como os museus municipais, estaduais e particulares reproduziram ou ajudaram a construir a memória histórica do Contestado? Nos casos específicos de Santa Catarina e do Paraná, no fluxo e transformação de elementos históricos, políticos e culturais, como a guerra foi lembrada ou silenciada? Qual o protagonismo desse período histórico na construção das memórias e identidades entre paranaenses e catarinenses? Analisamos alguns museus que consideramos representativos da forma como a memória institucionalizada sobre o Contestado foi abordada. A rigor foram onze museus analisados, embora tenhamos citados outros, e sobre os quais fizemos apontamentos pertinentes ao assunto. Nossas análises partiram das coleções para responder a estas questões. Dedicamos atenção maior aos espaços expositivos, pois são os que mais diretamente expõem ao público a mediação efetuada pelas instituições museológicas. Outros tantos documentos foram consultados para melhor compreendermos as ideias que permearam a criação e os trabalhos dos museus entre os anos de 1912 e 2012.

Palavras-chave: Contestado, Identidade; Memória; Museologia.

ABSTRACT

After the Yobel War or the Contested Movement, the many versions of that violent period of Brazilian history derived from historiography or political memory research followed in the course of almost a century. By the official bias are many spaces or "places" available to reproduce a certain historical memory. Among these spaces, how did the municipal, state and private museums reproduce or help build the historic memory of the Contested? In the specific cases of Santa Catarina and Paraná, in the flow and transformation of historical, political, and cultural elements, how was war remembered or silenced? What is the role of this historical period in the construction of memories and identities between Paraná and Santa Catarina? We analyze some museums that we consider representative of the way the institutionalized memory about the Contested has been approached. In fact, there were eleven museums analyzed, although we mentioned others, and on which we made pertinent notes on the subject. Our analyzes started from the collections to answer these questions. We dedicate more attention to the exhibition spaces, since they are the ones that more directly expose to the public the mediation carried out by the museological institutions. So many documents were consulted to better understand the ideas that permeated the creation and works of museums between the years of 1912 and 2012.

Keywords: Contested, Identity; Memory; Museology.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 1 – MAPA VALE DO CONTESTADO | 88 |
| FIGURA 2 – MAPA REGIÃO DO CONTESTADO (1912-1915) | 89 |
| FIGURA 3 – MAPA DA REGIÃO ONDE SE DESENROLOU A CAMPANHA DO CONTESTADO | 89 |
| FIGURA 4 – MAPA DO ESTADO DO PARANÁ EM 1896 | 90 |
| FIGURA 5 – MONUMENTO AO BARÃO DO RIO BRANCO | 91 |
| FIGURA 6 – CROQUIS DA ZONA CONTESTADA | 92 |
| FIGURA 7 – PAÇO MUNICIPAL DE CURITIBA | 100 |
| FIGURA 8 – ANTIGA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE LONDRINA | 102 |
| FIGURA 9 – SETOR HISTÓRICO DA LAPA | 103 |
| FIGURA 10 – ESTAÇÃO UNIÃO (PORTO UNIÃO/UNIÃO DA VITÓRIA) | 104 |
| FIGURA 11 – PALÁCIO CRUZ E SOUZA (MHSC) | 107 |
| FIGURA 12 – CASA DE CAMPO DO GOVERNADOR HERCÍLIO LUZ | 107 |
| FIGURA 13 – GRUPO ESCOLA VIDAL RAMOS, ATUAL CENTRO CULTURAL VIDAL RAMOS | 108 |
| FIGURA 14 – CONVENTINHO FREI ROGÉRIO | 109 |
| FIGURA 15 – PONTE METÁLICA ENTRE RIO NEGRO E MAFRA | 110 |
| FIGURA 16 – PRIMEIRA SEDE DO MUSEU PARANAENSE | 114 |
| FIGURA 17 – SEÇÃO DE “HISTÓRIA PÁTRIA” DO MUSEU PARANAENSE | 117 |
| FIGURA 18 – MUSEU PARANAENSE – OBJETOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA E GUERRA DO CONTESTADO | 122 |
| FIGURA 19 – ATUAL SEDE DO MUSEU PARANAENSE | 122 |
| FIGURA 20 – VÍCTOR MEIRELLES DE LIMA. VISTA DO DESTERRO EM 1846 | 123 |
| FIGURA 21 – PALÁCIO DO GOVERNO DE SANTA CATARINA EM 1892 | 124 |
| FIGURA 22 – ANTIGA CASA DA ALFÂNDEGA DE FLORIANÓPOLIS | 129 |
| FIGURA 23 – MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA – DETALHE DA EXPOSIÇÃO DO CONTESTADO EM 2012 | 132 |
| FIGURA 24 – ASSINATURA DO ACORDO DE LIMITES EM 1916 | 135 |
| FIGURA 25 – RETRATO DE FELIPPE SHCMIDT | 149 |
| FIGURA 26 – RETRATO DE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE | 153 |
| FIGURA 27 – RETRATO DE VIDAL RAMOS DE OLIVEIRA JR | 155 |
| FIGURA 28 – RETRATO DE AFFONSO ALVES DE CAMARGO | 157 |

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 29 – MUSEU DAVID CARNEIRO – SALA GAL. GOMES CARNEIRO..... | 200 |
| FIGURA 30 – MUSEU DAVID CARNEIRO – RETRATO CEL. JOÃO GUALBERTO . | 204 |
| FIGURA 31 – MUSEU HISTÓRICO DA LAPA – OBJETOS DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA | 204 |
| FIGURA 32 – MUSEU DAVID CARNEIRO – SALA GERAL, DÉCADA DE 1940 | 204 |
| FIGURA 33 – MUSEU DA PMPR – PLACA DE INAUGURAÇÃO DA SALA DE ARMAS | 210 |
| FIGURA 34 – MUSEU DA PMPR – RETRATOS DE EX-COMANDANTES | 210 |
| FIGURA 35 – DANIEL FREIRE. COMBATE DO IRANI, 1966 | 211 |
| FIGURA 36 – REINAUGURAÇÃO DO MUSEU DA PMPR, 1982 | 211 |
| FIGURA 37 – SEDES DO MUSEU DA PMPR | 215 |
| FIGURA 38 – MUSEU DA PMPR – GUERRA DO CONTESTADO | 215 |
| FIGURA 39 – MUSEU DA PMPR – SALA ARMAS | 217 |
| FIGURA 40 – MUSEU DA PMPR – METRALHADORA MAXIM | 217 |
| FIGURA 41 – TROPA SOB O COMANDO DO CAPITÃO SARMENTO, 1924 | 217 |
| FIGURA 42 – MUSEU DA PMPR – SALA DE UNIFORMES. FAIXA E BANDEIRA DO CAIXÃO DO CEL. JOÃO GUALBERTO | 218 |
| FIGURA 43 – MUSEU DA PMPR – MÓVEIS E DOCUMENTOS DA COMPORAÇÃO E DO CEL. JOÃO GUALBERTO | 218 |
| FIGURA 44 – SEDE DO MUSEU THIAGO DE CASTRO ENTRE 1962 E 1966 | 219 |
| FIGURA 45 – SEDE DO MUSEU THIAGO DE CASTRO A PARTIR DE 1997 | 221 |
| FIGURA 46 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – COLEÇÃO ICONORÁFICA | 221 |
| FIGURA 47 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – ICONOGRAFIA | 221 |
| FIGURA 48 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – DEFENSORES DE LAGES DURANTE A GUERRA DO CONTESTADO | 223 |
| FIGURA 49 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – EXUMAÇÃO DE CASTELHANO | 223 |
| FIGURA 50 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – OBJETOS DO CONTESTADO | 224 |
| FIGURA 51 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – IMÁGENS DO CONTESTADO | 224 |
| FIGURA 52 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – BANDEIRA DOS REDUDOS | 225 |
| FIGURA 53 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – VISÃO PARCIAL DA SALA ONDE ESTÃO OS OBJETOS DO CONTESTADO | 225 |
| FIGURA 54 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – EXP. CONTESTADO EM 2014 | 226 |
| FIGURA 55 – MUSEU THIAGO DE CASTRO – OUTRAS COLEÇÕES | 226 |
| FIGURA 56 – SEDE DO MUSEU ANTÔNIO GRANEMANN DE SOUZA | 231 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 57 – INTENDÊNCIA DE CURITIBANOS ANTES DO INCÊNDIO | 231 |
| FIGURA 58 – INAUGURAÇÃO DO MUSEU A.G. DE SOUZA EM 1973 | 231 |
| FIGURA 59 – DAVID CARNEIRO NA INAUGURAÇÃO DO MUSEU | 232 |
| FIGURA 60 – MUSEU A.G. DE SOUZA – DISPOSIÇÃO DAS ARMAS NA INAUGURAÇÃO | 232 |
| FIGURA 61 – MUSEU A.G. DE SOUZA – MOBÍLIA DA ANTIGA PREFEITURA E RETRATOS DE EX-INTENDENTES E PREFEITOS..... | 234 |
| FIGURA 62 – MUSEU A.G. DE SOUZA – PRIMEIRA IMPRESSORA | 235 |
| FIGURA 63 – MUSEU A.G. DE SOUZA – OS MONGES | 235 |
| FIGURA 64 – MUSEU A. G. DE SOUZA – MOBILIÁRIO | 236 |
| FIGURA 65 – MUSEU A. G. DE SOUZA – SALA DO CONTESTADO | 236 |
| FIGURA 66 – MUSEU A. G. DE SOUZA – SALA DO CONTESTADO | 236 |
| FIGURA 67 – MUSEU A. G. DE SOUZA – ANTIGAS EXPOSIÇÕES | 237 |
| FIGURA 68 – MUSEU DO CONTESTADO DE CAÇADOR – COLEÇÃO DE ANTROPOLOGIA | 240 |
| FIGURA 69 – ESTAÇÃO RIO CAÇADOR EM 1934 | 240 |
| FIGURA 70 – SEDE DO MUSEU DO CONTESTADO DESDE 1986 | 240 |
| FIGURA 71 – MUSEU DO CONTESTADO – SALA FERROVIA | 242 |
| FIGURA 72 – MUSEU DO CONTESTADO – SALA COLONIZAÇÃO | 242 |
| FIGURA 73 – MUSEU DO CONTESTADO – SALA GUERRA | 242 |
| FIGURA 74 – MUSEU DO CONTESTADO – RESUMO HISTÓRICO | 244 |
| FIGURA 75 – MUSEU DO CONTESTADO – AVIAÇÃO, CAMPANHA MILITAR E LIMITES | 244 |
| FIGURA 76 – MUSEU DO CONTESTADO – CLARO JANSSON | 244 |
| FIGURA 77 – MUSEU DO CONTESTADO – FAÇÕES DE PAU E PUNHAL | 245 |
| FIGURA 78 – MUSEU DO CONTESTADO – ESPADAS DO EXÉRCITO | 245 |
| FIGURA 79 – MUSEU DO CONTESTADO – ARMAS | 245 |
| FIGURA 80 – MUSEU DO CONTESTADO – BONECOS CIA DE TEATRO | 247 |
| FIGURA 81 – HASSIS – TERRA CONTESTADA | 247 |
| FIGURA 82 – PRAÇA DA MATRIZ E SEDE DO MUSEU HISTÓRICO DE PALMAS | 252 |
| FIGURA 83 – MUSEU DE PALMAS – LIDERANÇAS POLÍTICAS | 254 |
| FIGURA 84 – MUSEU DE PALMAS – OBJETOS DO CAMPO E DO TROPEIRISMO | 254 |
| FIGURA 85 – MUSEU DE PALMAS – MISCELÂNEA HISTÓRICA | 255 |
| FIGURA 86 – MUSEU DE PALMAS – ICONOGRAFIA | 255 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 87 – MUSEU DE PALMAS – ANÚNCIO DA R. KARMAN E VIA-SACRA .. | 257 |
| FIGURA 88 – MUSEU DE PALMAS – MAPA DO CONTESTADO | 257 |
| FIGURA 89 – MUSEU DE PALMAS – MOBILIÁRIO E OBJETOS INDÍGENAS | 257 |
| FIGURA 90 – ANTIGA SEDE DA LUMBER E ATUAL SEDE DO CIMH | 261 |
| FIGURA 91 – ARMAZEM DA LUMBER | 262 |
| FIGURA 92 – PRIMEIRA SEDE DO MUSEU DE TRÊS BARRAS | 262 |
| FIGURA 93 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE TRÊS BARRAS EM 1920 | 264 |
| FIGURA 94 – SEDE DO MUSEU DE TRÊS BARRAS DESDE 1997..... | 264 |
| FIGURA 95 – MUSEU DE TRÊS BARRAS – OS “PACHECO” | 265 |
| FIGURA 96 – MUSEU DE TRÊS BARRAS – ICONOGRAFIA DA FERROVIA, DA LUMBER E DA GUERRA; RESUMO HISTÓRICO | 266 |
| FIGURA 97 – MUSEU DE TRÊS BARRAS – EXTINTORES DA LUMBER | 266 |
| FIGURA 98 – MUSEU DE TRÊS BARRAS – OBJETOS DE USO DOMÉSTICO E DE TRABALHO | 268 |
| FIGURA 99 – MUSEU DE TRÊS BARRAS – ICONOGRAFIA DO CONTESTADO | 268 |
| FIGURA 100 – JOSÉ ALVIM. MONUMENTO AOS VENCIDOS | 272 |
| FIGURA 101 – LOCAL DO COMBATE DO IRANI | 273 |
| FIGURA 102 – RUINAS DO ANFITEATRO | 273 |
| FIGURA 103 – SEDE DO MUSEU MONGE JOSÉ MARIA | 275 |
| FIGURA 104 – MUSEU JOSÉ MARIA – RETRATOS E DEPOIMENTOS | 276 |
| FIGURA 105 – MUSEU JOSÉ MARIA – ICONOGRAFIA DA GUERRA | 276 |
| FIGURA 106 – MUSEU JOSÉ MARIA – RETRATOS, DEPOIMENTOS E LIVROS | 277 |
| FIGURA 107 – MUSEU JOSÉ MARIA – A CAMPANHA MILITAR | 277 |
| FIGURA 108 – CEMITÉRIO DO CONTESTADO, IRANI | 278 |
| FIGURA 109 – RETRATO DE BENEDITO “CHATO” | 281 |
| FIGURA 110 – SEDE DO MUSEU DO JAGUNÇO, TAQUARUÇU/FRAIBURGO | 283 |
| FIGURA 111 – MUSEU DO JAGUNÇO – DANDO VOZ AOS SOBREVIVENTES | 284 |
| FIGURA 112 – MUSEU DO JAGUNÇO – OBJETOS DA LIDA CAMPEIRA | 285 |
| FIGURA 113 – MUSEU DO JAGUNÇO – CANASTRA E OBJETOS DE JOSÉ MARIA | 285 |
| FIGURA 114 – MUSEU DO JAGUNÇO – ARMAS DA REGIÃO DO TAQUARUÇU .. | 286 |
| FIGURA 115 – MUSEU DO JAGUNÇO – PEDRO FELISBINO | 286 |
| FIGURA 116 – ÁREA ALAGADA DO ANTIGO REDUTO DO TAQUARUÇU | 287 |

LISTA DE SIGLAS

| | | |
|--------|---|----------------------------------------------------------------|
| APPR | - | Arquivo Público do Paraná |
| APSC | - | Arquivo Público de Santa Catarina |
| BPPR | - | Biblioteca Pública do Paraná |
| BPSC | - | Biblioteca Pública de Santa Catarina |
| CIMH | - | Campo de Instrução Marechal Hermes |
| EFSPRG | - | Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande |
| IHGB | - | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| IHGSC | - | Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina |
| IHGP | - | Instituto Histórico e Geográfico Paranaense |
| IHGEP | - | Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense |
| IHGPR | - | Instituto Histórico e Geográfico do Paraná |
| MHSC | - | Museu Histórico de Santa Catarina |
| MASC | - | Museu de Arte de Santa Catarina |
| MP | - | Museu Paranaense |
| PMPR | - | Polícia Militar do Paraná |
| SEED | - | Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná |
| SEEC | - | Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Estado do Paraná |
| UFFS | - | Universidade Federal da Fronteira Sul |
| UNC | - | Universidade do Contestado |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 OS ESTADOS E AS IDENTIDADES | 27 |
| 1.1 SANTA CATARINA E O PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA (1948): OS AÇORIANOS | 30 |
| 1.2 PARANÁ E O CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO (1953): MODERNIDADE .. | 42 |
| 1.3 MEMÓRIA HISTÓRICA E IDENTIDADE: PARA ALÉM DOS GRANDES EVENTOS | 57 |
| 1.3.1 Secretarias, departamentos, conselhos e fundações culturais | 57 |
| 1.3.2 Os Institutos Históricos | 69 |
| 2 OS ESTADOS E OS “LUGARES”: PATRIMÔNIO, POLÍTICA E MEMÓRIA | 85 |
| 2.1 CONTESTADO: LUGAR E REGIÃO DE MEMÓRIA | 85 |
| 2.2 BENS TOMBADOS: A INVISIBILIDADE DO CONTESTADO | 95 |
| 2.2.1 Paraná: do litoral ao planalto, a limitação geográfica do patrimônio | 98 |
| 2.2.2 Santa Catarina: processo tardio de tombamento | 105 |
| 2.3 MUSEUS ESTADUAIS: DO POUCO CASO ÀS EXPOSIÇÕES DO CENTENÁRIO | 112 |
| 2.3.1 Museu Paranaense: uma longa história | 112 |
| 2.3.2 Museu Histórico de Santa Catarina: o palácio como principal objeto | 123 |
| 2.3.3 Algumas considerações acerca dos museus estaduais | 133 |
| 3 GOVERNADORES E A GUERRA DO CONTESTADO: LEMBRAR DE OUTRA FORMA | 134 |
| 3.1 O ESTADO E A (I)LEGITIMIDADE DO OUTRO | 136 |
| 3.2 IMPRENSA E GOVERNADORES: OS “HOMENS-MONUMENTO” | 148 |
| 3.2.1 “Ilustres” e “patriotas” | 149 |
| 3.2.2 Luto oficial dos jornais? | 160 |
| 3.3 HISTÓRIA OFICIAL: UM SILÊNCIO QUE PERSISTE | 166 |
| 3.3.1 Em Santa Catarina, Schmidt e o Acordo, Ramos e a educação | 166 |
| 3.3.2 No Paraná, a “pacificação” do Acordo | 174 |
| 3.4 O GOVERNO AMIN (1983-1987): O HOMEM DO CONTESTADO FICOU NO PASSADO | 181 |

| | | |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.5 | DISCURSOS POLÍTICOS NO CENTENÁRIO DA GUERRA: AVANÇOS, RECORRÊNCIAS E DESCOMPASSOS COM A HISTORIOGRAFIA | 189 |
| 4 | COLEÇÕES, OBJETOS DISPERSOS E AUSÊNCIAS: MUSEUS E AS FORMAS DE LEMBRAR E ESQUECER A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO | 196 |
| 4.1 | MUSEU HISTÓRICO CEL. DAVID CARNEIRO (1928-1994): REVOLUÇÃO FEDERALISTA VS. CONTESTADO | 197 |
| 4.2 | MUSEU HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: CEL. JOÃO GUALBERTO, “HERÓI” DO COMBATE DO IRANI | 208 |
| 4.3 | MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO: A MEMÓRIA DO CONTESTADO NA TERRA DOS RAMOS | 219 |
| 4.4 | MUSEU HISTÓRICO ANTÔNIO GRANEMANN DE SOUZA: O CONTESTADO REPRESENTADO PELAS ARMAS | 228 |
| 4.5 | MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO: MULTIPLICIDADE E RECORRÊNCIAS NO PRINCIPAL MUSEU DO TEMA | 239 |
| 4.6 | MUSEU HISTÓRICO JOSÉ ALEXANDRE VIEIRA: O LUGAR DOS FAZENDEIROS E CORONÉIS | 252 |
| 4.7 | MUSEU DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE TRÊS BARRAS: LUMBER, “O PODEROSO ‘CORONEL’ DO CONTESTADO” | 260 |
| 4.8 | MUSEU MONGE JOSÉ MARIA: FRAGMENTOS DE UM PROJETO ABANDONADO | 271 |
| 4.9 | MUSEU DO JAGUNÇO: SOBRE OS ESCOMBROS DE UM MASSACRE | 279 |
| 4.10 | COLEÇÕES E MUSEUS: OBJETOS E A MEDIAÇÃO DOS SIGNIFICADOS ... | 289 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 298 |
| | FONTES | 306 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 310 |
| | ANEXO 1 | 318 |
| | ANEXO 2 | 319 |
| | ANEXO 3 | 320 |

INTRODUÇÃO

Memória e historiografia

O ano de 2012 marcou os 100 anos do início da Guerra Sertaneja do Contestado. No campo da historiografia tivemos, por assim dizer, várias fases,¹ marcadas por abordagens que não raramente partiram para a condenação dos “fanáticos” do Contestado ou aquelas preocupadas em demonstrar a complexidade da guerra e a dificuldade em afirmar o que foi aquela jornada na qual elementos de fé, devoção, messianismo, política, economia e transformações sociais se intercalaram em variáveis diversas e ao fim resultaram num violento conflito armado.

Na primeira metade do século XX esta historiografia teve como principal referência os escritos militares encabeçados por Demerval Peixoto,² Setembrino de Carvalho³ e Herculano Teixeira D’Assumpção.⁴ Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 foi a vez dos sociólogos (em trabalhos acadêmicos) desbravarem o tema e os campos do planalto em análises que definiram um olhar mais amplo e crítico. Foram eles Maria Isaura Pereira de Queiroz,⁵ Maurício Vinhas de Queiroz⁶ e Duglas Teixeira Monteiro.⁷ Apesar dos avanços de abordagem, principalmente dos dois últimos autores, concomitantemente outras publicações continuavam reverberando as acusações e difamação aos caboclos como faziam os militares; caso de Aujor Ávila da Luz⁸ e Rui Facó.⁹ Menos enfático que estes nas críticas à população sertaneja embora ainda mantendo um posicionamento severo em relação a estes, destacamos a publicação de Oswaldo

¹ DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade: o Movimento do Contestado**. Curitiba: SAMP. Coleção Teses do Museu Paranaense, 2014.

² PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado: Episódios e impressões**. Rio de Janeiro: s.ed., 1920. Disponível em: cpdoc.fgv.br/contestado/acervo#livros.

³ **Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, ministro da guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1916; **Memórias: dados para a história do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1950. Disponível em: cpdoc.fgv.br/contestado/acervo#livros.

⁴ D’ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. **A campanha do Contestado**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado. 1917. 2 v.

⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **La Guerra Sainte au Brésil: Lê Mouvement messianique du “Contestado”**. Tese de doutorado. São Paulo: USP/FFCL, 1957.

⁶ QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916**. [S.l.]: Civilização Brasileira, 1966.

⁷ MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

⁸ LUZ, Aujor Ávila da Luz. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos**. Florianópolis: [s.n], 1952.

⁹ FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos; gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Rodrigues Cabral,¹⁰ trazendo a mais expressiva pesquisa sobre o(s) monge(s) João Maria até aquele momento. Nas duas décadas seguintes outros tantos autores se debruçaram especificamente sobre o Contestado como Nilson Thomé,¹¹ um dos responsáveis pela criação do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, em Caçador, no meio oeste catarinense, iniciando nesse período a participação mais incisiva dos historiadores a respeito do Contestado.

A partir da década de 1990 as pesquisas e publicações sobre o Contestado tiveram expressivo aumento e importante multiplicidade de análises, enfocando com maior precisão as características de seus objetos de estudos, alicerçados em novas fontes ou na retomada de documentação já utilizada analisada sob nova ótica, desmistificando antigas abordagens. Este novo fluxo teve sequência nas décadas seguintes e segue até os dias atuais. Dentre tantos trabalhos podemos destacar os de Paulo Pinheiro Machado,¹² Márcia Janete Espig,¹³ Rogério Rosa,¹⁴ Alexandre Karsburg,¹⁵ Delmir Valentini,¹⁶ Eloy Tonon,¹⁷ e Tarcísio Motta de Carvalho¹⁸ e Alexandre Tomporoski.¹⁹ Esta resumida bibliografia demonstrou e continua demonstrando um progressivo crescimento de interesse sobre o Contestado.

Mas se confrontarmos esta historiografia com as ações e discursos de cunho oficial, ocorridos a partir da década de 1970 (início de um evidente, mas, lento processo de interesse dos estados e prefeituras), vislumbra-se ainda hoje algumas aproximações (em relação à produção dos Institutos Históricos) e grandes descompassos (se comparadas às produções acadêmicas mais recentes). Terminada a guerra, como sempre acontece, seguiram-se as

¹⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria**: interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. No final da década de 1970 a obra foi reeditada com outro nome: **A Campanha do Contestado**. 2.ed. revisada. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

¹¹ THOMÉ, Nilson. **Trem de ferro**: historia da ferrovia no Contestado. Caçador: Imp. Universal, 1980; **A aviação militar no Contestado**: réquiem para Kirk. Caçador, SC: FEARPE, 1986.

¹² MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 - 1916). Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

¹³ ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora UFPEL, 2011.

¹⁴ RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: A Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro. Tese de doutorado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁵ KARSBURG, Alexandre. **O eremita das Américas**: a odisséia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

¹⁶ VALENTINI, Delmir. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906 - 1916). Tese de doutorado, PUC/RS, Porto Alegre, 2009.

¹⁷ TONON, Eloy. **Os Monges do Contestado**: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2008.

¹⁸ CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e Consenso na Primeira República**: a Guerra do Contestado (1912-1916). Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2009.

¹⁹ TOMPOROSKI, Alexandre. **O polvo e seus tentáculos**: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Tese de doutorado, UFSC, Florianópolis, 2013.

versões, as variadas versões de uma “guerra” discursiva que ainda se mantém. Longe de virar a página, o que se vê é a necessidade de novas pesquisas visando dar respostas consistentes a indagações ainda em suspenso e rechaçar versões pouco esclarecedoras, superficiais e mantenedoras de estereótipos.

Por conta desta permanência de antigas e a chegada de novas afirmações, no campo da memória, deve-se falar em “memórias históricas”, no plural, permeadas por interesses circunstanciais e recentes ao mesmo tempo em que velhas certezas perambulam em “lugares de memória” dos mais apoteóticos, como um evento cívico, aos mais modestos, como uma simples reunião de resistentes membros de Institutos Históricos (em que pese, neste caso, como veremos, haver construtivas exceções). Além disso é importante relembrar que o conceito de “memória histórica” tem lá suas contradições como alertava Maurice Halbwachs.²⁰ Embora a expressão “memória histórica”, na ótica de Halbwachs, carregue contradições intrínsecas, talvez seja por isso mesmo que deva nos interessar. Sua contradição resume em certo sentido o processo mesmo do que estudamos, pois assim como a própria expressão, a multiplicidade de fatos, personagens e datas históricas que nos tomam de assalto em ruas, praças e museus não resultaram de ampla discussão, foram escolhas arbitrárias e poucos participaram de tal tarefa (mesmo aqueles que ainda carregavam uma “memória coletiva” foram muitas vezes excluídos destas escolhas). Visto desta forma, é de fato complicado cunhar uma expressão que não seja permeada de contradições já que o processo que ela tenta resumir ou explicar é ele próprio permeado de contradições. E os museus guardam há muito parte destas memórias.

²⁰ Para Maurice Halbwachs, essa não é uma expressão “muito feliz” pois associa dois termos que se “opõe em mais de um ponto”. A história é para ele uma compilação dos fatos que ocuparam maior relevância na memória dos homens, mas que lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, esses acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados de acordo com necessidades e regras que não se “impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seus repositórios vivos”. Para ele, em geral, a história começa no momento em que a tradição sai de cena, quando se “apaga ou se decompõe a memória social”. Enquanto existir uma lembrança seria então inútil registrá-la por meio da escrita. A necessidade de escrita da história de um período ou de uma sociedade e mesmo de uma pessoa “só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança”. Um dos objetivos da história, prossegue o autor, seria justamente criar uma ponte entre o passado e o presente, restabelecendo essa continuidade interrompida, e por um trabalho minucioso dos historiadores, redescobrir e atualizar grandes e pequenos fatos. “Contudo, por exemplo, se as Memórias de Saint-Simon foram publicadas no início do século XIX, pode-se dizer que a sociedade francesa de 1830 realmente retomou contato – um contato vivo e direto – com o final do século XVII e o tempo da Regência?” Há que se supor que o tempo e o “contato” sejam mesmo muito diferentes. Mas no nosso caso podemos perguntar se quem expõe algo que a muito caiu no esquecimento para a maioria, o faz pensando em retomar “todos” os detalhes ou apenas a parte que se considere “relevante”? Este é uns dos pontos que precisaremos discutir em nossa pesquisa: as escolhas e seus motivos. Ver: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**; tradução de Beatriz Sidou, 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 100-101.

Museus e o Contestado

O termo Contestado carrega muitos significados. É o processo em suas múltiplas facetas, a guerra, os territórios reivindicados antes e agora, as lembranças dos que se definem moradores dessa região de contornos incertos. Não raramente (principalmente quando apropriado por instituições públicas) o termo torna-se ele próprio um “lugar de memória”, no sentido atribuído por Pierre Nora.²¹ Esta é uma questão que precisou ser pensada para a escolha do título desta tese. Optamos por “Guerra Sertaneja do Contestado”, definição defendida pelo sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz. Mas poderia ser também “Movimento do Contestado”.²² Em ambos os casos, o que se sobressai é o protagonismo dos sertanejos, e foi esta característica que procuramos refletir no título, embora o termo “Movimento” suscite maior complexidade e da qual não nos esquecemos.

Ainda em relação ao título é possível substituir o termo “esquecer” por “silenciar”, sobressaindo-se a arbitrariedade que suscita. Arbitrariedade que pode ser quase involuntária, como a multiplicação das fotografias do Contestado sem se dar conta da “homogeneização” do olhar sobre os caboclos, ou mais claramente arbitrária, como o silêncio em torno das principais lideranças políticas paranaenses e catarinenses da época da guerra.

Os museus fazem parte de um amplo leque de “lugares de memória” mediados pelos poderes públicos: ruas, praças, estátuas, ermidas, tombamentos, placas e eventos comemorativos (cívicos). Sobre as ruas o historiador, Romário Martins, escreveu que “não se baptisa uma rua assim com duas razões. Uma placa deve ser uma pagina de história, uma recordação symbolica, uma lição cívica, que o povo leia, decóre e fique-lhe cantando n’alma como hymno triumphante e nacional”.²³ A tarefa aqui é geralmente homenagear nomes das elites e de fatos por eles definidos como importantes para a nacionalidade ou, no caso de

²¹ Como resultantes da “memória histórica”, operação intelectualizada, os lugares, para Nora “são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsistem uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. Ver: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares; tradução de Yara Aun Khoury. In: **Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do dpto de história da PUC-SP**, nº 10, Dez/93, pp. 12-13.

²² Como disse o jornalista e historiador Nilson Thomé, para os religiosos, foi uma “Guerra de Fanáticos”; os sociólogos o tratam como “Movimento Messiânico”; entre os políticos, se tratava da “Questão de Limites”; para os militares, foi uma “Campanha Militar”; para os marxistas, ocorreu uma “Luta pela Terra”. Para o autor o Contestado “foi tudo isso e foi muito mais que tudo isso”, e ainda, que a “História aceita todas estas atribuições fragmentadas” e que a Guerra do Contestado foi “um destacado evento histórico, resultante da revolta da população regional à ordem vigente, ou seja, uma insurreição da população cabocla”. Ver: THOMÉ, Nilson. **Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Editora Insular, 1999. p. 13. Nos dicionários a palavra “movimento” pode ser uma revolta, sedição, o ato de desencadear, promover, suscitar, abalar, afetar, comover, movimento social, comportamento coletivo à procura de uma nova maneira de viver originado num período de inquietação social, etc.

²³ MARTINS, Romário. **Psychologia da placa**. Curitiba: Correia e C. 1900, pp. 5-6.

Romário Martins, de um regionalismo edificante. Há ainda nomes que se perpetuaram mais pelo uso do que por decreto ou lei. Falando sobre os primórdios da colonização brasileira, Capistrano de Abreu escreveu que “A história desses primitivos tempos embuça-se em lendas obscuras, conservadas em roteiros e mapas coevos, que picam a curiosidade e soltam a fantasia: rio dos Reféns, baía dos Inocentes, angra dos Negros, terra dos Fumos, baía da Traição, etc. Que inocentes? Que negros? Que traição? Que fumos?”.²⁴ Francisco Foot Hardman também se referiu a estes indícios do nosso passado. “Na construção de uma cultura brasileira unitária, apagam-se rastros da violência sob forma de massacre, batismo silenciador ou incorporação dos tiranos ancestrais da sujeição voluntária. Topônimos guardam indícios pouco claros de guerras passadas”.²⁵

Não seria arbitrário afirmar que a “recordação simbólica” de Romário Martins e as “lendas obscuras” de Capistrano puderam servir em alguns casos a este “apagamento de rastros” como entendido por Hardman, principalmente se levarmos em conta os silêncios que encontramos sobre determinados personagens. E os museus também podem ser observados por este viés já que não estão descolados do conjunto das iniciativas públicas de guarda e divulgação da memória. As lacunas ou silêncios são evidentes nas instituições pesquisadas.

Em nossa pesquisa nos propomos a analisar as ações públicas com relação a personagens e fatos relacionados ao Contestado, procurando demonstrar as permanências e (ou) mudanças da memória histórica bem como as possíveis semelhanças e diferenças entre Paraná e Santa Catarina no trato com o assunto. O período de análise se estendeu desde 1912 a 2012 e as instituições selecionadas para a pesquisa foram, em Santa Catarina: Museu Histórico Thiago de Castro, de Lages (1960); Museu Histórico Antônio Granemann de Souza (1973), de Curitiba; Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, de Caçador (1974); Museu Histórico de Santa Catarina (1978), de Florianópolis; Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras (1980); Museu Monge José Maria (1999), de Irani; Museu do Jagunço (2003), de Fraiburgo. No Paraná, Museu Paranaense (1876), Museu Cel. David Carneiro (1928-1994), Museu Histórico da Polícia Militar do Paraná (1950), os três de Curitiba; Museu Histórico José Alexandre Vieira (1979), de Palmas.

Sabemos que qualquer escolha que se faça é sempre arbitrária. Mesmo assim se exige um esforço para determinar algum critério. Uma vez que o objeto dizia respeito às instituições museológicas que de alguma forma lidaram com o tema do Contestado no Paraná e em Santa

²⁴ ABREU, Capistrano de. **O Descobrimento do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília INL, 1976, p. 210.

²⁵ HARDMAN, Francisco Foot. Tróia de taipas: Canudos e os irracionais. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 126.

Catarina, a escolha levou em conta o período analisado (1912-2012), ou seja, se foram fundados ou estavam em atividade dentro deste período; a importância das cidades sedes destes museus para a história e a memória da guerra e da Questão de Limites; a relevância destas instituições como mantenedoras da memória do Contestado e, por extensão, a possibilidade de definirem interpretações. Como veremos, cada museu acomodou em graus diversos estes elementos.

Em relação ao período analisado, os leitores certamente perceberam que a primeira metade do século XX, principalmente no que se refere às ações públicas, é praticamente ausente da pesquisa. O motivo é que não encontramos fontes que apontassem evidente interesse de municípios e estados sobre o Contestado em suas políticas de memória. Mesmo as publicações dos Institutos Históricos, tão ligados aos governos, não correspondem a qualquer tipo de atenção oficial ao assunto. Mesmo em Santa Catarina, que historicamente se mostrou mais receptivo a este período, não houve clara demonstração de interesse na primeira metade do século. O mais contundente desinteresse oficial ao Contestado nesta primeira metade do século foi dado no Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, que reuniu pesquisadores e políticos para principalmente comemorar os duzentos anos de colonização açoriana. Dos 85 trabalhos apresentados nenhum tinha o Contestado como vetor de suas pesquisas.

Os objetos expostos (ou ausentes) bem como a forma de organizá-los foram as fontes mais importantes de nossa pesquisa. Exemplo foi a falta de objetos e documentos procurando mensurar o grau de participação e responsabilidade dos governadores face ao ocorrido no Contestado. Esta constatação é que nos levou a dedicar um capítulo a estes personagens que contribuíram em muito para que a violência chegasse ao nível apontado pelos pesquisadores.

E por qual característica se pode começar a inquirir as atividades de um museu em determinada época e lugar? Há condicionantes políticos, culturais e ideológicos no desenvolvimento destas instituições tanto num curto período, de contingências peculiares, quanto no longo prazo. Resolvemos partir da “coleção”, esta “unidade” que ganha significados únicos dentro dos museus e que foi assim definida por Pomian: “(...) uma coleção, isto é, qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e exposto ao olhar público”.²⁶ O próprio autor alerta para o caráter descritivo desta definição e que não inclui todo o processo de formação

²⁶ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**, Vol. 1. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 53.

das coleções. Enfatizando o caráter único de um conjunto de objetos dentro de instituição singular, Ana Brefe lembrou que:

(...) é preciso lembrar que um número ilimitado de objetos desconhece, a quase dois séculos, uma existência para além das paredes do museu, de modo que seu significado e sua relação com o mundo exterior são sempre mediados pela instituição e pelas funções de que ela se vê incumbida.²⁷

O museu seria lugar onde a “cultura material é elaborada, exposta, comunicada e interpretada”. E justamente por isso, ao estudarmos os “diferentes períodos pelos quais o museu passou”, e que poderiam ser chamados de “sistemas *museais*”, não caberia apenas uma “análise em termos políticos, ideológicos e estruturais, mas seria fundamental levar a cabo uma reflexão sobre as coleções e suas redes sociais”.²⁸ De fato, nos interessou justamente partir das coleções para começar a questionar a instituição a respeito do Contestado. A intenção não foi uma intensa análise do museu em seu processo de elaboração e administração, mas questioná-lo tendo como ponto de partida o acervo que estava exposto sob seus cuidados em determinado período. Neste caso, coube fazer questionamentos não apenas sobre os artefatos relacionados ao Contestado, mas também em relação a outras coleções como forma de compreender o “lugar” e “valor” dado ao tema em determinada instituição. Vale ressaltar ainda que o que ficou de fora dos museus também conta:

(...) uma história bem equilibrada deve preocupar-se não somente com aquilo que é preservado, mas também com os restos, ou seja, com tudo aquilo que foi excluído do universo da exposição e da instituição museológica. Balizada entre esses dois polos, mas igualmente preocupada com o universo da recepção, isto é, do público, essa história permitiria perceber quais os interesses e redes sociais que estão em jogo e seus entrecruzamentos com o político.²⁹

Retomando Pomian, afirmou o autor que “o primeiro traço característico dos museus é sua permanência”,³⁰ diferenciando-se da coleção particular que não raramente se dispersa após a morte do proprietário, “(...) trazendo dinheiro aos seus herdeiros”.³¹ E ainda que:

(...) no ponto de partida de todo grande museu, senão de todo o museu, existe um ato das autoridades públicas ou de uma coletividade. E são elas que assumem depois as despesas de conservação dos objetos, da sua exposição, do enriquecimento dos

²⁷ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 17, novembro, 1998, pp. 315.

²⁸ Idem. Ibidem., p. 285.

²⁹ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Op. Cit., p. 287. A recepção não foi contemplada nesta pesquisa.

³⁰ POMIAN, Krzysztof. Op. Cit., p. 82.

³¹ Idem, p. 52.

fundos do museu, exercendo sobre esses uma tutela exatamente pelo fato de deverem zelar pelo respeito devido à lei.³²

Falamos até aqui das características do acervo ou da instituição museológica de forma um tanto separadas. Mas qual será o ponto fulcral da relação entre acervo e museu? De que forma se dá esta mediação institucional? Em nosso caso, devemos nos reportar à relação entre “museu histórico” e “objeto histórico”. Bezerra de Menezes afirma que a rigor todos os museus seriam históricos, ou seja, podendo operar as dimensões de tempo e espaço. “No entanto, do tempo jamais poderá escapar, ao menos na sua ação característica, a exposição”.³³ Segundo este autor somente a partir da década de 1920 “é que se condensa o museu histórico como categoria distinta das demais”, seguindo uma tendência de compartimentação, tais como museus de arte, de antropologia e outros mais. Dessa forma a taxonomia dos museus, segundo o autor, se basearia menos “em campos do conhecimento ou problemas humanos, do que em categorias de objetos, isolados e agrupados, sempre, portanto, tendendo à reificação”. Sendo assim Menezes afirma que “o conceito vigente” aponta para o fato de que o “museu histórico seria aquele que opera ‘objetos históricos’”.³⁴ Por este caminho a condição de “reliquia”, intrinsecamente relacionada a um personagem ou fato considerado histórico e (ou) importante, seria mais relevante do que uma problemática construída pela instituição. Mas o autor defende outra postura:

Coleção ou problemas? É antes, de uma *problemática* que se deve partir. Mas já que se trata de museu, de uma *problemática* que possa ser montada (ou melhor montada) com objetos materiais. Portanto, instaura-se uma dialética, sem exclusão, em que a *problemática* define um horizonte de documentação potencial desejável e em que, por sua vez, categorias documentais permitem delinear territórios de problemas a serem formulados e explorados.³⁵

A preocupação maior de Bezerra de Menezes em seu texto era discutir dois pontos especificamente: “que possibilidade pode haver de participação do museu histórico na produção do conhecimento histórico? Como, nesta perspectiva, funciona a exposição museológica?”.³⁶ Uma abordagem que visava identificar equívocos e indicar maneiras de alcançar tal proposta. Em nosso caso obviamente a tarefa não era propor uma forma pela qual um museu deveria atuar, mas usando das definições utilizadas pelo autor nos perguntamos

³² POMIAN, Krzysztof. Op. Cit., p. 83. O que se confirmou nos casos analisados em nossa pesquisa.

³³ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da Memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**: N. Ser. V.2, jan/fev, 1994, p. 14.

³⁴ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Op. Cit., pp. 15-16.

³⁵ Idem, p. 17.

³⁶ Idem, p. 10.

sobre que tipo de conhecimento a respeito do Contestado os museus em questão produziram? E como as exposições contribuíram para este fim? Cabe salientar que, como visto acima, alguns museus insistiam (e ainda o fazem) em organizar a coleção ou a exposição por categoria de objetos, como relíquias, e não visando responder a uma problemática específica. Então, antes de nos perguntarmos que tipo de conhecimento os museus analisados produziram, foi preciso perguntar se estas instituições se propuseram a isso ou formaram suas coleções vinculando os objetos a personagens e passagens históricas consideradas importantes para a construção de uma identidade.

Outra característica importante salientada por Bezerra de Meneses foi o caráter convencional de uma exposição. “A ‘linguagem do museu’ não pode, pois, ser tomada como linguagem natural e é vã a procura de recursos que permitam uma ‘comunicação imediata’”.³⁷ Isto serve tanto para a exposição de “objetos históricos” quanto de artefatos como “documentos históricos”. Esta maneira de se ordenar o que se coloca em uma exposição, é de fato a tentativa de chamar a atenção para a “importância” de um assunto, de um personagem, de um fato histórico. Sendo assim, independentemente de serem objetos ou documentos históricos a exposição irá ordená-los como “suporte de significações”, nas palavras de Meneses.

Em maior ou menor grau outras tantas características foram analisadas no correr da pesquisa. Podemos citar a fetichização do objeto na exposição. Aí as características socialmente atribuídas se tornam quase que imanescentes ao próprio objeto. Há em certos casos um grau de veneração por ter o objeto ligação com personagem ou fato que a memória tratou de consolidar como importante. O distanciamento no tempo, o status de antigo, pode tornar mais forte ainda a fetichização.

Para outro autor, Lowenthal, a respeito dos artefatos, das relíquias: “Ao contrário da história e da memória, cuja própria existência prenuncia o passado, o passado tangível não tem vida própria. As relíquias são mudas; elas requerem interpretações para exprimir sua função de relíquia”.³⁸ Daí a importância de conhecermos as memórias em disputa na sociedade e mediadas no interior de um museu bem como buscar compreender qual identidade se quer forjar. Desta forma compreenderemos a função de objetos e coleções na produção de um determinado sentido nas instituições analisadas. Assim, tomar o museu como objeto de pesquisa, nas palavras de Ana Cláudia Fonseca Brefe, impõe ao historiador a tarefa

³⁷ MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Op. Cit., p. 22.

³⁸ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov./1998. Op. Cit., pp. 156-7.

de “investigar sua importância cultural e sua inserção social e política em uma dada época e sociedade, explicitando suas correspondências com a elaboração de legitimidades intelectuais e questionando a revalorização de determinadas heranças do passado pelo tempo presente”.³⁹

Atendendo a esta exigência e, embora se queira partir das coleções para se entender o trabalho do museu na mediação das memórias e de uma dada identidade, é necessário analisar, num espectro mais amplo, a qual legitimidade intelectual e política os museus fazem referência, entendendo essas instituições apenas como parte de um trabalho político, de memória e identidade mais amplo. Daí que os capítulos foram organizados de acordo com essa relação entre o trabalho museológico e projetos culturais e políticos dos estados e municípios bem como o trabalho individual de alguns entusiastas no assunto.

No primeiro capítulo analisamos algumas ações dos estados sob os conceitos de memória e identidade ou “retóricas holísticas” como entendido por Joel Candau. Destacamos dois grandes eventos que mostraram não apenas os estados às voltas com assuntos identitários e de memória, mas toda uma plêiade de intelectuais orbitando em torno de um mesmo objetivo. Foram eles o Primeiro Congresso de História Catarinense (1948) em Florianópolis, e os festejos do Centenário de Emancipação Política do Paraná (1953), em Curitiba.⁴⁰ Quando falamos em ações “oficiais” não estamos nos referindo apenas no que foi formalmente realizado por secretarias e fundações culturais, mas que agregou o trabalho de geógrafos, historiadores, literatos, antropólogos, sociólogos, entre outros, e que serviram aos propósitos dos governos de Santa Catarina e do Paraná. Além destes eventos, que foram únicos em suas dimensões dentro de nosso período de análise, fizemos rápidos apontamentos sobre os órgãos oficiais de cultura bem como dos Institutos Históricos que, embora não sendo, a rigor, órgãos públicos, sempre serviram ao estado e na maior parte do tempo dependeram de recursos financeiros dos estados para poderem seguir com suas atividades. As fontes utilizadas foram basicamente publicações especiais (principalmente revistas) que cobriram os eventos em questão, as revistas dos Institutos Históricos, relatórios das secretarias e fundações culturais e mensagens dos governadores.

O segundo capítulo, dedicado aos processos de tombamentos, aos museus estaduais e à “região de memória” do Contestado, mantém íntima relação com o primeiro. Aqui ficou demonstrado que o Contestado foi lembrado ou esquecido dependendo do lugar de memória e nem mesmo os imigrantes alemães e italianos, tão idealizados pelos governos, receberam mais atenção que a dedicada à Igreja e às construções luso-brasileiras, fossem elas militares

³⁹ BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Op. Cit., p. 315.

⁴⁰ Algumas considerações também foram feitas a respeito do “Paranismo” e do “homem do Contestado”.

(fortalezas) ou residências de famílias “tradicionais”. Neste capítulo analisamos também os “mapas” do Contestado em seus diversos usos relacionados à noção de “regiões de memória”. Analisamos ainda o Museu Paranaense e o Museu Histórico de Santa Catarina na relação que mantiveram com o tema. Os próprios monumentos tombados foram parte de nossas fontes para este capítulo; além destes, utilizamos os boletins e outras publicações do Museu Paranaense, mapas, publicações de David Carneiro, Leis e Decretos de tombamentos, Relatórios e Mensagens dos governadores/presidentes ao Legislativo.

O terceiro capítulo foi resultado da análise dos museus em questão e a constatação de que os governadores ao tempo da Guerra Sertaneja do Contestado não foram devidamente apresentados como personagens de suma importância para o desenrolar da guerra. Aliás, quem ainda hoje visitar estas unidades museológicas não se dará conta do peso das decisões destes governadores, pois faltam imagens e suportes de informações (textos, vídeos) que apresentem ao visitante a real participação de Affonso Camargo, Carlos Cavalcanti, Felipe Schmidt e Vidal Ramos nos acontecimentos do Contestado. Por isso resolvemos demonstrar e analisar que outra memória foi apresentada a respeito desses personagens tanto em publicações quanto em homenagens na forma de nomes de ruas e monumentos. Analisamos primeiramente como os citados governadores se posicionaram diante do ocorrido em suas Mensagens ao Legislativo. Em seguida, procuramos demonstrar que a partir da morte de cada um deles, tanto na imprensa quanto em livros, a missão foi a de edificar um “monumento” a estes governadores. Neste capítulo, analisamos ainda o governo de Esperidião Amin (1983 – 1987) e sua retórica identitária que incluiu o “homem do Contestado”, ação única e isolada se comparada a outros governadores. Utilizamos as Mensagens enviadas ao Legislativo, jornais, livros de História do Paraná e de Santa Catarina entre outros. E os discursos políticos em 2012 também foram incluídos, cujas análises nos mostraram alguns avanços, permanências e descompassos com a historiografia.

No quarto capítulo analisamos os nove museus particulares, municipais e, no caso da PMPR, corporativo/estadual, selecionados e citados anteriormente. Apesar da atenção maior ser dada aos acervos, fizemos alguns apontamentos sobre a fundação de cada instituição, o trabalho individual dos idealizadores destes projetos, a posterior participação de municípios e estados. Também não ficamos apenas nos espaços expositivos, procurando expor o que os arquivos destas instituições guardavam sobre o tema, embora disponíveis apenas para ocasionais pesquisadores. As fontes principais, como não poderiam deixar de ser, foram seus acervos expostos ao público. Mas também livros tombo, fotografias, correspondências, relatórios e entrevistas.

A importância em se abordar a Guerra Sertaneja do Contestado se justifica pelo silêncio fora dos meios acadêmicos (quebrado uma vez ou outra por esporádicas iniciativas jornalísticas e datas “comemorativas”) que ainda paira sobre o assunto.⁴¹ E como apresentado no terceiro capítulo, há ainda o uso político da memória do Contestado o que nos obriga a estarmos atentos às formas com que essa memória é tratada e usada para fins subjetivos e atendendo a contingências específicas.

⁴¹ De maneira tímida os livros didáticos também podem ser incluídos. Mas a julgar pelo desconhecimento que ainda persiste sobre o Contestado, o resultado não tem sido satisfatório.

1 OS ESTADOS E AS IDENTIDADES

O antropólogo Joel Candau, em suas análises sobre as “noções” de memória e identidade, ambas inseridas no conceito de representações, propõe em relação à primeira a seguinte classificação das suas diferentes manifestações. A protomemória ou memória de baixo nível, constituída pelos “saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade”,⁴² sob a qual pode-se dispor, segundo o autor, a “memória procedural”, ou seja:

(...) a memória repetitiva ou memória-hábito de Bergson, a inteligência profunda que, de acordo com Marcel Jousse, permite ao cavaleiro lutar “sem se preocupar com sua montaria” – ou ainda a memória social incorporada, por vezes marcada ou gravada na carne (a circuncisão, por exemplo), bem como as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância e mesmo durante a vida intrauterina (...), costumes introjetados no “espírito sem que neles se pense” ou sem que disso se duvide, traços, marcas e condicionamentos constitutivos do ethos e mesmo alguns aspectos que jamais são verbalizados.⁴³

Já a memória propriamente dita ou de auto nível “é essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento”, evocando deliberada ou involuntariamente lembranças autobiográficas ou que pertencem a uma “memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.)”. É uma memória igualmente elaborada pelo esquecimento e que pode se beneficiar de “extensões artificiais que derivam do fenômeno geral de expansão da memória”.⁴⁴

Há ainda o que o autor denomina de metamemória, que seria a “representação que cada um faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, dimensões estas que remetem, segundo Candau, à maneira como cada um se filia a seu passado “e igualmente, como observa Michael Lamek e Paul Antze, a construção explícita da identidade”. Por estas características a metamemória “é (...) uma memória reivindicada, ostensiva”.⁴⁵

Tanto a protomemória quanto a memória de auto nível dependem da faculdade (organização neurobiológica) da memória ao passo que a metamemória seria uma “representação relativa a essa faculdade”. Para Candau, os três termos podem ser igualmente

⁴² CANDAU, Joel. **Memória e identidade**, tradução de Maria Letícia Ferreira, 1. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014, p. 22.

⁴³ Idem. Ibidem., p. 22. Há ainda outros exemplos como o *habitus* (Bourdieu) que, segundo Candau, “depende, em grande parte, da protomemória”.

⁴⁴ Idem, p. 23.

⁴⁵ Idem.

entendidos como “conceitos científicos”, mas, essa classificação seria válida somente se aplicada às memórias individuais. Ao leva-los para os grupos ou sociedades o “estatuto destes termos muda ou fica totalmente invalidado”. A protomemória, segundo ele, é “inaplicável” neste caso. Em relação aos outros termos diz que:

(...) em nível de grupos, apenas a eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida. É essa eventualidade que aparece subjacente na expressão “memória coletiva” (...), uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo.⁴⁶

Assim como a “memória coletiva” pode ser uma forma de metamemória, podemos afirmar que também a memória histórica se encaixa nestas características, principalmente por ser uma “memória reivindicada”, diríamos, deliberadamente reivindicada, e de sua possível aplicação aos grupos e sociedade. A memória histórica presta-se ainda à construção de outra representação ainda mais abrangente, a identidade.

Aplicada no nível do indivíduo, a identidade pode ser um “estado” resultante, por exemplo, de instância administrativa (documento de identidade); uma representação (ideia de quem sou); e um conceito (identidade individual), utilizada nas ciências sociais.⁴⁷

No terreno do social, dos grupos, sua delineação, assim como o de memória, também é mais complexa. Nesse caso, como diz Candau, identidade se torna impróprio por nunca poder “designar com rigor uma ‘recorrência’”, sendo, pois, utilizado em um sentido menos restrito, “próximo da semelhança ou de similitude que satisfaz sempre uma inclinação natural do espírito”. Por esse viés “pouco rigoroso, metafórico, a identidade (cultural ou coletiva)” é também uma representação. Por aí desenvolvem-se ideias sobre a origem, história e natureza de determinado grupo. No campo do político têm-se as teses racistas, os regionalismos e nacionalismos; no campo cultural pode-se citar a criação de museus e projetos patrimoniais.⁴⁸

Nota-se que todos esses elementos que fazem parte de uma construção identitária são sempre dinâmicos, ou seja, dificilmente ou talvez nunca se possa definir com exatidão seus limites de uso e eficácia. Os apologistas dos regionalismos, por exemplo, estão sempre às voltas com a dificuldade de definir quem são os que realmente pertencem a seu grupo, definindo, por extensão, quem não faz parte de seu universo identitário.

Neste sentido cabe então questionar o grau de pertinência dessas construções (memórias e identidades) as quais Joel Candau chama, num plano mais geral, de “retóricas

⁴⁶ CANDAU. Joel. Op. Cit., pp. 23-24

⁴⁷ Idem, p. 25.

⁴⁸ Idem, pp. 25-26.

holísticas”, referindo-se ao uso de termos, expressões e figuras com a finalidade de “designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos”, conjuntos que seriam algo diferente do que a mera soma das partes que, por convenção ou natureza seriam considerados isomorfos (iguais). O reagrupamento de pessoas entendidos sob a definição de comunidade, sociedade, povo; “representações, crenças, recordações (ideologia X ou Y, a religião popular, a consciência ou a memória coletiva), ou ainda elementos reais ou imaginários (identidade étnica, identidade cultura)”.⁴⁹

No entanto, impossível definir com exatidão o alcance dessas retóricas em determinada sociedade. Neste sentido um evento coletivo como as celebrações cívicas, apesar de todos os esforços de governantes e instituições militares que de certa maneira delimitam uma “área de circulação de lembranças”, não podem definir o caminho que cada indivíduo vai seguir. Assim o “compartilhamento memorial será fraco ou quase inexistente”.⁵⁰ Em nosso caso, apesar de também não ser possível definir com exatidão o compartilhamento de memórias históricas e definições identitárias, é possível explicitar certas recorrências de uma pretensa identidade ou memória histórica, ou melhor, os elementos mais recorrentes dessas representações, que de forma clara ou mesmo difusa, “perambulam” nas praças, discursos em atos comemorativos, livros e museus.

Estas preocupações estarão, de certa forma, presentes em todo o processo da tese. Neste primeiro capítulo procuramos salientar dois momentos que consideramos importantes tanto por definirem, em dado momento, o que se julgava importante como elemento histórico e identitário, como por reverberarem seus esforços pelas décadas seguintes. Trata-se do Primeiro Congresso de História Catarinense (1948) e das comemorações do Centenário de emancipação política do Paraná (1953). Embora já consistentemente estudados, julgamos necessário incluir nesta pesquisa apontamentos sobre suas principais características.

De maneira mais difusa, as ideias e afirmações (nascidas, reelaboradas ou reafirmadas) durante estes eventos continuaram sua trajetória por vários caminhos, tais como na programação dos Institutos Históricos e órgãos oficiais de cultura como secretarias e conselhos estaduais de cultura. Sobre os Institutos, secretarias e conselhos, também fizemos alguns apontamentos procurando destacar algumas de suas características.

⁴⁹ CANDAU. Joel. Op. Cit., p. 29. Para o autor, estas retóricas são heranças da sociologia, antropologia social e cultural, que dentro de uma “problemática integrativa e de esquemas de pertencimento” elaboraram boa parte de seu vocabulário na era industrial, ou seja, na era das “massas representadas” como “entidades coletivas”.

⁵⁰ CANDAU, Joel. Op. Cit., p. 35.

1.1 SANTA CATARINA E O PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA (1948): OS AÇORIANOS

Em Santa Catarina, diferentemente do Paraná,⁵¹ a data de criação do que viria a ser o estado catarinense não teve apelo memorialístico e muito menos de identidade. “Sem Ordem-Régia, Decreto ou Resolução, em 1739 o comando do destacamento militar avoca-se governador da Capitania da ‘Ilha de Santa Catharina’”.⁵² Sua afirmação territorial ocorreu no interior de um contexto histórico marcado por múltiplas questões políticas, se estendendo até 1916. Neste cenário, os “forjadores” de identidades tiveram dificuldades de evocar uma territorialidade relativa a uma pretendida identidade. Dos muitos elementos formadores da sociedade catarinense um deles ganhou especial atenção quando se pensava na construção identitária do estado: a vinda de habitantes do arquipélago português de Açores, em 1748. Esta ocupação ocorrida pouco tempo depois da criação da Capitania bem como o fato de ser o principal elemento de colonização da Ilha de Santa Catarina (sede da capital), nos parecem fatores de grande importância para se pensar nas motivações que fizeram com que esse processo colonizador específico ganhasse significado na construção de uma identidade.

A força dessa ideia de “açorianidade”, como elemento crucial da identidade catarinense, ficou evidente em 1948 quando da realização do “Primeiro Congresso de História Catarinense: Comemorativo do Segundo Centenário da Colonização Açoriana”, que foi realizado entre os dias 05 e 12 de outubro daquele ano. Não era apenas um evento que visava desenvolver estudos a respeito deste e de outros temas, mas, uma “comemoração” por completarem-se dois séculos da chegada das primeiras famílias açorianas a Santa Catarina, um tema recorrente nos estudos sobre o estado. O congresso, organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, não era apenas um evento restrito a acadêmicos e diletantes pesquisadores da história catarinense. Houve a participação do governo estadual e até do governo federal, ambos contribuindo financeiramente e com representantes discursando aos participantes do certame histórico. O congresso se tornou, para alguns congressistas (como eram chamados os participantes), uma jornada de apresentações de trabalhos tanto quanto uma peregrinação por repartições públicas e localidades do estado.

Foram criadas dez seções (algo como os simpósios temáticos dos eventos atuais) dentro das quais apresentaram-se 85 trabalhos, selecionados dentre os 95 analisados e que

⁵¹ A data de emancipação política do estado (1853) foi por diversas vezes relembra na construção de uma memória histórica e nos discursos identitários.

⁵² PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: nonagésimo aniversário de fundação. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 7, p. 248, 1986/7. Acervo da BPSC.

fariam parte dos Anais.⁵³ E como é comum até hoje, o número de trabalhos em cada seção foi desigual, variando de apenas dois no de História Geral Catarinense a dezoito no de História Social e Cultural.

O evento trouxe para o espaço da Faculdade de Direito e do Teatro Álvaro de Carvalho nomes de peso da historiografia e da política local além de participantes de outros estados e de Portugal. A mesa efetiva do Congresso teve como presidente o desembargador Henrique da Silva Fontes (1885 – 1966), um dos organizadores do evento. Elegeu-se também um presidente de honra, escolha que recaiu sobre o historiador Lucas Alexandre Boiteux (1881 – 1966). O jornalista e historiador Hélio Viana (1908 – 1972); o juiz e professor Dante de Laytano (1908 – 2000), e o linguista português Manuel de Paiva Boléo (1904 – 1992) ocuparam respectivamente as funções de primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes. Para secretário geral escolheu-se Oswaldo Pilotto (1901 – 1993), um dos maiores estudiosos da imprensa paranaense. Os professores Luiz Bezerra da Trindade e Rubens Ulysséa foram os primeiro e segundo secretários e Ciro Mendes, relator geral.

A escolha dos nomes para compor a mesa diretora ocorreu no dia anterior (04) ao início do Congresso. Durante o desenrolar das atividades leram-se duas notas enviadas pelo presidente, Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974), e pelo governador do Paraná, Moysés Wille Lupion de Tróia (1908 – 1991),⁵⁴ o que atestava certa importância do evento fora de Santa Catarina. A íntima ligação do Congresso com a esfera política podia ser constatada também na escolha do paraninfo, no caso, o vice-presidente, Nereu de Oliveira Ramos (1888 – 1958), da tradicional família Ramos, de forte participação na política catarinense.⁵⁵ Mesmo nomes tradicionais dos estudos históricos e geográficos de Santa Catarina tinham ligação direta com a política do estado, como é o caso do historiador e antropólogo, Oswaldo Rodrigues Cabral (1903 – 1978), deputado estadual entre 1947 e 1951; e do engenheiro Víctor Antônio Peluso Júnior (1909 – 1994), que ocupava o cargo de Diretor do Departamento Estadual de Geografia

⁵³ As seções foram: 1ª História Geral Catarinense; 2ª História Demográfica e Política; 3ª Colonização Insulana; 4ª História Econômica; 5ª História Social e Cultural; 6ª Linguagem e Folclore; 7ª Geografia Histórica e Cartografia; 8ª História Local; 9ª Genealogia; 10ª Bio-bibliografia. O número de congressistas não foi igual ao número de trabalhos pois nomes como os de Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral e Otacílio Vieira da Costa (1883 – 1950), apresentaram mais de um trabalho cada um. Ver: **Revista Atualidades**. Florianópolis, nº 11, novembro de 1948, s/n. Acervo da BPSC

⁵⁴ **Revista Atualidades**. Florianópolis, nº 11, novembro de 1948, s/n. A ligação de políticos com a realização do Congresso ficou literalmente estampada na própria Revista Atualidades que estamos usando como fonte a respeito do evento. Em sua edição de nº 10, de outubro, publicaram-se os retratos do presidente, Eurico Gaspar Dutra; do vice-presidente, Nereu Ramos; do Governador do Estado, Aderbal Ramos da Silva (1911 – 1985); além de secretários de estado e outros mais da prefeitura de Florianópolis.

⁵⁵ Sobre seu pai, Vidal Ramos, ver capítulo 3.

e Cartografia, e que na ocasião ficou responsável pela Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica.⁵⁶ Em seu discurso de abertura, Peluso Júnior apresentou um resumo da exposição:

Passaremos por gráficos estatísticos que falam das condições económicas de Santa Catarina; analisaremos ligeiramente algumas particularidades da língua portuguesa em terras catarinenses; compararemos a influência dos elementos físicos na alimentação do açoriano e do catarinense, para, em seguida nos determos nos fatos geográficos mais característicos da adaptação de um grupo social ao ambiente físico: habitação e trabalho. Procuramos focalizar algumas minúcias das atividades agrícolas e das indústrias tradicionais, para atingir, depois de algumas indicações sobre transporte e comércio, o quadro em que homenageamos a gente açoriana em seus descendentes que se destacaram na vida pública, na arte e na literatura. (...). Depois de alguns quadros sobre vida artística, religião e folclore, a que se seguem peças de coleções de antiguidades encontradas no litoral de Santa Catarina e peças do museu de armas da nossa ilustre Polícia Militar, a magnífica amostra, que fazem os filatelistas de Florianópolis, completa nossa exposição.⁵⁷

No discurso de Peluso Júnior destacamos ainda a preocupação gerada pela comparação do açoriano do litoral com as colônias alemãs do Vale do Itajaí e do norte do estado (Blumenau, Joinville), em virtude de históricas críticas sobre os grupos litorâneos por não terem se desenvolvido economicamente do mesmo modo que as colônias alemãs:

Não tememos apresentar o que de primitivo ha nas atividades agrícolas, nem patentear o baixo nível económico desse grupo, que participa frouxamente das principais produções catarinenses. Já em 1820 Saint'Hilaire discutia a decadência da colonização açoriana. Em nossos dias, em virtude do entusiasmo que despertam as atividades de núcleos possuidores de centros industriais, encontramos facilmente quem apregoe a falência do grupo que povoa o litoral catarinense. Conceitos tão simples como vitória e fracasso são menos claros do que parecem; não podem ser deduzidos da comparação precipitada entre grupos distintos.⁵⁸

Para Paluso Júnior, se “bem compreendida”, a exposição mostraria que a “gente açoriana perdura na geração que vive”. Para ele os açorianos venceram, e sua “vitória” não poderia ser medida pela passiva aceitação de “instrumentos técnicos de outros grupos, mas pela sobrevivência de padrões que o caracterizam”.⁵⁹ Dessa forma a “vitória” açoriana estaria atrelada a uma tradição do “fazer” e não ao desenvolvimento tecnológico. Para ele o “conflito

⁵⁶ Estes são personagens que citaremos com frequência nos capítulos seguintes, seja na participação em ações culturais públicas, na historiografia e elaboração de uma identidade catarinense. Assim como tantos outros que citamos ao longo do texto. O mesmo ocorreu no Paraná. David Carneiro, Pinheiro Machado, Walfrido Pilotto, entre outros, levaram sua influência intelectual aos institutos históricos, aos livros didáticos, aos monumentos, enfim, aos “lugares de memória” e à produção de uma identidade paranaense.

⁵⁷ SANTA CATARINA. **Catálogo da Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica, realizada na cidade de Florianópolis, por ocasião do Primeiro Congresso Catarinense de História, de 06 a 12 de outubro de 1948.** Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1948, p. 2. Disponível em: www.bu.ufsc.br/projeto_obras_raras/10438.pdf. Acesso em: 06/05/2016.

⁵⁸ Idem. Ibidem., p. 3.

⁵⁹ Idem.

entre cidade e campo” era “demasiadamente chocante” e que “as atividades urbanas integram-nos facilmente nas exigências culturais cujo padrão máximo é a vida norte-americana, inclinando-nos a ver fracassos e vitórias na medida desse padrão”. Já o campo se caracterizaria por manter tradições e sua “evolução” não se faria “à custa de todos os hábitos e instituições, mas na fusão deste com os novos elementos que absorve”.⁶⁰ Neste sentido a cidade se caracterizaria pela perda de hábitos e costumes tidos como antigos ao passo que no campo o apego as suas tradições seria não apenas uma de suas características, mas, os elementos que provariam sua tenaz permanência, sua “vitória”. Contrariando em parte os elogios ao “progresso” do Vale do Itajaí, dizia:

O viajante apressado extasia-se ante o progresso e riqueza da bacia do Itajaí. Não conhece, sem dúvida, a tragédia que naquela região se desenrola ante a erosão do solo, a rotina de processos agrícolas e a deficiência da rede comercial. A repercussão desses fatos não nos chocam, porque a noção de conforto, trazida pelo imigrante teuto do século XIX, tinha o avanço de 100 anos sobre o que o açoriano trouxera, e no qual se manteve, em parte, em virtude do isolamento em que ficou.⁶¹

Os 100 anos de avanço apontado pelo autor fundamentava-se provavelmente no período no qual cada grupo chegou ao estado uma vez que os açorianos aportaram por aqui em meados do século XVIII e os alemães o fizeram em maior número a partir da segunda metade do século seguinte. Exceção neste caso foi a Colônia de São Pedro de Alcântara, formada a partir de 1829 e considerada a primeira colônia alemã do estado. Insistiu o autor na afirmação de que “todas as comparações nesse setor não inadequadas”. Para ele o estado ainda não havia alcançado o estágio de integração de todos os grupos étnicos e por isso não havia a possibilidade de se “apurar o vencedor”. E completou:

Entretanto a imposição da língua e a unificação dentro da mesma pátria foram dadas pelo descendente de açoriano a todos os grupos ao sul do vale do Itajaí. Nesta exposição verificaremos a permanência de sua técnica de trabalho obsoleta segundo os moldes da economia dominante nas cidades, que não é a mesma dos campos; veremos a forma pela qual se adaptou à evolução dos transportes, que evoluíram como ligações entre cidades e não como servidores do meio rural; veremos enfim, os testemunhos evidentes de uma vida social baseada em suas próprias tradições a serviço de nossa pátria. Tenho dito.⁶²

Aos açorianos coube, segundo o autor, uma tarefa unificadora em boa parte do território. Neste sentido muito mais fácil seria, para os teóricos de uma identidade, ver no açoriano a base para se definir uma identidade catarinense.

⁶⁰ SANTA CATARINA. Catálogo da Exposição Histórica..., pp. 3-4.

⁶¹ Idem, p. 4.

⁶² Idem.

Pelo viés identitário, o discurso do linguista português, Manuel de Paiva Boléo (terceiro vice-presidente do Congresso), na tarde do dia 06, na Assembleia Legislativa, não poderia ser mais oportuno. Falando de seus rápidos contatos com a população da capital catarinense disse que Santa Catarina havia conquistado uma “maturidade ‘étnico-psicológica’”. Queria ele dizer com isso que “já está tão consciente de sua brasilidade, que não receia prestar pública homenagem, sem prejuízo da objectividade científica, ao elemento que mais contribuiu para formar a grande nação brasileira”. Mais que o açoriano, Boléo aproveitou para enfatizar a importância dos portugueses para a formação do brasileiro:

Longe de causar qualquer estranheza nos catarinenses a idéia do Congresso, êle despertou antes geral aprovação e entusiasmo, bem patentes não só nas deferências que ao delegado de Portugal têm dispensado as autoridades, (...), mas sobretudo no facto de grande número de famílias se sentir honrada quando descobre que descende desses açoriano humildes, mas trabalhadores e honestos, que vieram povoar, colonizar e cristianizar Santa Catarina. Pelas conversas que tenho tido com ilustrados congressistas, que adquiriram um nome respeitado com os trabalhos de séria investigação que publicaram, tenho verificado que a quase totalidade dos brasileiros com responsabilidades intelectuais – sejam quais forem as restrições de pormenor que tenha a fazer – está pronta a subscrever aquele pensamento que ouvi ontem, na sessão inaugural, ao Senhor Governador do Estado e que me ficou na memória: “é português tudo que temos de brasileiro e profundo”.⁶³

Excetuando-se aí aqueles momentos de mútuas gentilezas e o fácil discurso da presença do português na formação do Brasil, cabe destacar a construção de uma identidade que é catarinense e nacional bem como a suposta afirmação por parte de algumas pessoas de se sentirem “honradas” de sua descendência açoriana. Destacamos ainda a colocação de Boléo sobre uma eventual “estranheza” que o evento poderia causar aos catarinenses. O açorianismo não era algo unânime a começar pelas críticas de que teriam fracassado em sua colonização. Talvez por isso a retórica de uma suposta “estranheza” sobre o evento e a comemoração do segundo centenário de colonização açoriana que, ao fim e ao cabo, não se confirmou, segundo Boléo.

Um dos mais ilustres participantes do evento, o médico, antropólogo e historiador, Oswaldo Rodrigues Cabral, era à época o mais dedicado e respeitado estudioso da colonização açoriana em Santa Catarina. Foi de sua autoria o mais importante trabalho apresentado sobre este tema no Congresso. Intitulado “Os Açorianos”, fez parte da 3ª seção (Colonização Insulana). Em 1951 a pesquisa foi publicada mantendo-se o mesmo título.

O autor traçou os principais passos dos antecedentes e do processo de imigração iniciado em 1748 e que se estendeu até 1756. Sua conclusão corroborava a afirmação de

⁶³ **Revista Atualidades**. Florianópolis, nº 12, dezembro de 1948, pp. 7-8. Acervo da BPSC

outros no que concernia ao estabelecimento desses colonos na ilha e região litorânea. “(...) a colonização açoriana, como tentativa de estabelecimento agrícola, resultou no mais completo fracasso”.⁶⁴

Segundo Cabral, os autores que vinham se dedicando ao tema atribuíam esse fracasso “às copiosas sangrias, periodicamente feitas, nos elementos destinados à lavoura, a fim de empregá-los no serviço das armas”. Para ele não se podia subestimar o impacto que isso trazia ao processo de colonização. No entanto, somado a outros fatores que contribuíram para o fracasso, este não teria sido o maior e nem o mais importante:

Inicialmente, cumpre-nos considerar que, do total dos povoadores imigrados das Ilhas, nem um terço, talvez, tivesse podido encaminhar-se para as atividades agrícolas. Vimos que, a par da gente pertencente à nobreza do arquipélago, que fugira às duras condições de vida que então suportavam nêles, os Açôres nos enviaram, também, certo número, aliás ponderável, de elementos que não podiam adaptar-se aos árduos misteres que lhes eram aqui destinados. Velhos, aleijados, incapazes, que foram a dor de cabeça do Governador Manuel Escudeiro, viram-se embarcados espontânea ou compulsoriamente (...). Uns e outros, a nobreza e os incapazes, eram elementos totalmente inclinados a aceitar outra situação que não aquela que se lhes destinava.⁶⁵

Para completar o que chamou de primeiro ciclo de colonização, a Ilha de Santa Catarina foi ocupada pelos espanhóis por cerca de um ano e só desocupada depois do Tratado de Santo Ildefonso em 1777. Para o autor, ao iniciar-se um segundo ciclo, não só a ilha, mas, o Brasil como um todo seria afetado pelo Alvará de 05 de janeiro de 1785 proibindo “todas as fábricas e manufaturas de ouro, prata, sedas, algodão, milho e lã”. Atitude reforçada no ano seguinte pelo Vice-rei ao governo da província catarinense, decretando a “morte para a pequena e incipiente indústria catarinense”.⁶⁶

Cabral se alongou em outras tantas circunstâncias que aceleraram o definhamento da produção agrícola local como, por exemplo, a cobrança de dízimos e um cultivo do solo que o esgotava rapidamente. Também dizia que “É (...) de confundir os que apreciam o fenômeno”,⁶⁷ pois como o português fracassara no sul na produção agrícola se no nordeste do país havia conseguido formar a grande lavoura:

No sul, faltou o grande domínio e faltou o negro. Faltou o primeiro, porque o regime instituído foi o da pequena propriedade; e faltaram ambos, porque, para o estabelecimento do grande domínio e o seu povoamento de escravos (...) faltou ao

⁶⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos**. Florianópolis, 1951, p. 76. Acervo da Biblioteca da UFSC.

⁶⁵ Idem. Ibidem., p. 76.

⁶⁶ Idem, p. 77.

⁶⁷ Idem, p. 82.

açoriano o dinheiro necessário à sua aquisição, tendo vindo, como veio, pobre, das ilhas do arquipélago.⁶⁸

Apesar de considerar todos esses fatores, Cabral afirmava que outro foi o motivo que mais contribuiu para o fracasso agrícola da região. O açoriano, assim como o português em geral, não tinha “pendores” para a produção agrícola. A grande lavoura só foi possível, segundo ele, por causa do braço escravo, cabendo aos portugueses as muitas outras tarefas da colônia. Da mesma forma, quando o açoriano podia, se “libertava” da terra, abandonando-a ou vendendo-a pelo pouco que conseguia e se aventurando em outras atividades, inclusive indo para as fileiras militares. Só os moradores mais afastados do núcleo urbano se “ligaram à terra”, e sem recursos e nem técnica e “contrariando a própria índole, condenaram-se à inevitável decadência dos agricultores rotineiros”. Para o autor, são destes grupos que ainda se podia encontrar, em meados do século XX, remanescentes “isolados em pequenas póvoas, à beira das praias (...)”.⁶⁹ Sobre estes e de forma crítica afirmava que:

Tal gente tem-se buscado para expor como sendo os descendentes do açoriano fracassado, quando é ela apenas a descendência dos que não tiveram a coragem de abandonar a terra, ou não puderam fazê-lo. Tendo contrariado a índole dos seus maiores, buscando forçar tendências inexistentes, sucumbe, por isso, à incapacidade, à rotina agrícola, ao isolamento e à pobreza decorrente de tudo isso. Porque, foram os que se libertaram da terra, aqueles que se encaminharam para as outras profissões, os que lograram impor-se à sociedade.⁷⁰

Para o autor, a terra tornou-se função “desclassificadora” e só os que se desligaram dela lograram ascender socialmente. Cabral citou outros pesquisadores que diziam serem os açorianos “agricultores excepcionais” e que o solo ruim da ilha prejudicava sobremaneira a manutenção dos cultivos, discordando assim de suas próprias afirmações. Mas se valendo de relatos como os de Georg Heinrich von Langsdorff (1774 – 1883) e Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779 – 1853), que afirmavam ser o solo da ilha propício a agricultura, mantinha sua posição em relação à falta de “índole” do açoriano para o labor agrícola.⁷¹

Concluindo seu trabalho, afirmava que só a partir da segunda metade do século XIX é que a agricultura catarinense, recorrendo a outros elementos, “a ela dispostos e inclinados”, e dispondo de outros recursos, pôde se recuperar e partir para a industrialização, “fonte de toda

⁶⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. Cit., p. 82.

⁶⁹ Idem, pp. 83-84.

⁷⁰ Idem, p. 84.

⁷¹ Idem, pp. 84-85.

a riqueza atual de Santa Catarina”.⁷² Sobre os açorianos, na ilha ainda se podia encontrar, segundo ele, elementos das duas “frações” em que se haviam dividido: a dos que fracassaram ao permanecerem na agricultura e a dos que se impuseram por se dedicarem a outros “campos de atividade”. Assim como Peluso Júnior, citado anteriormente, algumas afirmações de Cabral se prestavam a um discurso identitário:

O açoriano foi elemento básico da sociedade catarinense. Recebeu e conservou a língua, a religião, o sentimento pátrio, os costumes dos antepassados, muitos dos quais ainda perduram, vivos, entre o povo catarinense. (...). O fracasso da primeira (fração), entretanto, não representa o fracasso de toda a tentativa, nem representa a falência do seu espírito. (...). Grandes e numerosas famílias, ilustres e destacadas, têm as suas origens nos modestos troncos vindos do arquipélago. (...). O açoriano venceu pela sua descendência. Venceu o meio, venceu a ação desclassificadora dos fatores contrários à sua índole, que quase o levaram à ruína e ao fracasso.⁷³

Cabral se mostrava incomodado com o fato de alguns buscarem em recantos isolados elementos açorianos que representariam o legado da descendência desse grupo, deixando entrever assim um dos artifícios utilizados pelos críticos da colonização açoriana para desqualificar tal processo colonizador. Valeu-se o autor da ligação entre açorianos e descendentes ilustres para mostrar que os açorianos haviam vencido.

Apesar de haver vozes dissonantes em relação ao açoriano, tendo como baliza principal para comparações as cidades do Vale do Itajaí e ainda de Joinville (no norte do estado), de colonização alemã, consideradas exemplos de sucesso econômico, o açoriano foi não apenas estudado, mas, celebrado no Congresso de História. Contudo, obviamente não era o único assunto a ser tratado nos 85 trabalhos apresentados nas 10 seções. Por isso seria de supor que o Contestado ganharia algum espaço no primeiro grande evento de história do estado. Mas o assunto foi ignorado. Nenhum pesquisador se preocupou em trazer estudo sobre período tão marcante da história catarinense, nem mesmo se referindo à Questão de Limites, mais facilmente destacada pelos governantes dentre seus muitos aspectos.

Procedendo a uma rápida análise pelos títulos apresentados não se tem dúvidas de que o Primeiro Congresso de História Catarinense ignorou um dos fatos mais importantes de sua história. E era algo até relativamente recente. Passaram-se apenas 32 anos entre o fim da guerra e a assinatura do Acordo e a realização do Congresso. Mas talvez seja justamente este um dos motivos para tal silêncio. Talvez o assunto fosse ainda incômodo aos estudiosos locais e mais ainda aos políticos, até porque famílias tradicionais da política, caso dos Ramos,

⁷² CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. Cit., p. 88.

⁷³ Idem.

agentes diretos no período da guerra, ainda estavam em atividade e muito dificilmente fariam algum tipo de esforço para trazer o assunto de volta. Os historiadores do estado pouco haviam se dedicado ao tema e a literatura sobre o Contestado foi amplamente dominada pelos militares, principais referências na primeira metade do século XX. Só a partir da década de 1950 e seguindo pela década de 1960 é que os sociólogos passariam a contrabalançar essa preponderância e a oferecer um novo olhar. Os historiadores só entraram com maior força a partir da década de 1970, como mencionado na introdução.

Em resumo, observando-se os títulos apresentados vamos encontrar, por exemplo, estudos que analisaram Santa Catarina no século XVI, apresentados na 1ª seção. Na 2ª seção, a cidade de Lages (elemento importante ao tempo do Contestado) apareceu relacionada à Revolução Farroupilha e ao republicanismo. Também o Vale do Itajaí e sua colonização alemã foram lembrados além de mais um trabalho de Cabral sobre a antiga Desterro (Florianópolis). Na 3ª seção, dedicada à colonização açoriana, o destaque ficou mesmo para “Os Açorianos”, de Cabral. Na seção seguinte, dedicado às questões econômicas, o Vale do Itajaí ganhou novamente seu espaço, além de aspectos relacionados ao mar. A 5ª seção, de História Social e Cultural, se caracterizou por conta da apresentação de nada menos do que sete trabalhos de temática religiosa. O ensino nas escolas também teve aí uma parcela de atenção. Na 6ª seção, de linguagem e folclore, os trabalhos abordaram os açorianos, crendices e superstições. Na 7ª seção, aspectos geográficos desde o período colonial, principalmente na Ilha de Santa Catarina e nos Açores. A 8ª seção centrou seus debates na “história local”. Pelos trabalhos apresentados, o “local” dizia respeito a cidades e localidades de menor porte, como Laguna e Nova Trento. A genealogia foi o tema da 9ª seção e trouxe cinco trabalhos de famílias tradicionais, incluindo descendências açorianas. E na 10ª seção, de Bio-biografia, apresentaram-se trabalhos dedicados a nomes como o de José Artur Boiteux (fundador do IHGSC) e de expoentes da literatura e de militares.

Um exemplo de como se pode passar pelo período em que se desenrolou a Guerra do Contestado sem fazer menção a ela verificamos no estudo “Aspectos Econômicos de Santa Catarina”, apresentado na 4ª seção por Carlos Gomes de Oliveira.⁷⁴ Das divisões dos períodos analisados, destacamos dois deles, de 1850 a 1914 e de 1915 a 1916. Note-se que uma termina e outra começa no período em que se desenrolava a campanha militar no Contestado. Mas esta não contava para fazer a divisão mencionada pelo autor. O início foi marcado, segundo

⁷⁴ Formado em advocacia, fez parte do Conselho Consultivo Municipal de Joinville em 1931, participando da reorganização do ensino local. Foi ainda Deputado Estadual e membro da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa de SC, entre outros cargos.

Oliveira, pela fundação das colônias que dariam origem a Joinville (1851) e Blumenau (1852). O ano de 1914 apareceu por conta do início da Primeira Guerra e o de 1915 se justificava pelos impactos econômicos provocados durante o conflito mundial. O Contestado não foi computado nas questões econômicas e características do oeste catarinense.⁷⁵

Não se pode obviamente ignorar o conflito mundial como condicionante para mudanças econômicas no Brasil e em Santa Catarina. O período de 1912 a 1916 não representou motivação para algum tipo de análise, nem mesmo pelo viés econômico, mostrando, por exemplo, o impacto dos gastos do governo nos quatro anos de conflito no Contestado.

No que dizia respeito aos elementos identitários, caros a Santa Catarina, e contando com a participação do governo estadual, o Primeiro Congresso de História Catarinense foi o mais importante esforço a reunir políticos e intelectuais. Os dois governos de Amin, que enfatizaram o “homem do Contestado”, também podem ser considerados de grande envergadura. Contudo, eram mais personalistas e restritos, apoiando-se na figura política de Esperidião Amin e o uso político do tema, apesar de seu interesse pessoal no assunto.⁷⁶

O açorianismo, em ciclos de maior ou menor força, seguiu após o evento e continua a marcar o estado até os dias atuais. O antropólogo português, João Leal, publicou em 2007 interessante pesquisa sobre o assunto. Para ele, o Congresso de História pode ser entendido como uma “redescoberta das raízes açorianas”.⁷⁷ A força do tema continuou após o evento, com a criação da Comissão Catarinense de Folclore. Para Leal, é “sob o signo” do Congresso que pode ser entendido a criação e os trabalhos desenvolvidos por esta comissão, com destaque para a criação do “Boletim Trimestral da Sub-Comissão Catarinense de Folclore”, em 1949. Seu nome foi alterado na sequência para “Boletim da Comissão Catarinense de Folclore” e, entre 1949 e 1963, com direção de Oswaldo Rodrigues Cabral até 1953, sendo substituído por Walter Fernando Piazza, publicaram-se 28 números. O boletim foi responsável por dinamizar “antes de tudo uma intensa atividade de coleta e investigação da área do folclore e da etnografia, que, embora tenha se desdobrado em outros tópicos, deu lugar de particular relevo a temáticas de natureza açorianista”.⁷⁸

⁷⁵ OLIVEIRA, Carlos Gomes de. Aspectos Econômicos de Santa Catarina. In: **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense**. Trabalhos da quarta, quinta e sexta secções, v. 3. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1951, pp. 19-21. Segundo consta nos dois volumes existentes na Biblioteca Pública de Santa Catarina, o primeiro volume onde constava os noticiários sobre o evento nem chegou a ser editado bem como boa parte dos trabalhos em virtude de um incêndio ocorrido na Imprensa Oficial. Acervo da BPSC

⁷⁶ Ver capítulo 3.

⁷⁷ LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007, p. 37.

⁷⁸ Idem. Ibidem., pp. 43-44.

Apesar da força inicial, este açorianismo, principalmente após o encerramento dos boletins, em 1963, e da migração de seus dois principais idealizadores para a UFSC, começou a sofrer sensível declínio. Uma primeira retomada aconteceu no final da década de 1970 e início da década seguinte e contou novamente com os trabalhos de Cabral e Piazza, com destaque para este último que, em 1979, viajou aos Açores, viabilizando um processo de “reatamento das relações entre intelectuais catarinenses e açorianos”. Houve também a participação de novos entusiastas do assunto como o sociólogo, Nereu do Vale Pereira, da UFSC, o que marcava também um protagonismo importante da própria universidade nos estudos açorianistas. Neste sentido destacou-se a criação do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), em 1984. Essa primeira retomada foi marcada ainda pela organização das “Semanas de Estudos Açorianos”, em 1984, 1987, 1989 e, principalmente, pelas pesquisas e trabalhos artísticos de Franklin Cascaes (1908 – 1983).⁷⁹ Segundo João Leal, começava a surgir nesse período uma nova geração interessada nos assuntos açorianos, embora ainda formados pela geração do congresso de 1948. Se antes o açorianismo estava, segundo o autor, “acantonado na elite tradicional de Florianópolis”, tinha início naquele momento uma abertura para “setores das classes médias, ao mesmo tempo em que de geração em geração iniciava-se também o seu processo de expansão para setores mais jovens e culturalmente mais dinâmicos”.⁸⁰

Uma segunda retomada do açorianismo aconteceria na década de 1990. O destaque maior nesse período ficou por conta das atividades do NEA e que, em 1993, passou por uma “refundação”, segundo Leal. Os desdobramentos das atividades do NEA bem como a participação de múltiplas iniciativas de outros setores da sociedade que só fizeram crescer a temática açoriana no litoral catarinense e, em especial, em Florianópolis, foram também abordados por Leandro Leal até 2002, resultando no citado livro.

Importante destacar, para os fins de nossa pesquisa, que o açorianismo, apesar dos momentos de baixa atividade, nunca deixou de existir desde 1948, servindo de contraponto às identidades calcadas na colonização alemã, no Vale do Itajaí, ou nos elementos gaúchos encontrados no litoral e principalmente no oeste do estado, não sendo possível, apesar dos esforços, construir uma única identidade catarinense tendo a colonização açoriana como seu principal argumento. Mas foi o viés escolhido por alguns dos principais intelectuais e políticos catarinenses para tentar forjar o “catarinense”. Apesar de não se espalhar por todo o estado, ainda é o fundamento mais importante nas questões identitárias de grande parte do

⁷⁹ LEAL, João. Op. Cit., pp. 46-50.

⁸⁰ Idem, p. 53.

litoral catarinense e, principalmente, em Florianópolis, de onde geralmente se partiu para pensar uma identidade que fosse “catarinense”. Se houve um “arroubo” identitário com base no “homem do Contestado”, como veremos adiante, este foi de limitado alcance, circunscrevendo-se aos municípios assolados pela guerra entre 1912 e 1916. Em nenhum momento, mesmo na década de 1980, foi capaz de suplantar a importância dada ao açorianismo ou à colonização alemã.

Com base no que foi exposto, percebe-se que nem remotamente foi possível criar uma identidade que fosse “catarinense”, até porque, como sabemos, toda e qualquer tentativa de homogeneização identitária sempre redundou em fracasso. Mas, foi possível perceber quais os caminhos tentados com o aval dos vários governos catarinenses e parte da intelectualidade local.

1.2 PARANÁ E O CENTENÁRIO DE EMANCIPAÇÃO (1953): MODERNIDADE

Se em Santa Catarina a criação da capitania em 1738 não ganhou sustentação nos discursos da memória sobre a futura província e estado catarinense, no Paraná o ano de 1853 passou a constar com grande vigor entre as datas festivas do estado e como elemento essencial na construção de uma identidade paranaense. E neste caso havia duas datas possíveis para serem incluídas nos trâmites memorialísticos das instituições oficiais, a da criação da província, desmembrando-se de São Paulo por meio da Lei nº 704 de 29 de agosto de 1853, e o dia 19 de dezembro seguinte quando da posse de seu primeiro presidente, Zacarias de Goes e Vasconcelos (1815 – 1877). Muito por conta talvez da festiva recepção e início das atividades de Góes e Vasconcelos, a segunda ganhou maior valor simbólico e se tornou o marco fundador do Paraná. Fato significativo que atestou logo nos primeiros meses a força simbólica desta data foi a fundação do primeiro jornal paranaense em 01 de abril de 1854 com o nome de “O 19 de Dezembro”.

O dia 19 de dezembro tornou-se a data para solenidades oficiais das mais simples às mais pomposas e uma referência para a inauguração de monumentos. Exemplo é a fundação da Universidade do Paraná em 19 de dezembro de 1912, ou ainda a inauguração do monumento ao Barão do Rio Branco em frente da nova sede da prefeitura de Curitiba (ainda em construção naquele momento) em 19 de dezembro de 1914 (ano no qual a Guerra do Contestado estava em seu período mais violento) com a presença do então presidente do estado, Carlos Cavalcanti de Albuquerque.⁸¹ As duas maiores comemorações da emancipação ocorreram em 1903 (50 anos) e 1953 (100 anos). Esta última tornou-se um marco identitário paranaense. O tema do centenário de emancipação do estado já foi matéria para muitos estudos sejam eles acadêmicos ou não. Com base em fontes e as observações de pesquisadores podemos apontar algumas características sobre o que era o Paraná e quem era o paranaense segundo os apologistas da identidade do estado no período.

Em momentos comemorativos a ideia que os governantes têm ou pretendem elaborar sobre os estados e municípios que governam é extravasado da tribuna para outros meios de divulgação. Revistas, jornais e livros encomendados especialmente para eventos dessa natureza, servem de nova tribuna para a retórica que invariavelmente conclama para a união com vistas a um futuro promissor e para enaltecimento do que se está fazendo naquele

⁸¹ A comissão organizadora que viabilizou o monumento contou com a participação do Cel. João Gualberto até 1912, quando de sua morte no Contestado. Sobre este e Carlos Cavalcanti falaremos mais adiante. Também voltaremos a falar da inauguração do monumento.

momento em especial. Em 1953 o então governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1905 – 1973) se esforçou para dar à sua administração e ao momento econômico pelo qual passava o estado, uma aura de ineditismo, vanguarda e modernidade. Esforçava-se também para definir o Paraná como algo específico, dito de outro modo, com uma identidade específica. É o que podemos perceber em alguns de seus discursos publicados na revista carioca “Ilustração Brasileira” em dezembro de 1953. A revista vinha sendo editada naquele ano com 42 páginas por mês. A edição especial de dezembro, com material publicitário selecionado pelo governo paranaense, fez circular uma edição de 280 páginas. No texto de saudação dizia o governador:

Nós, aqui no Paraná, estamos realizando, com o auxílio de todos os brasileiros uma obra notável. (...) Temos, é claro, com esta explosão quase revolucionária de progresso atual, da hora paranaense, altos e baixos, claros e escuros, temos a convivência de vários estágios de civilização. Vários séculos são, neste momento, contemporâneos no Paraná. Grandes progressos e grandes atrasos, mas há aqui uma coisa que supera a tudo: a esperança, a fé. (...) A vós todos um recado do Paraná para o Brasil: Isto aqui tem características regionais nossas, específicas. Temos manchas louras; gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquele que mais o seja. Temos aqui brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram dêste nosso Brasil, como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses. Podeis levar a certeza que aqui se esta construindo alguma coisa diferente do Brasil. Tenho a certeza disso. Mas nessa construção o que se mantém é a fidelidade à tradição brasileira, cujas raízes mergulham no Cristianismo (...).⁸²

Em outro texto publicado na revista e originalmente pertencente a um discurso feito em Ponta Grossa, dizia o governador que:

O que se fizer no Paraná, deve ser feito em grande escala, ou não ser feito. (...) À nossa geração cabe êsse papel, cabe essa missão de realizar, de planejar para o futuro. (...) Realizar para o presente, qualquer um realiza. Sentir o presente qualquer um sente, enxergar o que lhe circunda, qualquer um enxerga. Mas, sentir o que o futuro vai pedir de nós, aquilo que, pela nossa atuação, o futuro vai aplaudir ou condenar, êsse é privilégio de poucos, mas êsse é um privilégio que eu reivindico para mim.⁸³

Estes dois trechos escolhidos trazem um pequeno resumo das qualidades, características e vicissitudes paranaenses segundo o olhar de Bento Munhoz bem como de outros políticos e intelectuais chamados a fazer parte do esforço de enaltecer e de certa forma interpretar o Paraná daquele período. Característica facilmente perceptível na fala do governador diz respeito aos imigrantes. Algumas publicações marcaram o período do Centenário ao definirem os colonos como os “construtores” de um estado “moderno”.

⁸² NETO. Bento Munhoz da Rocha. Saudação do governador Munhoz da Rocha Neto. In: **Ilustração Brasileira**: edição comemorativa do centenário do Paraná. Rio de Janeiro, v. 44, n. 224, p. 19, dez. 1953. Acervo da BPPR.

⁸³ Idem. Ibidem., p. 38.

Destacaram-se neste sentido “Paraná Vivo” de Temístocles Linhares (1905 – 1993) e “Um Brasil Diferente” de Wilson Martins (1921 – 2010).

Para a historiadora Aparecida Vaz, Linhares era um crítico dos intelectuais que consideravam os portugueses e os luso-brasileiros os responsáveis pelo crescimento do Paraná; um contra senso segundo o autor. Naquele momento de comemorações eram especialmente os imigrantes alemães que representariam o “Paraná moderno”.⁸⁴ A contribuição dos portugueses era vista como superada e, segundo Linhares, a mestiçagem “felizmente não grassava entre os novos habitantes”.⁸⁵ Ainda segundo Aparecida Vaz:

A história como forjadora do progresso é outro ponto essencial na obra de Linhares. Novamente os imigrantes são citados como assimiladores e enriquecedores da cultura local, especialmente os alemães, que “ora se vestem como nós, ora como eles”, uma alusão do autor ao processo de acomodação da população europeia no Paraná. Uma nova cultura com “caráter mais utilitário e técnico” estaria se formando, sem, contudo, prejuízo à identidade paranaense.⁸⁶

O protagonismo dos imigrantes em detrimento do “Paraná tradicional” também pode ser observado quando Temístocles Linhares se referiu à decadência na produção da erva mate e na grande produção cafeeira ao tempo do centenário. O autor associou o fim do mate ao fim de uma era. A produção e beneficiamento da erva mate se constituía desde meados do século XIX até a década de 1930 na principal responsável pelo crescimento econômico do estado. Sua gradativa decadência e o aumento na produção cafeeira inverteu definitivamente os papéis a partir da década de 1950. Linhares associava o mate ao passado e o café ao futuro do Paraná. “É bom lembrar ainda que a cultura do mate era gerenciada pelos luso-brasileiros, enquanto o café atraía uma população diversa, de outros estados e países”. A força do imigrante ganhou contornos ainda mais contundentes quando Linhares falou do desenvolvimento urbano, principalmente em Curitiba.⁸⁷ A conclusão de Linhares era de que o “homem paranaense”, não deixando de ser brasileiro, “desmistifica o fato de que só o descendente de português pode atribuir identidade à nossa cultura”.⁸⁸

Esse discurso imigrantista também marcou presença no livro de Wilson Martins. Em “Um Brasil Diferente” (obra inspirada em Casa Grande & Senzala segundo o próprio Martins), o autor procurou demonstrar que a formação social do Paraná não corresponderia ao

⁸⁴ BAHLS. Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários**: a memória histórica paranaense. 2007. Tese (Doutorado), UFPR, p. 150.

⁸⁵ Idem. Ibidem, pp. 150-151.

⁸⁶ Idem, p. 151.

⁸⁷ Idem, pp. 152-153.

⁸⁸ LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo**: um retrato sem retoques. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. Apud BAHLS. Aparecida Vaz da Silva. Op. Cit., p. 154.

quadro histórico, étnico e de costumes segundo a obra clássica de Gilberto Freire e nem mesmo seria parecido se comparado apenas à região Sul. Para Martins a diferença mais importante era a diversidade étnica. Enquanto que em outros estados haveria uma corrente migratória preponderante como dos italianos em São Paulo, dos alemães e Santa Catarina ou dos alemães e italianos no Rio Grande do Sul, “o Paraná recebeu, realmente, a contribuição de correntes imigratórias múltiplas, que aqui chegaram sucessivamente, mas em breve período de tempo”.⁸⁹ Com esse discurso Wilson Martins procurou definir também o Paraná à época do centenário:

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira. Inimigo dos gestos espetaculares e das expansões temperamentais, despojada de adornos, sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira que pôde, sem alardes, impor o predomínio de uma idéia nacional a tantas culturas antagônicas. E que pôde, sobretudo, numa experiência magnífica, harmonizá-las entre si, num exemplo de fraternidades humanas a que não ascendeu à própria Europa, de onde elas provieram. Assim é o Paraná. Terra que substituiu o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e produtivo heroísmo do trabalho quotidiano e que agora entre perturbada e feliz, se descobre a si mesma e começa, enfim, a se compreender.⁹⁰

Um Paraná “europeu”, sem escravos, índios e portugueses fugia completamente à histórica formação paranaense. Essa ideia de um estado “sem escravidão” teve vida longa no senso comum e as várias praças e parques instalados principalmente em Curitiba lembraram da colonização europeia em detrimento dos grupos étnicos descendentes dos africanos e indígenas. Até 2012 a imigração europeia continuava a assumir um papel desproporcional em relação a índios e negros quando da elaboração de uma memória histórica paranaense bem como de uma identidade paranaense.⁹¹

A questão étnica foi também a referência para se criticar uma das obras inauguradas no período, o “homem nu”,⁹² na Praça 19 de Dezembro. A praça passou a contar ainda com

⁸⁹ MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. Estudos Brasileiros, v.16, p.64. Apud BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Op. Cit., p. 155.

⁹⁰ Idem. Ibidem., p. 158.

⁹¹ Exemplos dessa diferenciação podem ser observados com clareza em Curitiba. Em 1980, ao lado do Centro Cívico, por conta da visita do Papa João Paulo II, inaugurou-se o “Bosque João Paulo II”, uma homenagem também aos imigrantes poloneses. Em Santa Felicidade, bairro marcado pela colonização italiana, o antigo “Bosque São Cristóvão”, remodelado entre 1993 e 1996, recebeu o “Memorial da Colonização Italiana”. O antigo nome foi praticamente esquecido, tornando-se o “Bosque Italiano”. Os alemães receberam sua homenagem com o “Bosque Alemão”, inaugurado em 1996. Há ainda o “Memorial Ucrâniano”, de 1995.

⁹² Se seguisse a ideia inicial proposta pelo governador Bento Munhoz, a estátua ficaria no Centro Cívico junto a outras 20 estátuas representando os estados brasileiros. O “homem nu”, voltado para o norte do estado, região de acelerado crescimento econômico, seria o Paraná dando um passo à frente, destacando-se dos demais. Contudo,

um grande obelisco encimado pelo escudo do Paraná, dois painéis (um de azulejos representando os ciclos econômicos do estado, e outro em baixo relevo que resumia o processo histórico/político paranaense), um espelho d'água e a estátua da “mulher nua”. Brasil Erbo Stenzel (1911 – 1980), Bartolomeu Cozzo (1900 – 1981), conhecido como Humberto Cozzo e Napoleon Potyguara Lazzarotto (1924 – 1998), ou Poty Lazzarotto, foram os artistas responsáveis pela elaboração destes monumentos. Dentre os críticos destacamos David Carneiro, proprietário de um dos museus analisados nesta pesquisa, que dizia que a estátua “não representava coisa nenhuma e muito menos o homem do Paraná, dolicocefalo, louro e belo”. Outro severo crítico da estátua foi Osvaldo Pilotto (1901 – 1993),⁹³ que considerava o “homem deformado, e que quando passava pela praça, fechava os olhos”.⁹⁴ Também a “mulher nua” recebeu críticas por conta de um “puritanismo” ou moralidade. Elaborada para ficar em frente ao Tribunal de Justiça, sua nudez inviabilizou a instalação neste local e só em 1972 decidiu-se colocá-la na praça, longe do tribunal.

Os antigos portugueses e luso-brasileiros de um lado e os colonos alemães, italianos e poloneses de outro não davam conta da heterogeneidade da população do estado. Aqueles que chamaríamos de caboclos, por exemplo, traziam em sua histórica formação uma miscigenação e multiplicidade étnica que os tornava complexos o suficiente para não permitir este tipo de dicotomia. Esse sujeito histórico complexo não foi levado em conta na construção da identidade que se quis forjar à época do centenário. Ausência que ainda permaneceu nas décadas seguintes, privilegiando o europeu e as famílias abastadas do “Paraná tradicional” na elaboração de uma memória histórica que, por sua vez, fez parte do esforço em elaborar uma pretensa identidade paranaense.

Retomando os discursos do governador Bento Munhoz podemos ainda observar a importância dada à religiosidade, notadamente o Cristianismo; a preocupação em se construir visando o futuro e de maneira monumental (caso do Centro Cívico); a definição de si mesmo como alguém capaz de vislumbrar o que o “futuro” necessitaria. Ressaltamos ainda a preocupação do governador com o rápido crescimento demográfico registrado no estado entre as décadas de 1940 e 1950. Com base nisso justificava muitas das mazelas paranaenses. “Temos, é claro, com esta explosão quase revolucionária de progresso atual, da hora

Erbo Stenzel, baseando-se em questões conceituais, fez com que a ideia não fosse adiante. Tanto a estátua quanto o obelisco foram pensados como alusão ao “Paraná moderno” e com vistas ao futuro, diferentemente dos painéis que representavam a evolução do estado até aquele momento. Ver: BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Op. Cit.

⁹³ Autor do Livro “Cem Anos da Imprensa Paranaense”, de 1976, e que havia participado do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948.

⁹⁴ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Op. Cit., p. 187-8.

paranaense, altos e baixos, claros e escuros, temos a convivência de vários estágios de civilização”. Pelas estatísticas do período a população do Paraná havia passado de cerca de 1.236.000 em 1940 para 2.115.000 habitantes em 1950.⁹⁵ Um salto que exigia toda uma readequação em saúde, transportes e segurança. Embora o grande crescimento populacional tivesse gerado muitos problemas, sobre os quais os governadores depositaram a “culpa” por algumas dificuldades, havia velhas pendências no campo que a muito exigiam uma solução. O caboclo, aliado da construção identitária no centenário, estava em “pé de guerra” com o estado.

A administração estadual na década de 1950 esteve na maior parte do tempo nas mãos de Bento Munhoz e Moysés Wille Lupion de Tróia (1908 – 1991).⁹⁶ Embora com personalidades distintas, os estudos realizados a respeito demonstram uma semelhança administrativa entre ambos:

Essas três gestões, vistas em conjunto, e em que pese à rígida polarização entre os candidatos oponentes, não refletem conteúdos de governo muito distintos. No estilo sim, posto que Bento vincula imagem de estadista e intelectual, enquanto Lupion, a de homem do povo. Mas no que se refere às políticas de governo (...) pode-se dizer que se trata de um mesmo partido ou programa.⁹⁷

Lupion assumiu o poder em seu primeiro mandato valendo-se da imagem de Manoel Ribas (1873 – 1946), interventor e governador do estado durante o período do Estado Novo. Segundo a historiadora Marion Brepohl, Lupion “era portador de um discurso popular, habilidoso com outras facções à esquerda, líder de seu próprio partido” e que “representava a renovação” por não pertencer às famílias tradicionais, bem como buscava “apoiar as cidades e interesses do interior”. Sua imagem, contudo, será manchada durante a campanha oposicionista de 1950 que o tornou conhecido nacionalmente como “político inescrupuloso”. Acusavam-no também de “estar cercado de homens públicos cuja honestidade é colocada sob suspeita”.⁹⁸

A partir de 1951, Bento Munhoz assumiu o governo com o discurso que vimos anteriormente. Sua administração foi considerada pela maioria dos intelectuais da época como

⁹⁵ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná; textos introdutórios), p. 99.

⁹⁶ Lupion governou de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961. Bento Munhoz, como já citado, esteve no governo entre os anos de 1951 e 1955, sendo substituído pelo presidente da Assembleia, Antônio Annibelli (1911 – 1997), que ocupou o cargo entre abril de maio de 1955 e foi por sua vez substituído por Adolfo de Oliveira Franco (1915 – 2008), eleito pela Assembleia e que permaneceu como governador entre maio de 1955 e janeiro de 1956. Bento Munhoz assumiu o Ministério da Agricultura no governo do presidente Café Filho.

⁹⁷ MAGALHAES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001 (Coleção História do Paraná; textos introdutórios), p.57.

⁹⁸ Idem. Ibidem., p. 56.

“produtora de ideias” e que conferiu ao Paraná sua “primeira identidade” inserindo-o no contexto nacional. Apesar de seus esforços, Bento não angariou muita popularidade, principalmente no interior do estado. “Em face de uma rede de funcionários herdada de Ribas e Lupion, e do crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sua gestão será considerada pela opinião pública como excessivamente elitista, porque fortemente dedicada à cidade de Curitiba” em detrimento dos investimentos ao “homem do campo”. Essa imagem somada ao impacto da morte de Getúlio Vargas fez com que nem mesmo as denúncias contra Lupion nos anos anteriores evitassem que este voltasse ao governo em 1955.⁹⁹ E foi na segunda gestão de Lupion que chegou a seu ápice uma insatisfação no campo que vinha sendo gestada desde a sua primeira passagem pelo governo. A chamada “Revolta dos Posseiros”, de 1957, deixava escancarada as tensões em curso no campo e que destoavam da retórica oficial por estarem menos relacionadas às migrações que à irresponsabilidade do próprio governador.

No geral, tanto Bento Munhoz quanto Lupion atribuíam ao fluxo migratório as mazelas no campo. Em várias oportunidades os enfrentamentos ocorridos foram considerados “exceções” e tratados como caso de polícia e não como problema social. A culpa também recaía sobre os adversários políticos:

Mesmo quando esses políticos se referem a momentos de “intranquilidade” no Estado, como é o caso da revolta em Porecatu, fazem-no para denunciá-la como exceção, e não como regra. Lupion, por exemplo, refere-se à ocorrência de “intranquilidade” e esboços de agitações entre os lavradores do Norte cafeeiro – “nestes dias tão férteis em ânimo subversivo” (LUPION, 1957, p. 163). Também registra a ocorrência de disputas por terras no Sudoeste, envolvendo posseiros, colonizadores e grileiros, insuflados por “políticos contrários ao governo (...), quando as paixões partidárias não respeitam nem as ânsias de progresso de uma gente laboriosa e ordeira como a nossa...” (LUPION, 1958, p.195).¹⁰⁰

Para Iria Zanoni Gomes, o processo histórico de ocupação na região Sudoeste do estado podia ser dividido em duas fases. A primeira iria até 1940 com a “ocupação extensiva da terra, que se caracterizava por uma ‘economia cabocla’, voltada basicamente para a exploração da erva-mate, madeira e criação de suínos”. Neste sentido a forma de cultivo no campo era ainda muito similar ao que ocorreu na época da Guerra do Contestado. Em uma segunda fase, caracterizada como “ocupação intensiva”, teve início um “processo efetivo de ocupação da região” a partir da década de 1940, e que se intensificou a partir da década

⁹⁹ MAGALHAES, Marion Brepohl de. Op. Cit., pp. 56-57.

¹⁰⁰ Idem, p. 58. A revolta de Porecatu ocorreu no norte do estado na divisa com São Paulo em 1950 na primeira gestão de Lupion.

seguinte com a vinda de gaúchos e catarinenses.¹⁰¹ Esta segunda fase teve como elemento principal em seu início a implantação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), criada para atender à política nacional de “marcha para oeste”, ocupando as terras devolutas. A produção neste caso era voltada essencialmente para o consumo interno.¹⁰²

Em 1951, instalou-se na região (com várias irregularidades no processo) a CITLA (Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda)¹⁰³ abarcando terras que estavam em processo judicial. As posses pretendidas pela CITLA incluíam até mesmo a área administrada pela CANGO. Esta nova companhia deu início então à venda de terras para os colonos da região mesmo sem ter autorização para isso. Muitos foram forçados a assinarem títulos de posse sob pena de serem agredidos por “jagunços” contratados pela companhia.¹⁰⁴ Esta violência ocorreu a partir da segunda gestão de Lupion, que facilitara a ação da companhia, que abriu mais duas concessionárias, a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana:

Vários fatos comprovam que Moysés Lupion, pessoalmente, tinha ligações com a CITLA e suas concessionárias (...). Embora seu nome não constasse dos cotistas da CITLA, muitas foram as interferências que, como Governador, fez em favor das três companhias de terra. Participou, usando sua influência, na transação ilegal da escritura de dação em pagamento, a favor da CITLA, em novembro de 1950, Diretamente, criou um cartório na comarca de Clevelândia, em 1951, e revogou a portaria que impedia o recolhimento das “sisas”, em 1956.¹⁰⁵

Sem entrar nesse intrincado processo judicial, salientamos apenas que em face da violência praticada pelas companhias e a ilegalidade de suas ações de venda, os colonos, comerciantes e profissionais liberais se uniram para expulsar as companhias da região. O ápice desse movimento foi a invasão de mais de seis mil pessoas à sede de Francisco Beltrão em 10 de outubro de 1957. Inclusive o chefe de polícia local foi substituído por um dos líderes da revolta. Acuado principalmente pela união dos agricultores, somada à oposição partidária tanto no estado quando no Congresso, além de parte da imprensa, comerciantes,

¹⁰¹ GOMES, Iria Zanoni. 1957: a revolta dos posseiros. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987, p. 15.

¹⁰² Idem. Ibidem., p. 43.

¹⁰³ Em seu projeto inicial dizia-se que haveria a implantação de uma indústria de papel e celulose, construção de hidrelétrica e industrialização da erva-mate. O assentamento de colonos seria um processo secundário mas acabou se tornando o carro-chefe da companhia em detrimento dos demais projeto que não saíram do papel. Ver: GOMES, Iria Zanoni. Op. Cit., p. 43. O governo Lupion encerrou-se em 31 de janeiro de 1951. Mesmo que os trâmites burocráticos de instalação tenham se estendido no período inicial do governo de Bento Munhoz, é lícito supor que foi por conta das “facilidades” propiciadas pelo governo anterior que a CITLA conseguiu se instalar, apesar das irregularidades.

¹⁰⁴ Em um levantamento feito para ano de 1957, período de maior violência, apontava-se para um número de 14 assassinatos, 2 desaparecidos, e 47 vítimas de espancamentos, estupros, saques, extorsões, incêndios e mutilações. Ver: GOMES, Iria Zanoni. Op. Cit., p. 60

¹⁰⁵ As “sisas” eram Impostos de Transmissão de Propriedade que estavam suspensos desde 1951 por ordem de Bento Munhoz até que a pendência judicial estivesse solucionada em favor da CITLA. Ver: GOMES, Iria Zanoni. Op. Cit., p. 49.

profissionais liberais e membros do Exército (havia inclusive ameaça de intervenção), Lupion saiu derrotado desse episódio de violência no campo.

Novamente, assim como no Contestado, arbitrariedades de uma empresa com o aval e conivência do governador elevaram as tensões no campo. Foram muitas as variáveis que tornaram as questões da terra um assunto marcado por sérias tensões, mas o caso da Revolta dos Posseiros mostrou mais uma vez a irresponsável ação de um governante complicando a organização da posse da terra no Paraná.

Apesar de o fluxo demográfico e crescimento econômico alicerçado principalmente na produção cafeeira estar centrado no norte do estado, o Paraná, sua identidade, ganhava forma a partir de Curitiba. Os tão festejados colonos europeus, por exemplo, ocuparam principalmente regiões no entorno de Curitiba, no entanto, apareceram nos discursos do centenário como responsáveis por este Paraná moderno à maneira propalada por Bento Munhoz. Como bem ressaltou a historiadora Aparecida Bahls, ao destacar a participação dos imigrantes, o governador “acabou por deixar em segundo plano, a participação de milhares de migrantes, sobretudo, paulistas e gaúchos, que se fixaram no interior do Estado, promovendo uma efetiva ocupação territorial (...)”.¹⁰⁶

Na revista “Ilustração Brasileira” e na edição comemorativa da revista local “A Divulgação”,¹⁰⁷ Curitiba se sobressaía como o “retrato” da nova fase paranaense, embora boa parte do dinheiro utilizado para as mudanças na cidade tivessem vindo dos lucros do café produzido no norte do estado. Aproveitando a euforia desse período, Bento Munhoz viabilizou as obras do Centro Cívico,¹⁰⁸ da Biblioteca Pública do Paraná, do Teatro Guaíra, da Praça 19 de Dezembro, dentre outras. Foram obras que, além de seu uso prático, se tornaram símbolos de um estado apresentado como moderno nos discursos oficiais e de parte da intelectualidade paranaense.¹⁰⁹ E pelos meandros da intelectualidade se destacaram mais uma vez os tradicionais nomes que ajudaram a construir a memória histórica paranaense. Como polo cultural, Curitiba representava o chamado “Paraná Tradicional”, incluindo o litoral, o primeiro planalto (Curitiba) e o segundo planalto, marcado pelo tropeirismo. O que se pode afirmar, lendo o que alguns desses pensadores produziram, é que não havia consenso sobre memória histórica e identidade paranaense.

¹⁰⁶ BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. Op. Cit., p. 148.

¹⁰⁷ **A Divulgação**: álbum do centenário do Paraná. Curitiba: Velox Propagador, 1953. Acervo da BPPR.

¹⁰⁸ Seguindo, com algumas alterações, o Plano Agache, de 1943, que trazia as diretrizes para a urbanização de Curitiba.

¹⁰⁹ Nenhuma destas obras ficou pronta para o centenário em 1953.

No que dizia respeito às construções identitárias, o Paraná já havia contado com o Movimento Paranista, de forte influência no final da década de 1920 e durante a década seguinte. Liderado pelo literato e historiador Alfredo Romário Martins (1874 – 1948), o Movimento pautava-se por uma identidade regional “impregnada pela crença no progresso e no desenvolvimento social que foram característicos da Primeira República”.¹¹⁰ Em um período de acirrado nacionalismo por causa da primeira guerra, o que ajudou a criar aversão aos imigrantes, o Paranismo conseguiu congrega interesses dos “naturais da terra, imigrantes e seus descendentes (...)”,¹¹¹ tornando-se uma de suas principais características. Neste sentido ficou muito conhecida e inúmeras vezes citada a “Mensagem do Centro Paranista ao Presidente do Estado, Affonso Camargo”, de 1927, de autoria de Romário Martins:

Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou um campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, reformou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore.¹¹²

Publicaram-se alguns textos de Romário Martins nas revistas do centenário, mostrando que os antigos apologistas das virtudes do estado e construtores de sua memória histórica continuavam a influenciar. Dentre estes, foi convidado para a comissão do centenário, Brasil Pinheiro Machado (1907 – 1997),¹¹³ que em 1930 havia escrito um artigo nada lisonjeiro sobre o Paraná, publicado na revista carioca “A Ordem”:

Dentro do Brasil já principiado, o Paraná é um esboço a se iniciar. Falta-lhe o lastro dos séculos. Apesar de ser o Estado de futuro mais próximo, forma nessa retaguarda característica de incharacterísticos. E olhando as oscilações de tudo, dos costumes indo e vindo, nem sempre evoluindo, da vida sem fixação nenhuma da quase totalidade da população, eu poderia afirmar sem errar por muito que o paranaense não existe.¹¹⁴

¹¹⁰ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. Op. Cit., p. 91.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem. Além de literatos, como o próprio Romário, Euclides Bandeira (1876 – 1947), Dario Vellozo (1869 – 1937) e Rodrigo Júnior, o movimento contou com a participação de artistas plásticos: Theodoro de Bona (1904 – 1990), João Turim (1878 – 1949), João Zaco Paraná (1884 – 1961), João Ghelfi (1890 – 1925) e Lange de Morretes (1892 – 1954).

¹¹³ Pinheiro Machado formou-se em Direito. Foi professor no Colégio Regente Feijó em Ponta Grossa, cidade onde nasceu; Deputado Estadual de 1935 a 1937; Procurador Geral da Justiça do Paraná de 1937 a 1945; professor da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da UFPR; Interventor Federal no Paraná em 1946. Na comissão do centenário substituiu a Newton Carneiro, de tradicional família paranaense, da qual fazia parte também David Carneiro.

¹¹⁴ MUELLER, Helena Isabel. **Brasil Pinheiro Machado por Brasil Pinheiro Machado**: memórias biográficas. VII Simpósio Nacional de História Cultural. USP, 2014, p. 9.

A afirmação de Pinheiro Machado destoava completamente da retórica ufanista do centenário bem como negava identidade ao paranaense, ideia tão cara nesse momento de comemorações. A isso o próprio governador Bento Munhoz tratou de responder:

O Sr. Brasil Pinheiro Machado, no número de fevereiro da revista “A Ordem” do Rio, estudando o desnordeante da União Brasileira, fixa instantâneos paranaenses, entrevistados não sei por que prisma, que os torna negativos, mesquinhos, humilhantes e – sobretudo – falsos.¹¹⁵

Para o centenário, Pinheiro Machado elaborou a “Sinopse da História do Paraná”. Nela, propôs 22 capítulos que englobavam desde os tempos da Colônia até a “diretriz política e administrativa” seguida após 1930. Salientamos aqui a parte referente ao Contestado. Pinheiro Machado restringiu-se sobre a Questão de Limites escrevendo que esta “agitou largo período da época republicana no Paraná” e que merecia ser tratada em “capítulo especial”. “Donde: o capítulo décimo sexto da história do Paraná versará sobre as questões de limites interestaduais, especialmente a questão do Contestado. Suas origens, desenvolvimento, solução e consequências históricas”.¹¹⁶ O fio condutor era a longa pendência territorial em detrimento dos embates armados entre caboclos e forças oficiais.

Aliás, outros autores, pegando carona na corrente do centenário, deixaram suas impressões sobre o assunto. A historiadora Cecília Maria Westphalen (1927 – 2004), em sua “Pequena História do Paraná”, escreveu que “no surgir do século vinte” Santa Catarina havia proposto ação contra o Paraná contestando territórios que haviam sido “injustamente incorporados ao Paraná”. Segundo ela “Era um absurdo tal alegado e absoluta a falta de provas legais e históricas que o justificassem” e que apesar da “fragilidade dos argumentos catarinenses, lhes foi dado o ganho de causa”, embora, no fim das contas, a questão tenha sido resolvida por meio de “partilha amigável”, segundo a autora.¹¹⁷

E sobre a guerra seus apontamentos permaneciam atrelados à visão comumente utilizada até então na bibliografia militar. No “ainda sertão bravio e inculto, fanaticamente se havia agrupado em torno de um falso monge, que adotara o nome de José Maria, centenas de caboclos”.¹¹⁸ Tratavam-se, segundo a autora, de “Gente sem recursos, flagelada, ignorante que bem servia aos planos de mando do aventureiro que a conduzia (...)” e que ocorrera no

¹¹⁵ NETO, Bento Munhoz da Rocha. A significação do Paraná. In: **O Paraná: ensaios**. Bento Munhoz da Rocha Neto. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995, p. 41.

¹¹⁶ MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da História Regional do Paraná (a ser publicada pelo Instituto, por ocasião do centenário da Província, em 1953). In: **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. Curitiba, 1951, p. 24.

¹¹⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria. **Pequena história do Paraná**. São Paulo: Melhoramentos, 1953, p. 70.

¹¹⁸ Idem. Ibidem, p. 70

Contestado “um aspecto regional do fenômeno de Canudos”.¹¹⁹ Os “fanáticos”, segundo Westphalen, “atacaram de surpresa” o destacamento comandando pelo “valoroso Cel. João Gualberto Gomes de Sá”, como se a presença do destacamento nos arredores do acampamento dos caboclos não fosse um sinal de enfrentamento. Para ela a guerra teve como “causa maior a fome e a miséria”.¹²⁰

De forma mais contundente, David Carneiro deixava claro que a “partilha amigável” do território do Contestado não era bem aceita pelos paranaenses ao ingressar-se na segunda metade do século XX. É o que podemos observar em sua “História da História do Paraná”. O título foi inspirado na obra que lhe serviu de referência, a “História da História” (1922), de James T. Shotwell (1874 – 1965). A produção do livro fazia parte de um programa lançado pelo próprio autor por meio de circular do Centro de Letras do Paraná em 1951 para comemorar o centenário do estado. Solicitava que “os intelectuais conterrâneos cooperem para o maior brilhantismo das festividades do centenário paranaense”,¹²¹ produzindo monografias sobre as várias fazes da história local. David Carneiro se dedicou à “história da história” como “cooperação ativa” no programa e nas comemorações, segundo ele próprio. As obras deveriam estar prontas em 1952 para publicação.

David Carneiro atribuiu elevada importância à longa Questão de Limites com SC em relação à historiografia paranaense da primeira metade do século XX. “Assim como o anseio de emancipação teria preparado a série de políticos eminentes que deu o Paraná durante o segundo reinado, o assunto do Contestado preparou o espírito dos historiadores para as pesquisas que realizaram e as obras que escreveram”.¹²² Afirmou ainda que antes das análises de Shotwell bastava a ação dos personagens da história serem passíveis de repetição, de modelo, para que estes fossem considerados dignos de admiração. A partir daí, o parâmetro mudou, exigindo desses personagens históricos que tivessem agido de maneira a enfrentar e resolver os “grandes” desafios de seu tempo. Uma vez “chamados” deveriam tomar para si a responsabilidade de resolvê-los, de dar bom termo às suas obrigações.¹²³

Para o autor não foi o que aconteceu com os historiadores paranaenses analisados. Exemplo foi João Francisco da Rocha Pombo (1857 – 1933) que em sua obra sobre a “História do Brasil” não “foi capaz” de mostrar a importância dos “bandeirantes curitibanos” em suas conquistas pelos campos do sul, ajudando a trazer os “espíritos” nacionais para a

¹¹⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. Op. Cit., p.70.

¹²⁰ Idem, p. 71.

¹²¹ CARNEIRO, David. **A história da História do Paraná**: edição comemorativa do 1º centenário da Província e da inauguração da Sede do Centro de Letras do Paraná. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1952, p. 102.

¹²² Idem. Ibidem., p. 208.

¹²³ Idem, p. 85.

causa paranaense. E além do que, como historiador local, seria ele um “mediocre”, pois não “cumpru sua obrigação”. Mesmo Romário Martins e Ermelino Agostinho de Leão (1871 – 1932), elogiados por David Carneiro, não teriam cumprido com essa “obrigação”.¹²⁴

Não era a primeira vez que David Carneiro criticava os paranaenses por conta do Acordo de Limites. Em 1944 afirmara que:

Na sua característica complacência, achando que deveriam agradecer em humílimas {sic} reverências o que conquistaram por direito de ser livres, depois da emancipação de 1.853, os paranaenses causaram, ao seu Torrão Natal, o maior dos desserviços. Quando pediam, em lugar de impôr, desde que surgiu a questão do Contestado, solicitando e não exigindo o território que seus maiores conquistaram, davam a impressão de mendigar coisa que não lhes pertencia. A audácia dos nossos vizinhos do sul produzia efeito contrário. Daí a situação que nos creamos, e que, desde 1.916, com o malfadado e criminoso acôrdo Wencesláu Brás, ficou selado com prejuízo irreparável.”.¹²⁵

Note-se nos exemplos quando o autor diz “bandeirantes curitibanos” e “o território que seus maiores conquistaram”. O embasamento paranaense para a legitimação do território como seu estava no *uti possidetis* em detrimento de qualquer outro argumento. Afirmava-se que os desbravadores, os “bandeirantes curitibanos” é que teriam dado ao Paraná o direito de posse sobre as terras do Contestado. Neste sentido cabe mencionar as noções de provinciano e provincianismo analisado por Márcia Naxara. Dentre outras características analisadas pela autora, destacamos os que dizem respeito aos “momentos originários”, aos “territórios ancestrais”, conquistados pelos seus “antepassados”:

O argumento é importante, pois colabora para o estabelecimento de vínculos consistentes entre a noção de pioneiro e a de provinciano, de forma a encaminhar para a ideia de que os mitos de fundação que recorrem ao pioneirismo constituem ‘parte indissociável da mentalidade provinciana’.¹²⁶

Ainda segundo a autora, estes “mitos de fundação” seguem subjacentes ao “pensamento provinciano” “e tem permanência ao longo do tempo um provincianismo cultural”.¹²⁷ A este respeito cita o esforço dedicado à construção de uma identidade paulista, apoiada na figura do bandeirante, este por sua vez relacionado ao pioneirismo. O que podemos observar neste caso é que o “pensamento provinciano” extrapolaria a oposição

¹²⁴ CARNEIRO, David. Op. Cit., pp. 207-226.

¹²⁵ CARNEIRO, David. **História psicológica do Paraná**. Curitiba: João Haupt & Cia, 1944, p. 85.

¹²⁶ NAXARA, Márcia Regina Capelari. O (des)conhecimento do outro: pensando o “provinciano”. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (org). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005, p. 351.

¹²⁷ Idem. Ibidem., p. 351.

cidade/campo, fazendo parte do tecido social paulista de maneira geral, ou pelo menos, assim percebido por aqueles que elaboraram e continuam elaborando uma “identidade paulista”.

Sendo assim não há como deixar de pensar no caso paranaense quando personagens como David Carneiro e Romário Martins falavam a propósito do “direito paranaense” ao território do Contestado, “bandeirantes curitibanos”, “nossos maiores” e derivações. Em um livro publicado em 1920, Cleto da Silva escreveu:

Todavia, devemos confessar que os políticos catarinenses jamais se esqueceram desse plano de conquista que lhes vinha roendo o cérebro, enquanto que os nossos homens descansavam mirados na visão de nossas passadas glórias. Com a política imperialista e manhosa que bem souberam os nossos adversários manejar e que lhes foi um poderoso auxílio perante o Supremo Tribunal Federal, conseguiram arrancar sentenças injustas contra os nossos iniludíveis direitos.¹²⁸

As “passadas glórias” a que se referia Cleto da Silva não era outra coisa que a “ancestralidade” e “pioneirismo” sobre o território do Contestado. Se de um lado, segundo o autor, os catarinenses articularam politicamente e judicialmente sobre a Questão de Limites, os paranaenses se apoiaram na crença de “iniludível” direito, mas que, no entanto, não foi suficiente frente os acordos catarinenses pelos meandros da política. “Descansaram” os paranaenses ou, em outras palavras, não teriam usado de outros recursos além do “direito conquistado” pelas ações dos antigos “bandeirantes curitibanos”.

Pelo que ficou exposto até aqui nota-se que, se comparado ao Movimento Paranista (iniciado em 1927), inspirado no ideal de progresso e desenvolvimento social, característicos da Primeira República, a construção identitária do centenário estava alicerçada na retórica do moderno e alimentada pela euforia das migrações que quase dobraram a população do estado entre 1940 e 1953 e no crescimento da produção cafeeira. Em ambos os casos o regionalismo marcou presença. No primeiro caso, herdado do regime republicano e, no segundo, aproveitando o fim do governo Vargas em 1945 (interessado em um ideal de nação), abrindo espaço para o olhar regional. Na produção de novas ideias, o centenário contou com a participação de “Temístocles Linhares e Wilson Martins (criadores da Revista Joaquim na década de 1940, uma espécie de sopro de modernidade no Paraná)” e que se “apresentavam como os que não cederam a uma análise ufanista, pautando-se sempre pela seriedade do método”,¹²⁹ isso em comparação a nomes tradicionais como Romário Martins e Walfrido

¹²⁸ SILVA, Cleto da. **Accordo Paraná-Santa Catharina, ou o Contestado diante das carabinas**. Curitiba: Emp. Graphica Paranaense, 1920, p. 43.

¹²⁹ BURMESTER, Ana Maria de Oliveira; PAZ, Francisco Moraes; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In: SILVA, Marcos A. da (org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 146.

Piloto. No entanto, neste sentido, como poderemos observar no próximo capítulo sobre a série de tombamentos ocorridos no Paraná a partir da década de 1960, os velhos construtores da memória histórica paranaense tais como o próprio Romário Martins, Walfrido Piloto e David Carneiro, continuaram exercendo influência, bem como nos livros sobre a História do Paraná.

1.3 MEMÓRIA HISTÓRICA E IDENTIDADE: PARA ALÉM DOS GRANDES EVENTOS

Eventos como os analisados acima são exceções à luz da normalidade do dia a dia de qualquer um. Poucas vezes um número elevado de participantes se reuniu, capitaneados por interesses em comum, com o fim de fazer com que suas ideias, dentre tantas outras, ganhassem força bem como de fazer reverberar os significados dessas ideias para o maior número possível de interessados e ainda convencer outras pessoas a se interessarem pelo que se quis construir tornando-se elas próprias defensoras de uma pretendida memória ou identidade. Muitas vezes foi apenas retórica mas em outras notabilizou-se por uma luta tão apaixonada que mergulhou no ufanismo.

No que diz respeito a elementos caros às pretensões identitárias catarinenses e paranaenses não houve, nas décadas seguintes, esforços similares aos de 1948 e 1953 capazes de aglutinar intelectuais e governantes, rendendo publicações, placas, monumentos e a potencialização de discursos de identidade.¹³⁰ Essas retóricas holísticas, como diria Candau, ficaram em grande medida limitadas aos eventos que as divulgaram, não alcançando a repercussão pretendida. No entanto, de maneira fragmentada e “silenciosa”, elementos usados na construção da identidade (em que pese um momento ou outro de inércia, dependendo do personagem ou fato) foram constantemente lembrados ou, de maneira menos tenaz, simplesmente ficaram ao acaso da atenção de esporádicos interessados em meio ao público alvo. A memória histórica e a memória dos colonizadores (alemães, italianos, poloneses, sírios, entre outros, elaboradas pelos próprios ou apropriada e reelaborada por instituições ligadas aos governos), são exemplos de ações que independem de grandes arroubos comemorativos para se perpetuarem, embora sejam potencializados por estes. De maneira mais pragmática, as memórias espalharam-se por museus, “festas das etnias”, leis patrimoniais, livros de história, cartilhas escolares.¹³¹

1.3.1 Secretarias, departamentos, conselhos e fundações culturais

A “memória histórica” construída nos Institutos Históricos bem como sua contribuição a uma identidade para os estados não ficaram restrita, como se sabe, às solenes salas destas instituições. Parte significativa dos intelectuais fez parte também dos órgãos oficiais de

¹³⁰ Exceção feita aos dois mandatos de Esperidião Amin em SC.

¹³¹ Neste item faremos rápidos apontamentos sobre os institutos históricos e dos departamentos ou fundações culturais.

cultura ou ainda as ações governamentais se realizaram em parceria com os Institutos mesmo quando integrantes destes últimos não faziam parte dos quadros oficiais. Resumindo, as ideias ou a memória histórica dos Institutos Históricos tiveram relativa facilidade de penetração nos projetos culturais desenvolvidos pelos governos estaduais e municipais. Com base em relatórios das ações desenvolvidas por estes órgãos é possível dar um panorama aproximado dos elementos culturais que permearam suas ações.¹³²

Começando por Santa Catarina, o açoriano homenageado no Primeiro Congresso de História Catarinense continuou sendo valorizado nas décadas seguintes apesar de alguns períodos de silêncio. Alemães e italianos também. E o Contestado e seus caboclos? Pelo que pudemos perceber, apenas a partir da década de 1970 é que se observará tímido interesse por parte do governo estadual. Desde 1956 o estado contava com o Departamento de Cultura, subordinado à Secretaria de Educação e Cultura. A partir de 04 de dezembro de 1967, por meio da Lei nº 4.086, criou-se o Conselho Estadual de Cultura, responsável por “planejar, orientar e coordenar as atividades culturais do Estado de Santa Catarina”. Era composto por dez membros escolhidos pelo governador para atuar por um período de quatro anos.¹³³

Em 1972, Teobaldo da Costa Jamundá (1914 – 2004), do Departamento de Cultura, apresentou o Plano Catarinense de Cultura para os anos de 1972 a 1974. Na primeira parte deste documento, referente ao “Encontro de Londrina”, falou do povoamento inicial do litoral pelos “vicentistas e pelas bandeiras colonizadoras”, o mesmo, segundo ele, ocorrendo no “planalto de Lages”. No século XVIII destacou-se a ocupação açoriana do litoral. No século XIX, nos vales dos rios Cachoeira, Itajaí, Tubarão e Araranguá, o autor enfatizou a colonização estrangeira, diga-se, de alemães e italianos principalmente. Para o oeste do estado, sua ocupação só foi considerada pelo autor a partir do início do século XX, com a migração de colonos vindos do Rio Grande do Sul. Segundo ele, isto faz “coexistir, lado a lado, os mais diversos costumes e atividades econômicas”. Jamundá procurou caracterizar cada região do estado pautado pela ótica desses processos históricos de colonização:

No litoral, a pesca, o fabrico da farinha, a louça de barro, a renda de bilro, o boi de mamão, são alguns itens característicos. No Vale do Itajaí, a presença alemã e

¹³² Não é a finalidade neste estudo fazer uma profunda análise das instituições culturais. Só isso já demandaria uma tese. Faremos alguns apontamentos que indiquem características que se tornaram recorrentes nestes órgãos oficiais e que ao fim de um período não se distanciaram, pelo menos em essência, dos elementos valorizados nos dois grandes eventos analisados nos itens anteriores: o Congresso de História e o centenário de emancipação, bem como a inserção, ou não, do Contestado nas discussões culturais.

¹³³ MEIRINHO, Jali. **As instituições da cultura catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1970, p. 22. Acervo da Biblioteca da UFSC.

italiana, com suas tradições. No Sul, vale do Tubarão, no vale do Rio do Peixe e no Oeste, o italiano, Nos campos de Lages, o tradicional “lageano”, com os costumes identificados com os vizinhos gauchos, acostumados ao poncho, chapéu de barbicacho, churrasco e o chimarrão, a vida da fazenda. No norte, e nos vales do Cachoeira e do Itapocu, descendentes de imigrantes ligados à atividade Industrial. Em contingentes menores, espalhados indiscriminadamente pelo território estadual, estão os indígenas, os negros, os poloneses, ucranianos, belgas, suíços, espanhóis, sírios, libaneses, gregos, judeus e japoneses. O estado de Santa Catarina, no presente, está em franco processo de homogeneização cultural.¹³⁴

Esta era, em linhas gerais, a maneira como se pensava a distribuição das populações pelo território catarinense. A formação característica do caboclo do oeste, meio oeste e planalto norte nem foi citada. A lembrança desta área (principalmente o oeste) se dava pela ótica da colonização de início do século XX, com a vinda de migrantes do Rio Grande do Sul.¹³⁵

Mas apesar dessa invisibilidade do caboclo e outros personagens das regiões do antigo Contestado, algo começava a mudar. No Relatório de Atividades proposto no Plano, dentre outras coisas, constava um “projeto de preservação e valorização do patrimônio cultural”. O projeto era composto de nove subprojetos nas cidades de Florianópolis (Prédio da Alfândega, Museu Histórico e Arqueológico), São José (Fonte da Carioca), Brusque (Museu Arquidiocesano de São Joaquim), Biguaçu (conjunto histórico-arquitetônico de São Miguel) e Laguna (Museu Histórico). Os outros três subprojetos não tinham um local definido e se referiam aos sambaquis, igrejas de valor histórico e arquitetônico e aos “Resíduos do Movimento Messiânico do Contestado”. A finalidade seria a de tomar “Providências para levantamento dos marcos testantes dos resíduos testemunhas [sic] daquele Movimento”.¹³⁶ Em resumo, os subprojetos contemplavam os elementos indígenas, açoriano/português, arquitetura religiosa, Contestado, e a implantação de um museu.

Um elemento importante e que ganhou força na década de 1970 também foi citado por Jamundá. Tratava-se da “homogeneização cultural” que estaria ocorrendo em Santa Catarina. Em outras palavras, uma identidade catarinense estaria se concretizando, por mais que fossem múltiplas as características étnicas e culturais. Por esta época estava em andamento no estado um curso sobre os “Fundamentos da Cultura Catarinense”, sob a direção do então diretor do Departamento de Cultura, Carlos Humberto Pederneiras Corrêa (1941 – 2010).¹³⁷ Nomes conhecidos da historiografia, literatura e geografia catarinense percorriam o estado

¹³⁴ SANTA CATARINA. **Plano Catarinense de Ação Cultural**. Florianópolis: Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura/ Divisão de Ciências. 1972, pp. 12-3. Acervo do APSC.

¹³⁵ Elemento humano também participe na formação do caboclo além de outros grupos, como os fazendeiros.

¹³⁶ SANTA CATARINA. Plano Catarinense de Ação Cultural. (Relatório de Atividades), pp. 2-3.

¹³⁷ Foi também presidente do IHGSC e da Academia Catarinense de Letras.

ministrando o referido curso. Em seu Relatório de Atividades desenvolvidas entre os anos de 1971 a 1974, Carlos Humberto Corrêa falou em 600 participantes nas cidades de Jaraguá do Sul, Mafra, Canoinhas, Porto União, Caçador, Curitibanos e Buritiba [sic].¹³⁸

O curso teve início no segundo semestre de 1969, período no qual havia percorrido, segundo Carlos Humberto Corrêa, Florianópolis e mais cinco cidades do litoral catarinense. Ainda segundo ele, foi boa a receptividade de entidades municipais, professores e estudantes, levando a uma ampliação em 1970 do número de municípios visitados. Seriam então mais quinze municípios contando novamente com a capital. O curso rendeu um livro que foi publicado em 1970.¹³⁹ Nele pode-se ter ideia de quais eram e de como foram apresentados esses fundamentos.

O historiador Walter Fernando Piazza (1925 – 2016), responsável pelos “elementos da histórica catarinense”, na última parte de seu texto afirmava que “A história econômica e social de Santa Catarina estava para ser escrita. O que existe é história cronológica, o que existe é história de fatos que, muitas vezes, não tem o encaminhamento necessário”. Para ele este pedido era um “grito de ‘catarinensismo’ que queremos deixar neste trabalho” visando os jovens que teriam a missão de “levantar novas luzes, novos aspectos da história deste estado”. Afirmava que num período em que Santa Catarina estava “se integrando”, faltava a integração do médio e do extremo oeste com as “comunidades dos vales, das encostas e do litoral”.¹⁴⁰ Suas palavras evocavam uma identidade ao mesmo tempo em que denunciavam a permanência de um histórico descaso para com as regiões do oeste e meio oeste do estado. O autor procurou sintetizar o processo que colonizou o oeste, passando pela “Questão do Contestado com seus aspectos sociais, religiosos, econômicos e políticos” e a construção da estrada de ferro. Lembrou que só em 1929 é que viria uma “ação governamental mais ponderada” com a visita do governador Adolfo Konder ao extremo oeste catarinense.¹⁴¹

Os aspectos da imigração e população ficaram a cargo de Victor Antônio Peluso Júnior (o mesmo que organizara a exposição no Congresso de História de 1948). Continuava afirmando que os açorianos não haviam fracassado em sua colonização, nem mesmo em seu sentido econômico, pois eles e seus descendentes não tinham como “superar a sua época,

¹³⁸ SANTA CATARINA. **Relatório das Atividades 1971-1974**. Florianópolis: Secretaria de Educação e Cultura/Departamento de Cultura, 1975, p. 1. Acervo do APSC. Talvez o autor estivesse se referindo a Bituruna ao escrever “Buritiba”, ou ainda tenha sido erro de impressão. Acervo do APSC.

¹³⁹ SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da; et.al. **Fundamentos da Cultura Catarinense** (Edição do Departamento de Cultura, da SEC, e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina). Rio de Janeiro: Laudes, 1970. Acervo da BPPR.

¹⁴⁰ PIAZZA, Walter Fernando. Elementos básicos da histórica Catarinense. In: SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da; et.al. Op. Cit., p. 45.

¹⁴¹ Idem, p. 48

atirados, como estavam, à margem da civilização”. Mantinha, como no Congresso, a opinião de que a colonização do século XIX, mais notadamente a dos alemães e italianos, valeu-se de um momento político e econômico completamente diferente, e contando com melhores recursos.¹⁴² Sobre os motivos que levaram à Guerra do Contestado, ocorrido em uma região de colonização “desigual”, não diferiam das descrições que apontavam a construção da estrada de ferro, o “banditismo”, o monge e o “fanatismo”, os problemas entre fazendeiros e agregados e as incertezas lançadas pela Questão de Limites.¹⁴³

Celestino Sachet, a respeito da literatura catarinense, escreveu o texto de maior apelo identitário deste livro. O autor colocava em dúvida a existência de uma literatura catarinense. Para isso deveria existir um “(...) homem catarinense. Dentro de um espaço geograficamente catarinense. Num determinado tempo historicamente catarinense”.¹⁴⁴ Analisando todos estes elementos, não considerava nenhum deles devidamente formados. “De onde querer extrair um homem catarinense? Se Santa Catarina, até hoje, não passa de ‘ilhas perdidas no espaço! De ‘ilhas’ perdidas no tempo! De ‘ilhas’ perdidas na etnia!”.¹⁴⁵ Com base nestas afirmações o autor chegou a “conclusões” bem curiosas, como a respeito do poeta simbolista, João da Cruz e Sousa (1861 – 1898). “Cruz e Souza é o grande Cruz e Souza depois de ter saído do Estado. (...). Sua vida literária e seus poemas não nasceram aqui. Nada há que o vincule a qualquer dos grandes temas do nosso Estado”.¹⁴⁶ O autor citou alguns nomes que considerou importantes na literatura local, mas vinculados a “ilhas” literárias. Faltava ainda, segundo ele, uma “sedimentação espiritual”, ligando todas as regiões.¹⁴⁷

Ao final do livro, Paulo Fernando Lago se debruçou sobre os recursos naturais renováveis. De maneira geral criticou o desperdício de recursos que poderiam ser aproveitados, o desmatamento indiscriminado e as técnicas rudimentares da agricultura.¹⁴⁸

Nas Diretrizes para o período de 1979 a 1982, destacamos o interesse nas questões de memória. Planejava-se a criação de um Centro de Memória Catarinense; dava-se prosseguimento ao processo de restauração de algumas fortalezas; seguiam-se as ações complementares para a implantação do Museu Histórico, do Museu Etnográfico (Casa dos

¹⁴² JÚNIOR, Victor Antônio Peluso. Aspectos da população e da imigração no estado de Santa Catarina. In: SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da; et.al. Op. Cit., pp. 58-9.

¹⁴³ JÚNIOR, Victor Antônio Peluso. Op. Cit., pp. 71-73.

¹⁴⁴ SACHET, Celestino. Fundamentos da literatura catarinense. In: SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da; et.al. Op. Cit., p. 80.

¹⁴⁵ Idem, p. 83.

¹⁴⁶ SACHET, Celestino. Op. Cit., p. 89.

¹⁴⁷ Idem, p. 111.

¹⁴⁸ LAGO, Paulo Fernando. O homem e a economia: considerações sobre recursos naturais renováveis. In: SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da; et.al. Op. Cit., pp. 115-34.

Açores em Biguaçu) e do Museu de Arte. Havia ainda o interesse no arrolamento de documentação em arquivos locais como câmaras, prefeituras, cartórios e paróquias e ações para “efeitos de preservação do cemitério histórico de Irani”,¹⁴⁹ este último, como se sabe, relacionado ao Contestado.

O Conselho Estadual buscava atuar em consonância com o Plano Nacional de Cultura. Havia a “convicção de que os fundamentos da nacionalidade e dos sentimentos regionais repousam, em grande parte, na capacidade coletiva de sentir e de perpetuar as criações culturais”.¹⁵⁰ A produção e preservação culturais vinham atrelados a um sentimento de pertencimento (identidade), quer no plano nacional ou local.

Apesar de não constar em documentos como as diretrizes e planos culturais, o “catarinensismo” da década anterior persistia na década de 1980. Em 1984, na revista do IHGSC, o já mencionado Victor Antônio Peluso Júnior (então presidente do Instituto) publicou “A Identidade Catarinense”. Afirmava que apesar de pertencer à “nação brasileira”, no plano regional devia diferenciar-se, ter identidade própria. Definia como “catarinensismo” a aceitação desses “vínculos comunitários” e como “catarinização” aos “processos de atração, para o seio da comunidade, da parte do povo que encontre dela afastado”. Para o autor, esta preocupação estava relacionada à dúvida existente sobre a “unidade catarinense” tendo em vista que o povoamento ocorreu por diferentes correntes migratórias ocupando “pontos isolados do seu território”. Relembrou o texto de Celestino Sachet sobre a literatura catarinense para falar das “ilhas”, ou seja, da falta de integração.¹⁵¹

Peluso Júnior dizia que a identidade catarinense era “demasiadamente complexa para se identificar”, mas o “catarinensismo” era “facil” uma vez que era manifestado por “indivíduos da comunidade”. Por ser um sentimento, este “catarinensismo” teria intensidades variáveis, indo do exaltado ao “alheio” a esta “comunidade catarinense”.¹⁵² O sentimento seria mais forte em Florianópolis e regiões próximas e perderia força a partir da região central do estado. Para o autor “a forma comum e mais evidente da intensidade dos laços que unem a comunidade catarinense é a reação manifesta ante a função de capital exercida por Florianópolis”. A aceitação de uma subordinação administrativa e política representaria também a aceitação de um vínculo de pertencimento, de “catarinensismo”. O que nem sempre

¹⁴⁹ SANTA CATARINA. **Diretrizes Para o Plano Estadual de Cultura 1979/1982**. Florianópolis: Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo/Conselho Estadual de Cultura, 1979, pp. 11-2. Acervo do APSC.

¹⁵⁰ SANTA CATARINA. **Diretrizes Para o Plano Estadual de Cultura 1979/1982...**, p. 9. O Plano Nacional de Cultura foi apresentado em 1974 pelo Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. Santa Catarina esteve representada por Teobaldo Jamundá em reunião entre o ministro e representantes de outros estados.

¹⁵¹ JÚNIOR. Victor Antônio Peluso. A identidade Catarinense. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 5, 1984, p. 259. Acervo da BPSC.

¹⁵² Idem. Ibidem., p. 260.

ocorreria, seja por acharem-se muito longe e/ou desassistidos pelo poder central, ou ainda por acharem que sua posição geográfica central ou seu desenvolvimento industrial lhes dariam melhor condições para sediarem a capital.¹⁵³

Ao falar do processo de “catarinização” o autor se mostrava otimista uma vez que a construção de estradas em várias regiões do estado havia, segundo ele, acabado com grande parte do isolamento em que viviam algumas regiões. Um exemplo citado por ele referia-se aos esforços e entendimentos entre o prefeito de Porto União, Alexandre Puzyna, e o governador do Estado, Esperidião Amin. O prefeito reclamava da falta de repasse de verbas, que foram direcionadas para outros municípios. As reclamações do prefeito foram debatidas na Assembleia Legislativa onde o Deputado Salomão Ribas Júnior deixou claro o abandono no qual se encontrava o município por parte do governo do estado. Faltava a ligação asfáltica com Canoinhas e serviços essenciais como água, luz e telefonia eram sanados pelo governo paranaense. Apesar das oposições partidárias entre prefeito e governador, Peluso destacou os esforços para o entendimento entre eles visando sanar estes problemas. Foi elaborado um projeto chamado de “Projeto Porto União destinado à catarinização desse município”.¹⁵⁴ Para o autor o “nível em que se colocou a solução do conflito revela outro sinal do avanço da ‘identidade catarinense’”.¹⁵⁵ Ainda segundo ele “A consciência do CATARINENSISMO é fato comprovado em Santa Catarina. A IDENTIDADE CATARINENSE é realidade incontestável, e sua força crescente é obra da facilidade de transporte e do progresso das comunicações”.¹⁵⁶

Depois do açorianismo largamente divulgado a partir de 1948 como elemento identidade ancorado principalmente no processo de colonização, tradição e descendência, o “catarinensismo” e a “catarinização”, nas décadas de 1970 e 1980, buscavam sua lógica na aproximação das “ilhas” geograficamente “separadas” por uma infraestrutura deficitária. Quanto mais o estado investisse em estradas e em serviços públicos, mais estaria beneficiando este processo de integração. Seria, pois, ao mesmo tempo, uma integração pragmática, com fácil acesso a serviços públicos e transportes nas várias regiões do estado bem como um sentimento de pertencimento, uma vez que, os munícipes se sentiriam acolhidos pelo poder público estadual.¹⁵⁷

¹⁵³ JÚNIOR. Victor Antônio Peluso. Op. Cit., p. 261.

¹⁵⁴ Idem, pp. 282-283.

¹⁵⁵ Idem, p. 282.

¹⁵⁶ Idem, p. 284.

¹⁵⁷ Sobre a relação entre identidade e infraestrutura ver: MARTINELLO, André Souza. **Insulares Santos Catarina: construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950 – 1970)**. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2012.

Ainda na década de 1980, o “homem do Contestado” entraria na lista de possibilidades identitárias lastreadas pelo estado.¹⁵⁸ Depois dessas tentativas não houve, nas décadas seguintes, ações semelhantes ou de igual envergadura. O açorianismo bem como a valorização das correntes imigratórias e de seus descendentes, notadamente a dos alemães e italianos, continuaram em voga, embora sem a pretensão (pelo menos tão abertamente) , por parte do estado, da construção de uma identidade homogeneizante (nos moldes de um “catarinensismo”) a partir destes elementos. O que se viu com mais frequência foi a divulgação de um estado multifacetado. Talvez o maior exemplo sejam os roteiros turísticos que dividiram as regiões catarinenses segundo pressupostos étnicos, naturais e históricos.

No Paraná, como visto anteriormente, houve dois importantes momentos de construção de uma identidade: o “Paranismo” e o “Paraná moderno” do centenário. Depois disso o que se viu foram ações pontuais exercidas pelos diversos órgãos oficiais de divulgação cultural. Como resultado, o “Paraná tradicional” vigorosamente defendido por personalidades como David Carneiro, e o Paraná das etnias, tais como a dos alemães, italianos, poloneses, ucranianos, japoneses, entre outras, não foi ameaçado após o centenário por qualquer outra tentativa de construção identitária. O que houve, a muito custo, foi a valorização da cultura afrodescendente e do índio sem, contudo, romper com a tradição anterior.

Na Mensagem de 1963 o governador Ney Aminthas de Barros Braga (1917 – 2000) falava em reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura. Entre as mudanças o Museu Paranaense, a Biblioteca Pública e o Teatro Guaíra voltaram a ser responsabilidade desta secretaria. Referindo-se ao ano de 1963 citava, entre outras realizações o “IV Festival Folclórico e de Etnias do Paraná”, mantendo-se assim a relação íntima entre imigrantes e ações culturais e de identidade do estado. Enfatizou também que a Universidade Federal do Paraná estava completando 50 anos e destacou a “colaboração mútua” entre a Secretaria e a Universidade.¹⁵⁹ Nos anos seguintes repetiram-se os festivais de etnias, salões de arte e exposições. A Secretaria, o Museu Paranaense, a Escola de Música e Belas Artes, a Casa

¹⁵⁸ Ver capítulos 3 e 4.

¹⁵⁹ PARANÁ. **Mensagem apresenta a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, em 01 de maio de 1963.** Curitiba: Imprensa Oficial, 1963, pp. 58-60. Acervo do APPR. Os relatórios e outras publicações que se relacionavam à cultura e que tivemos acesso, trouxeram poucas informações consideráveis a respeito. Por estar a maior parte do tempo ligada a secretarias que não tratavam especificamente do assunto, a cultura ficava em segundo plano. Por isso consultamos principalmente, no caso do Paraná, as Mensagens enviadas pelos governadores à Assembleia Legislativa.

Alfredo Andersen e a Biblioteca Pública se firmaram, na ótica do governador, como as instituições responsáveis pelas questões culturais do estado.¹⁶⁰

No relatório apresentado em 1970, o governador Paulo Pimentel trazia em seu discurso a “interiorização” da cultura com a criação das universidades estaduais, ações que se vinculavam à “valorização do homem do interior”.¹⁶¹ Das muitas atividades desenvolvidas estava o “Festival Internacional de Folclore”, “a maior festividade popular do Paraná”, como parte das comemorações do dia internacional do folclore, em agosto. Segundo o governador “os grupos étnicos, oriundos da imigração estrangeira (...) continuavam a cultuar no Paraná as tradições de suas pátrias de origem”.¹⁶²

O ano de 1974 foi movimentado no que se referiu a mudanças de sedes de algumas instituições. Cândido Manuel Martins de Oliveira coordenava a Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura segundo o Plano de Ação Cultural (1973 – 1975). Neste ano o estado finalmente inaugurava o Teatro Guaíra. A peça escolhida para inauguração chamava-se “Paraná, Terra de todas as Gentes”.¹⁶³ Mais que o nome de uma peça, tratava-se de um *slogan* amplamente divulgado pelo governo e enfatizava o caráter multiétnico do estado, apontado assim para “características consideradas modernas e democráticas”.¹⁶⁴ A predominância continuava a ser a do imigrante e seus descendentes: alemães, italianos, holandeses, poloneses, ucranianos, japoneses, entre outros, mas sem focar em apenas um ou outro como foi o caso no centenário, quando alemães e italianos representavam o Paraná “moderno”.

Este foi também o ano em que o Museu Paranaense passou a ocupar nova sede, no prédio anteriormente utilizado pela prefeitura. Na inauguração das novas instalações em 16 de janeiro, além das exposições permanentes que iam da pré-história à república, como descreveu o secretário, o museu contou ainda com exposições temporárias sobre o “Dia Nacional do Folclore, 98º aniversário do museu, Evolução de Curitiba e Centenário de Romário Martins”. No campo da museologia o ano foi mesmo de inaugurações. O Museu de Arte Contemporânea, criado em 1970, também passou a ocupar novas instalações a partir de

¹⁶⁰ PARANÁ. Mensagem apresenta a Assembléia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 5ª legislatura pelo senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado, em 01 de maio de 1962. Curitiba: Imprensa Oficial, 1965, p. 92. Acervo do APPR.

¹⁶¹ PARANÁ. Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Pimentel, Governador do Estado, em 31 de março de 1970. Curitiba: Imprensa Oficial, 1970, pp. 112-3. Acervo do APPR.

¹⁶² Idem, p. 118.

¹⁶³ PARANÁ. Relatório das atividades da Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura: Plano de Ação Cultural. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura, 1974, p. 19. Acervo da BPPR.

¹⁶⁴ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os rituais do tombamento e a escrita da História: Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000, p. 145.

27 de julho daquele ano, no mesmo prédio onde se instalou o Museu da Imagem e do Som, criado no ano anterior.¹⁶⁵

Projeto que mobilizou o estado naquele ano chamava-se “Tempo de Cultura”, realizado entre os meses de abril e junho e de agosto a dezembro nas “16 regiões sócio-econômicas do Paraná” e contou com a participação da Biblioteca Pública, Museu de Arte Contemporânea, Fundação Teatro Guaíra, Centro de Comunicação, Departamento do Patrimônio Histórico e Casa de Alfredo Andersen e Centro Juvenil de Artes Plásticas.¹⁶⁶ A tarefa era, como afirmado anos antes em relação às universidades estaduais, “interiorizar” as atividades culturais geralmente centradas na capital.

Do Contestado a única coisa que se pode citar das atividades em todas estas instituições e que foi apontado no relatório, ficou por conta da Biblioteca Pública em ações alusivas ao centenário do historiador Romário Martins, da professora Júlia Wanderley (1874 – 1917), do poeta Emiliano David Pernetá (1874 – 1921), do poeta José Cadilhe (1874 – 1942), e do Cel. João Gualberto Gomes de Sá.¹⁶⁷ O “herói” do Contestado, homenageado no Instituto Histórico, teve também seu espaço na biblioteca.

No governo seguinte prosseguia a discurso e algumas realizações focadas na “interiorização” das atividades culturais. Em sua Mensagem de 1977, Jayme Canet Junior dizia que no “campo cultural” vários programas foram desenvolvidos no interior do estado “buscando a valorização da cultura regional”. A Diretoria de Assuntos Culturais da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, segundo o governador, “patrocinou o deslocamento a várias cidades do interior de equipes que montaram exposições de artes plásticas, esculturas, pinturas, ao mesmo tempo em que apresentaram espetáculos teatrais e de música”. Em relação a Curitiba e nas cidades históricas de Antonina, Paranaguá, Morretes, Lapa e Castro, destacou o processo de restauração de construções de valor histórico.¹⁶⁸ Estas cidades que representavam o “Paraná Tradicional” tinham fortes vínculos com a colonização portuguesa e o tropeirismo.

Depois de governar o estado de 1961 a 1964, Ney Braga voltou ao governo em 1979, ano em que a SEED foi dividida em duas¹⁶⁹. Deste governo podemos destacar o Inventário do

¹⁶⁵ PARANÁ. Relatório...1974, pp. 19-20. Por esta época Ney Braga foi Ministro da Educação e Cultura no governo de Ernesto Geisel, entre 1974 e 1978, o que explica a presença de figuras conhecidas da política nacional na inauguração das novas instalações do Museu Paranaense.

¹⁶⁶ Idem, p. 20.

¹⁶⁷ Idem, p. 24.

¹⁶⁸ PARANÁ. **Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa pelo Senhor Jayme Canet Junior, Governador do Estado**. Curitiba, 1977, pp. 10-1. Acervo do APPR.

¹⁶⁹ Por meio da Lei nº 7.169, foi dividida em Secretaria da Cultura e do Esporte e Secretaria de Educação. Esta era, resumidamente, a estrutura que predominou até a década de 1980.

Perfil Sócio-cultural e do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, responsável por inventariar os “Marcos Regionais da História e da Cultura Paranaense” e pesquisar as “Expressões Étnicas e Artísticas da Cultura Paranaense”. Havia também o interesse na “Preservação de Sítios Históricos e Paisagísticos” pelas vias do tombamento e restauração.¹⁷⁰ Na mensagem seguinte abordou novamente estes assuntos, mas desta vez, apresentando alguns resultados dos trabalhos já realizados.¹⁷¹

No que diz respeito à invisibilidade do Contestado e às características multiétnicas do estado (sempre lembrado quando da construção da identidade paranaense), nada foi feito que mudasse esse cenário entre o centenário e o fim da década de 1970. Talvez a mais importante participação em um projeto relacionado ao Contestado foi o apoio financeiro dado ao filme “Guerra dos Pelados”, de 1970, do diretor Silvio Bach.

No governo de José Richa (1934 – 2003), entre março de 1983 e maio de 1986,¹⁷² a retórica da multiplicidade étnica manteve-se. E seus laços com a identidade paranaense também:

A busca e o conhecimento das identidades locais – a identidade paranaense – com suas raízes, tradições e atuais manifestações, fundamentaram as ações da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte (SECE). A conscientização dos indivíduos que formam as comunidades é tarefa obrigatória, para que, organizadas, reivindiquem seus direitos. Dessa forma, sua contribuição é decisiva à superação do impasse político institucional e das dificuldades sociais e econômicas da hora presente. A SECE, partindo dessas premissas e cumprindo as Diretrizes do governo nessa fase de transição, quando se pretendeu mudanças de postura na ação política, realizou ampla consulta aos diversos seguimentos sociais, notadamente através da realização de Fóruns de Debates em diversas regiões do Estado, possibilitando que todos participassem e expressassem livremente suas aspirações e reivindicações, ou seja, a manifestação das identidades culturais do povo paranaense.¹⁷³

Este discurso apresenta algo de semelhante ao que Amin havia feito em Santa Catarina nesse momento de transição política, quando os governadores passaram a ser eleitos novamente pelo voto direto. Assim como Esperidião Amin incorporava o “homem do Contestado” a seu discurso político, José Richa incorporava (pelo menos no campo discursivo) os diversos grupos étnicos a esta nova fase política do estado e do país. A presença do imigrante e seus descendentes, assim como em 1953 (guardadas as devidas especificidades), servia a uma retórica identitária carregada de teor político. Mas, diferente do

¹⁷⁰ PARANÁ. *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo Senhor Ney Braga, Governador do Estado*. Curitiba, 1980, pp. 113-4. Acervo do APPR.

¹⁷¹ PARANÁ. *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo Senhor Ney Braga, Governador do Estado*. Curitiba, 1981, 207-10. Acervo do APPR.

¹⁷² Em 1986 o vice, João Elísio Ferraz de Campos, assumiu para que Richa pudesse se candidatar ao Senado.

¹⁷³ PARANÁ. *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo Senhor José Richa, Governador do Estado*. Curitiba, 1984, p. 117. Acervo do APPR.

caso catarinense, o caboclo ou sertanejo, não vinculado a estas etnias, permaneceu invisível nos discursos do governo paranaense. E como pudemos perceber até aqui o Contestado não teve nenhuma importância na construção de uma identidade paranaense embora seja considerado pelos paranaenses até hoje como definidor da fronteira sul do estado. Coube à Polícia Militar e ao Museu Paranaense ações que dessem alguma visibilidade ao assunto, além do filme de Silvio Bach. Outra investida no gênero chegou a ser tentada, mas não concluída:

A fotografia e o cinema receberam apoio para a produção e divulgação de obras de artistas paranaenses, destacando-se os filmes Auto-Retrato de Bakum e Guerra del Paraguay, de Silvio Bach; O Contestado, de Ruy Vezzaro; Mutirão, de Frederico Filgraff; e Romance, de Sérgio Bianchi. Para obras cinematográficas o apoio só é concedido se os produtores utilizarem artistas e mão-de-obra local.¹⁷⁴

Em 1986, quando dos 70 anos do fim da Guerra do Contestado, o governo não realizou nenhum evento específico sobre o tema. O Museu Histórico da PMPR, com a publicação de boletins sobre o Combate do Irani, tornou-se exceção.

Na década de 1990 seguiu-se no campo da multiplicidade. Não que isso inviabilizasse o “ser” paranaense. No governo de Roberto Requião,¹⁷⁵ por exemplo, o projeto “O Paraná da Gente: Terra, História e Memória”, vinculado à SEEC, apontava para as múltiplas etnias, mas, sem esquecer do específico. Com o projeto se pretendia:

(...) contribuir para o saudável mergulho das comunidades paranaenses nos rastros de sua própria história, favorecendo, com isso, a busca, o exame, e a fundamentação de um percurso histórico-cultural essencial para a consolidação da identidade paranaense. Especialmente num país como o Brasil, onde as invasões farôneas – no quadro de um processo de subordinação política, econômica, social e cultural – tendem a asfixiar o nacional, o típico, o genuíno, a corromper as raízes, a iniciativa da SEEC é vigoroso estímulo à manutenção da dignidade cultural do povo paranaense.¹⁷⁶

Nos dois governos seguinte, de Jaime Lerner,¹⁷⁷ não houve esta preocupação, pelo menos que fosse abertamente manifestada, embora suas “soluções” urbanas aplicadas em Curitiba fossem potencializadas na mídia em geral com certo “orgulho paranaense”. Suas Mensagens dirigidas a Assembleia mostravam o campo da cultura sendo tratado do ponto de vista das atividades de diversos órgãos: museus, teatros, televisão, festivais de música,

¹⁷⁴ PARANÁ. **José Richa. Mensagem à Assembléia Legislativa.** Curitiba, 1985, p. 84. Acervo do APPR. Até onde sabemos, o filme (documentário?) de Rui Antônio Vezzaro não se efetivou. A Polícia Militar e o Museu Paranaense, em que pese sua óbvia ligação com o Estado, transitaram entre uma efetiva participação dos governos e ações pontuais próprias, com relativa independência de ação.

¹⁷⁵ De 1991 a 1994. Entre 1994 e 1995, seu vice, Mário Pereira, assumiu o cargo.

¹⁷⁶ PARANÁ. **Roberto Requião. Mensagem à Assembléia Legislativa.** 1994, p. 140.

¹⁷⁷ Foram dois mandatos sucessivos de 1995 a 2003.

exposições de arte, biblioteca etc. sem, contudo, construir o discurso de uma “identidade paranaense”.

Entre 2003 e 2010, Roberto Requião novamente comandou o estado em dois mandatos sucessivos e continuou mantendo, como na década de 1990, a ideia de uma identidade paranaense.¹⁷⁸

1.3.2 Os Institutos Históricos

Os Institutos Históricos ainda hoje permanecem redutos de uma historiografia sobre a qual costumamos nos referir como “tradicional”. Uma memória histórica elaborada a partir daí enaltece “heróis” ou “heroicas” passagens históricas. Podem ser consideradas como importantes na construção de identidades. Apesar de não terem a autoridade e nem o alcance social de uma secretaria de cultura, influenciaram nas construções identitárias. A título de exemplo, Oswaldo Rodrigues Cabral e David Carneiro, sócios destas instituições, reverberaram suas ideias por meio de órgãos oficiais.

O mais antigo dos institutos em questão é o catarinense.¹⁷⁹ O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) foi fundado em 07 de setembro de 1896, sendo seu principal idealizador, José Arthur Boiteux (1865 – 1934). O dia de fundação indicava a filiação da instituição aos fatos “memoráveis”, aos heróis, a datas que não deveriam ser esquecidas. Seu fundador, formado em direito e atuando como jornalista e historiador, tem seu nome ligado também à fundação de outras instituições.¹⁸⁰

O Contestado nas páginas da revista do IHGSC pode ser resumido na fala de seu presidente, Augusto César Zeferino, em 2012, a respeito da documentação existente nos arquivos da instituição:

Quando me propus a falar acerca do “acervo documental do IHGSC sobre o Contestado”, não tinha ideia do que encontraria, mas tal decisão me obrigaria, de uma vez, a percorrer as velhas estantes e gavetas da biblioteca na tentativa de encontrar alguma contribuição e, assim, aprender sobre o seu verdadeiro valor. Não houve surpresas – o acervo é extremamente modesto no sentido de alguma

¹⁷⁸ O governo seguinte, de Beto Richa, iniciado em 2011, em nada modificou o cenário cultural em matéria de discurso identitário até o ano de 2012.

¹⁷⁹ A tarefa não foi a de fazer uma profunda análise dos Institutos Históricos, o que outros já fizeram. A partir disso optamos por priorizar a Guerra do Contestado à maneira como foi abordada nas revistas destas instituições, procurando demonstrar o espaço dado ao tema bem como a forma de abordagem.

¹⁸⁰ Instituto Politécnico (1917), considerada a primeira instituição de ensino superior em SC. É na sede do extinto Instituto Politécnico que se encontra hoje o IHGSC; Sociedade Catarinense de Letras (1920), da qual se originou a Academia Catarinense de Letras em 1924; Faculdade de Direito de Santa Catarina (1932).

documentação que viesse contribuir sobremaneira para compreender a história e a geografia daquele conflito.¹⁸¹

O acervo contava com poucos mapas que eram simples cópias de originais de outras instituições, nenhum filme, algumas fotografias, recortes de jornais, depoimentos, documentos cartorários e administrativos e correspondências que diziam respeito aos limites de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul. “Pouco, muito pouco com a questão dos limites com o Paraná, e quase nada sobre o Contestado como tal”.¹⁸²

“Não houve surpresas”, disse o presidente, o que nos faz pensar em uma instituição pouco afeita a tratar o tema. Caso contrário, se fosse assunto sistematicamente abordado pelos seus sócios, haveria o interesse em buscar a guarda de respeitável documentação. O próprio presidente se perguntava como o IHGSC, contando à época da guerra com uma “plêiade de intelectuais do Estado de Santa Catarina”, teria deixado de obter a guarda de documentação original ou “uma coleção de seus documentos mais importantes, mesmo na condição de cópias?”.¹⁸³ Até porque o próprio fundador teve participação na Questão de Limites. Como então “não deixou, em seu acervo, hoje de posse do IHGSC, material de relevância sobre o conflito em tela?”, perguntava-se o presidente. Sua própria resposta conjecturava que talvez tivesse Boiteux deixado material relevante, mas, “desapareceu por razões diversas e até aqui não identificadas”.¹⁸⁴ O presidente do IHGSC estava falando de documentos/fontes, mas, seu discurso refletia também a pouca atenção sobre o Contestado na revista da instituição.

A revista do Instituto passou por três fases, demonstrando as dificuldades em se firmar definitivamente (o que também ocorreu com a congênere paranaense). A primeira fase se estendeu de 1902 a 1920; a segunda de 1943 a 1944 e a terceira iniciada em 1979 e mantendo-se até a atualidade.¹⁸⁵

Assim como no Paraná, a Questão de Limites foi lembrada pelo IHGSC logo após a assinatura do Acordo de 1916. Em 1917 (primeira fase da revista) o artigo “Santa Catarina Após o Acordo” trazia o conteúdo do documento assinado por Affonso Camargo, Felipe

¹⁸¹ ZEFERINO, Augusto César. Acervo documental no IHGSC sobre o Contestado. In: WEHLING, Arno (et.al.). **Cem anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013, p. 395. O presidente do Instituto e vários especialistas no tema participaram de dois eventos sobre o Contestado em Florianópolis e no Rio de Janeiro em 2012. As conferências foram publicadas neste livro sob a responsabilidade do Ministério Público de Santa Catarina, publicação que pode ser contabilizada nas ações oficiais do estado.

¹⁸² ZEFERINO, Augusto César. Op. Cit., pp. 395-6.

¹⁸³ Idem, p. 396.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 14, n. 20, 1996, p. 66. Seguindo os números levantados pela própria instituição, a primeira fase, com periodicidade trimestral, foi composta por 9 volumes e 15 números num total de 1576 páginas; a segunda fase, semestral, teve 4 volumes e 714 páginas. Disponível em: www.ihgsc.org. Acesso em: 23.04.2016.

Schmidt e Wenceslau Braz.¹⁸⁶ Depois disso o tema raramente apareceu na revista e focava principalmente a Questão de Limites em detrimento da complexidade do Contestado. Na segunda e curtíssima fase da revista não se deu atenção ao assunto. Nestas fases a guerra só apareceu em esporádicas citações. As regiões norte, oeste, meio oeste e a serra tiveram abordagens de sua colonização e formação sem, contudo, dar a devida relevância às características de período tão importante para o estado. Exceção, só na terceira fase.

Exemplo de abordagem que passou ao largo da guerra pode ser encontrado na edição de 1982/3. Em “Desbravadores do oeste catarinense”, Dante Martorano,¹⁸⁷ trazia os primeiros resultados de pesquisa interessada em descobrir e publicar os nomes dos “pioneiros da região”. Logo de início dizia que “Por ter sido ocupado neste século, do antes sertão do Contestado, pela memória oral e por documentos, se pode chegar à nominata de pioneiros da região”.¹⁸⁸

Uma importante exceção foi o artigo de Victor Antônio Peluso Júnior, respondendo a um estudo feito pelo presidente do IHGEP.¹⁸⁹ Peluso Júnior, embora estivesse interessado exclusivamente na questão territorial, não se limitou a algumas linhas ou citações soltas em seu “A reconquista pacífica da unidade nacional”, título propositadamente similar ao da versão paranaense, mas vinculando-o a um problema nacional. Sobre o caso Paraná/Santa Catarina, o autor afirmava haver à época “expressões de revolta contra os termos do acordo de 1916”.¹⁹⁰ Entre os paranaenses citou as afirmações de David Carneiro, para quem “O que o chamado acordo de 1916 parece de toda forma mostrar como flagrante injustiça, é dividir salomonicamente o ultimo trato do Contestado e não a sua totalidade”. Por isso David Carneiro afirmava que o presidente Wenceslau Braz, mediador da questão, era “indigno de possuir o seu nome em uma das cidades paranaenses, quando os catarinenses nunca lhe outorgaram tal mercê”.¹⁹¹ Do lado catarinense o exemplo recaiu sobre Licurgo Ramos da Costa (1904 – 2002), que afirmava ser o acordo “vergonhoso” e ainda que (semelhante a

¹⁸⁶ FONTES, Henrique da Silva. Santa Catharina após o acordo. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis. Fase 1, v. 6, pp. 132-5, 2º/4º trim., 1917. As revistas do IHGSC consultadas fazem parte do acervo da BPSC.

¹⁸⁷ “Professor de Estudos de Problemas Brasileiros da UFSC”, segundo definição da própria revista, além de membro do IHGSC.

¹⁸⁸ MARTORANO, Desbravadores do oeste catarinense. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis. Fase 3, n. 4, p. 269, 1982/3.

¹⁸⁹ Ver página 76.

¹⁹⁰ JÚNIOR, Victor Antônio Peluso. A reconquista pacífica da unidade nacional: a evolução da conquista de limites interestaduais. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis. Fase 3, nº 6, p. 128, 1984. Este artigo se somava ao publicado pelo mesmo autor na edição anterior da revista, como vimos anteriormente, sobre a identidade catarinense. É com base no que havia escrito anteriormente que Peluso respondeu ao presidente da instituição paranaense.

¹⁹¹ DAVID CARNEIRO. A propósito do território contestado. In: *Jornal Gazeta do Povo*. Curitiba, 18 de setembro de 1984, nº 20153, s/n. Apud JÚNIOR, Victor Antônio Peluso. Op. Cit., p. 128.

David Carneiro) não era “compreensível” os nomes de Wenceslau Braz e Nilo Peçanha, “inimigos declarados de Santa Catarina”, figurassem em “placas de ruas e praças e grupos escolares de suas cidades”.¹⁹²

Em relação ao texto do presidente do IHGEP, Luiz Carlos Pereira Tourinho, dizia ser um “brilhante estudo”. Estudo este que partira da afirmação do governador catarinense, em sua Mensagem, de que era preciso “catarinizar” o Planalto Norte catarinense. Peluso afirmava que Tourinho “não esgotou o rico filão da preciosa matéria que explorou” e que era preciso ir mais fundo procurando entender “o que significa a atração de Curitiba para a realidade brasileira”. Em seu texto, Peluso pretendia elucidar a “verdadeira interpretação, segundo entendemos, das palavras do Governador de Santa Catarina aos nossos coestaduanos do Planalto Norte Catarinense”.¹⁹³

Depois de enveredar por longas explicações de cunho geográfico, afirmou que “Curitiba é a cidade metrópole regional baseado nos efeitos de centralidade. Deve, sem dúvida, exercer ação polarizadora sobre cidades próximas, porém, a metrópole polarizadora da região sul, como, aliás de todo o país, é São Paulo”. E concluiu:

Quando o governador de Santa Catarina fala em catarinizar o Planalto Norte Catarinense, não tenta mudar a influência de Curitiba como “lugar central de ordem mais elevada”, ou seja, como Metrópole regional, ou evitar a rota para São Paulo, da produção de seu Estado, mas levar a presença do Poder Público catarinense a essas populações, de que se descuidara as administrações anteriores. Matéria sobre a qual já tivemos ocasião de tratar nesta REVISTA (Peluso Júnior, 1984). Vemos, no desenrolar da organização do espaço do Planalto do estado de Santa Catarina, muito mais do que a “reconquista pacífica do Contestado”, pois, como vimos, temos a registrar a reconquista pacífica da Unidade Nacional.¹⁹⁴

Peluso Júnior não negava a influência curitibana com base nas teorias geográficas das quais se valeu, porém, não entrou na seara da “reconquista pacífica do Contestado” nos termos do presidente da instituição paranaense, talvez mais pautado por histórico inconformismo. As afirmações de Peluso se aproximavam de um discurso nacionalista nos moldes de um governo militar ainda em vias de se extinguir. Havia também as questões identitárias apregoadas por Esperidião Amin, não citadas por Peluso em seu texto.

Em 1986, nos 70 anos do fim da Guerra do Contestado, o IHGSC completava seus 90 anos. O aniversário do Instituto não passou em branco na revista e o Contestado ganhou alguma visibilidade. A respeito do IHGSC o orador, Paschoal Pítsica, afirmou que na

¹⁹² COSTA, Licurgo Ramos da. O continente das Lagens. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 4. vol., pp. 713 e 715. Apud JÚNIOR, Victor Antônio Peluso. Op. Cit., p. 129.

¹⁹³ JÚNIOR, Victor Antônio Peluso. Op. Cit., p. 130.

¹⁹⁴ Idem, 137.

fundação de uma instituição que “servisse como repositório do patrimônio” do passado catarinense podia-se ter optado pela criação de “órgão público”, mas, preferiu-se a fundação de uma “entidade privada”, pois, segundo ele, “prevaleceu a consciência de que a História não deveria ser uma tarefa oficial”.¹⁹⁵ Mesmo desvinculando as atividades da instituição em relação ao poder público, ficou evidente que este sempre esteve presente de algum modo. A começar pela fundação, ocorrida com a presença do governador Hercílio Luz. Aliás, o aniversário do Instituto era comemorado no ano de sua transferência para as dependências do Palácio Cruz e Souza,¹⁹⁶ mesmo local onde fora criado em 07 de setembro de 1896, fato salientado pelo orador,¹⁹⁷ ele próprio responsável por outro texto publicado na mesma edição da revista e que dizia respeito justamente à transferência do IHGSC para a nova sede. Neste, Paschoal novamente apontou a presença do então governador, Esperidião Amin, como partícipe das reuniões da instituição, agraciado na ocasião como sócio benemérito. Ao governador dirigiu-se agradecimentos pelos “esforços” que resultaram na transferência do IHGSC para a nova sede¹⁹⁸ bem como comentários a respeito do interesse de Amin em relação à Guerra do Contestado que, segundo o orador, foi motivo para o título de benemérito:

(...) trata-se de questão de justiça por tudo que tem feito em prol do estudo da Questão do Contestado. Tema desafiador que está a exigir profunda reavaliação, para que se retirem os indispensáveis ensinamentos. Elevado número de catarinenses perderam a vida naquele conflito. Incompreensivelmente os livros didáticos não registram esses fatos históricos ocorridos em nosso território.¹⁹⁹

Paschoal não deixou de lembrar das ações do governo que cravou em “lugares sagrados” e de “guerra” marcos para lembrar o ocorrido. E viu-se na condição de afirmar que “Santa Catarina não esqueceu e não esquecerá essa página heroica, escrita com muito sangue e bravura”.²⁰⁰

No discurso de aniversário do Instituto, Paschoal também citou o Contestado quando do “resumo” histórico a respeito de Santa Catarina:

¹⁹⁵ PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: nonagésimo aniversário de fundação. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 7, p. 244, 1986/7.

¹⁹⁶ Para onde se estava também transferindo o Museu Histórico de Santa Catarina, sobre o qual falaremos no capítulo seguinte.

¹⁹⁷ Idem. Ibidem., p. 246.

¹⁹⁸ PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. Ocupando o Palácio Cruz e Souza: discurso pronunciado pelo orador, Paschoal Apóstolo Pítsica, na sessão solene de 05 de dezembro de 1986. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 7, p. 306, 1986/7.

¹⁹⁹ Idem. Ibidem., p. 307.

²⁰⁰ PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. Ocupando o Palácio Cruz e Souza..., p. 307.

Há ainda, a história do Contestado e das divisas com o Paraná, cujo Acordo completou 70 de devolução ao Paraná, das áreas que o Supremo Tribunal Federal, por três Acórdãos distintos, reconheceu como sendo catarinenses. Acontecimentos recentes, onde muito se tem a estudar e pesquisar.²⁰¹

Não era apenas no Paraná que discursos de um território perdido ganhava corpo. Na época do Acordo, o jornalista Crispim Mira (1880 – 1927) criticou a divisão territorial. Passados 70 anos, o orador do IHGSC, se valendo das decisões do STF, considerou o território do Contestado como sendo catarinense, portanto, criticando o Acordo que “obrigou” os catarinenses a “devolverem” parte do Contestado. E no ano seguinte, Licurgo Costa²⁰² teceu ásperas críticas à decisão final sobre a Questão de Limites. Como tantas outras vezes no Paraná ou em Santa Catarina o que mais incomodava era a perda do território, não as complexidades sociais que levaram à guerra, muito menos a incapacidade dos governadores de darem um rumo menos violento ao conflito ou até, evitá-lo.

Ainda neste período, em 1987, o IHGSC também fez parte da produção do livro “Contestado”, com a participação do governo catarinense. A obra (analisada adiante) estava relacionada às ações do governo Amin e a construção de uma dada memória em torno do Contestado.²⁰³

Em 1988 a história do município de Canoinhas ganhou as páginas da revista.²⁰⁴ Novamente uma parte da região do Contestado era alvo de estudos em detrimento de análise aprofundada da guerra. Ao dar ênfase às “tradicionais” famílias da região e utilizar a velha definição de “fanatismo religioso” o texto não se distanciava de antigas abordagens.

A década de 1990 foi mais produtiva por parte da revista em relação ao Contestado. O jornalista Paulo Roberto Derengoski publicou três artigos em 1996, 1997 e 1998.²⁰⁵ Suas pesquisas, que vinham desde a década anterior resultaram ainda na publicação de alguns livros. Suas obras já faziam parte da crescente leva de pesquisas e publicações a partir da década de 1990 e que se multiplicaram nos anos seguintes. A publicação dos artigos de Derengoski (um crítico da ação do estado em relação aos problemas no Contestado) na revista do IHGSC, demonstrava importante abertura da instituição para estudos que procuravam

²⁰¹ PÍTSICA, Paschoal Apóstolo. Instituto Histórico..., p. 251.

²⁰² COSTA, Licurgo. **Um cambalacho político**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

²⁰³ Ver itens 3.3.1 e 3.4.

²⁰⁴ EHLKE, Cyro. Canoinhas e sua história. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 8, pp. 7-23, 1988/9.

²⁰⁵ O desmoronamento do mundo jagunço. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº15, pp. 33-40, 1996; O enclave monarquista da Caraguatá nos sertões contestados da Serra Alta. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 16, pp. 47-54, 1997; O sangrento combate de Irani. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 17, pp. 47-50, 1998.

incluir na lista de motivações da guerra as decisões arbitrárias dos governantes paranaenses e catarinenses.

Só em 2003 voltaria a ser publicado um artigo a respeito.²⁰⁶ Em 2005, publicou-se uma página com títulos da historiografia e literatura sobre o Contestado.²⁰⁷ E em 2012 houve atenção especial ao tema com a participação em eventos e a publicação de dois livros em parceria com o Ministério Público de Santa Catarinas.²⁰⁸

Apesar de bem menos atuante do que seu congênere paranaense no que se referia a publicações próprias sobre o Contestado, as ideias do IHGSC influenciaram a historiografia catarinense, especialmente por meio de nomes como os de Oswaldo Rodrigues Cabral, Jali Meirinho e Walter Piazza.

Se em Santa Catarina a atenção de seu Instituto à guerra foi inversamente proporcional às inúmeras pesquisas e publicações, no Paraná a “matemática” foi outra. Como exemplo desta constatação basta comparar o discurso do presidente da instituição catarinense, citada anteriormente, com a do presidente do então Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR),²⁰⁹ Ernani Costa Straube, a respeito dos preparativos do centenário do Contestado, em 2012:

Em princípio procuramos selecionar na Biblioteca Paranista do Instituto, as obras e mapas que faziam referência ou tratavam da “Questão do Contestado”. Foram selecionados mais de 100 obras de literatura e tratados de limites, incluindo mais de 50 artigos publicados em nossos Boletins e cinco livros com a chancela do Instituto e que compõem a “Estante Paranista”.²¹⁰

Se na instituição catarinense houve esporádicas embora, em alguns casos, importantes publicações, no Paraná a produção foi volumosa. O mais comum foram as recorrências e o descompasso com as pesquisas acadêmicas, mas com algumas exceções ao final do período analisado.

²⁰⁶ WACHOVICZ, Ruy Christovam. Argumentos catarinenses e paranaenses na Questão de Limites. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 22, pp. 51-63, 2003.

²⁰⁷ Redação. Historiografia e literatura do Contestado. In: **Revista do IHGSC**. Florianópolis, 3ª fase, nº 24, p. 181, 2005.

²⁰⁸ AXL, Gunter; SANCHES, Helen Crystine Corrêa; ZEFERINO, Augusto César (orgs.). **Memórias: General Vieira da Rosa**: participação na Guerra do Contestado. Florianópolis: MPSC, 2012. O outro livro já foi citado anteriormente no início deste item, resultado dos eventos sobre o Contestado em Florianópolis e Rio de Janeiro.

²⁰⁹ Além da denominação inaugural: Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP), recebeu outras duas. Em de 1946 passou a se chamar Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (IHGEP) e a partir de junho de 1999 mudou para Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).

²¹⁰ STRAUBE, Ernani Costa. Palavras do presidente. In: **Boletim do IHGPR**. Curitiba, vol. 65, s/n, 2012. Com exceção da edição de 1917 (da Biblioteca Pública do Paraná), os demais Boletins foram consultados na Biblioteca de Humanas da UFPR.

O Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGP) foi fundado em 24 de maio de 1900, sob a direção de Romário Martins, inspirado no clima festivo das comemorações do quarto centenário do “Descobrimento do Brasil”. Sua consolidação, no entanto, não foi tranquila. Entre o ano de fundação e a publicação de seu primeiro boletim (revista) em 1917 (o que por si só já indicava a dificuldade em se estabelecer), passou por três reorganizações, sendo a última (1916) seguida pela publicação do boletim. Nele lembravam-se os esforços para a criação do instituto em 1900 bem como os motivos de sua fundação e as dificuldades de sua existência até aquele momento.

Nas palavras de seu principal fundador e diretor, Romário Martins (em seu discurso de 1900), no Paraná havia “grandes problemas a resolver sobre a sua história, a sua geografia (...)”. No viés histórico precisava-se, dentre outras tarefas, exaltar “os nomes dos seus melhores filhos – assinalando a influencia historica dos seus memoraveis sucessos – (...)”. Na geografia a grande questão a se resolver era o Contestado. O Instituto tinha para com o Estado, segundo Martins, “um grave compromisso”, que era o de “tornar-se um poderoso auxiliar do Poder Publico, reunindo dados e estudando documentos, para a exacta determinação official dos nossos limites com Santa Catharina”.²¹¹ Mas os esforços não resultaram naquilo que era esperado pelos seus idealizadores. O Acordo de Limites de 1916 sofreu severas críticas por grande parte da intelectualidade e de políticos paranaenses.

O boletim do Instituto nasceu sob esse estado de “frustração”, de “perda” do território. Não à toa um dos textos escolhidos para o primeiro volume versava sobre “A União do Paraná e Santa Catharina”, de Sílvio Romero (1851 – 1914).²¹² Nele o autor discorria sobre as muitas “vantagens” em se resolver a Questão de Limites com a criação de um novo estado, que poderia se chamar Iguaçu ou Guaíra. Arthur Guimarães, prefaciando os artigos de Romero, dizia que relendo-os no momento em que uma “meritória obra de pacificação conseguiu o accordo em bôa hora propellido pela autoridade do Primeiro Magistrado da Nação e firmado pelos respectivos Governadores”, melhor se poderia apreender a “visão patriótica” de Romero. Arthur Guimarães ainda mencionou que, com o fim do litígio, “um pugilo de brasileiros nascidos em Santa Catharina e no Paraná” acreditava que difundindo “em folheto (...) as argutas e convincentes razões então apresentadas pelo emérito pensador patricio” seriam naquelas circunstâncias mais facilmente aceitas, e não apenas na região em questão mas em todo o país”, sobre o quê Guimarães discordava: “Não há como prestigiar tal

²¹¹ **Boletim do IHGP**. Curitiba: Livraria Universal. Ano 1, vol. 1, fev., pp. 7-8, 1917.

²¹² ROMÉRO, Sylvio. A união do Paraná e Santa Catharina: extractos de uma serie de artigos publicados no jornal “A Epoca”, da capital federal, em novembro de 1912. In: **Boletim do IHGP**. Curitiba: Livraria Universal, vol. 1, fascículo 1º, fev., pp. 77-98, 1917. Mantivemos no título do artigo a grafia do nome de Sílvio Romero.

crença”.²¹³ Apesar disso era de acordo com a difusão dos escritos de Romero como “justa homenagem ao generoso cerebro que os traçou”. Embora não acreditando que naquele momento tal ideia pudesse ser concretizada, Arthur Guimarães, além de concordar com a fusão, deixava transparecer a crença de que em um futuro incerto a fusão dos dois estados poderia ocorrer:

A fusão dos Estados do Paraná e Santa Catharina, se realizada, mais tarde ou mais cedo, pela germinação da bôa semente lançada pelo insigne patriota e outros, certamente servirá de paradigma para mais de uma união que o interesse maior da Patria Grande venha a indicar e alcançar. Os patricios, d’ânimo recto e coração limpo, que querem attingir a segunda etapa da fusão, vão alhanar o terreno, com os seus dedicados esforços de proselytistas, e apressar a germinação da abençoada semente. Que assim seja. são os meus sinceros votos. (...) Icarahy, 20-10-916.²¹⁴

Com a “perda” do território, restava a um punhado de intelectuais e políticos paranaenses acreditar em uma utópica fusão. Acrescido ao boletim do Instituto, o pensamento de Sílvio Romero era de certa forma endossado pela instituição.

As publicações dos boletins foram raras até 1940. A retomada da publicação em 1950 registrava apenas o quarto volume. Na publicação de 1953 fazia-se referência ao centenário do Paraná e à construção de sua sede própria.²¹⁵ As dificuldades financeiras não possibilitaram a execução de atividades planejadas pelo Instituto como uma edição comemorativa do centenário do Paraná. Das atividades realizadas constava o levantamento fotográfico de documentos referentes ao território do Paraná, pertencentes à Torre do Tombo em Portugal e a organização do III Congresso Regional de História e Geografia.²¹⁶

O Contestado não foi uma constante desde o início do boletim. Depois dos artigos de Sílvio Romero, publicados em 1917, só em 1974 o tema retornaria. A publicação em questão era especialmente dedicada ao centenário de nascimento de Romário Martins, fundador do Instituto e um dos mais combativos defensores dos interesses paranaenses na Questão de Limites. Na apresentação, de maneira bem peculiar mas também ao gosto positivista, o então

²¹³ GUIMARÃES, Arthur. Prefácio. In: Boletim do IHGPR. Op. Cit., pp. 75-6.

²¹⁴ Idem, p. 76.

²¹⁵ Nessa época o Instituto estava instalado nas dependências do Círculo de Estudos Bandeirantes, fundado em 1929 por um grupo de intelectuais. Entre eles estavam José Loureiro Fernandes (que entre outras atividades foi diretor do Museu Paranaense) e Bento Munhoz da Rocha Neto, futuro governador do estado.

²¹⁶ MÜLLER, Valdeir Souza. O instituto histórico no centenário. In: **Boletim do IHGPR**. Curitiba: Papelaria Requião, vol. 6, jan./jun., fascículo 1, pp. 1-2, 1953. O volume 6 teve mais dois fascículos (3 e 4) publicados em 1956, ainda fazendo menção ao centenário, nele constando relatório sobre o III Congresso Regional de História e Geografia do Paraná.

presidente, Luiz Carlos Pereira Tourinho (1914 – 1998),²¹⁷ resumiu a vida de Romário Martins referindo-se a eventos históricos importantes:

Assistiu Izabel libertar os escravos. Deodoro proclamar a República. Carneiro resistir na Lapa. Gumercindo invadir Curitiba. Floriano esmagar os federalistas. O Paraná perder o Contestado. O Brasil declarar guerra à Alemanha, em 1918. As revoluções de 1922, 1924, 1926, 1930, 1932, 1935, 1937 e 1945. Finalmente, ao cerrar os olhos em 10 de setembro 1948, o mundo acabava de sair ensanguentado da segunda conflagração mundial.²¹⁸

O Contestado apareceu como o território “perdido”, subtendendo-se a certeza de que um dia pertenceu ao Paraná. Dos vários textos de Romário publicados nessa edição, um deles tratava do assunto: “Santa Catarina ‘versus’ Paraná: o que eu faria se fosse advogado”. No texto, obviamente, não havia nada de novo em relação à Questão de Limites. Servia talvez para lembrar, muito tempo depois, a tenaz “batalha” de Romário Martins em face da longa e complicada questão. Afirmava ele que não se tratava apenas de um “pedaço” de terra que não “faría falta” ao Paraná e que anexado a Santa Catarina não a “tornaria igual, em extensão, ao seu vizinho”, como se podia deduzir de algumas opiniões “favoráveis” a Santa Catarina. Para Romário Martins era “uma questão vital” para o Paraná e era uma “questão, sobretudo, moral”.²¹⁹ Ao final do texto, em latim, fazia um desafio: *melhora faciant potestates*.²²⁰

Em 1975 o Instituto completou 75 anos. Na pauta do boletim de nº 25, o centenário de nascimento de alguns “ilustres” personagens, a resenha das publicações da instituição até aquele momento, entre outros assuntos. O Cel. João Gualberto Gomes da Sá foi um dos personagens lembrados pela passagem de seu centenário de nascimento.

O texto (reproduzindo palestra apresentada no Instituto em 11 de outubro de 1974) era de autoria do General João Gualberto Gomes de Sá Filho (e como sugere o nome, filho do homenageado), e como tal, não dava para se esperar algum tipo de análise consistente que ultrapassasse uma abordagem estritamente biográfica e laudatória, com dados já bastante conhecidos e cristalizados na memória histórica local. João Gualberto foi “colocado” ao lado dos coronéis Antônio Ernesto Gomes Carneiro (1846 – 1894) e Cândido Dulcídio Pereira

²¹⁷ “Engenheiro, professor e general de brigada da reserva; Diretor do DER no governo Bento Munhoz da Rocha Neto e autor do primeiro Plano Rodoviário do Paraná. Introdutor da aerofotogrametria no estudo de estradas e iniciador da pavimentação asfáltica no estado. Diretor técnico da Copel, interventor do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, diretor da Escola de Engenharia e chefe do Departamento de Transportes da UFPR. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (1971 a 1998). Em 1976, nos 50 anos do IEP, inaugurou o edifício-sede”. Ver: www.iep.org.br. Acesso em: 14 de abril de 2016.

²¹⁸ TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Apresentação. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 23, p. 1, 1974.

²¹⁹ MARTINS, Romário. Santa Catarina “versus” Paraná: o que eu faria se fosse advogado. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba: IHGEPR, vol. 23, 1974, p. 85.

²²⁰ Idem., p. 94. Não encontramos os termos em latim como impresso no artigo. Provavelmente o que melhor se aplica a este caso é *faciant meliora potentes*, significando “façam melhor os que puderem”.

(1861 – 1894), que morreram no famoso “Cerco da Lapa” durante a Revolução Federalista (1893 – 1895). O palestrante, se referindo aos caboclos e ao monge não deixou de usar os velhos termos condenatórios do tipo “fanáticos” de “jagunços”.²²¹

Na edição seguinte, o Contestado voltou a ser contemplado com a publicação dos “Diários de Campanha” do Gal. João Pereira de Oliveira (1883 – 1968).²²² As anotações faziam menção ao período de 1914 a 1915. O prefácio dos “diários” ficou a cargo de outro militar, o Gal. Altamirano Nunes Pereira, em 1966. Segundo ele, tentando resumir os vários elementos motivadores do Contestado (em tom mais retórico que analítico):

Pode-se, pois, imaginar, em que condições vegetava a massa de fanáticos, vivendo vida primária, sem assistência, sem escolas, num fim-de-mundo cheirando ainda à terra virgem... E imagine-se, também, que árdua foi a campanha! A complexidade dos fatos históricos atinge ainda os domínios da Psicologia Social, pois fatos psicológicos os determinam. O imperativo da crença está no fundo ou no cerne da rebeldia dos fanáticos do Contestado. A fraca densidade demográfica de então, mantendo-se os ranchos, as casas de taipa ou de madeira, distanciadas na lonjura das quebradas, nas dobras dos caminhos, das veredas, das estradas pioneiras, gerou mitos, visagens, deformações da realidade. Além disso, a baixa politicagem, as disputas entre os Governos dos Estados de Santa Catarina e Paraná para apropriação de terras em litígio, como o despolicimento e a infiltração de bandidos de todas as direções, acresciam as razões da rebeldia.²²³

Percebe-se uma preponderância do psicológico (diga-se fanatismo) para a “rebeldia” dos caboclos. Neste sentido negava-lhes a condição racional na tomada de decisões “rebeldes” e, por extensão, as motivações de cunho social. O autor tinha razão quanto à diminuta estrutura oferecida na região bem como ser o Contestado o refúgio de pessoas violentas. Não esqueceu da política, embora enfatizando apenas aquela empregada pelo coronelismo local. O autor dos “diários” generalizou ainda mais dizendo que:

Assim que se pensou em fazer embarcar para o Contestado, incorporada no 58º Batalhão de Caçadores, uma seção da 1ª Companhia de Metralhadoras, a fim de tomar parte nas operações contra o bandoleirismo predatório dos asseclas dos falsos monges João Maria e José Maria, e de outros indivíduos da mesma triste e miseranda laia, era à minha, por ser eu o menos graduado dos quatro comandantes da seção, que tocava, naturalmente, o desempenho de tão árduo encargo.²²⁴

Uma visão muito próxima do combativo deputado Cleto da Silva que também teve alguns de seus escritos publicados no boletim de nº 28 em 1976. Em seus “Apontamentos

²²¹ FILHO, João Gualberto Gomes da Sá. Do centenário de João Gualberto. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 25, 1975, pp. 11-23.

²²² OLIVEIRA, João Pereira de. Diário de campanha de um aspirante a oficial (Contestado – 1914/15). Rio de Janeiro, 1962. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 26, pp. 51-97, 1975.

²²³ Idem. Idem., PP. 54-5.

²²⁴ PEREIRA, Altamiro Nunes. Prefácio. In: OLIVEIRA, João Pereira de. Op. Cit., p. 57.

Sobre o Movimento Fanático”, sobre os ataques dos caboclos às localidades de São João e Calmon em 1914. “Espertalhão como era, não quis se limitar exclusivamente aos curativos do corpo. O seu ideal era outro: dominar o atrasado espírito do sertanejo pelo fanatismo”.²²⁵ O próprio título de seus apontamentos refletia seu olhar.

O Contestado, ou mais precisamente, a Questão de Limites, voltaria a ser citada em 1983 com o arrolamento dos arquivos de Júlio Estrella Moreira (1899 – 1975), estudioso dos caminhos do Paraná e que havia sido diretor do Museu Paranaense. Com algumas exceções, o arquivo sobre os limites com Santa Catarina era basicamente formado pelos Relatórios dos presidentes de Província (séc. XIX), mapoteca, artigos e transcrição de documentos publicados nos Institutos Históricos do Paraná e Santa Catarina e documentação do Arquivo Ultramarino de Lisboa.²²⁶

Uma forma curiosa de expor o histórico inconformismo com a “perda” de parte do território foi dada pelo próprio presidente do Instituto, Luiz Carlos Pereira Tourinho, em 1984. Ele foi o que mais tempo permaneceu no cargo (1971 – 1998). Em “A Reconquista Pacífica do Contestado”, procurou demonstrar como a geografia “beneficiava” ao Paraná se comparado a Santa Catarina, facilitando assim dota-lo de uma infraestrutura que o “fez” trazer para sua influência econômica o estado vizinho. Encerrando seu texto, concluía que:

De todo esse arrazoado segue-se que embora sobre boa vontade à administração catarinense para CATARINIZAR a região conhecida por Planalto Norte, O Paraná tem como seu principal aliado a própria natureza, isto é, o MEIO. Não fará a reconquista política ou administrativa, impossível. Mas será a reconquista econômica. Curitiba, polo de convergência do sistema viário que além do Paraná atende Mato Grosso do Sul e o Paraguai, é passagem obrigatória para São Paulo. Por isso, depois da capital paulista, será a cidade mais importante do sul do Brasil. Acumpliciada com as linhas naturais de circulação, atrairá a economia da antiga região contestada...²²⁷

O termo “catarinizar” extraiu-se da mensagem do governador catarinense (Amin).²²⁸ Embora se possa dar crédito quanto a afirmação de que a região sofria influência paranaense (a preocupação identitária catarinense atestava isso), o autor previa influência ainda maior se estendendo por toda a região contestada “perdida” na Questão de Limites, o que, como se

²²⁵ SILVA, José Júlio Cleto da. Apontamentos sobre o movimento fanático. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 28, p. 49, 1976.

²²⁶ **Boletim do IHGEPR**, vol. 39, 1983, pp. 122-5. Este volume foi inteiramente dedicado ao arrolamento dos arquivos de Júlio Moreira.

²²⁷ TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. A reconquista pacífica do Contestado. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 42, p. 20, 1984.

²²⁸ Idem. Ibidem., p. 7.

sabe, não chegou a tanto. As explicações de Tourinho fazem mais sentido se vinculadas ao inconformismo nascido no Acordo de Limites.

No mesmo volume do boletim havia ainda artigo sobre a Brazil Railway Company²²⁹ e coletânea de documentos sobre a conduta dos policiais no Combate do Irani²³⁰ que mais não fazia que concluir não haver nada a justificar críticas ao Regimento.

Em 1986, na passagem dos 70 anos do fim da guerra, o assunto não foi mencionado no boletim assim como em 1987. Mas neste último ano, três livros relacionados ao tema foram lançados pelo Instituto.²³¹

Em 1989, no artigo “Fronteiras que nos Unem: os limites entre Paraná e Santa Catarina”, Ayrton Ricardo dos Santos, contava algumas historietas que registravam antigos ressentimentos. Uma delas dizia respeito a Romário Martins em caso contato por Jandira de Almeida França no livro “A Volta das Andorinhas”. A autora havia levado um queijo catarinense de presente a Romário Martins que, segundo ela, teria dito “Mas, haverá ainda, alguém, no mundo que não saiba que, desde a Questão de Limites, deixei de comer queijo de Santa Catarina”.²³² O próprio autor do artigo não escapava ao “fantasma” da Questão de Limites como se pode observar no encerramento de seu texto. “Nesse diálogo de surdos, todos falam. Ninguém se entende. Não é, pois, sem razão, que a dúvida persiste: - A quem pertenceriam, de fato, de direito e de verdade, as terras do Contestado?”.²³³ Trazendo os desacordos de tempos idos, o autor preferiu manter a dúvida. Talvez se possa dizer que há algo de “novo” ou “diferente” se comparado a outros autores que preferiam dizer que as terras “eram” paranaenses e que foram “perdidas”. Para estes não existiam dúvidas.

Com a morte de Mário Tourinho em 1998, encerrava-se um ciclo no Instituto. A partir de 1999 o termo “etnográfico” foi retirado do nome, que passou a se chamar Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR).

Em 1999, Noel Nascimento (1925 – 2013), autor do romance “Casa Verde”,²³⁴ publicou análise sobre o “fanatismo religioso”.²³⁵ A começar pelo título do artigo, Nascimento não teve o cuidado analítico demonstrado há muito por Duglas Monteiro:

²²⁹ WACHOVICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway no sul do Brasil. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 42, pp. 41-78, 1984.

²³⁰ Coletânea de documentos referentes à conduta do Regimento de Segurança, hoje Força Policial do Estado, no Combate do Irani, em outubro de 1912. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 42, pp. 171-92, 1984.

²³¹ Ver item 3.3.2 no terceiro capítulo.

²³² FRANÇA, Jandira de Almeida. **A volta das andorinhas**: pequenas histórias. Curitiba: Papelaria Requião, 1963, p. 2.

²³³ SANTOS, Ayrton Ricardo dos. Fronteiras que nos unem: Os limites entre Santa Catarina e Paraná. In: **Boletim do IHGEPR**. Curitiba, vol. 46, p. 20, 1989.

²³⁴ NASCIMENTO, Noel. **Casa Verde**. São Paulo: Martins Fontes, 1963. Romance ambientado na Guerra do Contestado.

Havia algo de notável que não fora devidamente analisado e interpretado nesses movimentos camponeses, justamente o que não tem sido muito bem entendido, confundindo estudiosos e sociólogos. Refiro-me a fanatismo religioso, questão quase sempre abordada de modo vago e superficial.²³⁶

Por não indicar os sociólogos em questão não podemos afirmar sobre quem o autor se referia.²³⁷ O certo é que, se comparado ao citado Duglas Monteiro, principal referência até então ao que se referia a análises sociológicas sobre o Contestado, o artigo de Noel Nascimento não trouxe relevante contribuição. As questões a serem respondidas em seu artigo eram “Por que, o campesinato, para se sublevar, fê-lo sob a influência de ascetas, recebidos como missionários, divinos? Que significava a monarquia almejada pelos camponeses?”.²³⁸

O mesmo autor voltou a publicar no boletim em 2002, ocasião em que procurou demonstrar a complexidade que marcou as questões em torno do Contestado. Entre outras características vinculou as arbitrariedades da Brazil Railway Company à “aquiescência dos governantes” paranaenses. Assinalou o fato de o Vice-governador, Affonso Camargo, no governo de Carlos Cavalcanti, ser o advogado da companhia estrangeira bem como as críticas de José Niépce da Silva, Secretário de Obras Públicas, que acusava o vice de praticar a advocacia administrativa. Sobre os caboclos, fazia relação com a idade média europeia no sentido de que em ambos os casos as “insurreições camponesas” se faziam com a “Bíblia na mão”. Usou com naturalidade termos geralmente aplicados no estudo de contextos europeus: “Uma numerosa massa semi-plebéia sofria a exploração semi-feudal (...)”.²³⁹ No geral havia, por parte do autor, a consciência da gravidade da violência praticada contra os moradores da região do Contestado. Entretanto, também se valia de definições depreciativas do tipo “massa amorfa de trabalhadores no campo”.²⁴⁰ O texto se encerra com a Batalha do Irani onde morreram José Maria e o “bravo comandante” João Gualberto.

Nos anos seguintes outros artigos com foco no Contestado ou que o perpassaram de algum modo foram publicados no boletim do IHGPR. Valendo-se de uma bibliografia cada vez mais ampla, alguns dos novos autores deixaram de lado os velhos chavões condenatórios e trouxeram boas contribuições. Caso de “Messianismo: expressão da religiosidade popular

²³⁵ NASCIMENTO, Noel. Canudos, Contestado e fanatismo religioso. In: **Boletim do IHGPR**. Curitiba, vol. 50, pp. 205-210, 1999.

²³⁶ Idem. Ibidem., p. 205.

²³⁷ Nascimento usa citações de Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Herculano Teixeira D’assunção e livros de psiquiatria.

²³⁸ Idem, p. 205.

²³⁹ NASCIMENTO, Noel. A grande guerra camponesa. In: **Boletim do IHGPR**. Curitiba, vol. 52, p. 86, 2002.

²⁴⁰ Idem. Ibidem., p. 90.

no Paraná”,²⁴¹ de 2003; “Contestado: antecedentes e condicionantes jurídicos”²⁴² e “A guerra sertaneja na região do Contestado”²⁴³, ambos de 2012. Neste último o autor foi incisivo ao apontar a responsabilidade dos governadores, algo incomum no boletim:

As terras, graciosamente concedidas aos especuladores, eram povoadas por pessoas que tinham a posse, mas não tinham o título de propriedade. À revelia das leis, as autoridades constituídas com o apoio de grupos armados privados começaram a expulsar os posseiros das terras que legitimamente ocupavam. O Secretário de Obras Públicas do governo do Paraná, José Niépce da Silva, por não ser conivente com tais falcaturas, pediu demissão. Já o Vice-Presidente do Estado, Affonso Camargo, que era também advogado da Lumber, tudo fez para defender os interesses da companhia em detrimento do interesse público. Enquanto Niepce da Silva caiu no ostracismo político, Affonso Camargo tornou-se Presidente do Paraná por dois mandatos. O jovem advogado catarinense Nereu de Oliveira Ramos, filho do governador Vidal Ramos que também defendeu os interesses da Lumber, fez brilhante carreira política, chegando à Presidência da República. Naquela época (só naquela época?)²⁴⁴ ficar do lado dos poderosos tinha suas recompensas.

Com o passar das décadas e o crescimento das pesquisas em torno do tema da Guerra Sertaneja do Contestado e da Questão de Limites, o IHGPR acabou cedendo espaço para novas abordagens. Pode-se afirmar que não houve uma mudança de rumo no Instituto, houve sim uma “convivência” entre pesquisadores de diferentes posicionamentos. Se em 2012 a instituição abriu espaço para textos como o de Mocellin, também reeditou o livro de Alcebiades Miranda,²⁴⁵ recuperando a visão dos militares de outros tempos. Neste sentido destacamos ainda a visita que alguns membros do IHGPR fizeram às cidades de Caçador, Irani, Três Barras, Porto União e Mafra em Santa Catarina, e a União da Vitória e Rio Negro no Paraná. Na entrevista que fizemos com Zenilda Walter, uma das responsáveis pelo atendimento no Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras, ela nos relatou que um dos membros do grupo se mostrou incomodado com as imagens dos caboclos em exposição e que defendia abertamente os “coronéis”.²⁴⁶

²⁴¹ BONAMIGO, Zélia Maria; SILVA, Jorge Antonio de Queiroz. Messianismo: expressão da religiosidade popular no Paraná. In: **Boletim do IHGPR**. Curitiba, vol. 54, pp. 83-128, 2003. Zélia é Jornalista, especializada em Mídia e Despertar da consciência crítica e autora do livro “Elisabeta Redaelli: vida que se fez anúncio”, com edições em 1986 e 1992; Jorge Antonio é membro do IHGPR, professor especializado em Metodologia do Ensino de História e autor do livro “Frei Miguel Bottacin, capuchinho: seu testemunho cristão e franciscano”, de 2002.

²⁴² HAPNER, Paulo Roberto. Contestado: antecedentes e condicionantes jurídicos. In: **Boletim do IHGPR**. Curitiba, vol. 65, pp. 237-58, 2012. Paulo Hapner é Desembargador.

²⁴³ MOCELLIN, Renato. A guerra sertaneja na região do Contestado. In: **Boletim do IHGPR**. Curitiba, vol. 65, pp. 259-73, 2012. Renato Mocellin é professor de História.

²⁴⁴ Idem. Ibidem., pp. 261-62.

²⁴⁵ MIRANDA, Alcebiades. **Contestado**. 2. ed. Curitiba: IHGPR, 2012. Sobre a publicação desta obra em 1987 ver item 3.3.2.

²⁴⁶ Zenilda Walter. Entrevista concedida em 12 de julho de 2016. Funcionária há 10 anos no museu.

Sobre o Contestado o IHGPR organizou ainda um “Ciclo de Palestras e Debates” nos dias 08, 15, 22 e 29 de maio de 2012. Entre avanços e permanências a instituição não ignorou o assunto. Não foi o principal espaço de debates (protagonismo que coube às universidades) mas entre as instituições paranaenses responsáveis por elaborar uma memória histórica próxima ao que era aceito pelos sucessivos governos, assumiu protagonismo importante.

2 OS ESTADOS E OS “LUGARES”: PATRIMÔNIO, POLÍTICA E MEMÓRIA

Um outro viés das questões culturais e das memórias históricas apontadas no capítulo anterior, é o processo de patrimonialização em nível estadual. Muitas das ideias reverberadas nos grandes eventos analisados anteriormente bem como nos Institutos e instituições culturais também foram representadas nos espaços públicos por meio dos monumentos. Os bens tombados permeiam o espaço urbano da menor à maior das cidades. E é sobre estes bens que falaremos neste capítulo. Também os museus estaduais foram contemplados, partícipes que são das políticas de memória e da elaboração de identidades.

2.1 CONTESTADO: LUGAR E REGIÃO DE MEMÓRIA

Durante a Guerra Sertaneja do Contestado, como bem indicam as várias pesquisas, observamos nas ações governamentais do Paraná e de Santa Catarina a primazia do território em detrimento dos que lá moravam. O que importava era garantir a posse daquele largo e rentável extrato de terra. O objetivo, o foco, eram as linhas de um desejado mapa, existente apenas na mente dos grupos que articulavam a almejada posse para seu estado. Se a assinatura do Acordo em 1916 pôs fim à longa pendência territorial, também deu início à construção de uma memória pautada em grande medida pela territorialidade.

Escreveu certa vez o historiador paranaense David Carneiro que “todo paranaense sabe que foi espoliado de patrimônio que era seu, e que sempre foi legitimamente seu, por direito de descoberta e de conquista”. Mais adiante afirmava que “Os mapas antigos constituem eloquentes demonstrações a favor do Paraná espoliado. Os espanhóis, designando-nos a nós como confinantes, chamavam ‘Campos de Vacaría’ aos do planalto do Rio Grande, e ‘Campos Curitibanos’ aos que lhe estavam visindarios (...)”.²⁴⁷ Uma característica do pensamento de David Carneiro era recorrente em outros livros e também em documentos oficiais produzidos até então (meados do século XX), qual seja, a “certeza” de que o território “sempre” pertenceu ao Paraná. Não se questionava nem se colocava em dúvida este pensamento. Portanto, neste sentido, o Acordo de 1916 “foi” um ato de espoliação das terras paranaenses. O senso de perda permeava o discurso de políticos e a escrita dos que se propunham a pensar as questões históricas do Paraná. Esta “certeza” e senso de perda são recorrentes inclusive em publicações recentes. O autor, como todo positivista (que não

²⁴⁷ CARNEIRO, David. Op. Cit., p. 87.

questionava a “autoridade” do documento), entendia os mapas como provas da posse de um determinado território.

No entanto, sabemos há muito tempo que a produção cartográfica não pode ser vista apenas como resultado da técnica, de metodologias e problemas topográficos relacionados à concepção do espaço geográfico. “Muito mais profícuo é detectar o valor cultural que esta assumiu e que funções desenvolveram em determinadas sociedades, em épocas determinadas”.²⁴⁸ No caso dos mapas citados por David Carneiro, não se questiona seus usos práticos e a tentativa de dotá-los das mais precisas informações disponíveis. Mas não podemos nos esquecer de que a produção cartográfica é marcada por pressupostos ideológicos e políticos. Cabe ainda ressaltar que espaço ou lugar são distintos do conceito de território. Este está relacionado “à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas (...)”.²⁴⁹

Outra característica dos mapas, salientada por alguns autores, é a antecipação de propósitos mais do que a representação do que “já existe”. Benedict Anderson chamou a atenção neste sentido ao citar a tese do historiador tailandês Thongchai. Para este (analisando o surgimento do Sião) “Um mapa antecipava a realidade espacial e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era um modelo para o quê (e não um modelo do quê) se pretendia representar”. O mapa era dessa forma “um instrumento para concretizar projeções sobre a superfície terrestre”.²⁵⁰

O Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, em 1988, Osmar Fernandes Dias, escreveu que “Na placidez colorida de suas linhas, os mapas são enganosamente estáticos. Eles têm vida, no tempo e no espaço, alargam-se e estreitam-se (...). Os homens manipulam os mapas ao sabor de seus ideais, como fizemos com o Tratado de Tordesilhas”.²⁵¹ Adilar Antonio Gigolini, do Departamento de Geografia da UFPR, observou que “O acompanhamento dos mapas permite visualizar a sociedade paranaense se

²⁴⁸ TUCCI, Ugo. Atlas. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, memória-história. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, p. 138.

²⁴⁹ ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.) *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995 Apud FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012); uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **XII Colóquio Internacional de Geopolítica**. Bogotá, 7 a 11 mar/2012, p. 6.

²⁵⁰ THONGCHAI, Winichakul. *Siam Mapped: a history of the Geo-Body of Siam*. Tese de doutorado, Universidade de Sidnei, 1988 Apud ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 239.

²⁵¹ ITCF. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná. 2. ed. Curitiba: ITCF, 2006, p. 7.

geografizando” e percebemos as técnicas que surgem e desaparecem e outras tantas que ainda permanecem. Há também “os projetos, estratégias, insinuações, suposições e ações políticas, culturais e simbólicas que dão sentido à materialidade”. Para ele, um mapa é mais que um pano de fundo e “representa não a realidade, mas uma realidade desejada!”.²⁵²

Este forte apelo político e estratégico dos mapas em relação ao território do Contestado (como pensado entre 1853 e 1916), é claro, ficou para trás. Mas as memórias históricas elaboradas ou tacitamente aceitas pelos governos de ambos os estados a esse respeito ainda levam em consideração os contornos geográficos para se referir a um território perdido, no caso do Paraná, ou a uma pretensa identidade e produto turístico, no caso de Santa Catarina. Lembrando Bourdieu, “A fronteira nada mais é que o produto de uma divisão à qual se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade” conforme o grau e a intensidade de semelhanças entre os elementos aí envolvidos (...)”. Neste sentido, elementos tais como “língua, *habitat* e maneiras culturais nunca correspondem perfeitamente”.²⁵³ Ainda segundo Bourdieu “tão logo a questão regional ou nacional se coloca na realidade social, ainda que seja por obra de uma minoria atuante (...) é o mesmo que munir-se do instrumento capaz de dar conta mais completamente da ‘realidade’”. Nesta “realidade” busca-se compreender e também prever algumas “potencialidades” nela contidas, com vias a atender “às diferentes pretensões subjetivas”.²⁵⁴ Embora seja mais pertinente aplicar estas observações de Bourdieu ao período da guerra, quando no calor das definições territoriais, de certa maneira a memória histórica ainda hoje tenta manter algum nexo entre território, identidades e pretensões não consumadas.²⁵⁵

Observemos o uso das representações cartográficas apresentadas a seguir e já em vigor em 2012. São maneiras distintas de se representarem territorialmente um mesmo tema, o Contestado. No caso catarinense veremos um território mais restrito se comparado ao largo território apresentado no mapa paranaense.

²⁵² ITCF. Op. Cit., p. 5.

²⁵³ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli (et. al.). São Paulo: Edusp, 1996, p. 109.

²⁵⁴ Idem. Ibidem., pp. 112-3.

²⁵⁵ Em 2012, no centenário do início da guerra, a principal emissora de televisão do Paraná produziu uma minissérie cuja chamada enfatizava que a “Guerra do Contestado” havia “definido” as atuais fronteiras do estado. Este era o mote principal para chamar a atenção e conquistar audiência.

representada nestes mapas, é a base para o mapa turístico apresentado acima. Exemplos são os mapas das figuras 2²⁵⁷ e 3.²⁵⁸



FIGURA 2 – Região do Contestado 1912 -1915



FIGURA 3 – Mapa da região onde se desenrolou a Campanha do Contestado

Claro que em Santa Catarina a Questão de Limites teve seu espaço nas pesquisas e ações públicas de valorização da memória do Contestado, mas a região dos confrontos armados e redutos fincou raízes na memória catarinense, em grande medida por ter sido anexado em definitivo a Santa Catarina após o Acordo de 1916, e também por ter impactado

²⁵⁷ THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: a história da ferrovia do Contestado**. Caçador: Impressora Universal, 1980.

²⁵⁸ SANTA CATARINA. **Cadernos de cultura catarinense**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/IOESC, ano 1, n. 0, jul./set., 1984, p. 31. Acervo da Biblioteca da Universidade do Contestado, Mafra, SC.

muito mais a este estado do que ao Paraná. Assim, cada município existente ou criado após a guerra procurou se valer da memória desse período para entrar na rota do turismo “histórico” do estado como um produto em detrimento de questões para se refletir a respeito.

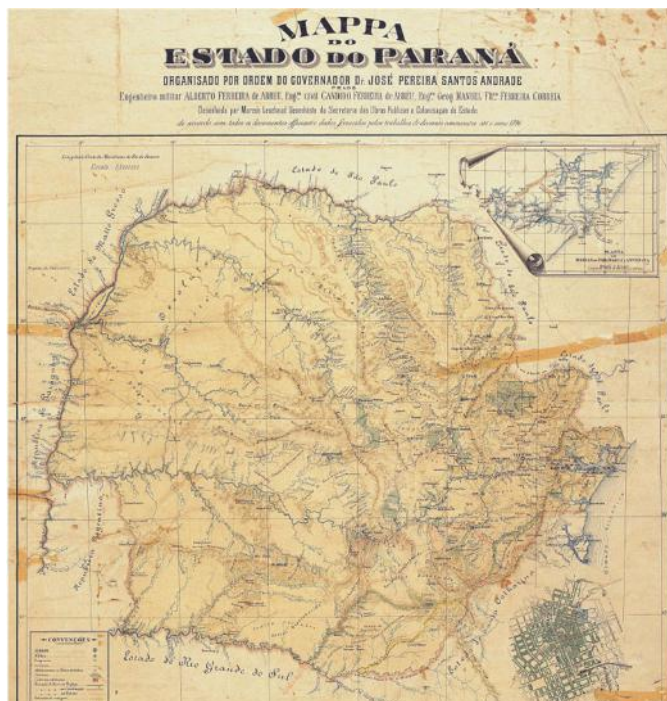


FIGURA 4 – Mapa do Estado do Paraná Organizado por Ordem do Governador Dr. José Pereira Santos Andrade, pelos Eng. militar Alberto Ferreira de Abreu; Eng. civil Candido Ferreira de Abreu; Eng. Geog. Manuel Francisco Ferreira Correia. Desenhado por Marcos Leschard, desenhista da Secretaria de Obras Públicas e Colonização do Estado, de acordo com todos os documentos oficiais e dados fornecidos pelos trabalhos de diversas comissões até o ano de 1896.

Fonte: www.itcg.pr.gov.br.

A longa apresentação do mapa paranaense de 1896 (Fig. 4) demonstrava todo um esforço técnico e político que vinha sendo realizado a respeito das questões do Contestado bem como de todo o território estadual. Foi o primeiro mapa paranaense após o Brasil e a Argentina finalmente resolverem suas pendências territoriais que diziam respeito também à região do Contestado entre Paraná e Santa Catarina por justamente abraçar parte do território disputado pelos dois estados. Conhecida como Questão de Palmas ou Questão das Missões, desenrolou-se entre os anos de 1890 e 1895 e teve como mediador o presidente norte-americano Grove Cleveland (1837 – 1908), que deu ganho de causa ao Brasil, motivo pelo qual existe no Paraná uma cidade com o nome de Clevelândia. Este território representado era a pretensão paranaense na longa Questão de Limites. Com o passar dos anos a fronteira oeste, por diversas razões, avançou sobre o território “paranaense” em direção ao Rio do Peixe como atestam outras produções cartográficas posteriores.

Exemplo de uma permanência silenciosa do território do Contestado é a estátua (Fig.5) em homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845 – 1912), o Barão do Rio Branco, inaugurada em Curitiba, no dia 19 de Dezembro de 1914,²⁵⁹ ainda nos tempos do Contestado, e que apresenta na parte frontal de seu pedestal um mapa em bronze do Brasil. Olhando de perto percebemos a antiga querela territorial. A comissão organizadora do monumento esteve a cargo do Cel. João Gualberto Gomes de Sá Filho (1874 – 1912) até sua morte nos campos do Irani. Responsável por solucionar questões de fronteiras entre o Brasil e alguns de seus vizinhos, como a Argentina, o Barão foi cogitado por alguns paranaenses para solucionar a Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina. Assim, não foi à toa que o Contestado ganhou espaço no monumento ao Barão.



FIGURA 5 – Rodolfo Bernardelli. **Monumento ao Barão do Rio Branco.** Bronze, 1912 (e detalhes).
Fonte: Fotos do autor.

Por mais que autores locais se esforçassem em traçar um panorama do Contestado, lembrando os problemas da terra, das desapropriações arbitrárias, do messianismo e das operações militares, a Questão de Limites era o foco e, não raro, um grau de inconformismo permeava os textos desses autores como foi o exemplo citado anteriormente a respeito de David Carneiro.²⁶⁰

Em uma abordagem na qual o território tem mais importância que os quatro anos de violência da guerra, os mapas vez por outra reapareceram. E em alguns casos, sem a devida contextualização. Exemplo é o livro lançado em 2012 reunindo as fotografias de Claro

²⁵⁹ A inauguração fazia parte das comemorações do 61º aniversário de emancipação política do estado.

²⁶⁰ Alguns exemplos relevantes: SILVA, Cleto da. **Accordo Paraná-Santa Catharina, ou o Contestado diante das carabinas.** Curitiba: Emp. Graphica Paranaense, 1920; CARNEIRO, David. **Duas histórias em três vidas: o Tiro Rio Branco através do seu patrono e do seu fundador.** Curitiba: Universal, 1939; SOUZA, Fredericindo Marés de. **O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado.** Curitiba: Lítero-Técnica, 1987; MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, (1939) 1995.

Jansson (1877 – 1954) na região do Contestado. A grande virtude do livro é mesmo o trabalho de Jansson. Mas algumas afirmações comprometem a obra, como no pequeno texto “Aconteceu no Paraná”, do jornalista e historiador Ulisses Iaroichinski. Além de manter o discurso do território perdido, escreve que “Muito maior que a campanha de Canudos, o Contestado aconteceu no Paraná e só no Paraná... com sua gente e suas mazelas. A história é longa e vai ser contada... mas não agora. Revelando o contestado: um projeto de conhecimento”.²⁶¹ O mapa publicado logo no início da obra é o apresentado na figura 5. Não há nenhum tipo de informação que explique ao leitor a conjuntura da qual ele fazia parte. Está ali apenas para lembrar que o território “era” paranaense.

O lançamento do livro fazia parte das ações relacionadas aos 100 anos do início da Guerra do Contestado e contou também com uma exposição no Museu Paranaense. Dentre os objetos e documentos expostos estava o croquis (Fig.6) apresentado por Affonso Camargo em sua mensagem de 1916.²⁶² Dissociada desta, a representação cartográfica tornava-se pouco inteligível para o público visitante da exposição. Os múltiplos territórios e linhas fronteiriças foram justificados e explicados por Affonso Camargo em sua mensagem.

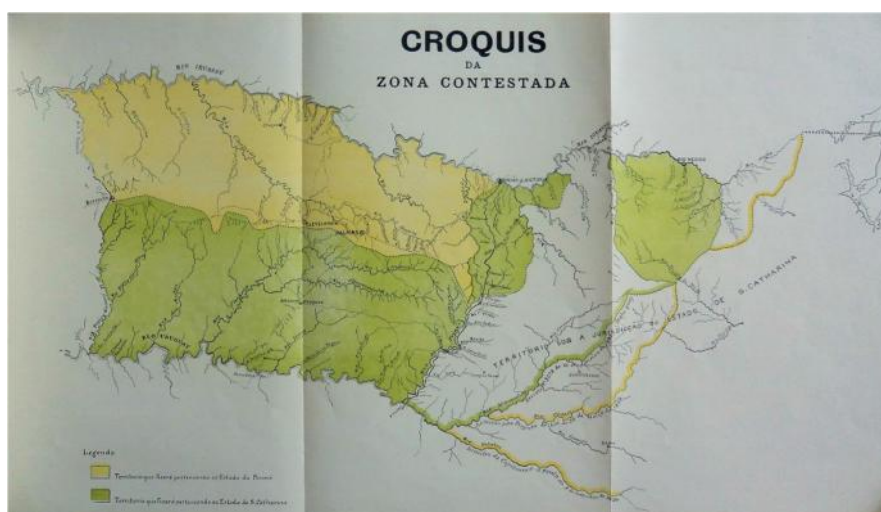


FIGURA 6 – Croquis da Zona Contestada

O documento surgiu quase como uma “certidão de nascimento” de uma frustração que ecoaria em obras historiográficas, jornalísticas e pronunciamentos de representantes políticos nas décadas seguintes. Iniciava dizendo que tratava-se de uma “fatalidade histórica”, ter ele que dirigir-se pela primeira vez aos deputados como presidente eleito para falar justamente da

²⁶¹ IAROCHINSKI, Ulisses. Aconteceu no Paraná. In: JANSSON, Claro. **Relevando o Contestado**: imagens do mais sangrento conflito social do Brasil nas lentes do sueco Claro Jansson. Curitiba: Imprensa Oficial, 2012, p. 221.

²⁶² Esta mensagem tinha como assunto exclusivo a Questão de Limites. Os demais temas, costumeiramente apresentados, constaram em outra mensagem referente ao ano de 1916.

assinatura do Acordo de Limites. A partir daí fez um breve histórico sobre os problemas fronteiriços desde quando Santa Catarina se batia com São Paulo para definir estas mesmas linhas divisórias.

Affonso Camargo baseou sua decisão de assinatura do Acordo em um argumento “moral” e à “situação jurídica” em que se encontrava o problema de limites. O primeiro surgiu de maneira circunstancial, quando uma moção, datada de 27 de setembro de 1916, assinada por ele e outros políticos e funcionários públicos,²⁶³ dava ao presidente da república, Wenceslau Braz, “poderes para, em nome do Paraná, traçar a linha que, em sua alta sabedoria, julgar conveniente para dirimir a questão”.²⁶⁴ Assim, ficava o Paraná na dependência das negociações entre o presidente da república e o governo catarinense. Affonso Camargo afirmava ser “impossível recuar do compromisso, tão expressamente assumido perante o Chefe da Nação, pois isso importaria na morte moral do nosso Estado (...)”.²⁶⁵ No campo jurídico, Affonso Camargo procurou dar mostras de que muito difícil seria reverter a desvantagem em que se encontrava o Paraná. Como podemos ver no mapa apresentado pelo presidente do estado, os territórios em amarelo e verde eram, segundo ele, os que estavam sendo divididos entre os dois estados. Os territórios em cor branca a leste do Rio do Peixe e até o Rio Canoas (incluindo a cidade de Curitiba), não estariam em questão. Dentre os argumentos apresentados para justificar este posicionamento constava a “invasão” dos catarinenses (e por isso o Paraná não poderia se valer nem do *uti possidetis*) e pelo fato de o próprio estado ter “confessado nos respectivos autos da acção, que o limite devia ser declarado pelo Rio Negro até cair no Iguassú, hypothese essa em que perderíamos a margem esquerda do Rio Negro e as povoações ali existentes, como sejam Itayópolis e Tres Barras”.²⁶⁶ Desta forma tentava minimizar sua responsabilidade pelas perdas no Acordo.

Mas não foi essa porção de terra “negociada” por Affonso Camargo que resistiu ao tempo, que se perpetuou na memória. A frustração contida neste documento foi sentida pela perda de um território muito maior (Fig.4). É sobre esta territorialidade que se pensa, escreve, analisa a Questão de Limites. Assim como o “vale do Contestado”, que dependendo de onde se parta (associação de municípios ou estado) varia sua “fronteira” para atender a pretensões econômicas ou construir uma identidade, o território “perdido” no Acordo é antes um

²⁶³ Além de Affonso Camargo, deputados, desembargadores, secretários, o chefe de polícia, o comandante do Regimento de Segurança, o comandante do Corpo de Bombeiros, o diretor de Obras e Aviação, o Ajudante de Ordens do presidente do Estado, além do prefeito de Palmas, assinaram o documento.

²⁶⁴ PARANÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, presidente do estado do Paraná, ao instalar-se a sessão extraordinária da 13ª legislatura, em 25 de novembro de 1916.** Coritiba: Typ. d'A República, 1916, pp. 9-11. Acervo da Casa da Memória de Curitiba.

²⁶⁵ Idem, p. 12.

²⁶⁶ Idem, p. 14.

elemento retórico de governos e alguns entusiastas do que uma realidade concreta que, nem na época representava, mesmo que afetivamente, um espaço a ser defendido pelo todo da população.

Deslocados do período do imbróglio territorial bem como da violência da guerra, estes “dois” territórios do Contestado são antes resultados de operações intelectuais em detrimento das memórias “vivas”. Os mapas que apresentamos acima e que reivindicaram territorialidades turísticas ou a constante lembrança de um espaço perdido, são de certa maneira “lugares”²⁶⁷ que não encontram necessariamente, ainda hoje, memórias entre as pessoas que habitam as regiões representadas que justifiquem os contornos pretendidos. Como operações intelectuais, são tentativas de poucos na insistência de forjar uma identidade, de forçar a lembrança de um espaço que nunca foi pensado e vivido como uno (pertencente a um dos estados) pela maior parcela da população que habitou a região ao tempo da guerra.

Mas apesar desse descompasso entre as múltiplas memórias e percepções dos que habitaram a região e a imagem oficial que os tornou pertencentes a determinado território, estas regiões não são totalmente desprovidas de memórias “vivas”. Houve e continua havendo grupos e pessoas que por estarem vivendo na região (neste caso, de contornos indefinidos), buscam manter de algum modo as histórias de descendentes ou tirar dessa página violenta da história algum ensinamento para os dias atuais. Foi em grande medida por estarem imersos nas comunidades ligadas historicamente à Guerra do Contestado que várias pessoas se interessaram pelo assunto e dedicaram-se às pesquisas e na coleta de objetos que resultaram nas coleções que mais tarde passariam a fazer parte dos principais museus sobre o tema. São desta forma “regiões-memória”, “onde se afirmam com força as identidades regionais ou locais”.²⁶⁸

²⁶⁷ Nos termos de Pierre Nora.

²⁶⁸ CANDAU, Joël. Op. Cit., p. 157.

2.2 BENS TOMBADOS: A INVISIBILIDADE DO CONTESTADO

A tarefa neste item foi a de, a partir dos bens tombados, analisar os rumos tomados pelo Paraná e por Santa Catarina em suas políticas patrimoniais, procurando perceber quais foram os grupos sociais ou períodos históricos priorizados. Memória, identidade e aspectos políticos ganham sua dimensão material nestes “lugares” ideologicamente escolhidos para representarem um pretendido passado tanto quanto influenciarem o presente. Fizemos apenas um resumo sobre algumas e importantes características dos processos patrimoniais no Brasil, assunto que dispõe de extensa bibliografia.

Dos muitos “gêneros discursivos”, o do “patrimônio cultural” tem grande relevância para o social, mesmo sendo rotineiramente ignorado pelos passantes que apressadamente circulam principalmente nas áreas urbanas, locais estes de intenso discurso patrimonial. Em seu “silêncio”, fruto do pouco caso da maioria, é mais fácil para seus idealizadores manter vedado o acesso a outras características do passado, principalmente se estas contestam o que está exposto.

Abordando os “rituais” patrimoniais como discursos, podemos então nos perguntar quais narrativas desenvolvem. É certo afirmar que estão atreladas à “formulação das políticas oficiais que institucionalizaram a preservação e a definição dos bens patrimoniais no país”.²⁶⁹ Essas narrativas se caracterizam ainda por se articularem “em nome de uma totalidade, que pretendem representar, da qual pretendem ser a expressão autêntica, e em relação à qual mantêm uma conexão metonímica”.²⁷⁰ Lembremos das retóricas holísticas de Candau que por sua vez nos remetem às discussões a respeito das memórias e identidades e que estão imbricadas nos discursos patrimoniais. Em outras palavras, discursos patrimoniais, memória e identidade são indissociáveis e invariavelmente, quando elaborados a partir da perspectiva totalizante dos ideólogos do estado, procuram cristalizar uma visão homogeneizante em que poucos artefatos e monumentos se apresentam como representativos de todo um período histórico. “A noção de patrimônio assenta-se numa versão de História que se pretende consensual pela sua capacidade de se reportar a fatos como ‘realmente aconteceram’, transformando-os em marcos que se impõe ao presente”.²⁷¹

Apesar dessa tentativa de blindagem, há pontos de contato que fogem ao controle dos que se dedicam em definir o que é patrimônio, até pela necessidade de convencer, ou melhor,

²⁶⁹ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. Cit., p. 16.

²⁷⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007, p. 141.

²⁷¹ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. cit., p. 28.

tentar convencer em meio a heterogeneidade social. Neste sentido abrem-se possibilidades para críticas, contestações, dúvidas, quando não um total desinteresse pelo conjunto patrimonial em questão:

(...) como nenhum gênero de discurso é uma entidade coerente, como todo discurso está dividido contra si mesmo e, ao mesmo tempo, dialogando com vários outros, os discursos do patrimônio, na medida em que pretendem representar uma sociedade nacional, abrem-se para outros grupos e categorias sociais, constituindo-se “zonas de contato” entre diversos gêneros de discurso. Por exemplo, entre o palácio e a praça pública, podendo esse contato se configurar de maneira mais ou menos intensa, mais ou menos policiada, permitindo maiores ou menores transgressões nas linhas de demarcação entre um e outro espaço.²⁷²

Isto vale tanto para os bens tombados quanto para os museus e suas coleções, espaços mediados, mas, inevitavelmente porosos, permitindo a inserção de objetos (e seus respectivos matizes culturais) que precisam de atenção específica para não fugirem a um pretendido controle.

Em linhas gerais os tombamentos no Brasil, desde a criação do SPHAN em 1937 e até a década de 1970, tanto em nível nacional quanto regional, seguiram caminhos parecidos que podem ser resumidos da seguinte forma:

No Brasil, a ideia de uma singularidade nacional que norteou as narrativas sobre o passado caminhou em perspectivas distintas, mas complementares: a escrita da história e a institucionalização das práticas preservacionistas. De um lado, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres regionais que, em conjunto com o Arquivo Nacional, ambos criados em 1838, iniciam o processo de institucionalização da memória nacional; de outro, as narrativas modernistas corroboraram para a fundamentação de um tempo nacional tendo como um dos seus correspondentes ao projeto de construção da brasilidade a definição de uma noção de patrimônio cultural e a formulação de uma política de preservação.²⁷³

Apesar da contribuição modernista, encabeçada por Mário de Andrade, que incluía elementos do popular em seu foco de interesse, o que se seguiu foi a chamada “sacralização da memória em pedra e cal (...) elitista e redutora desenhada pela herança europeia decorrente da seleção de exemplares arquitetônicos e artísticos do período colonial”. Segundo o historiador Antônio Nogueira, a partir da década de 1930 podia-se contar com as “análises inclusivas” de Caio Prado Júnior, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e até de Capistrano de Abreu, no entanto, o legado cultural de múltiplas etnias foi deixado de lado

²⁷² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. cit., p. 142.

²⁷³ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. In: *Antíteses*, v. 7, n. 14, jul./dez. 2014, p. 54.

pelo SPHAN. As contribuições de índios, africanos e mesmo dos imigrantes, por exemplo, não encontraram espaço no processo preservacionista nacional.²⁷⁴

Nas últimas três décadas do século XX, o processo patrimonial no mundo, em especial na Europa, sofreu substancial alteração, com repercussões também no Brasil:

A partir da década de 1970, uma nova relação entre patrimônio cultural e identidades começou a se configurar. Se, como mostrou Hartog, esse é o momento de uma virada em que a questão do patrimônio se transformou em dever de memória; em termos globais, o tempo nacional, que fundamentava uma singularidade nacional, desdobrou-se numa pluralidade de singularidades locais, tangíveis e intangíveis, mas, ainda assim, em diálogo com o nacional. É o momento em que o campo do patrimônio se torna mais complexo “levado a refletir sobre novas possibilidades de fronteiras ou clivagens, motivadas por outras dimensões de pertencimento que não à nação”.²⁷⁵

Com esse processo, ingressa-se no século XXI com importantes mudanças. No Brasil, com algum atraso, as mudanças também influenciaram nas leis que regeriam os rumos patrimoniais:

As orientações internacionais que vinham da UNESCO, através das “cartas” e “recomendações”, desde a aprovação da Convenção do Patrimônio Mundial, em 1972, passando pela Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular do Mundo, em 1989, e Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 2003, são indícios importantes que respondem à pressão e às demandas de grupos e nações de tradições não-europeias para que a dimensão intangível do patrimônio fosse inserida no acervo do chamado patrimônio da humanidade. Já no Brasil, o debate em torno da defesa da diversidade cultural e do direito à memória de distintos grupos étnico-culturais, nos anos de 1980, mobiliza e aciona diferentes apropriações do patrimônio tornando-o um “conceito engajado”. Nos movimentos de grupos indígenas, negros e culturas tradicionais “a luta pelos conceitos adequados ganha relevância social e política”, lembra Koselleck (2006, p. 100-101). As reivindicações de reconhecimento social e a preservação de suas tradições serão respaldadas pelo artigo 216 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), que acolhe uma noção ampla e plural de identidade e define a atual concepção de patrimônio cultural, legitimando juridicamente a salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial.²⁷⁶

Partindo-se de um viés elitista, as políticas patrimoniais tiveram que se adaptar, pelo menos em tese, às novas exigências sociais. Vejamos a seguir como essas características apresentadas se refletiram nos processos patrimoniais ou nos “ritos de tombamento”, como definiu Márcia Kersten, no Paraná e em Santa Catarina.

²⁷⁴ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Op. Cit., p. 57.

²⁷⁵ Idem, p. 57.

²⁷⁶ Idem, p. 59.

2.2.1 Paraná: do litoral ao planalto, a limitação geográfica do patrimônio

Personagem que nos é de especial importância, o historiador David Carneiro recebeu um ofício em abril de 1937 de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 – 1969), coordenador do SPHAN desde sua fundação em 1937 até 1969. “Desde já peço-lhe permissão para consulta-lo sobre a possibilidade de tomar para si o encargo de relacionar as obras de arquitetura civil, religiosa e militar existentes no Paraná e que possam ser consideradas de excepcional valor artístico ou histórico”.²⁷⁷ David Carneiro era então delegado da Sétima Região (Região Sul ou “Brasil Meridional”) do SPHAN, cargo que ocupou entre os anos de 1934 e 1943.²⁷⁸

A resposta de David Carneiro incorporava os rumos seguidos pelos tombamentos nas décadas seguintes:

Com infinito prazer tomaria a mim organizar a lista e a justificação de proposta das obras notáveis de arquitetura civil, religiosa e militar de meu Estado, mas como elas são pouquíssimas, da-las-hei aqui, desde logo: 1 - Litoral a) Fortaleza de Paranaguá. Construída no reinado de D. Pedro I, com material da Cotíngia. Histórica pelo caso do cruzador Cormorand - 29.VI.1850. b) Convento dos Jesuítas. Tem aspectos arquitetônicos curiozos, e possui a boca de um subterrâneo entupido por ordem superior pelos soldados do 2º Batalhão de engenharia. Esse tunel, sabe-se por tradição, que passava por baixo da cidade ligando o convento ao ‘porto dos padres’. 2 - Planalto de Curitiba: Cidade da Lapa. (Histórica desde 1894). a) Igreja - construída em 1874. b) Casa em que morreram o Cel Dulcídio Pereira, Joaquim Lacerda, e onde se firmou o documento de capitulação da praça a 11.II.1894. c) Casa em que morreu o General Antonio Ernesto Gomes Carneiro. (Assim como Ouro Preto foi declarado monumento nacional, parece-me que a Lapa, que barrou o avanço federalista por 26 dias, salvando a república, devia também ser contemplada com glória semelhante). 3 - 2 Planalto da Serrinha - Fazenda da Fortaleza, perto de Tibagi. 4 - Planalto de Guarapuava- Nenhum monumento subziste.²⁷⁹

A atenção se voltava exclusivamente para o espaço geográfico paranaense compreendido entre o litoral e o planalto, de colonização e história mais antiga. Com exceção da Fazenda Fortaleza, os demais foram tombados em 1938 pelo SPHAN. A Lapa, além de ter alguns exemplares tombados, seria contemplada com o tombamento estadual do “Setor Histórico” em 1989 e como “Conjunto Urbano” pelo IPHAN em 1992, dois anos após a morte

²⁷⁷ Carta de Rodrigo de Melo Franco a David Carneiro, 05.04.1937. Apud KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. cit., p. 128. O SPHAN nem havia sido criado ainda, o que só ocorreria pelo Decreto-Lei nº 25 em 30 de novembro daquele ano. Também o diretor do Museu Paranaense, José Loureiro Fernandes, foi contatado.

²⁷⁸ MUSEU CEL. DAVID CARNEIRO. **Catálogo Museu Coronel David Carneiro**: Curitiba - Paraná. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ministério da Educação e Saúde), 1940, p. 20. Acervo da Biblioteca de Humanas da UFPR; KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. Cit., p. 128.

²⁷⁹ Carta de David Carneiro encaminhada em resposta a Rodrigo de Melo Franco, em 8.4.1937 Apud KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. Cit., p. 129.

de David Carneiro.²⁸⁰ Como bem resumiu Kersten, tratava-se de representar o “Paraná português”. Preservando a casa da “família pioneira”, a memória do herói da Lapa e da resistência da Fazenda Fortaleza, bem como a memória dos ensinamentos e a evangelização dos jesuítas por meio do colégio e da igreja, “transparece a opção pela história de heróis fundadores”.²⁸¹ Tanto em nível regional quanto no nacional a prioridade era o patrimônio em “pedra e cal”.²⁸²

Em 1953, a reboque das festividades pelo centenário de emancipação política do estado, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto sancionou a lei nº 1211 que “Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná”. Embora regulamentado apenas em 1977, os tombamentos se iniciaram a partir da década de 1960. Seguiu basicamente as mesmas diretrizes do patrimônio nacional contando com quatro livros Tombo com as mesmas divisões: Arqueológico, etnográfico e paisagístico; Histórico; Belas Artes; Artes Aplicadas. Permanece até hoje sendo a lei que define as ações em relação ao patrimônio mesmo sem ter sofrido nenhuma alteração em seu texto original.

Os trabalhos estavam a cargo da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Paraná, criado pela lei nº 112 de outubro de 1948, vinculada a Secretaria de Educação e Cultura. A Divisão do Patrimônio passou a contar ainda com um Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, criado em 1949. Do primeiro conselho participaram Júlio Estrela Moreira (1899 – 1975), Diretor da Seção de História do Museu Paranaense; José Loureiro Fernandes (1903 – 1977), que integrava o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense e também foi diretor em duas oportunidades do Museu Paranaense; Tenente Coronel Albino da Silva, da 5ª Região Militar; padre Vicente Vítola (? – 1990); Fernando Corrêa, Diretor do Departamento de Cultural; o sempre presente David Carneiro; Oscar Martins Gomes, advogado.²⁸³ Em que pese o fato de os integrantes do Conselho Consultivo do órgão se alterarem com o passar dos anos, a formação inicial não deixava de ser uma mostra das instituições (além do governo) com voz ativa na escolha do que deveria ser tombado.

²⁸⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>; <https://iphanparana.wordpress.com/>. Acesso em: 26.10.2015.

²⁸¹ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. Cit., p. 129.

²⁸² E como veremos no último capítulo, a Lapa e sua relação com a Revolução Federalista despertava especial interesse de David Carneiro, principal pesquisador à época sobre o tema no Paraná. Não sem motivos a sua solicitação incluía esta localidade na correspondência enviada ao então SPHAN.

²⁸³ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. Cit., pp. 132-3. Em relação aos assuntos patrimoniais o Paraná já havia contado com o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense (1935), que teve vida curta (1936-1937).

Na década de 1960, 19 bens foram tombados pelo estado, sendo que três deles, duas igrejas em Paranaguá e o Teatro São João, na Lapa, tornaram-se patrimônio nacional.²⁸⁴ O passado colonial português, as populações indígenas (as fontes), a catequização/religião católica (igrejas) e o ciclo econômico do mate (Museu do Mate de Campo Largo), resumem de certa maneira as prioridades nestes casos. Um dos ícones do poder local não foi esquecido. O Paço Municipal ou da Liberdade (Fig.7), sede da prefeitura desde sua inauguração em 24 de fevereiro de 1916 (e que passaria a ser sede do Museu Paranaense entre 16 de janeiro de 1974 e dezembro de 2002) entrou na galeria de bens tombados em 18 de janeiro de 1966.



FIGURA 7 – Paço Municipal. Curitiba, PR.
Fonte: www.sescpr.com.br.

A partir da década de 1970 o chamado Compromisso de Brasília (1971) foi a referência para os tombamentos. Preocupava-se com a formação de mão-de-obra qualificada para lidar com as questões patrimoniais e a criação de órgãos municipais e estaduais. Determinou-se também que a “melhor forma para garantir a preservação dos imóveis de ‘valor histórico e artístico’ seria ocupá-lo com ‘repartições culturais’”. De uma definição restrita à unidade edificada passou-se a privilegiar o contexto circundante ao bem patrimonial”. A Declaração de Amsterdã (1975), ampliando a definição de patrimônio e

²⁸⁴ Em relação aos tombamentos nacionais, daremos aqui apenas alguns exemplos. O foco é o processo estadual de tombamento.

incluindo a noção de “conjunto arquitetônico” no qual se agregava os próprios moradores e seus espaços de vivência e trabalho, também influenciou nas novas diretrizes patrimoniais.²⁸⁵

A década de 1970 totalizou no Paraná quase 50 tombamentos, incluindo então os conjuntos arquitetônicos como a “Paisagem Urbana” em Curitiba.²⁸⁶ Personagens considerados relevantes na arte, política e história tiveram seus nomes “sacralizados” em algumas dessas unidades. Casa Romário Martins, Casa Barão do Serro Azul e Museu Escola Alfredo Andersen, em Curitiba; Casa Rocha Pombo, em Morretes; Casa do Visconde de Guarapuava, em Guarapuava; Casa Coronel Lacerda, na Lapa. As igrejas continuaram na lista e algumas árvores curiosamente ganharam seu espaço como “bens naturais”. Neste último incluiu-se a orla marítima de Matinhos.

Destacamos neste período o tombamento das Coleções do Museu Paranaense e do Museu Cel. David Carneiro em 1972. Ambas já haviam sido consideradas patrimônios nacionais (coleções e acervos arqueológicos) e inscritas no livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paisagístico em 1941.²⁸⁷ David Carneiro adquiriu considerável respeito em assuntos museológicos, muito por conta do museu que administrava desde 1928. O que facilitou também sua indicação para dirigir a 7ª Região do SPHAN. A atenção às etnias também marcou esse período:

Ressalta-se também a inclusão de bens referenciais para diferentes grupos étnicos, tais como o Oratório de São Carlos Barromeo e a Capela de São Francisco Xavier (polonês), o Panteão do Cemitério de Santa Felicidade (italiano), a Igreja de São Josafá (ucraniano). O slogan “Paraná de todas as gentes”, fartamente veiculado pelo governo estadual, alterou os discursos e a ação preservacionista. As etnias foram reconhecidas como trazendo uma colaboração particular e positiva ao Estado, parceiras na construção do Paraná (...). Essas decisões inovadoras quanto ao patrimônio ocorreram em concomitância com as diretrizes gestadas no Centro de Referência Cultural, Após Aloísio Magalhaes assumir a direção do SPHAN/Pró-Memória foi definida uma nova política no Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo-se duas vertentes distintas, a do bem patrimonial e a da produção da cultura (1979).²⁸⁸

Também cabe salientar que apesar da primazia do litoral e do planalto nas intenções de tombamento, Londrina, no norte do estado, abriu nova área de interesse. A Estação Rodoviária (Fig.8), de autoria do arquiteto João Batista de Vilanova Artigas (1915 – 1985) e a Praça Rocha Pombo, iniciaram esta nova frente patrimonial.

²⁸⁵ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. Cit., pp. 142-3.

²⁸⁶ Trecho entre a Praça Ozório, Av. Luiz Xavier, Rua XV de Novembro e Praças Santos Andrade.

²⁸⁷ “Museu Coronel David Carneiro: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística”; “Museu Paranaense: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística”. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 28.10.2015.

²⁸⁸ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. Cit., p. 145. Deixava de ser apenas o “Paraná português”.



FIGURA 8 – Antiga Estação Rodoviária de Londrina, PR.
Fonte: projetoibraconutfpr.blogspot.com.br.

A década de 1980 assistiu a uma acentuada diversificação econômica. Houve um desordenado crescimento urbano em consequência do êxodo rural, propiciado em grande medida pelos avanços técnicos na agricultura que demandou menor mão de obra. Nas cidades, grandes modificações urbanas seguiam sem o devido cuidado com a preservação da paisagem ou com “as relações sociais e culturais ali estabelecidas”. A partir do Seminário do Comitê Brasileiro do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) reunidos em Salvador em 1981, ressaltou-se a importância dos “Sítios Históricos Urbanos”.²⁸⁹

O Conselho do Patrimônio Paranaense, não privilegiando apenas edificações, optou por levar em conta “linhas culturais, seguindo os ciclos históricos da economia”. Exemplo foi o tropeirismo, tema de uma linha de pesquisa conjunta entre São Paulo e os três estados do sul. O projeto resultou em uma série intitulada Cadernos do Patrimônio com três publicações: Fazenda Capão Alto (1983), A Represa e os Colonos (1986), Lapa: um passeio pela memória (1993), que abordavam respectivamente a economia campeira em Castro, o alagamento de parte da colônia polonesa de Tomás Coelho e o processo de tombamento do Setor Histórico da Lapa.²⁹⁰

Pela lista dos bens tombados na década de 1980, percebe-se que estes temas foram de fato contemplados como no caso de Castro, cidade sempre lembrada pelo tropeirismo, que teve 4 casas (duas em 1981 e outras duas em 1982) e a Fazenda Capão Alto tombadas pelo estado. O Setor Histórico da Lapa (Fig.9), tão estudada e lembrada por conta da Revolução Federalista e uma das solicitações de David Carneiro para tombamento nacional ainda na

²⁸⁹ KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Op. cit., p. 146.

²⁹⁰ Idem, pp. 146-147.

década de 1940, tornou-se patrimônio estadual em 26 de junho de 1989, mesmo ano em que a Casa da Fazenda Cancela, no município de Palmeira, foi tombada.



FIGURA 9 – Setor Histórico da Lapa, PR. (Detalhe).

Fonte: www.patrimoniocultural.pr.gov.br.

Apesar das mudanças na constituição em 1988 e na ampliação do leque cultural verificado em todo o mundo em relação aos tombamentos, nas duas décadas seguintes a atenção maior ficou centrada nas edificações, o tradicional patrimônio em “pedra e cal”. Neste sentido podemos destacar alguns conjuntos que foram claramente beneficiados em meio aos casarões, igrejas e capelas tradicionalmente tombados e que tiveram outros tantos exemplares incluídos entre 1990 e 2012.

No campo da educação algumas das sedes mais representativas deste setor entraram para a lista dos bens tombados. Além de grupos escolares em várias cidades do estado, o destaque ficou para a última e atual sede do Colégio Estadual do Paraná (maior colégio público do estado), inaugurado em 1950 e tombado em 1994; o conjunto de edifícios da Reitoria da Universidade Federal do Paraná, construídos entre as décadas de 1950 e 1960 e tombados em 1999; o Instituto de Educação do Paraná, edificação de 1912, tombado em 2004. Todos em Curitiba.

As estações ferroviárias constituíram outro grupo de edificações visivelmente beneficiado no decorrer destas duas décadas, com quase vinte unidades tombadas. Não é coincidência que esse processo ocorreu com maior vigor a partir da privatização do que antes pertencia ao patrimônio da Rede Ferroviária Federal S/A. Muitas destas estações, algumas ainda abandonadas (a exemplo do que ocorre ainda hoje no trecho da serra do mar, rumo ao litoral), não foram incluídas nos planos dos grupos responsáveis por adquirirem este patrimônio, caso da América Latina Logística, por exemplo. Até mesmo o depósito de

locomotivas de Curitiba foi tombado em 2009. Ainda no setor ferroviário, foram tombadas as pontes metálicas ligando as cidades de Rio Negro/Mafra (de 1896) e a “Estação União”, curiosamente dividida entre União da Vitória e Porto União, resultado do Acordo de Limites, ambas tombadas em 2000. Uma primeira estação havia sido construída em 1905 e, com a divisão da cidade em 1916 passou a existir duas estações funcionando lado a lado e trazendo inconvenientes no funcionamento de ambas. Em 15 de agosto de 1942 foram entregues obras de readequação, incluindo as estações de passageiros. Para evitar qualquer tipo de objeção, ambos os lados da linha férrea foram construídos de forma idêntica, constituindo-se, visualmente, em uma mesma edificação²⁹¹. Foi o lado paranaense deste conjunto o que foi tombado em 2000. (Fig.10).



FIGURA 10 – Estação União. O relógio, colocado acima da linha férrea, não marca apenas as horas, mas, a divisa entre os dois estados, como se pode observar nas siglas PR/SC junto aos ponteiros.

Fonte: Foto do autor, 2015.

Outro conjunto importante tombado neste período se referia aos projetos elaborados por conta da euforia do centenário do estado (1953). Em 2003, as edificações da Biblioteca Pública do Paraná (1954) e do Teatro Guaíra (1974) e, em 2012, o conjunto arquitetônico do Centro Cívico.

Além dos tombamentos em “pedra e cal” havia exceções, como o Passeio Público, área verde de 1896, tombado em 1999 e o conjunto das obras do escultor João Turim, considerado patrimônio do estado a partir de 2012.

²⁹¹ Disponível em: www.patrimoniocultural.pr.gov.br. Acesso em: 27.10.2016.

2.2.2 Santa Catarina: processo tardio de tombamento

As primeiras ações para dotar Santa Catarina de uma legislação específica sobre patrimônio cultural começaram a partir da década de 1960. O então governador, Ivo Silveira (1918 – 2007), nomeou uma comissão especial que se responsabilizaria pela criação de um Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado. Elaborou-se também uma versão preliminar de um projeto de lei, o que ficou a cargo do médico, professor e historiador, Oswaldo Rodrigues Cabral, um dos “signatários catarinenses do Compromisso de Brasília”. Mas o que de fato passou a vigorar foi a Lei nº 2.975 de 18 de dezembro de 1961, que em seu artigo 6º atribuía ao Departamento de Cultura (vinculado à Secretaria de Estado de Educação e Cultura) a responsabilidade por “proteger obras e documentos de valor artístico, literário e histórico”.²⁹²

Apenas em 1974 Santa Catarina teve sua primeira lei especificamente dirigida às questões do patrimônio. A Lei nº 5.056, além de contar com os quatro tradicionais livros Tombo, como no caso do Paraná e do IPHAN, incluía um quinto livro que contemplava as “Artes Populares, onde serão tombados os bens relacionados com manifestações folclóricas, características de épocas e regiões do Estado”. Para Janice, esse era um “dado bastante significativo em um estado que tem, desde a década de 1940, uma Comissão Catarinense de Folclore, à qual estiveram ligados alguns de seus mais destacados intelectuais (como Oswaldo Rodrigues Cabral)”.²⁹³ Os bens naturais não estavam incluídos nesta lei. Em seu parágrafo segundo constava que “A preservação dos monumentos naturais, as paisagens e os locais de particular beleza, é regulada por lei especial”.²⁹⁴ Por esta época ainda era o Departamento de Cultura o responsável por estes assuntos.

Em 1980, sob a responsabilidade da Fundação Catarinense de Cultura, revogou-se a lei de 1974 sendo substituída pela de nº 5.846. Em essência, não alterava os rumos adotados pelo estado em 1974. Em relação ao Paraná, um diferencial das leis catarinenses é que estas autorizavam, uma vez tombados, transferir os bens do Estado para a União ou para algum município e, se pertencente aos municípios, permitia-se a transferência para a União, o estado

²⁹² GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, s/n. Disponível em: www.snh2011.anpuh.org.br. Acesso em: 02.11.2015.

²⁹³ Idem. Ibidem.

²⁹⁴ Lei nº 5.056 de 22 de agosto de 1974. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao. Acesso em 03.11.2015.

ou a outro município. Em todos os casos a ressalva era que o bem deveria permanecer no “território estadual”.²⁹⁵

Segundo Janice Gonçalves, comparando-se aos tombamentos realizados em nível nacional (DPHAN, SPHAN, IPHAN), houve uma “permanência de paradigma”, privilegiando as “construções ligadas ao aparelho estatal” e igrejas (séculos XVIII e XIX). O diferencial, no caso catarinense, era a “ênfase nas heranças culturais dos imigrantes e descendentes, sobretudo alemães e italianos”, resultando em uma abordagem de viés étnico tanto da história e da geografia quanto do patrimônio cultural a ser preservado. Geograficamente, Santa Catarina foi definida como alemã na região do vale do Itajaí; “luso-brasileira (quando não luso-açoriana)” em sua porção litorânea; italiana no vale do Rio dos Cedros e no sul; cabocla na região serrana e no oeste. Estes últimos “aliás, muito pouco representados nos tombamentos”.²⁹⁶

Na primeira década de tombamentos o viés étnico ainda não era tão marcado, embora o litoral “luso-açoriano” já tivesse seus exemplares e houvesse sinais de preocupação com as construções no vale do rio Itajaí por causa das enchentes de 1983 e 1984 bem como o início de um “inventário” sobre as correntes migratórias.²⁹⁷

Iniciado apenas em 1983, os tombamentos catarinenses dessa década se inscreveram principalmente naquela porção dedicada ao poder e a Igreja. Exemplo maior é o Palácio Cruz e Souza (Fig.11), tombado por meio do Decreto nº 21.326 de 26 de janeiro de 1984. Construído ainda na segunda metade do século XVIII, sofreu grande reforma durante o governo de Hercílio Luz (1860 – 1924) entre os anos de 1894 e 1898, adquirindo as características que carrega até hoje. A partir de 1986 passou a sediar o Museu Histórico de Santa Catarina cujo acervo “é composto por móveis e objetos diretamente ligados à história política do Estado, especialmente ao exercício do Poder Executivo”.²⁹⁸

²⁹⁵ Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980. Disponível em: www.alesec.sc.gov.br/portal_alesec/legislacao. Acesso em: 03.11.2015.

²⁹⁶ GONÇALVES, Janice. Op. Cit. Note-se a aproximação quanto ao recorte turístico do território catarinense apresentado anteriormente.

²⁹⁷ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, na sessão de 30 de abril de 1986, pelo governador Esperidião Amin Helou Filho**. Florianópolis, Abril de 1986. Acervo do APSC.

²⁹⁸ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/>. Acesso em: 08.11.2015.



FIGURA 11 – Palácio Cruz e Souza (MHSC). Florianópolis, SC.
 Fonte: paulinezenk.com/blog/memoria-lucida; ASCOM/FCC.

Ainda com relação ao “Poder Executivo” providenciou-se o tombamento (Decreto nº 25.800 de 05 de junho de 1985) da casa de campo do governador Hercílio Luz (Fig.12). Construção do início do século XX, localizada no município de Rancho Queimado, possui características trazidas pela imigração alemã e foi adquirida em 1911 por Hercílio Luz (em seu segundo mandato) e passou por reformas e ampliações. O conjunto tombado (casa e chácara) possui uma área de 184.431 m².²⁹⁹



FIGURA 12 – Casa de Campo do Governador Hercílio Luz.
 Rancho Queimado, SC.
 Fonte: www.fcc.sc.gov.br

²⁹⁹ FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/>. Acesso em: 08.11.2015.

Florianópolis, como geralmente acontece nas capitais, concentrou o maior número de tombamentos. Além do Palácio Cruz e Souza, entraram na lista a Estação de Elevação Mecânica (Decreto nº 31.255 de 31 de dezembro de 1986), o Teatro Álvaro de Carvalho (Decreto nº 1.304 de 29 de janeiro de 1988) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Decreto nº 1303 de 29 de janeiro de 1988). O mais curioso destes é mesmo a estação que fazia parte da antiga rede de saneamento da cidade. Construído no início do século XX chegou a abrigar o Museu do Saneamento a partir de 1980, instituição que deixou de funcionar na década de 1990. O espaço serviu até como banheiro público e hoje está fechado. Na cidade de São José, bem próximo da capital, tombou-se o Solar Ferreira de Mello (Decreto nº 26.608 de 15 de julho de 1986).³⁰⁰

Retomando observação anterior de Janice Gonçalves a respeito da pouca atenção dada aos caboclos nos processos de tombamentos, observa-se que durante a década de 1980 (incluindo-se o governo Amin que tanto falou no Contestado), nenhum bem tombado fez lembrar a cultura cabocla e muito menos o Contestado. Embora neste último caso nomes caros ao assunto tenham sido lembrados (embora não atrelados ao conturbado período do início do século) com o tombamento do Grupo Escolar Vidal Ramos (Fig.13) e do Conventinho Frei Rogério (Fig.14), ambos em Lages.



FIGURA 13 – Antigo Grupo Escolar Vidal Ramos, atual Centro Cultural Vidal Ramos. Lages, SC.
Fonte: Foto do autor, 2016.

O grupo escolar foi fundado na cidade de Lages ainda no período da Guerra do Contestado, em 20 de maio de 1913, como parte da reestruturação que o então governador,

³⁰⁰ Seguindo a tendência dos tombamentos o imóvel faz referência a uma tradicional família da região. Abriga a biblioteca municipal desde 1988.

Vidal Ramos, estava promovendo no estado. Por conta disso seu nome passou a ser lembrado por este investimento na estrutura educacional. O prédio do Grupo Escolar Vidal Ramos foi tombado em 26 de janeiro de 1984 pelo Decreto nº 21.327. Posteriormente passou a ser uma escola estadual e desde 11 de agosto de 2016 é sede do Centro Cultural Vidal Ramos, administrado pelo SESC. Ao seu lado encontra-se o Memorial Nereu Ramos, inaugurado em 1992, dedicado ao único catarinense a ser presidente do Brasil (novembro de 1955 a janeiro de 1956), reforçando ainda mais o nome da família Ramos em SC.



FIGURA 14 – Conventinho Frei Rogério. Lages, SC.
Fonte: www.cultura.lages.sc.gov.br.

O Conventinho Frei Rogério foi tombado pelo Decreto nº 25.116 em 29 de março de 1985. Sua construção, sob as ordens de Frei Rogério, data da última década do século XIX. Henrique Neuhaus nasceu na cidade alemã de Borken em 29 de novembro de 1863. Ingressou aos 17 anos no convento holandês de Harreveld, iniciando sua formação como franciscano. Recebeu o burel e passou a chamar-se Frei Rogério em 03 de maio de 1881. Na Alemanha, em 17 de agosto de 1894, ordenou-se sacerdote. Aportou no Brasil com outros franciscanos em 02 de dezembro de 1891, seguindo para Santa Catarina, estabelecendo residência em Lages a partir de fevereiro de 1892. Neuhaus estabeleceu contatos com os caboclos do Contestado e com o monge João Maria que apareceu em Santa Catarina na última década do século XIX. Frei Rogério, vitimado pelo câncer, faleceu no Rio de Janeiro em 23 de março de 1934.³⁰¹

Uma ausência que merece ser apontada é a cidade de Laguna, no sul do estado. Fundada em 1678, invariavelmente tem sua história relacionada ao Tratado de Tordesilhas

³⁰¹ Disponível em: http://www.franciscanos.org.br/?page_id=917. Acesso em: 09.11.2015.

(1494), à Revolução Farroupilha (1835 – 1845) e ao nome de Anita Garibaldi (1821 – 1849). Com centenas de casarões ainda preservados, teve este conjunto tombado pelo IPHAN em 1985. Curioso o fato de o governo do estado ter ignorado a cidade em seus planos de tombamento. Só em 1996, na localidade de Pescaria Brava (hoje município) um imóvel foi tombado. Trata-se da Igreja do Bom Jesus do Socorro (Decreto nº 1.290 de 29 de outubro). É uma edificação que fica bem distante do conjunto histórico tombado pelo IPHAN e mostrou, neste caso, um grande descompasso entre as esferas nacional e estadual.

Nesta fase entre 1990 e 2012, como ocorria no Paraná, os monumentos em “pedra e cal” continuaram como os alvos principais. Também aqui alguns conjuntos tiveram notório acréscimo. As igrejas e capelas, já bastante visadas em outros tempos, continuaram a ser acrescidas ao patrimônio, principalmente no litoral, especialmente em Florianópolis. Entre 1998 e 2001, incluindo-se a catedral, a capital catarinense teve sete unidades tombadas. A maior parte capelas luso-brasileiras.

E a preocupação com a arquitetura alemã por conta das enchentes na década de 1980 teve um novo capítulo nas décadas seguintes. A arquitetura “enxaimel” e outros remanescentes da colonização alemã roubaram a cena neste período. Só em Blumenau foram perto de 40 imóveis, além do teatro Carlos Gomes e de algumas igrejas. Outras cidades de colonização alemã tais como São Pedro de Alcântara, Joinville, São Bento do Sul, Jaraguá do Sul e Timbó tiveram imóveis representativos da colonização alemã tombados.³⁰²



FIGURA 15 – Ponte metálica entre Rio Negro e Mafra. Duplamente tombada. Antigamente caminho do trem, atualmente é passagem para carros e pedestres.
Fonte: Foto do autor, 2014.

Na região do Contestado poucos tombamentos foram efetivados entre 1990 e 2012. Em Itaiópolis, de acentuada colonização polonesa e ucraniana, apenas a Igreja de Santo Estanislau (polonesa) foi tombada em 1998. Em Mafra, embora não assolada pela guerra mas visada na Questão de Limites, a ponte metálica da estrada de ferro (Fig.15) teve seu processo de tombamento concluído em 2002, a mesma que havia sido

³⁰² Construções italianas não foram esquecidas, embora em menor número.

tombada pelo Paraná em 2000. E como vimos anteriormente, o lado paranaense da “Estação União”, em União da Vitória, tinha sido incluído no patrimônio paranaense em 2000. Antes disso, em 1998, a parte catarinense da estação já havia sido considerada patrimônio estadual.

Apesar de ser um local fora da região do Contestado e dos espaços da guerra, o município de Rio Negrinho recebeu parte da EFSPRG por meio da construção do ramal entre São Francisco do Sul e União da Vitória. Na localidade construiu-se uma estação em 1913, tombada em 1998.

Tanto no Paraná quanto em Santa Catarina os esporádicos tombamentos nas cidades afetadas pela Questão de Limites ou pela Guerra do Contestado não se relacionavam com a guerra. O mais perto que se chegou de um tombamento relacionado ao Contestado foi a promessa, ainda no início da década de 1980, de transformar em patrimônio estadual o “Sítio Histórico do Contestado”, na cidade de Irani. Como a ideia não vingou, a Guerra Sertaneja do Contestado segue até hoje sem ser a baliza principal para um tombamento estadual.

2.3 MUSEUS ESTADUAIS E O CONTESTADO: DO POUCO CASO ÀS EXPOSIÇÕES DO CENTENÁRIO

Além dos bens tombados, Paraná e Santa Catarina também contavam com seus respectivos museus estaduais para representarem passados pretendidos bem como forjarem memórias/identidades. Apresentaremos a seguir algumas características destas instituições, procurando demonstrar a atenção dada (ou não) ao Contestado.

2.3.1 Museu Paranaense: uma longa história

O atual Museu Paranaense (MP), o mais antigo dentre os dois, nasceu num período em que as exposições universais convidavam as nações a demonstrarem seu grau de desenvolvimento, de “civilização”. Iniciadas em Londres em 1851 (quando da construção do famoso Cristal Palace), tornaram-se eventos de grande importância econômica tanto quanto de exibicionismo das potencialidades dos países expositores. No Brasil, seguindo o rastro das exposições universais, realizaram-se exposições provinciais (e posteriormente estaduais) e nacionais que, além de atenderem a demandas internas, serviam como preparação para a participação nos eventos internacionais. O período foi marcado também por outra característica, a forte atuação dos museus nacionais etnográficos e de história natural:

Foi no período que vai de 1870 a 1930 que os museus nacionais – o Museu Paulista, o Museu Nacional (RJ) e o Museu Paraense de História Natural – começavam a desempenhar um importante papel como estabelecimentos dedicados à pesquisa etnográfica e ao estudo das assim chamadas ciências naturais. E se os primeiros museus de arte podem ser considerados uma criação da Ilustração, já os estabelecimentos etnográficos remontam a um período de refluxo do imperialismo europeu. O mesmo momento que marca o enfraquecimento do domínio colonial favorece a criação desse tipo de museu, que conserva em seus recintos as produções de todo esse mundo extra-europeu. É a partir dessa perspectiva que se pode entender a instalação e o desenvolvimento desses estabelecimentos no Brasil (...).³⁰³

Os próprios fundadores do Museu, o desembargador Agostinho Ermelino de Leão (1834 – 1901) e o médico José Cândido da Silva Murici (1827 – 1879) estavam ligados à confluência desses condicionantes (exposições e museus etnográficos e de história natural).

³⁰³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. A “era dos museus de etnografia” no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves, (orgs). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 130. Mesmo considerado o terceiro mais antigo em atividade no país e sendo um museu etnográfico no período analisado pela autora, o Museu Paranaense não foi mencionado neste texto. Quando da inauguração do “Museo de Coritiba” em 25 de setembro de 1876, estavam em atividade o Museu Imperial (fundado em 1818 como Museu Real) e o Museu Paraense (1866). O Museu Paulista foi fundado em 1895.

Ambos participavam das comissões que organizavam as exposições provinciais no Paraná e queriam dotar o estado de um museu seguindo o exemplo de outros estados. Em 14 de janeiro de 1874 encaminharam um Ofício ao então presidente do estado, Francisco José Cardoso de Araujo Abranches (1844 – 1903) com o “intuito de coligir os riquíssimos produtos industriais e agrícolas desta Província, pretendemos levar a efeito a criação de um museu agrícola e um jardim de aclimação nesta cidade”.³⁰⁴ Tratava-se de uma forma de dar um destino a expressivas quantidades de produtos devolvidos das exposições bem como “coletar amostras da produção agrícola e industrial da província e de expor e difundir as riquezas do Paraná”.³⁰⁵

O Jardim de Aclimação surgiu primeiro, em 1875 (mas teve vida curta). O MP, inaugurado em 1876, iniciou suas atividades como instituição particular em um imóvel que antes servira ao Mercado Municipal de Curitiba.³⁰⁶ Até 1882 seguiu como instituição particular, embora recebendo apoio financeiro do governo do estado e da população. Sofria com a falta de espaço adequado e com a umidade em virtude de estar instalado às margens do rio Ivo. Obtendo ajuda de algumas pessoas, loterias e do governo, a primeira sede pode ser ampliada.³⁰⁷ A partir de 01 de janeiro de 1883 foi transferido para o estado por meio do Ato nº 393 quando o Paraná era governado por Carlos Augusto de Carvalho (1851 – 1905). A partir de então mudou o nome para Museu Paranaense e teve aprovado seu primeiro regulamento que, entre outras coisas, organizou-o em quatro seções:

1ª: antropologia, zoologia e paleontologia animal; 2ª: botânica em geral e paleontologia vegetal; 3ª: mineralogia e geologia e 4ª: arqueologia, etnografia e numismática. Numa análise da divisão interna da instituição pode-se perceber que esta se enquadrava como um museu de história natural e de “gabinete de curiosidades” e que, se não era ainda preocupação de seu diretor estabelecer critérios para expor o acervo do Museu Paranaense, já se notava, porém, a intenção da exibição de riquezas naturais da província, ao lado da variedade de objetos curiosos, aos olhos do público.³⁰⁸

³⁰⁴ Ofício de 14 de janeiro de 1874 enviado ao presidente da província do Paraná sobre a criação de um museu agrícola e um jardim de aclimação. In: TREVISAN, Edilberto. A gênese do Museu Paranaense (1874 – 1882): auspiciosa experiência de aclimação cultural na província. In: **Arquivos do Museu Paranaense. Nova Série, História**, nº 1, 1976, p. 43. Disponível em: www.museuparanaense.pr.gov.br. Acesso em: 19.11.2015.

³⁰⁵ CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013, p. 49.

³⁰⁶ Aliás, a instituição perambulou por várias sedes. Foram sete ao todo. A primeira de 1876 a 1900; a segunda de 1900 a 1913; a terceira de 1913 a 1928; a quarta de 1928 a 1965; a quinta de 1965 a 1973; a sexta de 1973 a 2002, quando então passou a ocupar o atual e, por hora, definitivo endereço. Na prática os prazos são até mais dilatados já que a mudança oficialmente determinada não acontecia logo em seguida como foi o caso da sexta sede que efetivamente abriu as portas ao público em 1974.

³⁰⁷ CARNEIRO, Cíntia Braga. Op. cit., p. 53.

³⁰⁸ Idem, p. 55.

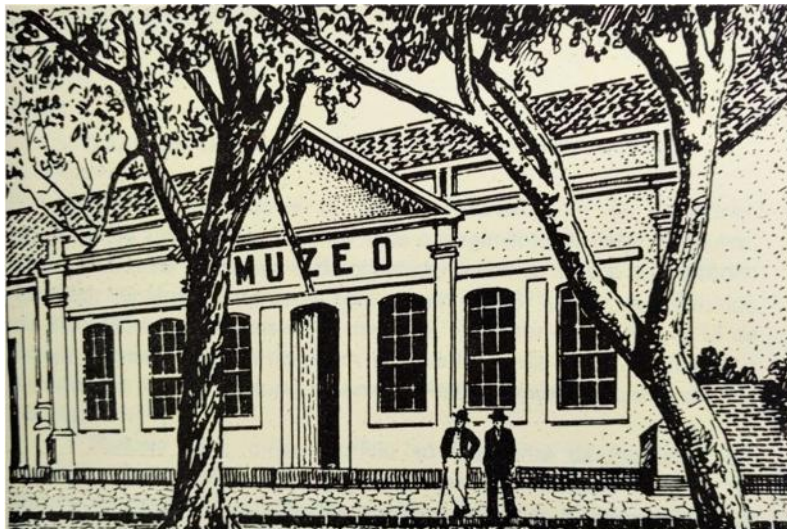


FIGURA 16 – Rudolfo Doubeck. Primeira sede do Museu Paranaense. Bico de pena, 1976.

Fonte: TREVISAN, Edilberto. op. cit., s/n.

Agostinho Ermelino de Leão tomou posse como o primeiro diretor da nova instituição pública. E é dele um documento que mostra, de maneira embrionária, a formação de um acervo histórico dentro de uma instituição que inicialmente tinha maior vigor em outros campos. Seu “Guia do Museu Paranaense”, publicado em 1900 (mesmo ano em que o MP passava a ocupar a sua segunda sede) e que tinha a finalidade de “facilitar aos visitantes do museu, a procura das secções que mais lhes interessarem”,³⁰⁹ apontava para descrições e grupos de artefatos que agregavam um valor histórico. Exemplo é o das “flechas tomadas no Ribeirão da Prata, Matto Grosso, aos selvagens que atacaram a expedição de 30 homens sob o comando do Major Jorge Lopes da Costa Moreira, Director da Colonia Militar de S. Lourenço”, exposta no “2º corredor”.³¹⁰ Há algo de histórico e etnográfico (embora não determine de qual tribo) nesta descrição.

Em duas das salas, a da “Monarchia” e da “Revolução”, um período e um fato históricos definiram as coleções. No primeiro caso, o período monárquico brasileiro é representado por quadros a óleo de D. Pedro II, bandeiras do império, “entre as quaes a que foi desfraldada ao primeiro presidente da Provincia Conselheiro Zacarias de Goes e Vanconcellos, na ocasião da posse”, além de farda, casacas e floretes pertencentes a figuras consagradas oficialmente. No segundo caso, tratava-se de fato recente à época, a Revolução Federalista. Nesta sala estavam expostos espada, chapéu e faixa de Gumercindo Saraiva, faixa do “revolucionário Piragibe”, lanças, espingardas, granadas, fotos “mais de 800” referentes

³⁰⁹ LEÃO, Agostinho Ermelino de. **Guia do Museu Paranaense**. Impresso por ordem do Exm.º Sr. Dr. Governador do Estado. Curytiba: Typ. da Impressora Paranaense, 1900, p. 2. Disponível em: www.museuparanaense.pr.gov.br. Acesso em: 18.11.2015.

³¹⁰ LEÃO, Agostinho Ermelino de. Op. Cit., p. 3.

aos legalistas. Na mesma sala encontravam-se também (por falta de espaço, segundo o próprio Ermelino de Leão) um bugio e uma onça empalhados e lanças da Guerra do Paraguai.³¹¹ Estas últimas provavelmente colocadas aí pelo mesmo motivo, demonstrando as dificuldades de se organizar um acervo heterogêneo em espaço ainda pouco propício para tal finalidade. Destacamos ainda o “Salão de Honra”, formado por retratos a óleo de personagens como Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815 – 1877), Adolfo Lamenha Lins (1845 – 1881), Visconde de Nacar (Manuel Antônio Guimarães – 1813-1893), Barão do Serro Azul (Ildefonso Pereira Correia – 1849-1894), entre outros, além de representações da Guerra do Paraguai.

Fazia parte do MP um pequeno zoológico. Ir ao museu também era uma oportunidade tanto para ver animais empalhados como para observar espécimes vivas em jaulas e gaiolas logo ao lado. No guia constava “um tigre negro, onça ou leopardo, leão americano ou puma, veado pardo, jaguatirica, quati, cutias, caninanas, jacús”.³¹²

Com a morte de Agostinho Ermelino de Leão em 1901³¹³ assumiu interinamente seu filho, Ermelino Agostinho de Leão (1871 – 1932). Em 1902 entrou em cena nosso velho conhecido, Romário Martins, que permaneceu na direção até 1928. Impunha-se a missão de tornar o MP mais “científico”. Em seu boletim de 1904 dizia que a instituição ressurgia para “seus nobres fins e assumindo, perante os seus congeneres no paiz, o lugar, secundario talvez mas inquestionavelmente digno que lhe cabe”. Elogiou o esforço do fundador para manter a instituição ativa apesar das dificuldades e que “Era norma de conduta sua, e pensava com acerto este benemerito do Museu Paranaense, que para accumular objectos era mister aceitar todos os que lhe viessem ás mãos, por doações espontaneas (...)”. No entanto, em sua “nova” fase o MP deveria assumir outra postura. Passados praticamente dois anos de sua administração, afirmava que o material havia sido selecionado e as coleções dispostas com “método”, e que concluiu-se “fatigante trabalho de classificação”. Segundo ele “o Museu Paranaense está hoje encarreirado, aproando certo para um ponto, distante embora, e que é a sua identificação com os congêneres no paiz”. Tinha especial interesse pelos índios (com uma visão “romântica”). “Nas colleções de anthropologia e ethnologia concentro agora toda a minha atenção, no sentido de impulsional-as como convém e dar-lhes um outro relevo, capaz de fazer sobre ellas girar o maior interesse do publico e dos estudiosos”.³¹⁴

³¹¹ LEÃO, Agostinho Ermelino de. Op. Cit., pp. 6-9.

³¹² Idem, p. 18.

³¹³ O outro idealizador, José Cândido de Andrade Murici, faleceu em 1879.

³¹⁴ MARTINS, Romário. **Boletim do Museu Paranaense**. Curitiba: Museu Paranaense, nº 1, 1904, pp. 3-4. Disponível em: www.museuparanaense.pr.gov.br. Acesso em: 07.12.2015.

O caráter científico da instituição propiciou momentos polêmicos como foi o caso logo no início de sua direção quando aceitou expor uma menina sem pernas e braços no pavilhão da música (no jardim), à qual afluíram, segundo consta, 1166 visitantes, um recorde até então. Exposição similar ocorreu em 1906, com explicações a respeito das anomalias apresentadas, o que reforçava este aspecto científico tão almejado por Romário Martins.³¹⁵

A ligação do MP com as exposições continuou forte nos quase 30 anos da administração de Romário Martins. Marcou presença na exposição do cinquentenário da emancipação política do estado em 1903 e na exposição nacional no Rio de Janeiro em 1908. Aliás, a instituição não era apenas participante. A comissão organizadora atuava a partir do MP para aglutinar interessados na exposição local e nacional. O Próprio diretor foi escolhido para organizar a comissão para 1903, ou seja, o MP, com aval do governo estadual, estava à frente da organização da exposição. Romário Martins ainda foi convidado pelo governo do estado como auxiliar técnico da comissão que representou o Paraná na exposição comemorativa do centenário da independência, em 1922.

Como incansável divulgador das coisas do Paraná, tornou o MP mais um local de divulgação da identidade paranaense. A pinacoteca que trazia paisagens da “grandiosa” paisagem paranaense bem como de personagens ilustres do estado; as coleções que iam se formando em relação a personagens e fatos históricos e mesmo as coleções antropológicas, etnológicas eram incluídos nesta retórica identitária, pois relacionados ao território paranaense:

Desejo que o Museu seja, para o seu visitante, um mostruário o mais possível completo de tudo quanto for nosso, isto é, paranaense, de sorte que por uma simples inspecção das suas collecções, se possa formar uma justa ideia da nossa acção no passado, das condições do presente, e, sobretudo, do valor actual das nossas riquezas naturaes.³¹⁶

Em 1936, 1956 e 1976, alguns diretores do MP publicaram obras por ocasião do aniversário da instituição e aproveitaram para fazer um resumo histórico. Vejamos como a instituição foi descrita por eles.

José Loureiro Fernandes, que faria parte do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1949, assumiu a direção do MP em duas ocasiões, entre os anos de 1936 e 1943, e 1945 e 1946, na característica repetição de nomes que assumiam

³¹⁵ CARNEIRO, Cíntia Braga. Op. cit., pp. 103-4.

³¹⁶ PARANÁ. **Relatorio apresentado ao Secretario d' Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica, Bento Lamenha Lins pelo diretor do Museu Paranaense Romário Martins, em 1º de janeiro de 1906.** Curitiba: Typ. e lith. a vapor Impressora Paranaense, 1906, pp. 5-6. Acervo do Museu Paranaense. No decorrer de sua gestão o museu mudou para a terceira sede em 1913, ocupando lugar do antigo teatro (Salão Tívoli).

cargos em várias instituições culturais do estado. Em sua “Resenha Histórica”, de 1936 (nos 60 anos da instituição), discorreu sobre as dificuldades enfrentadas por seus idealizadores, os avanços e a importância da instituição para o estado. Lamentava o fato de o boletim, de iniciativa de Romário Martins, não ter vingado por falta de verbas do estado, acarretando, segundo ele, na “destruição de uma iniciativa cujo resultado teria sido possuímos hoje um precioso repositório de estudos paranaenses”.³¹⁷

Comentando a participação de Romário Martins na exposição de 1908, escreveu que à época o ex-diretor tinha “brilhante co-participação no estudo da questão de limites entre o Paraná e Santa Catarina” e que o Museu foi por muito tempo o recinto “no qual funcionou o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná – o local onde de preferência se reuniam os ardorosos paladinos da nossa integridade territorial”,³¹⁸ entreveendo-se assim a inter-relação entre personagens, instituições e causas em comum, no caso, a do Contestado.

Apesar de normalmente a bibliografia mencionar o ano de 1928 como o da transferência da instituição para novo endereço, segundo Loureiro Fernandes, a quarta sede só foi aberta ao público em 02 de agosto de 1930 (junto com a Biblioteca Pública que desde 1886 ocupava as dependências do MP) sob a direção do geógrafo Sebastião Paraná.³¹⁹ Viviam-se um período de turbulência e incertezas políticas devido à revolução de 1930.



FIGURA 17 – Autor desconhecido. Vista parcial da seção de “História Pátria”.

Fonte: FERNANDES, José Loureiro. Op. Cit., p. 9.

Sobre as coleções dedicadas à história não houve relevantes comentários. O mais interessante neste caso foi apenas a publicação de uma imagem parcial da seção de “História Pátria” onde aparecem retratos de “ilustres” personagens (Fig.17). Os quadros foram desde o início uma preocupação no MP. Em 1886 efetivou-se a criação de uma pinacoteca anexa à Biblioteca Pública, que possuía inicialmente 16 retratos. Em 1896 foi transferida para a Escola de Belas Artes por causa da umidade. Em 1905 (Lei nº 568), a pinacoteca retornou às dependências do MP.³²⁰

³¹⁷ FERNANDES, José Loureiro. **Museu Paranaense: resenha histórica (1876-1936)**. Curitiba: Museu Paranaense, 1936, p. 10. Disponível em: www.museuparanaense.pr.gov.br. Acesso em: 19.11.2015

³¹⁸ Idem. Ibidem., p. 11.

³¹⁹ Idem, p. 15.

³²⁰ CARNEIRO, Cíntia Braga. Op. Cit., p. 108.

Encerrando seu texto, escreveu que o MP estava completando seus sessenta anos de “existência acidentada e quase sempre desamparada dos poderes públicos”. Mostrava algum otimismo para o futuro uma vez que naquele momento o MP estava incorporado ao Departamento de Cultura da Municipalidade de Curitiba. Dizia então que “é de se esperar que, convenientemente prestigiada, venha preencher a função cultural a que se destina”.³²¹ Esta parceria, no entanto, não durou muito.

Em 1956, quando o MP completava 80 anos, Loureiro Fernandes, ocupando a seção de antropologia, escreveu nova obra sobre a instituição.³²² Do período abordado em seu livro anterior, excluiu comentários em face do novo estatuto datado de agosto de 1913, sob o governo de Carlos Cavalcanti. Na ocasião, em parágrafo confuso disse que “Lamentável é que o artigo quarto, explicito quanto à coleção cartográfica e à documentação histórica do Estado, nada positiva relativamente à biblioteca do Museu”.³²³ Nesta nova abordagem afirmou que o projeto de reorganização foi apenas parcialmente executado por conta da falta de recursos.³²⁴ Em sua ótica, com o fim do “primeiro período de vida republicana” em 1930, encerava-se também a “primeira fase” da instituição, marcada pela “égide das iniciativas pessoais de dois ilustres paranaenses, sem se vislumbrar se possa qualquer tendência para trabalhos de equipe”. Houve, segundo ele, “quando muito”, um “certo espírito de compreensão das diretorias em aceitar a colaboração espontânea e transitória de especialistas pertencentes a instituições congêneres nacionais e estrangeiras”.³²⁵

Loureiro Fernandes, se referindo ao período de criação da Universidade do Paraná (1912), afirmava que vivia-se intelectualmente sob o “reflexo das grandes metrópoles Rio e S. Paulo”. Mostrava-se contrariado pelo fato da universidade direcionar suas atividades para o “ensino técnico-profissional” não demonstrando “interesse pelo patrimônio e pela obra da mais antiga instituição cultural de Curitiba”. Por isso, segundo ele, em um meio de pouca produção intelectual e o desinteresse em fazer um trabalho conjunto, coube à “benemerência”

³²¹ FERNANDES, José Loureiro. Op. Cit., p. 15.

³²² Na ocasião a direção estava a cargo de Júlio Estrella Moreira (1899 – 1975). Médico de formação, se dedicou às pesquisas históricas sendo um dos principais pesquisadores dos antigos caminhos que ligavam o litoral a Curitiba. Surgiu daí o livro “Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá”. Foi autor ainda de “Dicionário Bibliográfico do Paraná” entre outros títulos. Em 1956 ocupava, além do cargo de diretor geral, o de diretor da seção de História.

³²³ FERNANDES, José Loureiro. Op. cit., p. 13.

³²⁴ FERNANDES, José Loureiro; NUNES, Marília Duarte. **Oitenta anos de vida do Museu Paranaense**. Curitiba: Museu Paranaense, 1956, p. 10. Disponível em: www.museuparanaense.pr.gov.br. Acesso em: 19.11.2015. Colocamos as afirmações e comentários relacionados à pessoa de Loureiro Fernandes, embora a obra esteja creditada a dois autores.

³²⁵ Idem. Ibidem., p. 10.

de pessoas como Ermelino de Leão e Romário Martins, as ações para fazer o MP entrar em sua “nova fase”.³²⁶

A formação de um trabalho de equipe, segundo ele, esteve entre as prioridades de sua própria direção a partir de 1936, com o aval do interventor no governo do estado, Manoel Ribas. Em 1937, seguindo algumas mudanças em nível nacional, passou-se o Museu para a esfera pública municipal, no caso, o Departamento de Cultura de Curitiba, criado pela Lei nº 65. Não se enquadrando na reorganização proposta em nível municipal, a instituição retornou ao estado por meio do Decreto nº 7.517 de 1939. Reorganizadas as seções a partir de 1939 optou-se, segundo Loureiro Fernandes, por pessoas “credenciadas em nosso meio”, não levando-se em conta “critério político” para a escolha e sim pelo conhecimento na área.³²⁷

Nos anos seguintes, entre as mudanças que se seguiram, pensou-se em uma maior relação com a universidade, motivo pelo qual cogitou-se em construir prédio definitivo na mesma praça onde ficava a instituição de ensino.³²⁸ A ideia não se realizou uma vez que no terreno pretendido construiu-se o Teatro Guaíra. Afirmou ainda que, quando da primeira resenha, o “museu popular” havia “relegado para um plano secundário” uma instituição de “especialistas”. Nesta nova oportunidade de dirigir o MP, as características haviam se invertido e continuava faltando um apoio mais vigoroso do estado.³²⁹ Em termos de divulgação, este foco especializado ganhou visibilidade (além é claro das exposições) nas páginas dos “Arquivos do Museu Paranaense” a partir de 1941, totalizando 113 publicações até 1992 sobre arqueologia, antropologia, etnologia, geologia e história. A maior parte dos “Arquivos” (98 publicações) integrou a sua “primeira série”, de 1941 a 1953, sendo que nenhum tratava de fatos ou eventos históricos (apenas alguns de viés biográfico). A partir de 1954, com a “nova série”, a história foi apenas secundária nos “Arquivos”. Só em 1976, no centenário do Museu, uma das publicações vinculava-se à seção de “História” e descrevia o processo de criação até sua transformação em museu público.³³⁰ Ao final de seu texto o autor procurou dar ao ato de transferência do MP para o estado um peso ainda maior vinculando-o a uma dinâmica social mais abrangente:

³²⁶ FERNANDES, José Loureiro; NUNES, Marília Duarte. Op. Cit., pp. 10-11

³²⁷ Idem, p. 13. Não é possível afirmar se essas indicações foram mesmo destituídas de interesse político. O registro denota pelo menos a preocupação do então diretor pelo trabalho de equipe.

³²⁸ Idem, p. 15.

³²⁹ Idem, p. 18.

³³⁰ TREVISAN, Edilberto. Op. Cit. O autor integrava a seção de história e do Instituto Histórico. Nessa época as coleções já eram tombadas pelo estado (1972).

Outra significação emprestaria o tempo àquela solenidade, além de representar o exemplo de amor à terra de parte dos idealizadores e da ânsia coletiva de afirmação cultural do meio provinciano do Paraná. Passaria o museu a servir à integração cultural de uma sociedade sacudida tanto por movimentos de acomodações normais de seu desenvolvimento econômico, como, e principalmente, pelo pesado acréscimo das largas levas de cidadãos que, vindos de outras Pátrias, adotavam o Paraná como sua nova terra, para si e para seus descendentes. A ata de entrega do Museu Paranaense à Província do Paraná ficaria sendo o primeiro ato coletivo público que documenta a vivência inicial, às vezes tão ardua de princípio, entre nacionais e estrangeiros: contém 158 assinaturas, mais de cinquenta reconhecidamente de estrangeiros, principalmente alemães e italianos.³³¹

Em tempos de grandes correntes migratórias para o Brasil, o autor enxergou na ata um documento que pela primeira vez documentava a multiplicidade étnica em um ato público na capital e expunha a dificuldade de adaptação entre estrangeiros e nacionais.

Pelas publicações consultadas para este esboço da trajetória do MP, pouco se pode vislumbrar com relação às coleções representativas da história regional e nacional. Por longo tempo o interesse maior (não só deste museu) visava a História Natural, Arqueologia, Antropologia e Etnologia. Apesar disso as coleções voltadas para o campo da História continuaram crescendo na instituição. Sobre o Contestado o MP foi gradativamente enriquecendo seu acervo, embora boa parte deste se destinava às pesquisas mais que às exposições. É o caso da documentação guardada em seus arquivos.

Em 1992, sob responsabilidade de Marcia Medeiros (seções de História e Folclore) e Silvia Marchioraro (reserva técnica), procedeu-se a uma transcrição de documentos referentes à Questão de Limites. O trabalho resultou na segunda publicação dos “Arquivos” referentes à História. A documentação foi produzida entre os anos de 1855-1856 e 1876-1880. Foram arrolados 37 documentos, dentre os quais, a título de exemplo, podemos citar o mais antigo: “Despacho nº 410 do Palácio do Governo do Paraná, em 27 de dezembro de 1855. De Henrique de Beaurepaire Rohan, vice-presidente da província do Paraná, ao Sr. Pedro Ribeiro de Souza, subdelegado de Palmas”, e o mais recente: “Ofício (cópia) da Coletoria da Vila de Rio Negro, em 08 de março de 1880. Do coletor João Bley, ao Ilmo Sr. Alfredo Caetano Munhoz, D. Inspetor da Tesouraria da Fazenda, conforme A.F. da C. Oliv^a”.³³² O primeiro, uma resposta do presidente da província do Paraná ao ofício do subdelegado de Palmas (de 16 de dezembro), aprovando a conduta deste último por não permitir que João Fernandes Carypuna, subdelegado de Campos Novos, termo da vila de Lages, “abrisse = uma picada = digo por parte do governo de S. Catharina a estrada entre os ditos Campos e os de Palmas”. O

³³¹ TREVISAN, Edilberto. Op. Cit., p. 34. A lista com os nomes foi publicada nos anexos deste livro.

³³² MARCHIORARO, Silvia Marize; MEDEIROS, Márcia A. de F. **Transcrição de documentos: Contestado – PR/SC (1855-1856, 1876 a 1880)**. Arquivos do Museu Paranaense. Nova Série, História, nº 2. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1992. Acervo do Museu Paranaense.

mais recente, do coletor de Rio Negro, dando conta de que na localidade de “S. Lourenço” a oito quilômetros de Rio Negro, havia se estabelecido uma “casa de negócios” vinda de Joinville e que seu proprietário, José Elias Moreira, se recusava a pagar o imposto da coletoria local já que havia pago em Joinville e que além disso a localidade era “terreno contestado”.

Além desses, o MP ainda dispunha de mapas, correspondências e outros documentos relacionados à Questão de Limites, reunidos por Romário Martins e Loureiro Fernandes; fotos da guerra, da partida do Regimento de Segurança do Paraná rumo ao Irani e do enterro de João Gualberto também constavam dos arquivos. Nota-se que, assim como na historiografia local, a Questão de Limites se sobressaía. Mas em relação aos objetos expostos, pouca coisa chegava ao público. Algumas armas, medalhas de condecoração, fotografias e mapas davam uma pequena ideia da guerra.

No entanto, com o fechamento do Museu Cel. David Carneiro em 1994, a maior parte de seu acervo³³³ foi transferido para o MP em 2004. Em se tratando do Contestado, a soma do acervo do extinto Museu com o do MP, deu a este último a condição de mais importante do estado a respeito deste tema, disponibilizando ao público na exposição de longa duração parte deste acervo (Fig.18) no “Pavilhão de História”, anexo construído ao prédio histórico, sede do museu desde 2002 (Fig.19).

Talvez, mais que a exposição de longa duração, o Contestado foi melhor apresentado ao público por meio de suas exposições de curta duração em 2006 e 2012 (Anexo), ano do centenário. Nesta última, fotografias, objetos de João Gualberto, armas, filme sobre a Lumber (produzido pela Botelho Filmes), mapas, objetos religiosos, pinturas, documentos e alguns suportes de informações.³³⁴ Havia ainda ampliações das fotografias de Claro Jansson em uma sala dedicada a ele e ao lançamento de um livro sobre seu trabalho, já mencionado anteriormente.

³³³ Sobre os objetos e documentos que pertenceram ao Museu Cel. David Carneiro, ver capítulo 4.

³³⁴ A exposição pode ser vista em: www.tourvirtual360.com.br/contestado/flash/index_MPR_contestado.html. Acesso em: 07.10.2016.



FIGURA 18 – Espaço dedicado à Revolução Federalista e Guerra do Contestado (detalhe). Ao lado reproduções fotográficas da campanha militar e pequeno resumo histórico. Abaixo das fotografias, espingarda Winchester, facão de pau, revólver Nagan, medalhas do Tiro Rio Branco e uma máquina de escrever do jornalista, poeta e escritor Alberto Lopes, que participou da campanha militar.
Fonte: Fotos do autor, 2014.



FIGURA 19 – Atual sede do Museu Paranaense, Curitiba, PR.
Fonte: www.museuparanaense.pr.gov.br.

Nascido no tempo dos museus de história natural o MP é mais conhecido hoje como um museu de história embora seja dividido em três setores: antropologia, arqueologia e história, com exposições de longa duração que perpassam as três divisões. Sobre o Contestado agregou documentos e objetos por conta do interesse pessoal de alguns de seus diretores (Romário Martins e Loureiro Fernandes), incorporação de coleção (David Carneiro) e pelo crescente interesse dos pesquisadores em relação ao tema, exigindo da instituição renovada postura.

Apesar do interessante armamento e alguma documentação do Museu Histórico da Polícia Militar do PR (analisado adiante), o acervo documental e de objetos existentes hoje no MP o tornaram, como afirmado anteriormente, a principal instituição do estado quando o assunto é a Guerra do Contestado.

2.3.2 Museu Histórico de Santa Catarina: o palácio como principal objeto



FIGURA 20 – Victor Meirelles de Lima. **Vista do Desterro, atual Florianópolis**, circa 1846. Aquarela sobre papel, 36,4 x 61,8 cm.

Acervo: Museu Victor Meirelles, Florianópolis, SC.

Fonte: IPHAN/Museu Victor Meirelles 50 anos/Catálogo de obras, 2002: 52-53.

Bem diferente do caso paranaense, o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), assim como os processos de tombamento, foi tardio. Mas muito antes de sua criação o espaço que se tornaria sua sede definitiva já fazia parte de uma longa história política catarinense. A função política somada a sua arquitetura e aos propósitos do Museu, fizeram do prédio (ver Fig.11) o principal objeto em exposição.

A primeira construção tem data incerta (presume-se que tenha sido construída entre 1770 e 1780), resultante da criação da Capitania de Santa Catarina em 11 de agosto de 1738 e posterior instalação em 07 de março de 1739 sob o governo de José da Silva Pais (1679 - 1760).³³⁵ Na aquarela de Victor Meirelles de Lima (1832 – 1903) podemos ter alguma ideia de como a construção seria em 1846 (Fig.20). A representação do espaço atualmente ocupado pela praça XV de Novembro nos apresenta a catedral a direita e quase ao centro da pintura a sede do governo estadual. Uma construção de dois pavimentos, linhas simples e sem adornos e que só se destacava por ser maior que suas vizinhas construções.³³⁶ Uma fotografia do final do século XIX (Fig. 21) nos permite observar a edificação alguns anos antes de passar pela grande reforma.

³³⁵ Silva Pais governou a capitania em dois períodos muito próximos, de 1739 a 1743 e de 1746 a 1749.

³³⁶ Em uma imagem assim deve-se levar em conta o fato de o pintor talvez não ter representado, por um ou outro motivo, alguns adornos.



FIGURA 21 – Autor desconhecido. **Palácio do Governo em 1892 (?)**.
Acervo: Casa da Memória, Florianópolis, SC.

Sua maior transformação aconteceria no primeiro governo de Hercílio Luz (1860 – 1924), entre os anos de 1894 e 1898, período marcado pela Revolução Federalista e rescaldo desta revolução. O próprio Hercílio Luz, defensor do governo de Floriano Peixoto, chegou a liderar um ataque (com algumas mortes) à sede do governo estadual em 31 de julho de 1893 com vistas a destituir do poder o Cel. Eliseu Guilherme da Silva, que havia assumido em 10 de junho do mesmo ano em lugar do Tenente Manoel Joaquim Machado, ambos ao lado dos federalistas. Apesar de não ser apoiado pelo próprio Floriano Peixoto, o gesto enfraqueceu politicamente o Cel. Eliseu Guilherme que entregou o cargo a seu vice, Cristóvão Nunes Pires.³³⁷

Hercílio assumiu o poder em meio a ódios e ressentimentos, principalmente por causa dos fuzilamentos comandados por Antônio Moreira Cezar (1850 – 1897) em 1894 na então Desterro, que mudaria de nome por meio da Lei nº 111 de 1º de outubro daquele ano. “A actual Capital do Estado fica, desde já, denominada Florianópolis”, em óbvia alusão a Floriano Peixoto.

Nesse clima de pacificação e de apoio e respeito ao governo e à pessoa de Floriano, Hercílio Luz escreveu sua primeira mensagem ao legislativo em 1895. Floriano Peixoto havia morrido em junho daquele ano e o governador catarinense não deixou passar a oportunidade de falar no assunto. “Parece-me ver ainda em vossas fontes, a dor – a enorme dor – produzida pelo tremendo golpe vibrado pela fatalidade sobre o grande coração da Patria”. Em tons laudatórios se dirigiu aos membros do legislativo dizendo que “nas vossas almas de republicanos pungem dolorosamente os amargos sentimentos da mágoa do povo pela morte

³³⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora Laudes, 1970; PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC. Ed. Lunardelli, 1983.

do emerito cidadão o grande patriota Marechal Floriano Peixoto, que tanto dignificou o Brazil e que tanto engrandeceu a República”. Até mesmo em relação a Moreira Cezar, apesar dos ressentimentos deixados pelos fuzilamentos, dirigiu-se respeitosamente. Se referindo às eleições de 08 de setembro e da posse em 28 do mesmo mês, disse que a administração lhe fora passada pelo “illustre cidadão Moreira Cezar”.³³⁸ E foi neste ambiente político que a sede do governo ganhou nova cara:

Soffrendo ainda as consequências da revolta, que constituiu n’esta capital a séde de seu governo, o Estado de Santa Catharina conlia [sic] comigo que, na ampla esphera das vossas atribuições constitucionais, encontrareis recursos sufficientes para o seu reerguimento moral e material.³³⁹

Sua retórica procurava relacionar as futuras transformações materiais bem como os reparos dos estragos provocados pelos combates ao “reerguimento moral”. Dentre as obras vistas como necessárias, tais como pontes e estradas, estava também a do palácio do governo:

Obras de outra natureza, porém, que se impunham, estão sendo construidas nesta capital. Refiro-me ás da nova cadeia e ás do Palacio do Governo. Aquellas foram contractadas pelo meu antecessor com cidadão Antônio de Castro Gandra por 57.457\$000. As do Palacio estão sendo executadas por administração, que é exercida com a maior fiscalização, economia e desinteresse, pelo cidadão José Maria dos Santos Cordeiro, cuja competencia e gosto artisticos são geralmente conhecidos. Até 30 de junho foram despendidos com essas obras 63.573\$170 sendo por conta da verba - Obras Publicas -, do corrente exercicio, apenas 54.630\$595.³⁴⁰

Nota-se a tentativa de minimizar os impactos dos gastos feitos em sua administração e que o “gosto artístico” do responsável pela execução das obras foi levado em consideração para a sua contratação. Na mensagem de 1896 os custos totalizavam 264:000\$000 e o governador reclamava dos atrasos na obra por falta de pessoal e material, o que estaria, segundo ele, encarecendo a reforma.³⁴¹ Em 1897, dizia que as obras do “palácio do Governo, prosseguem com a brevidade que permitem os recursos do Thesouro”.³⁴²

³³⁸ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo de Santa Catarina pelo Dr. Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado, em 27 de julho de 1895.** Florianópolis: Typ. da “República”, p. 3.

³³⁹ Idem. Ibidem., p. 4.

³⁴⁰ Idem, p. 11.

³⁴¹ SANTA CATARINA. **Mensagem dirigida ao Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina no acto de abertura da 2ª sessão da sua 2ª legislatura pelo Engenheiro Civil Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado.** Florianópolis, 06 de agosto de 1896, p. 13. Curioso o fato de acrescentar a formação profissional de Hercílio Luz na impressão da mensagem.

³⁴² SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo na instalação da 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura em 10 de agosto de 1897 pelo Governador Hercílio Pedro da Luz.** Florianópolis: Gab. Typ. Catharinense, p. 9.

Nas mensagens de 1896 e 1897 constava ainda a Questão de Limites, assunto que para ele se constituía em um dos “entraves ao nosso progresso, por haver até hoje ficado sem povoamento a mais rica, talvez, das regiões do nosso Estado”. A prioridade é o invariável interesse econômico na região. Ao afirmar a falta de povoamento, faz, no mínimo, pouco caso dos moradores. Como havia em outras regiões do estado um processo de colonização com alemães e italianos, parece ser a este tipo de “povoamento” que Hercílio Luz estava se referindo. Afirmou ainda que havia “Conflictos, alguns bem graves (...) a propósito desse litigio”. A solução, para ele, passava pelo arbitramento.³⁴³

Por esta época Canudos já havia despertado a atenção nacional. A interpretação de Hercílio Luz a respeito não diferia de muitos outros políticos catarinenses e brasileiros, não indo além de simplificações dicotômicas do tipo república/monarquia e civilização/barbárie:

Perturbações de outra espécie, visando, porém, o mesmo objectivo que aquellas (Revolução Federalista) a que me venho de referir, surgiram no sertão do Estado da Bahia. Grande numero de vidas preciosas tem custado á República o restabelecimento da paz n'aquellas remotas regiões. Sacrificios sem conta, obstaculos de toda ordem, o menor dos quais é a coragem fanatica dos ignorantes sertanejos, têm sido vencidos pela bravura e disciplina do exercito nacional, que, nesta triste emergencia, se tem tornado credor do respeito e admiração de toda a Nação. Felizmente pelas ultimas noticias está a terminar esta lucha cruenta e ingrata, ateadada pelo sentimento reaccionario dos que vivem longe da Pátria, alheios e indifferentes á sua sorte, fruindo os gosos das grandes e luxuosas capitaes européas, proporcionados pelos recursos que as especulações e a jogatina no cambio baixo lhes garantem.³⁴⁴

Bem mais perto, em Santa Catarina, uma reunião cimentada por crenças religiosas também ocupou o governo catarinense. “Por acto de 05 do corrente mez e em vista de tentativa de perturbação da ordem no municipio de Lages e nas divisas deste Estado com o do Rio Grande do Sul, creei um Corpo de Segurança, da arma de cavalaria, com o effectivo de 200 homens (...)”.³⁴⁵ Seguiu-se a mesma “solução” belicista de tantos outros governantes.

Em resumo, a sede do governo catarinense foi edificada nos primeiros anos de formação da recém-criada Capitania da Ilha de Santa Catarina. Em outro momento politicamente importante para o estado (Revolução Federalista) em fins do século XIX, o “palácio”, como gostavam de se referir, era redimensionado e ganhava novos adornos, deixando-o mais apresentável aos olhos da sociedade. Passando por outros momentos

³⁴³ SANTA CATARINA. Mensagem... 1896, p. 6; SANTA CATARINA. Mensagem... 1897, p. 4.

³⁴⁴ SANTA CATARINA. Mensagem... 1897, pp. 3-4.

³⁴⁵ Idem, p. 7. O ocorrido ficou conhecido como “Canudinho de Lages” herdando a depreciativa visão que se tinha sobre Canudos. Ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit.

importantes da história catarinense como a “Novembrada”,³⁴⁶ deixou de ser a sede administrativa do governo em 26 de janeiro de 1984 pelo Decreto nº 21.326, reservando o espaço apenas para os “grandes atos oficiais e, também, recepção de diplomatas”.³⁴⁷

No decorrer do século XX, manutenções e acréscimos modificaram algumas características. Em 1977 teve sua primeira grande restauração e a partir de 1979 ganhou o nome de Palácio Cruz e Sousa,³⁴⁸ uma homenagem ao poeta simbolista catarinense, João da Cruz e Sousa (1861 – 1898).³⁴⁹ Em 05 de dezembro de 1986, por meio da Lei nº 6.900, tornou-se a sede do Museu Histórico de Santa Catarina, mesmo ano em que o prédio foi tombado pelo governo municipal de Florianópolis. Carregando este lastro histórico de mais de 200 anos a edificação tornou-se sede da então recente instituição museológica. Mas antes disso o MHSC ficou por alguns anos em outro espaço.

Por duas vezes, sem sucesso, tentou-se criar um museu histórico estadual. A primeira delas aconteceu em 1948 com a Lei nº 196 de 30 de novembro (ano do I Congresso de História Catarinense), quando o estado estava sob a administração do hoje desconhecido José Boabaid (1906 – 1972), em substituição a Aderbal Ramos da Silva (1911 – 1985), neto de Vidal Ramos, e afastado por problemas de saúde. A ideia de criação partiu do então deputado Antônio Carlos Konder Reis e a instituição se chamaria Museu Histórico e Artístico de Santa Catarina. A lei estabelecia a formação em vinte dias de uma “Comissão Especial, para determinar as providências necessárias à instalação e funcionamento do Museu, no decorrer do ano de 1949” e que “oportunamente” baixaria o seu regulamento.³⁵⁰ A iniciativa não vingou.

Uma nova tentativa ocorreu em 1959 por determinação do governador Heriberto Hülse (1902 – 1972). O Museu Histórico e Antropológico de Santa Catarina, que ficaria responsável por recolher através de compras e doações objetos e documentos relativos à história catarinense, agora também buscava agregar às suas funções as escavações arqueológicas bem como comprar e receber doações de artefatos de povos antigos (indígenas) que viveram em território catarinense ou brasileiro. O Museu atuaria em parceria com a Secretaria de

³⁴⁶ Manifestação popular contra o regime militar na visita do presidente João Baptista Figueiredo (1918 – 1999) a Florianópolis em 30 de novembro de 1979.

³⁴⁷ Jornal O Estado, 02 de maio de 1984, p. 3. Apud BRUHNS Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina: discurso, patrimônio e poder** (1970 – 1990). Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2010, p. 48.

³⁴⁸ Lei nº 5.512 de 20 de fevereiro de 1979. Disponível em: www.alesec.sc.gov.br/portal_alesec/legislacao. Acesso em: 01.12.2015

³⁴⁹ Disponível em: www.fcc.sc.gov.br. Acesso em: 30/11/2015.

³⁵⁰ Lei nº 196 de 30 de novembro de 1948. Disponível em: www.alesec.sc.gov.br/portal_alesec/legislacao. Acesso em: 01.12.2015. À época os assuntos de teor cultural estavam sob a responsabilidade da Secretaria da Justiça, Educação e Saúde.

Educação e Cultura e sua criação foi publicada pela Secretaria do Interior e Justiça em 12 de fevereiro de 1959. Depois disso esperava-se que em trinta dias uma lei estabelecesse o regulamento da instituição, o que não ocorreu. Em seu artigo sexto, soava cômica a “garantia” do dinheiro para a sua viabilização. “As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta do excesso de arrecadação verificada no exercício financeiro”. Em outras palavras, não havia garantia de recursos.³⁵¹

No ano de 1977, Antônio Carlos Konder Reis, agora como governador, pelo Decreto nº 2.138 de 17 de janeiro, formou um grupo de trabalho responsável por viabilizar a implantação do Museu Histórico de Santa Catarina. Fazia parte do grupo Jali Meirinho, Diretor da Divisão de Ciências do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura; Carlos Humberto Corrêa e Sylvia Amélia Carneiro da Cunha, do IHGSC; Sérgio Schmitz, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC); Maria Éster Teixeira da Cruz, da UFSC e Juarez May de Sousa, assessor jurídico da prefeitura de Florianópolis. O grupo tinha até 120 dias para fazer um levantamento do que viria a ser o acervo do museu e propor medidas necessárias para viabilizar a instituição. Reuniam-se semanalmente no IHGSC e, já na primeira reunião, ficou decidido que as leis anteriores (1948 e 1959) para a criação do Museu deveriam ser revogadas uma vez que nunca saíram do papel e também para que não houvesse duplicidade de instituições similares. Definiu-se ainda a sua especificidade que seria de “cunho político”.³⁵²

Em junho de 1977 encaminhou-se ao governador o “Relatório Final do Grupo de Trabalho” e junto deste um texto datilografado por Jali Meirinho. Dizia que estavam naquele momento apresentando algumas “sugestões”. Meirinho se mostrou surpreso pelo fato de o governador já ter escolhido a diretora do Museu sem comunicar ao grupo e antes mesmo de conhecer o “teor” do relatório. A comissão sugeria que a nova instituição fosse especializada na “História Política do nosso Estado”; que se realizasse convênio com o IPHAN para a “vinda de um técnico para treinar o pessoal local, objetivando a formação do acervo e para as demais atividades funcionais da instituição”; o “tombamento mobiliário, objetos e documentos, espalhados pelos próprios do Estado ou pertencentes a particulares”; e

³⁵¹ Lei nº 1.974 de 22 de fevereiro de 1959. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao. Acesso em: 10/12/2015; BRUHNS Katianne. Op. cit., p. 44.

³⁵² BRUHNS Katianne. Op. cit., p. 45.

finalizando sugeria que “a longo prazo que se, a qualquer tempo, a sede do Poder Executivo deixar este Palácio, seja ele preservado como a sede do Museu Histórico”.³⁵³

Muito diferente das propostas anteriores, o MHSC limitava sua abordagem sobre a história catarinense focando apenas nas instituições e personalidades políticas do estado em detrimento de fatos, processos históricos e características sociais e culturais. Definia também aquela que deveria ser a sede da nova unidade museológica mesmo que ainda não se tivesse uma clara ideia de quando isso pudesse acontecer.



FIGURA 22 – Antiga Casa da Alfândega de Florianópolis, atual Galeria do Artesanato. Fonte: www.fcc.sc.gov.br.

Em 04 de outubro de 1978 criou-se oficialmente o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), por meio da Lei nº 5.476 e sua inauguração deu-se em 02 de março de 1979, vinculado à Secretaria da Educação e Cultura. A lei definia o espaço a ser ocupado, o “prédio da antiga Alfândega de Florianópolis, de valor histórico e tombado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico nacional” e que os recursos para a instalação e manutenção seriam provenientes de “dotação orçamentária” da Secretaria da Educação e Cultura além de aceitar “contribuições e doações”.³⁵⁴

O prédio da desativada Alfândega (Fig.22) havia sido tombado como patrimônio nacional em 1975. De estilo neoclássico foi inaugurado em 29 de julho de 1876 em lugar da primeira edificação destruída por uma explosão em 24 de abril 1866. As atividades

³⁵³ Relatório Final do Grupo de Trabalho para a criação do Museu Histórico de Santa Catarina entregue ao governador em 07 de junho de 1977. Apud BRUHNS Katianne. Op. cit., p.47. Por esta época havia interesse na mudança da sede do governo. Meirinho por certo estava a par disso.

³⁵⁴ Lei nº 5.476 de 04 de outubro de 1978. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao. Acesso em: 01/12/2015.

alfandegárias prosseguiram até 1964 quando, em virtude da decadência e falência do porto de Florianópolis, encerrou suas atividades.

Em 05 de dezembro de 1986 o prédio da Alfândega deixava de ser a sede do Museu e, como sugerido em 1977, ganhou novo espaço nas dependências do Palácio Cruz e Sousa, junto com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.³⁵⁵ Uma proximidade que obviamente não era apenas física. A história e a elaboração de uma memória e identidade catarinense (por vias oficiais) contavam com a participação do Instituto e, como visto anteriormente, o próprio grupo de trabalho formado em 1977 para viabilizar a criação do MHSC e sua especificidade museológica tinha a participação de membros do IHGSC.

Na inauguração no prédio da Alfândega (1979), os seis núcleos expositivos apresentavam, entre outras coisas, o manuscrito original da primeira Constituição Estadual de Santa Catarina (1891) no período republicado; o documento com várias assinaturas de políticos catarinenses e de Manoel Deodoro da Fonseca, presidente interino da república, nomeando Gustavo Richard (1847 – 1929) como governador catarinense em 1890; o documento assinado por Hercílio Luz, autorizando a mudança do nome de Desterro para Florianópolis; dezenas de retratos a óleo de personalidades políticas catarinenses tais como Vidal Ramos, Hercílio Luz, Lauro Muller, Felipe Schmidt, Gustavo Richard (1847 – 1929), Irineu Bornhausen (1896 – 1974), Antônio Carlos Konder Reis, entre outros. Este último, governador responsável por viabilizar a instituição, se fez representar com uma exposição temporária, “Condecorações e Homenagens Conferidas a Antônio Carlos Konder Reis”. O IHGSC também estava representado em uma simples cadeira pertencente a instituição desde sua fundação em 1896. Expostos estavam também o piano e um álbum de partituras do maestro José Brasilício de Sousa (1854 – 1910), autor do Hino de Santa Catarina; dois quadros representando “O Extermínio da Família de Dias Velhos” e “Garibaldi e Anita”; um lustre inglês instalado na casa do governador Gustavo Richard ao tempo da inauguração do sistema de energia elétrica em Florianópolis (1910) e um álbum com cerca de 80 fotos documentando as diversas fases da implantação do sistema.³⁵⁶

Os núcleos expositivos cumpriam assim o proposto pelo grupo de trabalho com o aval do então governador, em 1977, de representar a história política do estado. Como o próprio Jali Meirinho afirmou, “O momento inicial, o ponto de partida foi que ele mantivesse a

³⁵⁵ Lei nº 6.900 de 05 de dezembro de 1986. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao. Acesso em: 01/12/2015. A lei foi posterior à mudança da sede uma vez que em 30 de agosto houve a solenidade de abertura do Palácio Cruz e Sousa como sede do museu.

³⁵⁶ MUSEU HISTÓRICO DE SANTA CATARINA, Fundação Catarinense de Cultura, Unidade de Patrimônio Cultural, s/ed., s/p. Encarte lançado para a inauguração, contendo planta baixa do espaço ocupado pelo MHSC, histórico e acervo exposto. Apud BRUHNS Katianne. Op. cit., pp. 126-8.

memória dos governantes”.³⁵⁷ Na sequência, várias exposições temporárias se seguiram no mesmo prédio até 1986, boa parte delas apresentando nomes importantes da política local. Cabe aqui ressaltar a observação de Katianne Bruhns:

Inexistia uma política de aquisição de acervo inserida em um planejamento maior do MHSC. O que existia era uma coleta direcionada à construção da figura do “bom político”, o homem que faz, líder nato, destaque na sociedade e de boa família, uma vez que o restante não demonstra o menor planejamento prévio para sua aquisição.³⁵⁸

Basicamente foram as mesmas coleções transferidas para o Palácio Cruz e Sousa em 1986. Este contou ainda, por algum tempo, com policiais militares postados à porta com “uniforme de gala”:

Em entrevista, a Sra. Jessy Cherem (primeira diretora do museu) relata que a guarda colocada a porta do MHSC seria exclusivo para a segurança, em função da importância do acervo distribuído em um espaço físico muito grande com poucos funcionários. Porém, não se pode negar que, estas figuras atraíam os olhos do público que circulava nas calçadas e impunham um distanciamento, ao mesmo tempo. Eram indicativos de que aquele imóvel era representativo do poder local e como tal, deveria ser visto e seu acervo, tratado com reverência.³⁵⁹

Das exposições temporárias realizadas no novo espaço, destacamos que entre novembro e dezembro de 1986 o Contestado foi abordado, mas não temos a relação dos objetos que foram expostos. Visibilidade momentânea que relacionava-se ao governo de Esperidião Amin. Mas depois dessa fase o MHSC se esvaziou de qualquer referência ao Contestado. Aliás, quem visita hoje este espaço museológico não vai encontrar todos os objetos expostos no prédio da Alfândega e no Palácio Cruz e Sousa em seus primeiros anos. Com móveis que pertenceram ao mesmo prédio quando este ainda sediava o palácio do governo, manteve-se o aspecto de residência oficial. Por ser específico em sua proposta, não formou exposição permanente de múltiplas memórias históricas.

O MHSC também entrou na rota das atividades no centenário do início da Guerra do Contestado em 2012 (Anexo 2). A exposição se estendeu de 22 de outubro de 2012 a 02 de junho de 2013. Segundo seus próprios organizadores:

A intenção não é contar a história do conflito, mas mostrar as diferentes versões e olhares sobre o episódio. No primeiro espaço, utensílios do dia-a-dia dos caboclos estão à mostra. São objetos como chaleira, panela, lampião, bruaca (usada para

³⁵⁷ Entrevista concedida a Katianne Bruhns. Apud BRUHNS Katianne. Op. cit., p. 129.

³⁵⁸ BRUHNS Katianne. Op. cit., p. 115.

³⁵⁹ Idem, pp. 119-20.

transporte de grãos, erva-mate e outros mantimentos), machado e serra. Na segunda sala, estão expostas as armas usadas nas batalhas. De um lado, os facões dos sertanejos e, de outro, fuzis e projéteis do exército. Em seguida, é a vez das obras que retratam os redutos e conflitos da guerra, em quadros de Déa Catharina Haichmann e Hassis que compõem a sala 3. No mesmo espaço, estão expostas maquetes que reproduzem algumas das batalhas travadas durante a guerra e os redutos onde os caboclos viviam. Na quarta e última sala, o público pode conferir mapas históricos e o acordo de limites que findou a guerra e estabeleceu as fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, em 20 de outubro de 1916. Há, ainda, o álbum de viagem do então presidente do Estado, Adolpho Konder, de 1929, que retrata a primeira visita de um governante de Santa Catarina ao Oeste. Essa viagem teve o caráter de cruzada, com a intenção de “ocupar” e “civilizar” a região.³⁶⁰

Uma característica diferente nesta exposição, se comparada às exposições de longa duração da maioria dos museus analisados, é o espaço dedicado ao “dia-a-dia” dos caboclos (Fig. 23). Invariavelmente sendo apresentados pelas fotos que os mostravam como trabalhadores da estrada de ferro e da madeireira ou como combatentes nos redutos, trazer para o espaço expositivo objetos que remetam ao labor diário da população sertaneja é fazer pensar em uma parcela de moradores que há muito tempo vivia na região, buscando sobreviver com seus poucos recursos. O caboclo em armas ou devoto de João Maria, instalando trilhos e derrubando árvores como funcionário da holding de Farquhar sintetizaram o olhar sobre esta população. São todas obviamente características que ajudaram e ainda ajudam a entender as atividades deste contingente populacional naquela região. Faltou e ainda falta trazer à discussão e reflexão, a partir das exposições, o caboclo em suas múltiplas características.



FIGURA 23 – Modesta, mas necessária inserção de objetos que remetam ao dia-a-dia do caboclo de antes e depois da guerra.

Fonte: www.fcc.sc.gov.br.

³⁶⁰ Por não contar com acervo próprio, as peças vieram de outras instituições: “A FCC trabalhou com apoio de museus, universidades, municípios, fundações e outras entidades para a reunião do acervo exposto. Entre os colaboradores que cederam temporariamente algumas das peças estão o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado (Caçador), Museu Josette Dambroski (Matos Costa), Grupo Resgate (Calmon), Universidade do Contestado (Mafra), Museu Thiago de Castro (Lages), Prefeitura de Mafra, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e Fundação Hassis (Florianópolis), além do próprio Museu Histórico de Santa Catarina”. Disponível em: www.fcc.sc.gov.br, acesso em: 07 de janeiro de 2013.

2.3.3 Algumas considerações acerca dos museus estaduais

A começar pelos interesses que motivaram a criação de ambos os museus não surpreende as diferenças existentes entre eles. O MP, iniciando suas atividades ao tempo das exposições universais e dos museus de história natural não fazia mais do que se adequar a estes propósitos. No entanto, diferentemente do MHSC (especificamente de história), apontava para um espectro mais amplo de abordagens ao começar a formar coleções que perpassavam a história, a etnologia, a antropologia, a botânica, a mineralogia e a arqueologia. Tudo ainda pouco sistematizado, mas, permitindo uma perspectiva de alcance maior no futuro. Não que estas características do nascedouro forçosamente definissem irremediavelmente suas trajetórias. No entanto, historicamente, a multiplicidade de um permaneceu e a escolha específica do outro também.

Atendo-se especificamente às seções de História, ainda assim permaneceu a multiplicidade da instituição paranaense em relação a catarinense. Ao optar por uma “história política” os idealizadores do MHSC priorizaram os “ilustres” políticos estaduais em detrimento de um olhar amplo sobre a sociedade catarinense. No MP os “ilustres” políticos também estavam lá representados em retratos a óleo, mobiliário de gabinetes de trabalho e residência, além das louças. Ou seja, neste sentido se assemelhava ao MHSC. A diferença estava na inclusão de outros aspectos da história local desde a chegada dos portugueses passando pela colonização e eventos como a Revolução Federalista.

Em se tratando das exposições temporárias ou de curta duração, aí sim o MHSC conseguiu uma amplitude que lhe fornecia um dinamismo um pouco maior. No MP, a começar pela complexidade de seu acervo, as exposições de curta duração seguiram estas características.³⁶¹

Em relação ao Contestado estes museus nunca foram os vetores principais de uma valorização cultural e de análise sobre a guerra. Embora não se possa nunca pensar o museu como simples “reflexo” do social, nos dois casos o espaço conquistado pelo tema nas suas exposições seguiu o lento, embora, constante aumento das pesquisas a respeito do assunto, principalmente no campo acadêmico.

³⁶¹ Como não foi o foco desta pesquisa analisar as muitas exposições de curta duração em ambos os museus, não há como apontar, nos limites desta tese, os avanços e permanências em relação a elas.

3 GOVERNADORES E A GUERRA DO CONTESTADO: LEMBRAR DE OUTRA FORMA

Independentemente do tamanho dos acervos dedicados ao Contestado em Santa Catarina e no Paraná, e que estão expostos nos museus analisados, observá-los e analisá-los nos levou a perceber a ausência de alguns personagens. Em que pesem os múltiplos fatores na formação dos acervos, mesmo assim um simples suporte de informação e algumas fotografias já seriam suficientes para apresentar os personagens em questão. Estamos nos referindo aos governadores (presidentes) que atuaram durante a guerra. Em todas as instituições pesquisadas estes são “ilustres” ausentes quando se trata de construir a memória do Contestado. São eles, no Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque³⁶² e Affonso Alves de Camargo³⁶³; em Santa Catarina, Vidal José de Oliveira Ramos³⁶⁴ e Felipe Schmidt.³⁶⁵

É preciso trazer estes personagens para o centro das discussões sobre o Contestado. Existem referências, e não sem motivos, ao Coronel Albuquerque, de Curitiba, ao Coronel João Gualberto e o Regimento de Segurança do Paraná, ao monge José Maria e à miríade de personagens caboclos que de fato merecem especial atenção. Atenção que à época foi dada por meio das armas. Essa recepção violenta aos caboclos pelos poderes constituídos revela o quanto a decisão dos mandatários citados se reveste de importância nos estudos da memória histórica.

Mas há uma exceção quando afirmamos não haver referência aos governadores nos museus. Uma imagem (Fig.24) recorrente em algumas instituições, a da assinatura do Acordo de Limites com a presença de Felipe Schmidt, Affonso Camargo e o presidente brasileiro, Wenceslau Braz. Veremos a seguir que uma determinada historiografia legitimou esta imagem.

Este capítulo, em nosso entendimento, é correlato às memórias que estamos analisando nesta pesquisa, por isso de sua necessidade. Mesmo se partindo do princípio de que não foi simples arbitrariedade (o que também conta, se for o caso), houve, nestes museus,

³⁶² Carioca, nasceu em 22 de janeiro de 1864 e faleceu também no Rio em 23 de fevereiro de 1935. Foi presidente do Paraná de 25 de fevereiro de 1912 a 25 de fevereiro de 1916.

³⁶³ Paranaense da cidade de Guarapuava, nasceu em 25 de Setembro de 1873. Faleceu em Curitiba em 17 de Abril de 1958. Presidente do Paraná de 25 de Fevereiro de 1916 a 25 de Fevereiro de 1920. Voltou ao cargo em 1928 e foi deposto na Revolução de 1930.

³⁶⁴ Natural da cidade de Lages, nasceu em 24 de Outubro de 1866. Faleceu em 2 de Janeiro de 1954 no Rio de Janeiro. Foi governador catarinense de 28 de Setembro de 1910 a 20 de Julho de 1914.

³⁶⁵ Assim como Carlos Cavalcanti, tinha formação militar. Nasceu em Lages em 4 de Maio de 1859 e faleceu no Rio de Janeiro em 09 de Maio de 1930. Governou Santa Catarina de 28 de Outubro de 1914 a 28 de Outubro de 1918.

uma prática de preservação da memória do Contestado que recorreu aos mesmos personagens no momento de apresentar imagens e nomes. Todos, aliás, de crucial importância para o entendimento do violento período. Diríamos que a memória foi moldada privilegiando o “front”, dando ênfase às lideranças caboclas e militares. Mas antes dos confrontos houve a autorização oficial. Em todos os museus enfatizou-se as arbitrariedades da holding comandada por Farquhar sem, contudo, deixar claro que a construção da estrada de ferro e da implantação da madeireira não aconteceram sem prévio acordo, sem autorização. Do governo federal aos governos estaduais houve conivência com tal situação. As arbitrariedades de Farquhar tiveram autorização dos governantes e isto não foi salientado de maneira clara nas exposições museológicas em questão. O capítulo serve para, a um só tempo, mostrar que tipo de memória se construiu a respeito destes personagens e parte considerável do que ficou de fora dos espaços expositivos.

Em um primeiro momento analisaremos os discursos utilizados pelos governantes em relação aos caboclos para que possamos então, em seguida, entender melhor as memórias (e principalmente os silêncios) que foram elaboradas a respeito desses políticos nas décadas subsequentes. Pois se não foram relacionados nos espaços museológicos do Contestado não significou terem sido esquecidos. Lembrou-se de outra forma, por outros meios e em outros espaços.



FIGURA 24 – Autor desconhecido. Assinatura do Acordo de Limites entre o Paraná e Santa Catarina no Palácio do Catete. Rio de Janeiro, Outubro de 1916.

3.1 O ESTADO E A (I)LEGITIMADE DO OUTRO

“Afimal qual a pergunta? Não sei, mas arrisco a resposta à maneira de Sartre: os irracionais são sempre os outros, no Brasil. Desde os mais remotos tempos da nossa existência, desde o ‘descobrimento’ (...), há sempre uma expressão prepotente de um olhar que em nome da racionalidade classifica, nega o outro”.

(Paulo Sérgio Pinheiro)³⁶⁶

Durante todo o período da Guerra do Contestado (1912 – 1916), e mesmo nos primeiros anos após o fim do conflito, não foi raro nos discursos dos governantes do Paraná e de Santa Catarina a veemente negação de qualquer tipo de legitimidade nas ações dos caboclos que se “atreveram” a enfrentar a “ordem” vigente. Nos diversos relatórios dos governadores de ambos os estados à época dos violentos enfrentamentos, notamos um distanciamento entre a complexidade dos acontecimentos e as características oficialmente descritas nesta documentação.

No Paraná, logo na primeira mensagem do então presidente,³⁶⁷ Carlos Cavalcanti de Albuquerque, após o ocorrido no Irani em 22 de outubro de 1912, já expressava o tom virulento contra os caboclos do Contestado:

Desgraçadamente, porém, em meados [sic] de outubro, elementos activos de crime, fascinoras uns e ignorantes outros, se congregam no Estado proximo de Santa Catharina ameaçam-lhe o povo de algumas cidades e vêm afinal se internar, ja com as fileiras consideravelmente augmentadas, no fachinal do Irany (...).³⁶⁸

Neste discurso, há de início uma divisão entre os “elementos ativos do crime” e o “povo” da região. Com isso esses “elementos” são arbitrariamente apartados dos demais habitantes do Contestado. Um posicionamento que nitidamente dava razão aos que estavam em seus lares, em seus afazeres, em detrimento daqueles que participaram do confronto contra os policiais do Regimento de Segurança do Paraná. Carlos Cavalcanti limitou-se também a fazer uma única diferenciação entre os participantes do Irani: “facinoras uns e ignorantes

³⁶⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998, pp. 16-7.

³⁶⁷ Optamos por utilizar o mesmo termo que aparecem nos relatórios do período. No Paraná os governantes assinavam como “presidente” do estado ao passo que em Santa Catarina utilizava-se “governador”.

³⁶⁸ PARANÁ. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, ao instalar-se a 2.ª sessão da 11.ª Legislatura em 1 de fevereiro de 1913**. Curitiba, Typ. do Diario Oficial, 1913, pp. 10-11.

outros”. Ou seja, as motivações para tal violência não se justificavam, eram antes desvios inaceitáveis de conduta, de civilidade, de racionalidade.

Ao final de 1913, quando ocorreu novo ajuntamento de caboclos em Taquaruçu, Carlos Cavalcanti, em sua mensagem, manteve o mesmo tom em relação aos caboclos ao dizer que “Ainda agora, quando tive conhecimento, por telegramma do Exmo. Snr. Coronel Governador de Santa Catarina, de que bandidos reuniam-se de novo em Taquarussú”.³⁶⁹ Mas desta vez, em despacho ao governador catarinense, Vidal José de Oliveira Ramos, ele acrescentou o “motivo” pelo qual tais problemas estariam ocorrendo:

O tragico epilogo da barbara historia de hontem, ainda esta fundamente gravada no espirito publico. E nessa triste historia a maior victima foi o Paraná que regou com o sangue generoso de seus filhos os campos do Irany em holocausto á lei, á ordem e á manutenção da paz tanto neste Estado como n’aquelle, cujos destinos V. Ex. com brilho dirige (...) Agora, os mesmo factos estão se reproduzindo com uma identidade de circunstancias, verdadeiramente grave e indicadora da causa unica que os determina e continuará a determinar de futuro – a situação creada pela questão de limites entre os dous estados (...).³⁷⁰

Ainda segundo Cavalcanti, esta situação tornava “hesitante”, “incerta” e “precária” a ação dos dois governos na região. Era, pois, segundo ele, a Questão de Limites o motivo principal para a repetição da violência. Também reforçou a necessidade do “arbitramento” para a solução do problema em detrimento da decisão do STF em favor de Santa Catarina. Obviamente o governador catarinense discordava desse último posicionamento. Em sua resposta, incluída na publicação do relatório de Cavalcanti, Vidal Ramos escreveu:

Permitta, entretanto, Exmo. Sr. Presidente, que eu manifeste o meu desaccordo quanto á afirmação de que a causa unica das lamentáveis ocorrencias que pela segunda vez vêm perturbar a tranquillidade das populações dos nossos dous Estados, seja a velha questão de limites. Em minha opinião esses tristes factos tem a sua origem na degradante e mesquinha condição a que o analphabetismo reduz os infelizes habitantes dos nossos sertões.³⁷¹

Mais adiante dizia que nada impedia de que os dois estados somassem esforços com o propósito de “poupar as suas respectivas populações dos sobressaltos que a ignorância de infelizes sertanejos alliciados e dirigidos por individuos mais ou menos desequilibrados gera aqui e em outros pontos de nosso paiz (...)”.³⁷²

³⁶⁹ PARANÁ. *Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1914*. Curitiba, Tip. do DiarioOfficial, 1914, p. 6.

³⁷⁰ PARANÁ. *Mensagem...*, 1914, p. 7.

³⁷¹ Idem, p. 8.

³⁷² Idem.

“Cordialidades” oficiais que não escondiam os dissabores entre os dois estados quanto à questão dos limites territoriais. No entanto, ambos se aproximavam ao não admitirem que as atitudes dos caboclos rebelados resultassem de demandas legítimas. Para Carlos Cavalcanti, eram ainda os criminosos que mais uma vez voltavam a agir, ou ainda um “agrupamento de fanáticos”³⁷³ (apontando neste caso, de maneira pejorativa, para um dos aspectos do Contestado, o religioso); para Vidal Ramos, analfabetos, aliciados por pessoas “desequilibradas”. Há ainda nas palavras de Vidal Ramos a antiga dicotomia cidade/sertão. Ambos falavam da deficiência dos poderes estaduais na região. No entanto é de se crer que pensavam menos na condição de vida daquela gente do que na ordem que fora ameaçada pelos habitantes que resolveram pegar em armas. Estar presente seria, neste caso, garantir a ordem, evitar que “bandidos” perturbassem as demais famílias.

E Carlos Cavalcanti, em nova mensagem, continuava se referindo aos caboclos como “bandidos”, “ferozes bandoleiros”, um “grupo de fanáticos” que em Papanduva e Itaiópolis “commettiam alli roubos e assassinatos”. Na mensagem constava o ataque à madeireira Lumber em Calmon bem como a morte do capitão Matos Costa, entre outros fatos, que só aumentaram a preocupação e fizeram crescer as críticas oficiais aos grupos rebelados.³⁷⁴

O pouco empenho ou desinteresse em descrever ou analisar as muitas circunstâncias que causaram o descontentamento na região ficou mais uma vez evidente quando o presidente paranaense escreveu que para breve poderia anunciar “o fim desse cyclo de annarchya sanguinaria e exterminadora que sob a denominação de ‘fanatismo’, tem talado nesses municipios, antes florecentes, para nelles deixar ruínas e destruição”,³⁷⁵ ou ainda, que “a nós outros não cabe a responsabilidade pela continuação infindavel dessa situação”,³⁷⁶ se referindo à Questão de Limites e à violência supostamente gerada por esta pendência com o estado de Santa Catarina.

Falar em “municípios antes florescentes” é, em nosso entender, negar ou desconhecer os problemas gerados por desapropriações arbitrárias, a tensão entre parte da população com os “coronéis” e políticos da região, além dos problemas causados pela construção da estrada de ferro. Pesquisas posteriores já comprovaram que não há como negar que a violência existiu de parte a parte, mas, com um olhar criterioso, daria para os respectivos governantes

³⁷³ PARANÁ. Mensagem..., 1914, p. 11.

³⁷⁴ PARANÁ. **Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do estado, ao instalar-se a 2ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1915.** Curytiba, Typ. d'A República, 1915, pp. 17-19.

³⁷⁵ Idem. Ibidem., p. 19.

³⁷⁶ PARANÁ. **Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, presidente do estado do Paraná, ao instalar-se a 1ª Sessão da 13ª Legislatura em 1º de Fevereiro de 1916.** Curytiba, Typ. doDiarioOfficial, 1916, p. 6.

perceberem as várias circunstâncias que moviam aquelas pessoas contra as forças oficiais. Exemplo foi a do capitão Matos Costa que chegou a compreender que as arbitrariedades contra aquela população gerou enorme descontentamento. Diríamos também, fizeram eclodir ódios latentes, gestados por muito tempo entre caboclos e os grandes proprietários de terras e facilitaram a violência de alguns indivíduos que aproveitaram o ambiente propício gerado pelas tensões.

Em 1915 o general Fernando Setembrino de Carvalho (1861 – 1947), responsável por comandar a maior ação militar contra os revoltosos, havia declarado o fim de suas atividades e em seu retorno foi recepcionado por autoridades paranaenses em Curitiba, que lhe prestaram homenagens em 05 de maio. Ao tomar a palavra, o principal líder político do estado à época, Affonso Alves de Camargo, disse que “o vento da loucura e da ignorância veio perturbar a vida feliz e alegre de uma população ordeira”.³⁷⁷ Bem distintas da realidade, que por longo período dava sinais de tensão até eclodir a guerra, as palavras de Affonso Camargo corroboravam o discurso de Carlos Cavalcanti ao condenar em lugar de mostrar alguma compreensão mais profunda sobre a região. Ironicamente o homenageado, Setembrino de Carvalho, não fez suas as palavras do presidente. Para ele as “causas determinantes da tragédia” foram o “indiferentismo” e o “descaso pelas populações sertanejas”. E ainda que:

Vencidos hoje, no vale de Santa Maria, revoltar-se-ão amanhã, se uma acção benéfica e persistente dos poderes públicos não se estender até aquellos recantos do contestado (...) Basta para isto, que abandonemos a attitude contemplativa com que consideramos os nossos grandes thezouros naturaes abrigados em nossas terras e dilatando as fronteiras de trabalho, adoptemos os exemplos dos povos que fundaram a sua propriedade e grandeza.³⁷⁸

Não que o general estivesse dando razão aos revoltosos, entretanto, condenava os governantes pelo interesse exclusivo ao território em detrimento das populações que nele habitavam. Bem diferente de Affonso Camargo, que enxergava uma “vida feliz e ordeira” onde as tensões eram evidentes para bom observador.

Affonso Camargo assumiu o governo quando o Exército já tinha dado por encerradas suas atividades no Contestado. A ele coube assumir, pelo Paraná, a responsabilidade por dirimir a Questão de Limites. Sua mensagem (já citada e comentada no primeiro capítulo) de 25 de novembro de 1916 foi inteiramente dedicada a este assunto. A postura assumida foi a de dar explicações. Alguns políticos paranaenses criticaram a decisão e por isso viu-se na

³⁷⁷ CAMARGO, Affonso Alves de. **A campanha do Contestado: o regresso victorioso do snr. general Setembrino de Carvalho**: Discursos, 1916, p. 3. Acervo da BPPR.

³⁷⁸ Idem. Ibidem., pp. 7-8.

obrigação de justificar os motivos que o levaram a assinar o Acordo de Limites. Os demais assuntos da administração foram tratados na mensagem de 1917. Aí novamente afirmou que o Acordo era uma decisão que não poderia ser adiada:

Naquele documento político (a mensagem sobre o Acordo de 1916), tratei, não sómente de justificar-me perante o Estado, mas também perante a minha consciencia de paranaense devotado á sua terra natal. E só fiquei tranquillo commigo mesmo, depois que convenci-me de que não tinha outro caminho a seguir (...).³⁷⁹

Quanto à guerra não acrescentou nada de relevante, não fez nenhum balanço dos anos de violência e obviamente nenhuma relação do Estado com os motivos que levaram os caboclos ao confronto armado. Afirmou apenas que a polícia “acha-se em grande parte ainda destacada no Contestado, fazendo, juntamente com o exercito, o policiamento daquela zona”.³⁸⁰

Em Santa Catarina, tratando-se do mesmo período e de fontes similares, observou-se o mesmo olhar de reprovação sobre os grupos do Contestado. Antes do ocorrido no Faxinal do Irani em 22 de outubro de 1912, a investida contra o grupo de José Maria já havia começado com o aval do governador catarinense, Vidal Ramos.

Segundo ele, em sua mensagem de 1913, o superintendente (prefeito) de Curitiba, Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque (1864 – 1917), havia denunciado um “ajuntamento de fanáticos” em “Taquarussu” e que a “attitude assumida pelo bando de sertanejos, á frente do qual estava um individuo audacioso, constituia um perigo para a ordem publica”. Com aprovação de Vidal Ramos, o vice-governador em exercício, Cel. Eugênio Luís Muller (1856 – 1936), mandou para o local o Desembargador e chefe de polícia, Sálvio de Sá Gonzaga (1865 – 1957), no comando do Regimento de Segurança e com a ajuda de um contingente do Exército sob o comando do Cel. Pedreira Franco. Expulsos da região, rumaram os caboclos para os campos do Irani, na época sob jurisdição do Paraná em virtude da longa Questão de Limites. Vidal Ramos comentou o ocorrido dizendo que “Os acontecimentos posteriores são bastante conhecidos, porque attrahiram a atenção do paiz inteiro, admirado do atrevimento dos sertanejos e comovido pelo sacrificio do brioso Coronel João Gualberto (...) que cahiu como um bravo que era”.³⁸¹

³⁷⁹ PARANÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, Ao instalar-se a Segunda Sessão da 13ª Legislatura, em 1º de Fevereiro de 1917.** Curitiba, Typ. d'A República, 1917, p. 5.

³⁸⁰ PARANÁ. **Mensagem...** 1917, p. 10.

³⁸¹ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos.** Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1913, pp. 18-20.

Os adjetivos, em essência, não diferiam dos apresentados anteriormente. Embora pareça um pouco brando falar em “indivíduo audacioso” ou em “atrevidimento dos sertanejos”, se tratava de condenar José Maria e seus seguidores. Não havia mérito em suas ações, não havia legitimidade, era um “movimento sedicioso”.³⁸²

O major João Guimarães Pinho (1865 – 1948), governador interino em duas ocasiões, não mudou o discurso (tanto em sua mensagem de 1914 quanto na de 1915), falando em “movimento de fanáticos” que “ameaçavam” as “populações”.³⁸³

Na “sinopse” de Vidal Ramos (apresentada pelo mesmo major), o ajuntamento em torno de José Maria, segundo ele, se deu graças à “crassa credulidade do habitante do interior do nosso imenso paiz”. Para Vidal Ramos, o nome de José Maria “evocava a lembrança do velho João Maria, o *monge* que andou peregrinando o seu desequilíbrio e espalhando a sua fé doentia e os seus remedios por aquellas longinguas paragens catarinenses”.³⁸⁴

Note-se que o líder político circunscrevia o caboclo rebelado como morador de lugares distantes (diga-se, longe do centro, da capital), adepto de crendices e facilmente manipulado. Aliás, é bom enfatizar, para Vidal Ramos a “crassa credulidade” caracterizava não só os seguidores do monge ou os rebelados, mas também os habitantes do “interior” de um modo geral. Há de se supor que não estavam inclusos aí os “coronéis” e lideranças políticas importantes do interior. Falava dos agregados de fazendas, dos que habitavam os grotões distantes das vilas, daqueles que sobreviviam colhendo erva-mate, cortando árvores, criando poucos animais e cuidando da modesta rocinha ao lado da pequena moradia.

Sob a batuta de Felipe Schmidt, a crítica oficial não mudou com os rebelados. Em 1916, dizia ele que erroneamente se fazia ligação entre a Questão de Limites e a revolta. Para o governador a “calumniosa imputação” foi desfeita pelo próprio desenrolar dos acontecimentos, pois atingira mais às regiões catarinenses. “Localidades sob jurisdição paranaense foram atingidas apenas incidentemente pelas depredações dos bandoleiros (...)”.³⁸⁵ Schmidt lembrava ainda da falta de investimentos do estado:

³⁸² SANTA CATARINA. Mensagem... 1913, p. 20.

³⁸³ SANTA CATARINA. **Mensagem do Major João Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo, no exercício do cargo de Governador, Apresentando ao mesmo Congresso a synopse que lhe foi entregue pelo Exmo. Sr. Cel. Vidal José de Oliveira Ramos ao deixar o Governo do Estado.** Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1914, pp. 6-7. O major assumiu este cargo de 20 de junho a 28 de setembro de 1914, e de 23 de junho a 11 de agosto de 1915.

³⁸⁴ SANTA CATARINA. **Synopse (quatriênio 1910 – 1914) apresentada pelo Coronel Vidal José de Oliveira Ramos ao Ex. Major João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o Governo, no dia 20 de Junho de 1914.** Florianópolis: Gab. Typ. d'O Dia, 1914, p. 31.

³⁸⁵ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1916, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 1916, p.15.

Agora devemos remediar o mal, corrigir-lhes as causas que nascem da ignorancia e da superstição, exploradas pelos aventureiros de todos os feitos. Antes de tudo impõe-se a necessidade de trazer as populações do interior ao [convívio] da civilização pela abertura de vias de comunicação (...) que facilitem o commercio de produtos e o commercio de ideias, dando-lhes prosperidade economica, processos novos de trabalho e de vida e uma nova moral mais elevada e mais nobre. (...) E assim teremos arrancado da tristeza dessa situação uma raça generosa, valente e para colaborar na obra do nosso progresso, pela sua capacidade e pelas suas qualidades excepcionaes de resistencia.³⁸⁶

Talvez pela maior incidência da guerra em território catarinense, salientado pelo próprio governador, se podia perceber, mais do que no Paraná, a intenção de se fazer presente na região por meio de estradas e de escolas, dando uma estrutura que facilitasse o desenvolvimento econômico e pudesse levar o conhecimento considerado “benéfico” para aquelas populações. E claro, investir seria também ter um maior controle político e militar sobre aquele território. Na urgência de uma resposta frente a uma situação de grande violência, Felipe Schmidt deixava transparecer o distanciamento do governo catarinense em relação à região do Contestado sem, contudo, deixar de destacar a “ignorância” e a “superstição” como combustíveis para a violência. É certo que a longa Questão de Limites deu subsídios para esse distanciamento, embora não se possa deixar de notar que mesmo depois de encerrada a pendência territorial, o primeiro governador catarinense a viajar por aquelas paragens foi Adolfo Konder (1884 – 1956), em 1929, treze anos depois da assinatura do Acordo de Limites. Ou seja, uma vez garantido o domínio sobre aquelas terras por meio do Acordo, além de pacificadas, a promessa de investimentos não se concretizou, pelo menos não no curto prazo. No Paraná os problemas de terras permaneceram por muitas décadas, como ficou evidente na Revolta dos Posseiros em 1957.

Aproximando-se de Vidal Ramos no sentido de citar a “ignorância” e a “superstição” como causadores de tantos problemas, Felipe Schmidt, no entanto, se esforçava em apontar “qualidades” naquela população. “Raça generosa”, “valente”, “resistente”, são os termos que chamavam a atenção. Os elogios, obviamente retóricos, não substituíram as críticas, como bem podemos observar em sua mensagem de 1917. Na oportunidade afirmou que “A população do Contestado não tem sympathias por esse movimento”, e que as “classes laboriosas” da região “anceiam por um regimen de paz e de ordem”. Mais adiante afirmou que “Á frente desse movimento criminoso não apparece um nome de tradição no antigo Contestado ou de prestigio na opinião publica do Paraná. Os nomes em evidência são de indivíduos sem imputabilidade moral”. Para o governador a “sublevação do Contestado não

³⁸⁶ SANTA CATARINA. Mensagem... 1916., pp. 15-6.

tem valor”.³⁸⁷ E sobre a Questão de Limites argumentava que com o fim dessa pendência desapareciam também as “perniciosas rivalidades, unindo hoje os dois governos e os dois povos as mesmas aspirações para destinos comuns. Julgo-me feliz em ter contribuído para esse resultado (...)”.³⁸⁸

Assim como havia feito Carlos Cavalcanti, Schmidt dividia a população do Contestado, apartando os participantes do conflito dos demais. Além de chamar o movimento de criminoso, desqualificando-o e negando legitimidade a qualquer uma de suas pretensões, fez questão de lembrar que não havia “nome de tradição” no comando, querendo se referir talvez às lideranças políticas, aos coronéis.

Em todos os exemplos citados, uma característica salta aos olhos do observador, a da interdição (no sentido atribuído por Foucault) da palavra dos caboclos. Em nenhum momento os governantes citaram alguma fala dos “revoltosos” nem que fosse para contestar logo em seguida. E era justamente nos discursos políticos e da sexualidade que Foucault alertava para essa característica da interdição.³⁸⁹ Destes sistemas de exclusão apontados pelo autor, os da separação e rejeição também são bem evidentes nas mensagens analisadas. O exemplo citado por Foucault diz respeito à oposição entre razão e loucura, antes e depois do discurso médico:

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato (...); pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida (...). De qualquer modo, excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ele não existia. (...) E mesmo que o papel do médico não fosse senão o prestar ouvido a uma palavra enfim livre, é sempre na manutenção da cesura que a escuta se exerce. (...) Se é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece.³⁹⁰

Mesmo levando-se em conta as especificidades do “louco” de Foucault e dos caboclos do Contestado, não deixa de ter sua similaridade o fato de a palavra do caboclo ser destituída de valor por ser alguém de “crassa ignorância” como definiu Vidal Ramos, ou como “elementos ativos do crime, facínoras uns, ignorantes outros”, nas palavras de Carlos

³⁸⁷SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina.** Florianópolis, 1917, p. 62.

³⁸⁸SANTA CATARINA. *Mensagem...*, 1917, p. 21.

³⁸⁹FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad.: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012, pp. 9-10. Interdição, separação e rejeição e vontade de verdade fazem parte do que Foucault chamava de “sistemas de exclusão externos” ao discurso.

³⁹⁰Idem. *Ibidem*, pp. 10-13.

Cavalcanti. E lembremos também de Affonso Camargo quando afirmou que “o vento da loucura e da ignorância veio perturbar a vida feliz e alegre de uma população ordeira”. Além de criminosos e ignorantes, também eram loucos, sem nenhum resquício de racionalidade e sanidade que lhes autorizasse a palavra.

Outra questão apontada por Foucault diz respeito a uma imposição de regras que operam uma “rarefação” ou “exclusão” dos sujeitos. Para o autor “(...) ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”.³⁹¹ Neste sentido salientamos as palavras de Felipe Schmidt quando afirmou que entre as lideranças do Contestado não havia nomes de tradição e que os caboclos não tinham “imputabilidade moral”. “Coronéis”, fazendeiros e políticos (ou todos em um só), era só entre estes que Schmidt enxergava os nomes de tradição. Lideranças caboclas eram, quando muito, chefes de grupos criminosos ou de “fanáticos”.

A violência da guerra, a “ignorância” dos caboclos e a indecisão das fronteiras. Este o contexto, o pano de fundo de todas as mensagens citadas. Em maior ou menor grau um ou outro aspecto se sobressaía dependendo do calor do momento. Mas foram diversamente tratados pelos governantes. Carlos Cavalcanti queria solucionar logo a decisão dos limites; Felipe Schmidt apontava a maior incidência da guerra sobre o território catarinense. E quando, enfim, veio a solução das fronteiras e o fim oficial da guerra, sobressaiu-se a decepção de um lado e uma melhor aceitação do outro com relação aos territórios conquistados. Schmidt, como apontado, afirmava que com o encerramento dessa pendência desapareceriam também as “perniciosas rivalidades, unindo hoje os dois governos e os dois povos as mesmas aspirações para destinos comuns. Julgo-me feliz em ter contribuído para esse resultado (...)”. Para Affonso Camargo restava a lamentação e a necessidade de justificar-se diante de seus pares: “(...) tratei, não somente de justificar-me perante o Estado, mas também perante a minha consciencia de paranaense devotado á sua terra natal”. Estas seriam as “condições de produção” das mensagens em seu sentido mais estrito, suas “circunstâncias de enunciação”.³⁹² Apesar de o problema do território persistir desde 1853, as três decisões do STF a favor de Santa Catarina e mais a guerra tornaram a angústia da indecisão das fronteiras ainda mais candente neste período. E em seu sentido mais amplo, seu contexto social, histórico e ideológico, o que se pode atribuir de característico a estes documentos? Qual o fundo ideológico do qual nenhum dos governantes ficou imune? “Uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um

³⁹¹ FOUCAULT, Michel. Op. Cit., p. 35.

³⁹² ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012, p. 30.

conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem do mundo”.³⁹³

Muitos estudos mostraram que desde 1870 as teorias raciais europeias, permeadas pelo evolucionismo, absorvidas e adaptadas de maneira a “responder” às questões formuladas a partir do “problema” da mestiçagem tiveram grande aceitação entre respeitados intelectuais brasileiros como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha bem como influenciaram as pesquisas realizadas nos museus naturais e etnográficos e nos Institutos Históricos.³⁹⁴ Na virada do século XIX para o XX, como bem lembrou Márcia Naxara, havia também as “questões de identidade: identidade da nação, identidade do povo brasileiro” pautadas por uma “concepção evolucionista da história” e que tinham o “progresso como ideia central e uma angústia quanto à possibilidade da realização”, angústia essa gerada pela visão de que o Brasil era um país “atrasado” se comparado ao “mundo civilizado”.³⁹⁵ Entravam também oposições do tipo cidade/campo, litoral/sertão e civilização/barbárie. Sobre esta última:

Nesse movimento de debruçar-se e refletir sobre a sociedade e a cultura brasileiras, colocaram-se algumas oposições básicas no campo conceitual e explicativo, como forma de localização e entendimento do Brasil, importantes para o estudo e a compreensão do período. A oposição civilização/barbárie, tomada como chave para a compreensão da diferenciação entre os povos, levou à identificação de um segundo par daí derivado, progresso/atraso que, por sua vez, conduziu a reflexões sobre uma terceira oposição, elite/povo. O povo brasileiro, visto por suas elites, aproximava-se do atraso e da barbárie, enquanto que o que se tinha em vista era alcançar o progresso e a civilização. Tal questionamento acabou levando a uma identificação do brasileiro pela ausência do que se esperava ele pudesse ser, ou seja, por aquilo que lhe faltava.³⁹⁶

O choque ou embate entre a “civilização” e a “barbárie”, podem ser percebidos em várias passagens citadas acima. Como na resposta de Vidal Ramos a Carlos Cavalcanti, anexado à mensagem deste último: “Em minha opinião esses tristes factos tem a sua origem na degradante e mesquinha condição a que o analfabetismo reduz os infelizes habitantes dos nossos sertões” e que o ajuntamento em torno do monge José Maria se deu graças à “crassa credulidade do habitante do interior do nosso imenso paiz”, generalizando aspectos negativos nos “sertões” brasileiros.

³⁹³ FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 32.

³⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

³⁹⁵ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do brasileiro, 1870/1920**. São Paulo: Annablume, 1998, pp. 17-8. Também sobre identidade na virada do século, incluindo-se questões raciais, ver os dois primeiros capítulos de: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

³⁹⁶ Idem. Ibidem, p. 18.

Ainda na Primeira República, Rui Barbosa, em campanha pela presidência em 1919, citando o “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato,³⁹⁷ criticou esse discurso que desqualificava parte da população. Citando alguns trechos da obra de Lobato, Rui Barbosa resumiu o personagem:

Um fatalismo cego o acorrenta à inércia. Nem um laivo de imaginação ou mais longínquo rudimento d’arte, na sua imbecilidade. Mazorra e soturna, apenas rouqueja lúgubres toadas. “Triste como o curiango, nem sequer assobia.” No meio da natureza brasileira, das suas catadupas de vida, sons e colorido, “é o sombrio urupê de pau podre, a modorrar silencioso no recesso das grotas. Não fala, não canta, não ri, não ama, não vive”. Não sei bem, senhores, se, no tracejar deste quadro, teve o autor só em mente debuxar o piraquara do Paraíba e a degenerescência inata da sua raça. Mas a impressão do leitor é que, neste símbolo de preguiça e fatalismo, de sonolência e imprevisão, de esterilidade e de tristeza, de subserviência e hebetamento, o gênio do artista, refletindo alguma coisa do seu meio, nos pincelou, consciente, ou inconscientemente, a síntese da concepção, que têm, da nossa nacionalidade, os homens que a exploram.³⁹⁸

Mais adiante, Rui Barbosa, se dirigindo aos seus adversários, indagou:

Mas, senhores, se é isso o que eles vêem, será isto, realmente, o que nós somos? Não seria o povo brasileiro mais do que esse espécimen do caboclo mal desasnado, que não se sabe ter de pé, nem mesmo se senta, conjunto de todos os estigmas de calaçaria e da estupidez, cujo voto se compre com um rolete de fumo, uma andaina de sarjão e uma vez d’aguardente? Não valerá realmente mais o povo brasileiro do que os conventilhos de advogados administrativos, as quadrilhas de corretores políticos e vendilhões parlamentares, por cujas mãos corre, barateada, a representação da sua soberania?³⁹⁹

No discurso de Rui Barbosa notamos toda uma carga de estigmas que se depositavam sobre o caboclo que, no caso, é o “povo” brasileiro, não se resumindo ao sertão. Os políticos receberam, como visto, severa crítica do famoso jurista.⁴⁰⁰

A desqualificação da população brasileira constava também na obra de Oliveira Viana, para quem havia um “irrealismo” na adoção de “ideais liberais como sistema de governo”.⁴⁰¹ Para a historiadora Stella Bresciani:

³⁹⁷ Ainda que Monteiro Lobato tenha reformulado o personagem em textos posteriores afirmando que o Jeca Tatu “não é assim; está assim” por meio de diversas vicissitudes sociais, o personagem que encontrou ressonância social foi a do Jeca doente, preguiçoso, triste, “impenetrável ao progresso”, da primeira versão. Ver: NAXARA, Márcia Regina Capelari. Op. Cit., primeiro capítulo.

³⁹⁸ BARBOSA, Rui. **A questão social e política no Brasil** (Conferência pronunciada do Teatro Lírico do Rio de Janeiro, a 20 de março de 1919), p. 369. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br. Acesso em: 05/05/2015.

³⁹⁹ Idem. Ibidem, p. 370.

⁴⁰⁰ Mais adiante veremos que Affonso Camargo foi acusado de advocacia administrativa por um de seus secretários. O crime de Advocacia administrativa está previsto hoje no artigo 321 do Código Penal Brasileiro. É a utilização indevida das facilidades do cargo ou das funções. O funcionário público pretende fazer prevalecer, fazer influir o seu peso funcional com relação aos atos administrativos a serem praticados por seus colegas.

⁴⁰¹ BRESCIANI, Stella. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e progresso...*, pp. 28-29.

Uma longa série de desacertos políticos é dessa maneira imputada pelos adeptos do Estado autoritário à Constituição de 1891: o acesso ao voto concedido a uma população ignorante e incapaz de exercer conscientemente seu direito à cidadania dera lugar à manipulação astuciosa dos “coronéis” e seus “asseclas”; a ausência de “opinião popular poderosa, militante e organizada, segura de sua força e de seus direitos”, consequência de nossa anterior condição colonial e da ausência de “organização das fontes de opinião”, fizera das manifestações políticas uma farsa; o ideal de unidade nacional via-se ameaçado pela dispersão geográfica, pelos interesses econômicos particularistas, pela heterogeneidade da população e de suas culturas originárias, pela cegueira das elites políticas que em sua ânsia de dar ao país leis idênticas às das grandes nações civilizadas, não percebera sua total inadequação às nossas necessidades.⁴⁰²

Não é o caso de enveredarmos por todas as fundamentações teóricas que fizeram Oliveira Viana chegar a estas conclusões. Salientamos, no entanto, que mais uma vez a população foi definida como ignorante e incapaz, além de facilmente manipulada por aqueles de maior poder, como os “coronéis”. De maneira breve mostramos apenas alguns exemplos que nos ajudam a entender um pouco o olhar pré-concebido dos governadores do Paraná e de Santa Catarina ao tempo da guerra. Numa época em que se acreditava no “evolucionismo”, no “progresso”, na “civilização”, a população cabocla, para estas elites, apresentava-se inapta para absorver e entender os motivos das transformações ocorridas na região do Contestado. Visto deste modo não se poderia esperar dos quatro políticos que comandaram os dois estados, comportamento diferente. Entretanto, se observarmos o que disseram Setembrino de Carvalho, Matos Costa, Rui Barbosa e os historiadores militares, como Demerval Peixoto, este pensamento não era unânime. Os militares não deixaram de apontar a “ignorância” cabocla, mas, não aplaudiram os governadores. Vozes dissonantes demonstravam que a violência de estado, tão característica do período, foi condenada em seu próprio tempo.

⁴⁰² BRESCIANI, Stella. Op. Cit., pp. 29-30.

3.2 IMPRENSA E GOVERNADORES: OS “HOMENS-MONUMENTO”

“Devemos ter em mente que, de modo geral, o objetivo de nossos jornais é antes criar uma sensação – vender seu peixe – que promover a causa da verdade. Esse último fim só é perseguido quando parece coincidir com o primeiro. O periódico que simplesmente se adapta à opinião normal (por mais bem fundamentada que essa opinião possa ser) não conquista para si crédito algum junto ao populacho. A massa do povo vê como profunda apenas a opinião que sugere ‘pungentes contradições’ com a ideia geral. Na arte do raciocínio, não menos do que na literatura, é o ‘epigrama’ que é mais imediata e universalmente apreciado. Em ambas, é da mais baixa ordem de mérito”.

(Edgar Allan Poe)⁴⁰³

Apesar da severidade de Edgar Allan Poe sobre a imprensa de seu tempo e mesmo sobre os leitores, o autor apontou, por meio de um de seus personagens, algo que é intrínseco a qualquer jornal, a tomada de posição alicerçada em interesses particulares, em outras palavras, sua parcialidade. Termos como “imparcialidade” ou “independência” só servem mesmo para “vender o peixe” como bem disse Poe. No campo político e, principalmente, em relação à política institucionalizada, os jornais estão sempre defendendo o lado que lhes convém, atacando com virulência ou criticando de forma dissimulada, ou ainda, associando-se às facções políticas que lhes favoreça de algum modo. Há também pressupostos ideológicos do tipo “civilização” e “progresso” a balizarem seus editoriais. Partimos então do óbvio de que um jornal não produz apenas reportagens e sim discursos. Deixar de informar algo relevante é uma tomada de posição consciente com fins que nem sempre são evidentes e por vezes, gerando ambiguidades. Mesmo que certas situações fossem corriqueiras, como os necrológios laudatórios que veremos a seguir, a prática jornalística não impedia, em princípio, que se fizesse algo diferente. Dependia da importância social do “homenageado”. Manter a “tradição”, nestes casos, também podia ser uma escolha com algum outro fim.

Apesar de bem fáceis de serem esquecidas, as matérias jornalísticas são, de longa data, as primeiras a levaram a um público amplo as “virtudes” e “condenações” que o recém-

⁴⁰³ POE, Edgar Allan. O mistério de Marie Roget: uma continuação de “Os assassinatos da Rue Morgue”. In: POE, Edgar Allan. **Contos de imaginação e mistério**; prefácio de Charles Baudelaire; tradução de Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Tordesilhas, 2012, p. 354.

falecido irá carregar para o túmulo. Em se tratando de memória, estas notícias podem vir a fazer parte dos primeiros passos que serão (ou não) seguidos por outras publicações e outros meios de divulgação. Têm, portanto, alguma participação, por mais fugaz que seja, na construção do personagem que acabou de “entrar para a história” ou que poderá ser esquecido por ela. Foram esses primeiros momentos que analisamos, buscando demonstrar quais características foram mais lembradas ou mesmo que se aproximaram da invenção a respeito dos ex-governadores. Os jornais pesquisados foram os de maior circulação no período nos dois estados.

3.2.1 “Ilustres” e “patriotas”



FIGURA 25 – Felipe Schmidt (1859 – 1930)
 Fonte: www.clicrbs.com.br

O primeiro dos ex-governadores a deixar a cena foi Felipe Schmidt em 09 de maio de 1930, quando ocupava o cargo de senador por SC, quase 14 anos após a assinatura do Acordo de Limites, em outubro de 1916.

O Estado e o *República* eram então os principais jornais em circulação entre os catarinenses. No dia 10 e, não na primeira página, *O Estado* informava que “Com o desaparecimento do senador Felipe Schmidt, perde Santa Catharina um filho devoto, e o Brasil um dos seus servidores mais devotos”. Do “illustre morto” falou-se em “vigorosos contornos moraes”, em “medidas administrativas sabias e patrioticas”, além de ter sido “Combatido mais de uma vez pelas injustiças e as contingencias de factos políticos e das situações inevitáveis”.⁴⁰⁴

⁴⁰⁴ **O Estado**. Florianópolis, 10 de maio de 1930. Ano XVI, nº 4986, pg. 6. Todos os jornais catarinenses consultados pertencem ao acervo da BPSC.

No dia 15, em artigo de Nicolau Nahas, não destoando dos elogios anteriores, lembrou também que Schmidt era “inimigo da popularidade, do exibicionismo e das manifestações da imprensa mercenária ciosa de reclamos bombásticos e interesseiros”.⁴⁰⁵ No dia seguinte, no artigo de Joe Collaço, foi descrito como “Homem de espada, a glória máxima de sua existência foi, no entanto, uma obra de paz e de fraternidade. O Accordo entre Paraná e S. Catharina, pondo fim a velha discordância de limites, bastaria, por si só, para recomendar-lo à gratidão dos posteriores”.⁴⁰⁶

Na edição do dia 2 de junho, foram publicados e parafraseados trechos do “necrologio de Felipe Schmidt” (sobre o qual falaremos adiante) lido pelo deputado federal, Edmundo da Luz Pinto, no Rio de Janeiro. Luz era o líder da bancada catarinense.

Homenagear e refutar qualquer crítica ao ex-governador, esta foi a premissa do jornal. As decisões de Schmidt teriam sido tomadas em benefício do estado e da “pátria”. Seria isso uma virtude ou incapacidade de lidar com novas questões que fugiam à “normalidade”, ao “civilizado”, segundo os velhos chavões dos mandatários? As matérias deixavam transparecer que a vida desse governador foi alvo de muitas críticas dos jornais “mercenários”, diríamos, de uma oposição não tratada como tal. Chamar de mercenário é, no mínimo, não reconhecer como legítimas as críticas sofridas pelo ex-governador. Optou-se por edificar um “monumento” e não simplesmente fazer um resumo biográfico com o intuito de infamar, o que foi recorrente em todos os jornais analisados sobre todos os governadores em questão.

Sobre o Contestado, nas duas oportunidades em que foi citado (uma delas nos comentários sobre o necrológico), restringiu-se o jornal à Questão de Limites. A relação de Schmidt com a guerra e os caboclos foi solenemente ignorada. Preferiu-se falar em “Homem de espada, a glória máxima de sua existência foi, no entanto, uma obra de paz e de fraternidade”. Contornaram-se todas as contradições do personagem e criticaram-se as opiniões em contrário.

Homenagem ainda maior foi prestada pelo jornal *República*, órgão do Partido Republicano Catarinense, como o próprio jornal fazia questão de anunciar junto ao título. Por isso não se podia esperar outra coisa que não um enorme panegírico em torno do recém-falecido integrante do partido. E como Schmidt ainda estava atuando como senador, seu nome continuava com representatividade no cenário político.

Em primeira página, aliás, toda a primeira página, intitulada “Estadista que tomba”, a matéria iniciava com “O nome de Felipe Schmidt já a muito que atravessou as fronteiras

⁴⁰⁵ **O Estado**. Florianópolis, 15 de maio de 1930. Ano XVI, nº 4988, pg. 6

⁴⁰⁶ **O Estado**. Florianópolis, 16 de maio de 1930. Ano XVI, nº 4989, pg. 6.

regionaes para assumir às proporções de um vulto nacional”. Falou também dos problemas enfrentados com o início da primeira guerra, quando o acusavam de “germanophilo” e “trahidor” por causa de sua origem, apesar, segundo o jornal, de “esse bravo lageano” nem saber falar a língua alemã. Mas “possuía, sem duvida, por atavismo e pelo sangue, a reflexão e o seguro raciocínio dos povos do norte europeu”. A matéria seguia com pequena biografia e notícias sobre o luto oficial decretado pelo “presidente em exercício” Bulcão Viana e a publicação de telegramas de condolências. Sobre o Contestado escreveu que na época em que “explodiam rancores”, Schmidt “demonstrou um raro senso patriótico, acceitando o accôrdo com o Paraná, no governo Wenceslau Braz. Dahi lhe advieram pedradas. Havia negociado uma zona a que tínhamos direitos incontestes”. Para o jornal a “formula pacificou os espíritos” e que na época de sua morte seu pensamento havia se realizado, qual seja, o congraçamento das famílias catarinenses e paranaenses.⁴⁰⁷

Na edição do dia 13, publicou em primeira página a resolução do prefeito de Florianópolis, Heitor Blum, que também decretava luto oficial na capital além da publicação de vários outros telegramas de condolências de políticos que eram mandados de várias cidades do estado e de outros cantos do país. Havia também uma homenagem da “Liga Beneficente Operária de Florianópolis”. Mais uma vez a página ficou tomada por um único assunto. Na página seguinte seguiu-se a publicação de telegramas e a notícia do enterro as 17h00min do dia 10. Publicou-se também uma pequena citação vinda do Rio de Janeiro intitulada “As homenagens da imprensa” e que dizia “Todos os jornaes publicam sentidos necrologios, enaltecendo a personalidade do senador Felipe Schmidt”.⁴⁰⁸

No dia 15, na segunda página, publicações de telegramas. Já na edição do dia 16, além das mensagens que continuavam chegando, o destaque ficou por conta do longo artigo intitulado “Honra e Dever”, do *Jornal de Joinville*. Repetindo a afirmação de que o estado perdera um de seus melhores servidores fez também breve biografia. Foi lembrado como “conciliador”, “austero” e “sem ódios”. A sua descendência alemã lhe rendendo ódios durante a 1ª Guerra foi mais uma vez lembrado. A respeito do Contestado, a Questão de Limites e a guerra tiveram seu espaço. Havendo já o problema dos limites, segundo o jornal, “o caso complicou-se com o movimento de fanáticos, alastrando-se do Contestado para alguns municipios catharinenses” fazendo com que o governador solicitasse a “intervenção do governo federal”. Teria então o governador, em meio a esta campanha de “fanatismo e ignorância”, se empenhado em “poupar a vida dos cabôclos fanatisados” além de “chama-los

⁴⁰⁷ **República**. Florianópolis, 11 de maio de 1930. Ano IV, nº 1080, p. 1.

⁴⁰⁸ **República**. Florianópolis, 13 de maio de 1930. Ano IV, nº 1081, p. 2

á razão e á ordem” o que demonstraria a “grandeza moral” do governador.⁴⁰⁹ Sobre a solução da Questão de Limites definiu-a como um instante de “vibração patriótica” e que Schmidt foi aplaudido ao sair do Palácio do Catete e teria dito em determinado momento que “Antes de ser catarinense, eu sou brasileiro”.⁴¹⁰ Em sendo verdade, trata-se daqueles momentos de retórica, aproveitando o ambiente favorável.

Telegramas de condolências continuaram a ser publicados nos dias seguintes. Na edição de 3 de junho, na primeira página, fez-se um resumo do necrológio apresentado no Rio de Janeiro, publicado na íntegra na edição de 6 de junho. Neste discurso, o líder da bancada catarinense, Edmundo da Luz Pinto, não trouxe nada de diferente do que vimos até aqui. “Patrimônio moral (...) patriota (...) de quem nunca se apontou um deslize (...) prezava mais o Brasil que o poder, mais o dever que a popularidade, mais os princípios que os homens, mais a República do que as facções”. Repetem-se passagens de sua biografia e o Contestado aparece centrado na Questão de Limites, cuja assinatura do Acordo, por si só, segundo o orador, bastaria para que o “nome de Felipe Schmidt fosse definitivamente inscripto entre os dos grandes servidores do Brasil”. Diferiu um pouco quando apontou que Schmidt abdicou de “seus antigos pontos de vista radicais pela execução das sentenças”⁴¹¹ referentes as três sentenças judiciais favoráveis a Santa Catarina.

Como órgão partidário, o discurso seguiu em sintonia com o poder ao qual representava. Schmidt foi elogiado pela “defesa” da “pátria”, do Brasil, da República, conceitos que como vimos na primeira parte serviram antes a propósitos autoritários do que propriamente “republicanos”. Usou argumentos que se contradiziam ao falar da “necessidade” que Schmidt teve de chamar o Exército e seu “empenho” em “poupar a vida dos caboclos”. Estes, por sinal, continuavam com a pecha de “fanáticos”. A publicação na íntegra do necrológico não surpreendeu, vindo de um jornal partidário. Os gestos de aprovação do discurso de Edmundo da Luz (citados no documento, inclusive por representante do Paraná), mostravam que o homenageado, em grande medida, seguia a cartilha de uma política recorrente em todo o país, apesar das críticas que jornais do Rio e membros do Exército desferiram contra os governadores do Paraná e Santa Catarina.

⁴⁰⁹ Note-se que aqui o jornal faz uma diferenciação entre a região do Contestado (Questão de Limites), onde a guerra começou (Combate do Irani), e os municípios catarinenses, fora da zona contestada. Outro detalhe a ser destacado é o fato de os caboclos serem vistos apenas como “fanáticos” e, portanto, desprovidos da “razão”, assim como fizeram os governadores na redação de suas mensagens ao legislativo.

⁴¹⁰ Jornal de Joinville In: **República**. Florianópolis, 16 de maio de 1930. Ano IV, nº 1083, pp. 1-2.

⁴¹¹ PINTO, Edmundo Luz da. Necrologia. In: **República**. Florianópolis, 6 de junho de 1930. Ano IV, nº ilegível, p. 1. Há outras referências a Felipe Schmidt nas edições dos dias 10 e 11, mas julgamos desnecessário comentá-las aqui por não trazerem novos olhares sobre o personagem. Apenas reforçavam as “virtudes” tão recorrentes nos exemplos já citados.



FIGURA 26 – Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864 – 1935)
Fonte: HOMENAGEM: 1935, s/n.

Apenas cinco anos após a morte de Schmidt, morria no Paraná em 23 de fevereiro de 1935, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, lembrado como um personagem combativo, de atitudes contundentes, resultante, segundo alguns, de sua personalidade e educação militar.

O jornal *O Dia*, destacou sua “impecável linha de conducta moral” e seu “immenso amor a terra paranaense” e que foi “Presidente do Estado na hora mais aguda da vida do Parana, - quando a questão de limites estrava na sua phase critica, (...). Mais adiante afirmou que como “Deputado estadual ou federal, arrostando campanhas violentas, com denodo evidenciando sempre uma grande cultura e grandes virtudes cívicas”.⁴¹² Também destacou que não se podia falar dos primeiros anos da República no Paraná sem falar em Carlos Cavalcanti pois que, sendo ainda um alferes, participou da deposição do primeiro governo do estado na fase republicana. O uso de descrições do tipo “conduta moral”, “amor ao estado”, “virtudes cívicas” se prestavam ao campo da retórica. Assim como no caso analisado anteriormente, aqui novamente o personagem era pensado em termos que não levavam em conta a relação mais aguda entre estado e população.

O jornal *Diário da Tarde*, velho conhecido no Paraná ao tempo do Contestado,⁴¹³ não trouxe nada novo, apenas fez eco aos elogios dos demais jornais. Descreveu-se a vida pública e política de Carlos Cavalcanti como indissociáveis da história do Paraná e ainda que “sempre se revelou pela firmeza de seus actos (...)”.⁴¹⁴ O outrora combativo jornal dos tempos do Contestado nem tocou no assunto, limitando-se a citar notas de pesar da Assembleia, do

⁴¹² **O Dia**. Curitiba, 24 de fevereiro de 1935. Ano XII, nº 3403, p. 1. Os Jornais paranaenses consultados pertencem ao acervo da BPPR.

⁴¹³ Sobre a atuação do *Diário da Tarde* ao tempo da guerra ver: DALFRÉ, Liz Andréa. Op. Cit.

⁴¹⁴ **Diário da Tarde**. Curitiba, 25 de fevereiro de 1935. Ano XXXVI, nº 12911, p. 1.

Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, da Câmara Federal, além do luto oficial de três dias.

Na *Gazeta do Povo* o assunto do Contestado permaneceu no limbo. A “população da Capital revelou desde logo o profundo pesar de alta personalidade, ligada ao Paraná por tradições de família e de política”, dedicando-se de “maneira notável” aos assuntos do estado.⁴¹⁵ As movimentações na Assembleia e o luto oficial também foram citados. Importante então destacar que apenas o jornal *O Dia* fez menção ao Contestado. Tanto o *Diário da Tarde* quanto a *Gazeta do Povo* optaram pelo silêncio.

Fugindo um pouco do universo dos jornais, mas, ainda focado nestes primeiros dias após a morte de Cavalcanti, julgamos relevante salientar que um grupo de professores e diretores das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia prestaram, no mês seguinte, homenagens ao ex-presidente e também professor de engenharia na mesma instituição.

Arthur Martins Franco⁴¹⁶ falou em nome da Faculdade de Engenharia. Afirmou que a “elle mais do que a qualquer outro, deve o Paraná a existência desta instituição que de principio se chamou ‘Universidade do Paraná’”.⁴¹⁷ O Contestado apareceu pelo viés da Questão de Limites. Neste caso Carlos Cavalcanti foi definido como “Imperterrito defensor da integridade do Paraná, na malsinada ‘Questão de Limites’ com o vizinho estado de Santa Catharina, foi ahi então, que seu grande amor a esta terra, se patenteou em todo o seu vigor”.⁴¹⁸ Assim como nos jornais, passou ao largo de uma análise de seu governo entre 1912 e 1916. Limitou-se a um é “cedo ainda” para dizer o “que foi o seu governo” num período conturbado pela “convulsão do Contestado” e a “conflagração européa”. “São factos de hontem, impróprios ainda para uma analyse serena e justa”.⁴¹⁹

Antes de encerrar seu discurso, parafraseando autor desconhecido, falou que “a morte goza da singular prerrogativa de mostrar a toda a luz a grandeza e a importancia de suas victimas (...) os homens de excepcional valor só quando morrem dão a medida exacta do que eram (...)”.⁴²⁰ Obviamente não é a “virtude” do homenageado que fica mais evidente em sua morte. Aproveitando-se de certa comoção, parte da sociedade reforça valores, ideias e ações que são caros tanto ao homenageado quanto a esta fração social. E a partir daí, a memória ganha características múltiplas de acordo com os grupos (e seus interesses e ideologias) que,

⁴¹⁵ **Gazeta do Povo**. Curitiba, 24 de fevereiro de 1935. Ano XVII, nº 5616, p. 1.

⁴¹⁶ Severo crítico do Acordo de Limites.

⁴¹⁷ **Homenagem das faculdades de Direito, Medicina e Engenharia do Paraná á memoria do seu grande bemfeitor, o eminente brasileiro General Carlos Cavalcanti de Albuquerque**. Curitiba: Typ. João Haupt & Cia, 1935, p. 6. Acervo da BPPR.

⁴¹⁸ Idem, p. 11.

⁴¹⁹ Idem, pp. 11-2.

⁴²⁰ Idem, p. 15.

por contingências ou processo histórico, se virem ligados ao personagem em questão. A citação mostra justamente o momento em que um grupo começava a aparar arestas e a construir memória condizente com os valores deles próprios.⁴²¹

Elementos similares podemos encontrar no discurso do professor da Faculdade de Medicina, José Pereira de Macedo, para quem Carlos Cavalcanti sacrificou interesses político-partidários e administrativos em prol de “manter a terra de seus filhos íntegra e livre”.⁴²² Mais específico ainda foi o professor João R. de Macedo Filho, da Faculdade de Direito. Na defesa dos “nossos direitos” sobre “vastíssimo território contestado”, aí se “revelou um paranaense a toda prova”.⁴²³ Era uma elite paranaense que reverenciava um personagem “valoroso” por defender interesses em comum.



FIGURA 27 – Vidal José de Oliveira Ramos Júnior (1866 – 1954)
Fonte: Jornal O Olho: 1916, s.n.

Afastado dos cargos públicos desde 1937 (Estado Novo), Vidal Ramos morreu em 2 de janeiro de 1954. Tirando uma ou outra especificidade do próprio homenageado, as matérias publicadas nos dias seguintes poderiam muito bem servir a qualquer um dos outros personagens acima citados.⁴²⁴ Manteve-se o mesmo objetivo de enaltecer as “virtudes” morais e administrativas. “Cel. Vidal Ramos - Homenagens consagradoras do seu Estado e do seu povo”. Assim o jornal *O Estado* se expressou em primeira página na edição do dia 5. A ênfase

⁴²¹ É neste sentido que pode também ser pensada a unificação dos discursos nos jornais nos momentos de comoção. Não seria apenas “respeito”. Há uma boa dose de interesse no silêncio e nos elogios. Quando interesses maiores estão em jogo, os jornais muitas vezes ultrapassam a medida do bom senso e do respeito.

⁴²² Homenagem..., p. 21.

⁴²³ Idem, p. 24.

⁴²⁴ É de fato um padrão dos necrológios. Nada de novo por tanto. Apesar disso, cabe sempre a colocação citada no início deste item.

sobre sua administração foi dada ao “binômio escolas-estradas” que, segundo o jornal, concentrou os maiores esforços do ex-governador.⁴²⁵

No dia seguinte, no artigo de Ildefonso Juvenal, enfatizou-se o fato de ter sido Vidal Ramos o “último constituinte” de 1891. Ele e mais 21 “prestigiosos republicanos”, nas eleições de 8 de março de 1891, formaram o “Congresso Constituinte e Legislativo do Estado, e promulgaram a 11 de junho do mesmo ano, a nossa Carta Constitucional (...)”. O mesmo autor ainda o chamava de “bandeirante do Progresso” e que com o “a divisa: ‘Instrução e Viação’, remodelou o ensino, dotou a Capital da mais necessária obra de saneamento e promoveu a comunicação entre afastados rincões (...)”.⁴²⁶

No dia 9, publicou-se o “necrológio” do jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre. E mais uma vez a reforma do ensino foi citada. Vidal Ramos convidou uma “Comissão de educacionistas paulistas”, comandados por Orestes Guimarães para essa tarefa. Um dos objetivos de Vidal foi o de “nacionalizar o ensino”.⁴²⁷ E o “sistema viário” não foi esquecido pelo jornal como sendo outra das realizações do ex-governador.⁴²⁸

Publicar texto de outro jornal foi novamente a prática no dia 13, dessa vez enviada pelo jornal *Barriga-Verde* de Canoinhas. Dizia que Vidal “jámais esqueceu Canoinhas, sólo ao qual dedicava especial aféto (...)”. Comentou sobre as visitas a cavalo que o ex-governador realizou no início do século e “posteriormente, quando aqui já havia civilização nascente mas acendia-se a chama da luta do Contestado e dos Fanáticos”. Lembrou também que a lei que criou o município de Canoinhas deveu-se a Vidal Ramos.⁴²⁹

No correr de janeiro seguiram-se as homenagens prestadas por seus pares e publicadas no jornal *O Estado*. No dia 23 uma pequena nota lembrava a homenagem na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro. Já no dia 24 quase toda primeira página do jornal foi dedicada à homenagem prestada pelo senador Ivo d’Aquino. Passagem interessante de sua “oração” dizia respeito a um Vidal Ramos “Educado no meio rural, conhecedor, portanto, de perto das aspirações populares do seu Estado, sua visão de estadista compreendeu que o progresso de Santa Catarina, antes de tudo deveria basear-se numa larga e profunda obra educativa”. O

⁴²⁵ **O Estado**. Florianópolis, 05 de janeiro de 1954. Ano XL, nº 11.794, p. 1.

⁴²⁶ **O Estado**. Florianópolis, 06 de janeiro de 1954. Ano XL, nº 11.795, p. 1.

⁴²⁷ Segundo o historiador Dorval Nascimento, “As medidas oficiais implicaram posicionamento do Estado ante a diversidade étnica e cultural existente nas áreas de imigração, buscando homogeneizar um espaço caracterizado por práticas que afirmavam a diferença cultural”. Ver: NASCIMENTO, Dorval. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911 – 1920). In: **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 21, set/dez. 2009, p. 123. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/64/75>. Acesso em: 07/04/2015.

⁴²⁸ *Diário de Notícias*. In: **O Estado**. Florianópolis, 09 de janeiro de 1954. Ano XL, nº 11.797, p. 7.

⁴²⁹ *Barriga-Verde*. In: **O Estado**. Florianópolis, 13 de janeiro de 1954. Ano XL, nº 11.800, p. 1.

senador fazia coro sobre a reforma do ensino, mas não relacionava este “conhecimento” e “vivência” rural do homenageado aos problemas de terras que foram parte das motivações para a Guerra do Contestado. Tema, aliás, não comentado pelo senador Ivo d’Aquino.⁴³⁰ Ainda no senado, representantes da UDN e do PSD prestaram suas homenagens, registrado pelo jornal em sua edição do dia 26. Nada trouxeram de novo se comparadas às citações anteriores. O silêncio do senador Ivo a respeito do Contestado foi mantido por essas lideranças partidárias.

O Estado ainda abriu espaço para as homenagens nas edições do dia 31 de janeiro com as palavras do deputado federal, Leoberto Leal (que falou em “estado pacificado” sem relacionar ao Contestado); e nos dias 2, 3 e 5 de fevereiro, dando a palavra a políticos da UDN, PSD, PSP, Partido Republicano e Partido Trabalhista. Todos reforçaram o legado de Vidal Ramos na educação e silenciaram a respeito do Contestado.

Nada de diferente pudemos observar no jornal *A Gazeta*, que se dizia “sem ligações partidárias”. Sobre o Contestado, na edição do dia 5, foi a Questão de Limites que ganhou um modesto parágrafo. Sobre a guerra, nenhuma palavra.⁴³¹ Curiosamente, no dia 6, sob o título de “Fanáticos do Contestado: o monge José Maria”, publicou-se um texto de Brasil Gerson.⁴³²

O político que fez a grande reforma no ensino catarinense. Este o Vidal Ramos segundo os jornais. Se para Felipe Schmidt “bastaria” a assinatura do Acordo para coroar sua vida pública, para Vidal Ramos as mudanças no ensino público balizaram sua reputação.



FIGURA 28 – Affonso Alves de Camargo (1873 – 1959)
Fonte: NICOLAS:1958, p. 87.

⁴³⁰ **O Estado**. Florianópolis, 24 de janeiro de 1954. Ano XL, nº 11.809, p. 1.

⁴³¹ **A Gazeta**. Florianópolis, 05 de janeiro de 1954. Ano XX, nº 4.585, pp. 1-2.

⁴³² **A Gazeta**. Florianópolis, 06 de janeiro de 1954. Ano XX, nº 4586, s/n. Brasil Gerson foi autor do livro: *Pequena história dos fanáticos do Contestado*. Rio de Janeiro: Ed. Ministério da Educação e Cultura - Cadernos de Cultura, 1955.

Em 16 de abril de 1959 morria Affonso Camargo. Encerrava-se a assim o ciclo dos governantes que haviam assumido o poder no Paraná e em Santa Catarina no período da Guerra do Contestado.

Jornal ainda em circulação na época, o *Diário da Tarde*, o mais importante no período do Contestado, mas, que em 1959 não tinha o mesmo apelo, registrou o ocorrido. “Luto no Paraná com a inesperada morte de Afonso Alves de Camargo”. Assim começava a notícia de primeira página. Era “ex-Presidente do estado e grande estadista da Nação”. O jornal não havia perdido o jeito de noticiar de outros tempos, dramatizando o fato. “Repercutiu dolorosamente em todo o território estadual, a notícia do falecimento, ocorrida ontem, em nossa capital (...)”. Ações habituais dos governos nestes casos também foram noticiadas. Luto oficial, oferecimento à família das dependências do palácio do governo para o velório, homenagens do legislativo bem como o retorno do então governador, Moisés Lupion (1908 – 1991) do Rio de Janeiro, para o funeral do dia 17.⁴³³ O vice-reitor em exercício da Universidade Federal do Paraná, Alceu Ribeiro de Macedo, decretou luto oficial de três dias e suspendeu as atividades da instituição no dia 17.⁴³⁴ Affonso Camargo estava entre os políticos que se empenharam na criação da Universidade em 1912.

Em “dados biográficos do extinto” o jornal resumiu a carreira de Affonso Camargo. Sobre o Contestado se limitou a escrever que “No quadriênio 1916-1920 foi presidente do Estado, tendo nesse período dirimida a secular pendência de limites com Santa Catarina”.⁴³⁵

Na coluna carioca “All Right” na edição do dia 27, com o título de “Afonso de Camargo”, também encontramos considerações sobre o político. O texto se caracterizava por ser um acúmulo de elogios de quem o havia conhecido na posse de 1928 no Governo do Estado e de quando Affonso Camargo era senador e perambulava pelos corredores do Rio de Janeiro. “Esse que acaba de fechar para sempre aqueles olhos mansos e ternos de homem bom até a raiz dos cabelos, eu conheci no esplendor de sua glória política”. Assim se iniciava o texto que falava de um político “querido por todos”, “sem inimigos pessoais”, “Diziam-me que no seu Estado era a mesma coisa. Gregos e troianos o admiravam e o respeitavam pela sua infinita bondade, pela sua absoluta incapacidade de fazer mal a quem quer que fosse”. Comentou sobre os dissabores políticos enfrentados quando da revolução de 1930, do inquérito aberto logo em seguida “que não encontrou nada, absolutamente nada que desabonasse a sua conduta (...)”. O colunista encerrou o artigo com um misto de certeza e

⁴³³ **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de abril de 1959. Ano 61, nº 21025, p. 1.

⁴³⁴ Idem, p. 5. Segundo o jornal, a família recusou o uso das dependências do palácio, afirmando que Affonso Camargo estava a muito tempo afastado da vida pública.

⁴³⁵ **Diário da Tarde**. Curitiba, 17 de abril de 1959. Ano 61, nº 21025, p. 5.

desejo de “Não estará longe o dia em que os paranaenses levantarão na praça pública a estátua de Afonso de Camargo, no cumprimento de um dever que a justiça da história há de impor como um ato de reparação indispensável”.⁴³⁶ E como se percebe não houve nenhuma referência aos tumultuados anos de 1912 a 1916 nem aos problemas de terras. É certo que o autor da coluna se baseou apenas nas impressões colhidas a partir de 1928 e comentários de terceiros. Não sabia ou não quis entrar em questões menos digeríveis para o momento.

O Estado do Paraná, que já havia conquistado considerável espaço entre as principais publicações, trouxe em sua primeira página informações muito parecidas com as do *Diário da Tarde*. O título da matéria era simplesmente “Presidente Affonso Alves de Camargo”. Informou a suspensão dos “trabalhos no legislativo em virtude do falecimento do Dr. Afonso Camargo” e os depoimentos de pesar de alguns deputados. O jornal fez questão de publicar os trechos que citavam a filiação partidária, como que a demonstrar uma “unanimidade” em torno do nome de Affonso Camargo.⁴³⁷ Na mesma página o texto intitulado “De Luto” construiu um personagem de equilibradas decisões. O ex-presidente teria sido alguém que não guardou rancores dos “vencedores” de 1930. “Compreendendo a fatalidade histórica (...) preferiu recolher-se à vida pública e à modéstia de sua cadeira de Direito Civil da Universidade do Paraná”. A ausência do ex-presidente é definida como “ponderada e meditada”, servindo de “exemplo” para as gerações mais novas. À “sua obra governamental” somou-se a “lição do recato, e do senso de oportunidade. A noção de sintonia com a história. A lição de respeito com as decisões da maioria”. Affonso Camargo teria “compreendido” o novo capítulo que “se abriu na história” e esta sua “compreensão” foi “compreendida” pelos que naquele momento lhe prestavam reverência. “O que os ardores do momento (1930) negaram à sua atuação acabou reconhecido”.⁴³⁸

Affonso Camargo surgia então como político ponderado e de decisões bem pensadas. Este seu comportamento, se no calor da revolução não foi reconhecido, agora o era por aqueles que lhe prestavam homenagens. Em nenhum momento o autor falou do Contestado e do fato de o homenageado, ao tempo da guerra, ter sido vice-presidente do estado e advogado dos negócios da Brazil Railway Company na região. Tarefa espinhosa seria conciliar no texto decisões “ponderadas” e “meditadas” com este fato.

Na edição do dia 18, quatro fotografias do sepultamento estamparam a primeira página. Acompanhou as imagens pequeno comentário dando conta da presença de autoridades

⁴³⁶ *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 de abril de 1959. Ano 61, nº 21032, p. 5.

⁴³⁷ *O Estado do Paraná*. Curitiba, 17 de abril de 1959. Ano VIII, nº 2335, p. 4.

⁴³⁸ *O Estado do Paraná*. Curitiba, 17 de abril de 1959. Ano VIII, nº 2335, pg. 4.

e da “massa popular”. A matéria prosseguiu no segundo caderno em sua primeira página. “Causa intensa repercussão o desaparecimento do eminente homem público – Todas as camadas da Sociedade representadas no funeral”.⁴³⁹

No Rio de Janeiro os representantes paranaenses, obviamente, falaram a respeito da morte do ex-presidente, a exemplo do deputado Ney Braga (1917 – 2000),⁴⁴⁰ futuro governador do estado, que aproveitou o momento para afirmar que “Dizer-se de sua vida é falar da própria história paranaense”. Afirmação usada em destaque pelo jornal para chamar a atenção do leitor.⁴⁴¹

No principal jornal do período, a *Gazeta do Povo*, a mesma música de uma nota só. “Podem os paranaenses e os brasileiros que aqui viveram julgar diversamente o período governamental, ou melhor, a gestão presidencial do dr. Afonso Alves de Camargo. Mas, quantos conheceram o ilustre homem público, jamais modificarão o juízo sobre sua pessoa. Foi um homem bom (...)”. Assim como os demais, apenas delineou um personagem adequado para o momento solene. Um “homem bom, de coração aberto (...) probo e humano”.⁴⁴²

Um passo apenas minimamente diferenciado foi dado no artigo de Raul Gomes (que já havia trabalhado no jornal *Diário da Tarde*). Com o título de “Afonso: grandíssimo político mas chefe paradoxal”, o jornalista descreveu um chefe político “diplomata” e “sedutor finíssimo” em sua campanha contra a “mutilação” do território paranaense entre os idos de 1910 e 1916. “Paradoxal”, segundo o próprio jornalista por, logo após sua eleição em 1916, usar da “tática” de “dividir para melhor reinar”, provocando a cisão do seu próprio partido em várias regiões do estado. Em meio a tantos elogios feitos pelo mesmo jornalista, a crítica redundou em um detalhe sem peso crítico considerável.⁴⁴³

3.2.2 Luto oficial dos jornais?

A tarefa no item anterior não foi obviamente uma análise exaustiva dos jornais em suas diversas características, e sim apenas demonstrar o que o leitor recebeu de informações no momento em que figuras públicas, que outrora tiveram destaque, entraram no incerto

⁴³⁹ **O Estado do Paraná**. Curitiba, 18 de abril de 1959. Ano VIII, nº 2336, Segundo Caderno, pg. 1.

⁴⁴⁰ Ney Braga foi casado com Nice Camargo Riesemberg (1928 – 2010) que, como atestava o sobrenome, fazia parte da família Camargo.

⁴⁴¹ **O Estado do Paraná**. Curitiba, 19 de abril de 1959. Ano VIII, nº 2337, pg. 7. Destacava-se ao lado desta matéria uma entrevista referente à reforma agrária. Os assuntos da terra estavam em alta naquele momento por conta dos sérios problemas no noroeste do estado. E na edição do dia 25, em letras bem maiores, o jornal enfatizou: “Continua o esbulho de terras no interior do estado”. As velhas pendências continuavam sem solução.

⁴⁴² **Gazeta do Povo**. Curitiba, 17 de abril de 1959. Ano XLI, nº 11877, p. 1.

⁴⁴³ **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de abril de 1959. Ano XLI, nº 11880, p. 3.

mundo da memória, sem mais a possibilidade de falarem por si. Como dissemos logo no início, ao consultar os jornais não esperávamos posicionamentos jornalísticos que gerassem algum desconforto entre políticos e os veículos da imprensa, sempre interessados em agradar facções políticas em benefício próprio ou levantar bandeiras ideologicamente relevantes para seus proprietários. O momento era mesmo “solene” e o que buscamos foi procurar demonstrar quais atributos foram empregados para falar de antigas lideranças políticas.

De certa maneira, a maioria destes políticos foi trazida de volta à lembrança uma vez que já tinham a muito deixado de ocupar cargos políticos (exceção de Felipe Schmidt, em atividade quando de sua morte). Momento então de biografar rapidamente o “ilustre” falecido da vez, destacando suas características marcantes, prática corriqueira até hoje no jornalismo. Só que como pudemos observar, rememorar foi o mesmo que homenagear, lembrar das “qualidades” pessoais, contornar a indigesta tarefa de analisar características fundamentais da vida pública dos ex-governadores, preferindo pinçar de suas carreiras decisões que facilmente poderiam render homenagens.

A imprensa, como lembrou Maria Helena Capelato, se caracterizava (e ainda se caracteriza), como “uma tarefa apressada”, da qual se cobra “agilidade” e “rapidez”. “A informação, reproduz a temporalidade capitalista, o mesmo ocorrendo com seu transmissor, o jornal. Imediatismo, acumulação, sucessividade, linearidade são suas características”.⁴⁴⁴ Claro está que isso não justificava a ausência de algumas informações, até porque o que não faltaram aos jornais que consultamos foram páginas e mais páginas sobre os homenageados. Podia ser apenas demagogia, mas, como sabemos, é elemento relevante na política e garante “portas abertas” em diversas situações. Sobre jornalismo e política escreveu Capelato:

Os jornais, no plano da política, movimentam-se no tempo longo e curto da história, Segundo alguns autores, eles se parecem com os partidos, mas não são. Num país de estrutura partidária frágil ou na ausência de um pluripartidarismo, como foi o caso da Primeira República no Brasil, a imprensa tende a assumir papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepuja-los. O jornalista Samuel Weiner assinalou que, até a época da ditadura militar, o poder da imprensa na história do Brasil era quase monopolista. Ela liderou e comandou os movimentos políticos de maior significação.⁴⁴⁵

Em que pese o exagero do jornalista citado, é fato essa atuação quase partidária da imprensa em muitos momentos de nossa história. Embora a autora estivesse abordando o período da Primeira República, todos os jornais consultados nas décadas de 1930 e 1950

⁴⁴⁴ CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da Silva et. al. (org). **República, liberalismo, cidadania**. Piracicaba: Ed. Unimep, 2003, pp. 143-4.

⁴⁴⁵ Idem. Ibidem., p.148.

também apresentavam viés partidário. Importante então procurar evidenciar o grau de comprometimento partidário, governista ou oposicionista e o que isso significou em determinada conjuntura social e política. Limitando-se aos exemplos citados, ou os jornais eram claramente partidários como ficou mais evidenciado em Santa Catarina ou se eximiam de qualquer análise efetivamente importante a respeito dos políticos em questão, o que ocorreu nos dois estados.

Se por um lado o posicionamento político/partidário pode limitar a fala de um jornal a respeito de determinado governo ou governante, por outro ajuda a desnudar, pelo menos em parte, algumas arbitrariedades de determinadas administrações já que como “opositores” e não apenas como produtores de notícias esses periódicos não se furtam a criticar desafetos ou inimigos políticos. A tarefa é bastante complicada uma vez que separar os exageros provocados por puro partidarismo das notícias que “informam” requer uma exaustiva pesquisa. Apenas a título de exemplo, tivemos vozes dissonantes ainda no tempo do Contestado, tanto no Paraná quanto em Santa Catarina.

No Paraná, José Niepce da Silva (1876 – 1935), foi Secretário de Obras Públicas e Colonização no governo de Carlos Cavalcanti, que tinha como vice, Affonso Camargo. Por não concordar com o que ele chamava de uma “advocacia administrativa” do vice-presidente e por suas reclamações a Carlos Cavalcanti não surtirem efeito, demitiu-se. E não parou por aí. Entre os dias 11 e 14 de fevereiro de 1914, no jornal *A Tribuna*, Niepce publicou quatro artigos intitulados “Desmascarando os Hypocritas”. O ex-secretário criticou tanto o presidente do estado quanto o vice, a respeito de compras e demarcações de terras. Reclamava da convivência de Carlos Cavalcanti em relação Affonso Camargo, que usava de seu cargo e de sua condição de advogado para ganho pessoal e político e que “era admirável como o 1º vice-presidente de Estado se mantinha nesse posto, sem ser corrido a chicote pela onda popular”.⁴⁴⁶

O jornal se auto definia como “independente” e como “Folha de maior tiragem e de maior circulação do Estado do Paraná”. Assim como o *Diário da Tarde*, também trazia várias notícias sobre as ocorrências no Contestado, diferindo no tom abertamente crítico desferido aos governantes paranaenses e abrindo espaço para um desafeto de Affonso Camargo publicar suas críticas. Nas edições consultadas, publicou uma série de “Cartas ao dr. Carlos Cavalcanti”, assinadas por um tal de “Erasmus” que, de “amigo para amigo”, tentava

⁴⁴⁶ **A Tribuna**. Curitiba, 12 de fevereiro de 1914. Anno II, nº 107, p. 6. O *Diário da Tarde*, governista, publicou a defesa de Affonso Camargo nas edições de 21 e 25 de fevereiro de 1914. “Memorável discurso” realizado na sessão do dia 20 no “Congresso Legislativo”.

convencer o presidente a mudar sua postura e suas decisões. A primeira delas, publicada em 7 de fevereiro começava da seguinte forma:

Meu bom amigo. Não estranhe que me occulte sob um pseudonymo para ter comsigo esta ligeira palestra que hoje inicio. Quero falar-lhe, sem reservas, a linguagem franca e leal do amigo que deseja ve-lo terminar feliz o seu quadriennio de governo; mas receio que conhecendo-me o nome e sabendo quem sou, feche-me V. os ouvidos e recuse prestar-me alguns momentos de sua outr'ora tão amistosa atenção.⁴⁴⁷

Nesta sequência de cartas percebe-se claramente um desentendimento partidário como se pode deduzir neste outro trecho:

Meu bom amigo. Assumindo o governo com a solemníssima declaração de ocupar-se exclusivamente da administração, relegando a politica para segundo plano, não teve V. o cuidado de demonstrar pelos seus actos a sinceridade dos seus intuitos. De começo e com bastante surpresa para todos viu-se logo que a politica que V. repudiava era a politica do seu partido, dos seus amigos, dos seus correligionarios: a politica da paz e da ordem, a politica da confraternização paranaense que a Colligação Republicana de 1908 havia instituido e para a qual V. collaborou efficazmente.⁴⁴⁸

Misturavam-se críticas e rancores entre correligionários. Tomando partido ao lado dos que supostamente teriam ficado de fora por conta da “nova” forma de governar de Cavalcanti, o jornal abriu espaços para críticas. Complicado saber onde terminava a tarefa de simplesmente noticiar e mesmo analisar a notícia dada e onde começava a pura acusação por conta de desentendimentos partidários.

O mesmo pode ser dito na relação entre imprensa e governadores catarinenses. Noticiar a morte dos governantes foi ao mesmo tempo jogar uma cortina de fumaça sobre suas administrações. Também nos reportando ao período do Contestado encontramos um embate entre governo catarinense e imprensa. Neste exemplo a crítica partiu de um jornal carioca ao qual o então senador Vidal Ramos tratou de responder em defesa de Fellipe Schmidt em dois discursos pronunciados no senado nos dias 31 de maio e 01 de junho de 1915:

Sr. Presidente, li poucos momentos antes de dirigir-me a esta Casa, uma local do ‘Correio da Manhã’, brilhante órgão da imprensa desta capital, na qual se faz uma grave accusação ao governo do Estado de Santa Catharina, actualmente exercido pelo coronel dr. Felipe Schmidt. Diz a referida local: ‘Já por várias vezes tem surgido a noticia de que ao governo e aos politicos dos sertões catarinenses cabe grande parte de responsabilidade nos sucessos do Contestado. Mesmo na intercorrencia da campanha, não deixaram de apparecer versões nesse sentido, sem

⁴⁴⁷ **A Tribuna**. Curitiba, 7 de fevereiro de 1914. Anno II, nº 103, p. 1.

⁴⁴⁸ **A Tribuna**. Curitiba, 11 de fevereiro de 1914. Anno II, nº 106, p. 1.

que isso provocasse da parte daquelle governo um desmentido severo e categorico, que puzesse termo á possível exploração contida em taes noticias (...).⁴⁴⁹

As acusações davam conta, entre outras coisas, de que o “bandido Aleixo vae apresentar ao governo deste Estado uma conta de 1.200:000\$, *pelos serviços que prestou por ordem do mesmo governo na sublevação dos fanáticos*”. Dizia ainda que outro “chefe de nome Tavares” também teria se referido a alguns “serviços” sob a “protecção do mesmo sr. Schmidt”.⁴⁵⁰ O jornal exigia uma resposta de Schmidt: “Neste momento, o seu costumado mutismo seria mal interpretado, a cruel accusação lançada sobre a sua conducta não póde permanecer de pé. Urge que a responsabilidade de seu nome anniquile de uma vez por todas essas malevolas noticias.”⁴⁵¹ O jornal fazia supor que tais acusações surgiram durante todo o período do Contestado, o que colocava o próprio Vidal Ramos como alvo das críticas. O senador prosseguiu em seu discurso apoiando-se em documentação e decisões que comprovariam que o governo catarinense fez de tudo para encerrar com a guerra na região e de que em momento algum teria sido conivente com “esse levante de bandidos”.

O discurso de Vidal Ramos também serve para corroborar o que dissemos na primeira parte deste capítulo. Falava-se apenas de “fanáticos” e “bandidos”. Para Vidal a ação militar surgia como única ação “eficaz” para acabar com a “ameaça” de tais “criminosos”. Foi em seu governo que o *habeas-corpus* em favor dos caboclos do Taquaruçu (reunidos no reduto desde final de 1913) foi negada como ele mesmo fez questão de lembrar no senado no primeiro dia de junho. O STJ solicitou ao governador informações sobre a região para que pudesse embasar sua decisão em favor ou contra o pedido. As informações de Vidal davam conta de que “Essa reunião, porém, assumiu desde logo uma feição perturbadora da ordem publica”. Falava de indivíduos armados, de roubos de gados e saques na região.⁴⁵² O pedido foi negado e Taquaruçu tornou-se um dos maiores massacres no Contestado. Diferentemente das mensagens analisadas no início, este discurso no senado ecoava para políticos de todo o país, reafirmando a intransigência de seu governo em relação aos caboclos.

⁴⁴⁹ RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Os rebeldes do sul**: discursos pronunciados no Senado Federal pelo senador Vidal Ramos, representante do estado de Santa Catharina. Rio de Janeiro, 1915, p. 3. Acervo da Biblioteca da UFSC.

⁴⁵⁰ Idem. Ibidem, p. 3. Grifos em itálico no original.

⁴⁵¹ RAMOS, Vidal José de Oliveira. Op. Cit., p. 4. Não foi só do lado catarinense que apareceram suposições sobre a ligação entre lideranças caboclas e representantes do governo. Alfredo Lemos, um bodegueiro, em sua memória dizia ter ouvido conversa sobre ações para “tomar Canoinhas e toda essa zona para ficar para o Paraná”. Na mesma conversa teria ouvido ainda que havia “conferência” marcada com o “baiano Benvenuto na vila Nova, mandado do governo do Paraná (...)”. Tudo ficou no campo das suposições, tanto em um estado como no outro. Ver: LEMOS; Alfredo de Oliveira. **A história dos fanáticos em Santa Catarina e parte da minha vida naqueles tempos – 1913 – 1916**. Co-autora: Zélia Lemos. Passo Fundo: Berthier, s/d., p. 42.

⁴⁵² RAMOS, Vidal José de Oliveira. Op. Cit., p. 10.

Estes dois exemplos nos advertem que entre 1912 e 1916, as relações dos políticos com o Contestado foram tratadas de forma diversa pela imprensa, em que pese o partidarismo também existente. Devemos ainda salientar que tanto o jornal curitibano, *A Tribuna*, quanto o jornal carioca, *Correio da Manhã*, não se diferenciaram dos governadores no sentido de se estar combatendo “fanáticos” e “bandidos”. Apesar das conjunturas distintas nas décadas de 1930 e 1950, isso não justificava um tratamento da imprensa que excluía contradições e dúvidas. Os falecidos foram tratados como “homens-instituição”,⁴⁵³ de ações pessoais “exemplares” e vida pública “impecável”.

⁴⁵³ ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco: Lapa, 1996, p. 67.

3.3 HISTÓRIA OFICIAL: UM SILÊNCIO QUE PERSISTE

Entre o fim da Guerra do Contestado e a década de 1980 muitas obras, entre artigos, livros e trabalhos acadêmicos foram escritos a respeito do tema ou acerca da história regional dos dois estados. Para este item nos interessou os livros que, de algum modo, deram atenção, ainda que pequena, aos ex-governadores. Outra característica para a escolha foi levar em conta os autores mais influentes até a década de 1980 na construção das histórias locais e que se valeram do aparato dos Institutos Históricos e/ou da Imprensa Oficial bem como, em alguns casos, das universidades federais, facilitando a divulgação de seus trabalhos e a generalização de suas ideias.

No caso deste item nos limitamos a esta periodização por conta da multiplicação de pesquisas e publicações sobre a Guerra Sertaneja do Contestado a partir da década de 1990, possibilitando aos interessados ampliar seus conhecimentos sobre período tão dramático entre os dois estados litigantes. Com esta multiplicação historiográfica, a dita “história tradicional” perdeu seu espaço junto à sociedade, embora continue servindo de referência aos propósitos oficiais quando da construção de uma memória histórica regionalizada. Neste caso, os Institutos Históricos continuam sendo a principal referência, e os livros citados neste item continuam balizando algumas afirmações.

3.3.1 Em Santa Catarina, Schmidt e o Acordo, Ramos e a educação

Historiador dos mais requisitados e destacados no período, Oswaldo Rodrigues Cabral (1903 – 1978) desenvolvia pesquisas desde a década de 1930 incluindo a história e o folclore catarinense. Sobre o Contestado publicou em 1960 o livro “João Maria: interpretação da Campanha do Contestado”, reeditado em 1979 com outro título.⁴⁵⁴ Cabral enfatizou o descaso dos governos estaduais para com a região do Contestado, onde faltavam escolas, igrejas e a orientação para o “trabalho compensador”. Sobre o desfecho da Questão de Limites, “nenhum dos dois Estados promoveu eficazmente o desenvolvimento da zona”. As medidas tomadas foram apenas as de “carácter administrativo e policial”, deixando a região abandonada, “órfã de benfeitorias, verdadeira terra de ninguém, sem lei nem justiça”.⁴⁵⁵ E foi além desta condenação genérica. Em defesa dos governadores afirmou que os dois “Estados eram

⁴⁵⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2.ed. revisada. Florianópolis:Lunardelli, 1979.

⁴⁵⁵ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **João Maria**: interpretação da Campanha do Contestado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, pp. 201-202.

dirigidos por individualidades respeitáveis, por homens de fôlha de serviços indiscutíveis prestados aos respectivos Estados e ao país, que não iriam, em hipótese alguma, manchá-la (...).⁴⁵⁶ Em toda a obra não há nenhuma referência nominal a qualquer um dos governadores ligando-os a decisões no mínimo duvidosas durante a guerra, apenas o repetitivo “descaso” dos “governos” ou dos “Estados” para com a região. Não deixa de ser um posicionamento contraditório do autor, no qual governadores “ilustres” e “respeitados” administraram estados cujos territórios contestados foram tratados com descaso.

Em 1968 e 1970 Cabral publicou a primeira e a segunda edição de sua “História de Santa Catarina”. Assim como na obra de 1960, continuava transitando por uma interpretação que apesar de considerar desumano o que ocorrera com os caboclos, descuidava no uso do termo “fanáticos”.⁴⁵⁷ O quinto capítulo de sua “História”, intitulava-se simplesmente “A Guerra dos Fanáticos”. Seguindo o mesmo roteiro dos outros livros acrescentou o fato de que na falta de justiça “criminosos que delinqüiam num Estado, passavam as linhas mal definidas da sua jurisdição e se acolhiam no outro, onde autoridades, nas rivalidades que a questão de limites suscitava, os acoitava”.⁴⁵⁸ Se aos governadores não eram imputadas relações comprometedoras, para as lideranças políticas locais o tratamento já não era o mesmo. A citação dos nomes de Vidal Ramos e Felipe Schmidt, como normalmente ocorrera até então, relacionavam-se à Questão de Limites.

Por esta época a Grafipar, editora paranaense que em 1969 havia impresso a “História do Paraná”, resolveu também publicar uma “História de Santa Catarina” e convidou autores catarinenses para a tarefa. O primeiro volume ficou a cargo de Cabral que basicamente ancorou seu texto sobre o que já havia escrito. Em seu quarto capítulo mudou o título para “A Campanha do Contestado” e iniciou o texto dizendo que “A guerra dos fanáticos, conhecida por Campanha do Contestado (...)”.⁴⁵⁹ Sobre a Questão de Limites procurou salientar o que cada estado usava para advogar em benefício próprio, não deixando de dar razão às pretensões catarinenses. No fim do capítulo, a respeito da assinatura do Acordo, anotou que “A imprensa

⁴⁵⁶ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. João Maria..., pp. 221-222.

⁴⁵⁷ Esclarecimentos importantes a respeito da obra de Cabral, em especial do livro de 1960, foram feitas pelo historiador Paulo Pinheiro Machado em palestra realizada no Museu Oswaldo Rodrigues Cabral, da UFSC, em outubro de 2013. Disponível em: www.museu.ufsc.br/videos. Acesso em: 28.04.2015.

⁴⁵⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora Laudes, 1970, p. 297. A primeira edição foi financiada pelo governo catarinense e impressa pela UFSC.

⁴⁵⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A Campanha do Contestado. In: EL-KHATIB, Said Mohamad. **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, v.1, 1970, p. 162. O livro da Grafipar também trazia uma breve biografia dos autores chamados a participar da obra. Dentre as informações destacamos que Cabral foi professor de História e de Antropologia na UFSC, onde também tinha sido diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; ex-parlamentar e presidente da Assembleia Legislativa de SC em 1947; formado em Medicina e Direito; membro de vários Institutos Históricos em diversos Estados e autor até então de cerca de 30 obras.

do país referiu-se ao fato, enaltecendo o patriotismo dos ilustres brasileiros que acudiram ao apêlo do presidente da República, para a solução da questão de limites”. Também comentou muito brevemente sobre as reclamações dos que não aceitavam tal Acordo nos dois estados.⁴⁶⁰

No segundo volume, Theobaldo Costa Jamundá (1914 – 2004),⁴⁶¹ teve a tarefa de biografar os “Catarinenses Ilustres”. Entre personagens como Anita Garibaldi e Vitor Meirelles de Lima, passando por militares, políticos e outros mais, aí estavam Vidal Ramos e Felipe Schmidt.

De Schmidt destacou a formação militar, a participação no Cerco da Lapa (episódio da Revolução Federalista), no Paraná, onde também foi Ajudante de Ordens em 1886 do então presidente Alfredo D’Escagnolle de Taunay (1843 – 1899). Pouco antes, em 1885, havia trabalhado na comissão da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Também teve passagem pela Colônia Militar de Chapecó em 1890. Na política, como de hábito, passou por várias cadeiras como deputado, senador e governador. Segundo o autor, Schmidt “enfrentou com persistência e equilíbrio o desenvolvimento da questão de limites com o Paraná; deu importância ao povoamento do território catarinense com imigrantes e até recomendou ao seu Secretário do Interior, promoção específica para atrair imigrantes (...)”. E ainda que “enfrentou o Movimento Messiânico dos Fanáticos” e se empenhou para que em 1916 o 54º e 58º Batalhões de Caçadores seguissem respectivamente para Lages e Curitiba. “Considerou nos seus governos, que o ensino público, os transportes e a política imigrantista, eram prioritários para o progresso catarinense”.⁴⁶² Em linhas gerais, Jamundá trouxe os mesmos elementos biográficos usados nos jornais analisados. Embora sem os excessos laudatórios da imprensa, manteve o elogio ao ex-governador e a referência pejorativa de “fanáticos” destacando assim o viés religioso em detrimento das demais características envolvidas.

Da mesma forma escreveu sobre Vidal Ramos de Oliveira Jr, político e fazendeiro da região de Lages, onde nasceu. Intendente (prefeito), deputado, senador, governador, cargos não faltaram à sua extensa carreira política. Foi duas vezes governador do Estado, períodos que segundo o autor “creditaram a sua memória, além de homenagens já prestadas, também a gratidão de toda comunidade barriga-verde, principalmente pela importância atribuída ao ensino público (...)”, lembrando da primeira “grande” reforma do ensino em Santa Catarina.

⁴⁶⁰ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A delimitação do território e a questão de limites. In: EL-KHATIB, Said Mohamad. Op. Cit., p. 80.

⁴⁶¹ Nascido no Recife, foi membro da Academia Catarinense de Letras e do IHGSC; sócio honorário da Sociedade Catarinense de Engenheiros Agrônomos e da Associação Brasileira de Imprensa, com publicações em vários jornais e no Boletim da Comissão Catarinense de Folclore.

⁴⁶² JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Catarinenses Ilustres. In: EL-KHATIB, Said Mohamad. **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, v.2, 1970, pp. 18-19.

Creditou-se a ele a melhoria de portos e do saneamento em Florianópolis entre outras obras. Ainda segundo o autor, Vidal Ramos “levou a verdadeira dimensão do problema do Contestado ao Governo Federal” enquanto esteve no governo do estado e, como parlamentar, “dedicou à questão de limites com o Paraná a atenção facilitadora do encerramento da pendência jurídica”. A vida política de Vidal Ramos, segundo Jamundá, apesar de ser das “mais movimentadas, todavia sem o envolvimento de aspectos críticos negativos, trás em si mesma a mensagem de ter exercido liderança política serena”. Encerrando o texto, Jamundá lembrou que Vidal Ramos dava nome a um grupo escolar em Lages, a uma rua em Florianópolis, onde também já havia um monumento em sua homenagem bem como nomes de ruas em outros municípios “e num dêles a homenagem é o município todo”.⁴⁶³ Repetiam-se as afirmações no que se referia às reformas do ensino. Sobre o Contestado a “grande” realização foi levar ao governo federal a “verdadeira dimensão” do problema (como que surgido sem parcela de responsabilidade de Vidal Ramos) e que agora precisava de intervenção federal para ser resolvido.

Em 1974 na sua pequena publicação, “Nova História de Santa Catarina”, Silvio Coelho dos Santos⁴⁶⁴ escreveu brevíssimo resumo do que se cogitava ser importante até aquele momento na história catarinense. Poucos nomes apareceram, aliás, pouquíssimos. No entanto, aqui havia algo de realmente novo se comparado aos exemplos anteriores. O termo “fanático” não foi citado, sendo substituído por “injustiçados”, “descontentes”, “sertanejo”, “revoltosos”, “adeptos”. Há também o “jagunço” formando grupo específico quando o autor refere-se à morte de milhares de “jagunços, militares e civis (...)”. Outra diferença diz respeito à existência de “heróis de parte a parte”; não o João Gualberto da historiografia paranaense, mas o “sertanejo” que “como homem capaz de ação militar revela-se por inteiro”. O outro “herói” seria o capitão Matos Costa, “morto pelos jagunços”. O autor fez questão de lembrar das palavras atribuídas ao capitão e tantas vezes citadas:

(...) a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos, e na sua segurança. A Questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender seu direito.⁴⁶⁵

⁴⁶³ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Op. Cit., pp. 54-5.

⁴⁶⁴ Formado em História na UFSC, onde também foi professor de Antropologia e diretor do Museu de Antropologia. Doutor em Ciências Sociais pela USP e professor de Antropologia na UDESC.

⁴⁶⁵ SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Edição do autor, 1974, pp. 100-101.

Em 1983 publicou-se “Santa Catarina: sua história”, de Walter Fernando Piazza,⁴⁶⁶ e que pode ser considerado o maior esforço até então para sintetizar a história catarinense em uma única obra. Em suas mais de 740 páginas incluíram-se dados que iam da pré-história até 1981. Segundo o autor, ressaltara-se até aquele momento os “aspectos político-administrativos”, restando estudos esparsos sobre os aspectos sociais, culturais e econômicos,⁴⁶⁷ lacuna que o livro procurou, pelo menos em parte, preencher.

As primeiras informações que vamos encontrar dos governadores são brevíssimos resumos na cronologia dos “governos republicanos (1894 – 1930)”. Da primeira passagem de Schimidt pelo poder (1898 – 1902), destacou a “melhoria da rede viária estadual, dedicando-se também às despesas públicas, de forma a salvar o Estado do caos e deu impulso à instrução pública”, seguido por dados biográficos que resumiram sua carreira militar e política. Do segundo mandato (1914 – 1917), entre informações sobre as trocas interinas do cargo ocorridas em seu governo resumiu que em sua “administração tem-se, de um lado, a lavratura e aprovação do ‘Acordo’ de limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina e é instalada, na capital a rede de esgotos, de outro lado, desenvolve-se o rodoviarismo (...)”. De Vidal Ramos, em seu primeiro governo (1902 – 1906), eleito como vice de Lauro Müller (1863 – 1926), assumindo dois meses após as eleições,⁴⁶⁸ o autor citou apenas alguns dados biográficos. Sobre sua segunda passagem pelo governo (1910 – 1914) o “quatriênio foi dedicado à grande reforma do ensino primário estadual e é convulsionado pela luta do ‘Contestado’, entre as forças do Exército Nacional e os caboclos”,⁴⁶⁹

Do primeiro, temos as obras públicas como destaques e que não passavam de obrigações se vistos com um olhar criterioso, e a lacônica citação da “lavratura” do Acordo. Em relação ao segundo o destaque se repetiu com as transformações ocorridas no sistema educacional do estado para em seguida jogar para o governo federal a responsabilidade do confronto com os caboclos.

No capítulo 27, “Contestado: confluência de uma complexa problemática”, o tema ganhou importância e foi apresentado, como o próprio título pressupõe, abarcando condicionantes que vieram desde a “herança luso-espanhola” até os “confluentes econômicos” que tornaram a região atrativa aos dois estados e por isso avidamente pretendida por ambos os

⁴⁶⁶ Licenciado em Geografia (1957) e História (1960), Livre-Docente e Doutor em História (1973), foi professor do Instituto Estadual de Educação (1951 – 1982) e professor universitário (1957-1982), principalmente na UFSC. Também foi membro do IHGB, IHGSC (do qual era vice-presidente desde 1971) e da Academia Catarinense de Letras, exercendo no momento do lançamento do livro o cargo de presidente em exercício desta última.

⁴⁶⁷ PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC. Ed. Lunardelli, 1983, p. 13.

⁴⁶⁸ Lauro Müller assumiu o cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Rodrigues Alves.

⁴⁶⁹ Idem. Ibidem., pp. 489-495.

contendores da Questão de Limites. Versou sobre a “marginalização social” em terras dominadas pelos grandes fazendeiros, as desapropriações arbitrárias feitas pelas empresas do grupo Farquhar e sobre os monges. Afirmou que sobre a influência dos “coronéis” era a parte do Contestado “mais carente de pesquisas”. Sobre o assunto apenas apresentou alguns nomes: Henrique Rup, de Campos Novos; Francisco de Almeida, Henrique de Almeida e Francisco Ferreira de Albuquerque (os três de Curitiba); Fabrício Vieira (ligado ao Paraná) e o “grande político Pinheiro Machado”.⁴⁷⁰ Piazza não usou o termo “fanáticos”, substituindo-o por “caboclos”. Para ele “Esta é uma epopéia de luta de grupos antagônicos dentro da sociedade nacional, de um lado o homem rural, sem instrução, com moral e ética próprias, de outro a sociedade urbana, amparada em leis e que ferem aqueles”.⁴⁷¹ Similar a outras obras, os nomes dos governadores surgiam diretamente relacionados ao Acordo de 1916. Mas deixou de lado a alcunha de ação “patriótica”, substituída por uma apresentação sem maiores comprometimentos, apenas fornecendo nomes, datas e as cláusulas do Acordo.⁴⁷² Não usou afirmações pejorativas e superficiais sobre os participantes da guerra.

Piazza voltaria a escrever sobre o tema em uma publicação de 1987, “Contestado”. A obra encabeçada pelo governo catarinense e com apoio da Fundação Roberto Marinho, contou também com a participação de outros autores. Os elementos se repetiram e desta vez o autor foi menos criterioso no uso das palavras e a alcunha de “fanáticos” ou de “caboclos fanatizados”, ganharam seu espaço. Citou igualmente trechos de outros autores que trataram os caboclos de forma bastante difamatória como Aujor Ávila da Luz⁴⁷³ e Zélia de Andrade Lemos (1925 – 1990),⁴⁷⁴ sem nenhum tipo de comentário a respeito do posicionamento desses autores. Este apontamento é relevante se levarmos em conta que o próprio Piazza escreveu que após a guerra “muita tinta tem feito correr, nem sempre com a devida serenidade dos seus autores, colocando-se preconceitos e enfoques ideológicos acima da letra da documentação e dos depoimentos havidos, quer dos caboclos, quer das autoridades”.⁴⁷⁵

Herculano Gomes Mathias, do IHGB, também produziu artigo para esta publicação. Em linhas gerais ele se baseou nas obras já consagradas e, a rigor, não acrescentou nada de novo ao repertório historiográfico. Argumentava que aquela afirmação de que o Contestado carecia de um “Euclides da Cunha”, não tinha mais razão de ser. Para ele “em termos de

⁴⁷⁰ PIAZZA, Walter F. Op. Cit., pp. 585-591.

⁴⁷¹ Idem, p. 594.

⁴⁷² Idem, pp. 597-599.

⁴⁷³ LUZ, Aujor Ávila da. Op. Cit. Este foi um autor criticado por Oswaldo Rodrigues Cabral em seu livro de 1960.

⁴⁷⁴ LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: IOESC, 1977.

⁴⁷⁵ PIAZZA, Walter F. Contestado: uma reflexão. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Contestado**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987, p. 100.

metodologia histórica”, Oswaldo Rodrigues Cabral superava Euclides da Cunha. Apontou também os trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz, Duglas Teixeira Monteiro, Walter Piazza e Nilson Thomé.⁴⁷⁶ Sobre os governadores, tropeçou na velha divisão, repetindo a afirmação de que entre os motivos para a guerra estava a “ação dos governantes paranaenses e catarinenses, que disputavam para seus estados, a posse definitiva da região (...)”, para logo adiante citar o comandante da marinha, Thiers Fleming (1880 – 1971):

Depois de sete meses entremeados de esperanças e incertezas, a habilidade, o fino trato diplomático, o grande poder de persuasão patriótica, a perseverança e a serena energia do Dr. Venceslau Brás de um lado, e de outro o patriotismo, a abnegação e a coragem cívica de Affonso Camargo e Filipe Schmidt, conseguiram prestar ao Brasil o imorredouro serviço de liquidar o litígio denominado de *Contestado* (...).⁴⁷⁷

A mesma disposição de nomes e fatos. O generalizante e pouco explicativo “governadores” e a responsabilidade pelo ocorrido no Contestado, acrescido da citação de Fleming dando nome aos que prestaram “imorredouro serviço” por meio do Acordo.

Personagem de importância na construção da memória histórica do Contestado, Nilson Thomé (1949 – 2014),⁴⁷⁸ jornalista, antropólogo e historiador, e que juntamente com o padre e também antropólogo, Thomas Peters, fundou em 1974 o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado. Em seu texto, “A Insurreição Xucra”, primeiro fez uma diferenciação entre as terras contestadas e a região do Contestado. A primeira se referindo ao amplo território da Questão de Limites ao passo que a segunda restringia-se ao espaço dos combates. Assim ele resumiu a conformação humana ao tempo da guerra:

Nas terras contestadas residiam, até a deflagração do conflito armado, os antigos caboclos, oriundos das frentes expansionistas, os fazendeiros, detentores de sesmarias tituladas ainda por São Paulo e Paraná, caudilhos gaúchos, remanescentes da Revolução Farroupilha, esparsos grupos de Guaranis, Kaigangs e Xoklengs, perdidos das tribos e das tradições; isolados imigrantes poloneses e alemães, que penetraram no sertão incentivados pelas ofertas de colonização; ex-integrantes de grupos de bugreiros, caçadores de índios que conheciam o sertão; ex-combatentes da Guerra do Paraguai e desertores das tropas da Revolução Federalista, após o cerco da Lapa e a retirada dos irmãos Saraiva. Estes habitantes pioneiros assistiram à fixação de famílias de ex-trabalhadores na construção da ferrovia, a maior parte gente desclassificada. Juntos, mesclados ou não, passaram a formar a geração matuta que povoou o Contestado.⁴⁷⁹

⁴⁷⁶ MATHIAS, Herculano Gomes. A Questão do Contestado. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Op. Cit., p. 64.

⁴⁷⁷ FLEMING, Thiers. Limites e superfícies do Brasil e de seus estados. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1918, pp. 157-8. Apud MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit., p. 48.

⁴⁷⁸ Sobre sua relação com a criação do museu falaremos mais adiante no capítulo dedicado aos museus.

⁴⁷⁹ THOMÉ, Nilson. A insurreição xucra. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA.. Op. Cit., p. 108.

Para Thomé, ainda existiam “remanescentes da população nativa que habitou o Planalto no tempo dos fanáticos”. Estava falando do “homem do Contestado”, segundo sua própria definição, formado pelo “contingente humano conhecido como ‘de caboclos’, contrapondo-se às etnias dos imigrantes alemães, italianos, árabes e poloneses, que posteriormente ocuparam a região”.⁴⁸⁰ O caboclo seria o:

(...) caipira, matuto, acanhado, lento no pensar e no andar, bastante místico, homem desconfiado. Face queimada pelo sol, mãos calejadas pelo trabalho, desajeitado no andar, afeiçoado à caça e à pesca, de pele pardacenta nela corria o sangue do alegre, afeito, trabalhador e justo negro escravo; do bravo, indolente e sempre temido guerreiro indígena; e tinha dentro de si o alto sentimento de justiça, do bem, e do coletivismo dos povoadores e desbravadores.⁴⁸¹

Uma mescla de características físicas e “jeitos” que teriam sido herdados de toda aquela gente que povoara a região. Esta definição dos povoadores e a resultante cabocla desse processo foi a contribuição mais específica de Thomé a esta obra. Sobre a guerra fez um apanhado dos fatores que vimos até agora e que conturbaram a região. Usou a definição de “fanático”, embora circunscrito a uma parcela definida de caboclos. “Por envolver todo tipo de gente, neles verificamos que nem todos os sertanejos eram rebeldes, nem todos os rebeldes eram fanáticos, e nem todos os fanáticos eram jagunços”.⁴⁸² Sobre os governadores nada disse em específico, apenas a recorrente ideia de abandono em boa medida devido à indefinição das fronteiras.

Foi no trabalho de Thomé que Esperidião Amin se apoiou para falar do “homem do Contestado”, embora o resultado retórico do caboclo elaborado pelo governador não tivesse o embasamento histórico daquele descrito por Nilson Thomé, em que pese poder haver uma ou outra crítica à descrição do historiador. Segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado, Thomé atuava ainda como um “cabo eleitoral” de Amin, o que mais uma vez aponta para a intrínseca relação do trabalho histórico de um e retórica política de outro. Também Vicente Teles,⁴⁸³ personagem conhecido na cidade do Irani, embora várias vezes tenha criticado os sucessivos governos pelo descaso para com o Contestado, desenvolveu boas relações com Esperidião Amin.

⁴⁸⁰ THOMÉ, Nilson. Op. Cit., pp. 108-112.

⁴⁸¹ Idem, p. 112.

⁴⁸² Idem, p. 114.

⁴⁸³ Ver item 4.8.

3.3.2 No Paraná, a “pacificação” do Acordo

Na bibliografia analisada não encontramos, no caso do Paraná, algo diferente na relação governadores/Contestado se comparado a Santa Catarina. De resumidas biografias a livros dedicados a um determinado personagem, a memória histórica mantinha o que os jornais já haviam iniciado.

Exemplos de resumidas biografias são os livros de Maria Nicolas (1899 – 1988), geralmente lembrada no Paraná pelo seu livro “Almas das Ruas”. O espaço dedicado a Carlos Cavalcanti foi bem maior do que o oferecido a Affonso Camargo. Muito provavelmente por este último ainda estar vivo quando das publicações. Entre um livro e outro, no geral, as informações eram as mesmas. Dos estudos nas escolas de Curitiba, passando pela formação militar e o ingresso na vida pública no Paraná em 1891, além da criação da Universidade do Paraná e o empenho para tornar a aviação em “5ª Arma de Guerra”. Sobre o Contestado, em ambas as obras o texto é rigorosamente o mesmo: “(...) defendeu com a máxima intransigência e energia a integridade territorial do Paraná, na secular causa da questão de limites com Santa Catarina (...)”. Informou sobre o pedido do governo do estado para transladar os seus restos mortais do Rio de Janeiro para Curitiba, o que ocorreu em 11 de junho de 1940,⁴⁸⁴ mesma data do decreto nº 04, mudando o nome da “Rua Cons. Barradas” para “Rua Presid. Carlos Cavalcanti”.⁴⁸⁵

Sobre Affonso Camargo, além dos comentários habituais, a autora afirmou que a ele “devemos a pacificação do sul do estado, pois enquanto não foi assinado o acôrdo entre o Paraná e Santa Catarina, cedendo a este o território em litigio, essa zona viveu em pé de guerra”. Escreveu sobre as vidas perdidas na guerra, vítimas da “cobiça de maus brasileiros”, sem entrar em detalhes sobre quem seriam estes últimos.⁴⁸⁶ Em “Vultos Paranaenses”, Nicolas encerrou o texto dizendo que “Foi durante o seu governo, 1916, que terminaram as questões de limites com Santa Catarina, Pendência essa que ceifou tantas úteis vidas, se não à coletividade, mas às suas famílias”.⁴⁸⁷ A alcunha de “pacificador” não voltou a ser usada na

⁴⁸⁴ NICOLAS, Maria. **130 anos de vida parlamentar (1854 – 1984)**: deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1984, pp. 199-200. O texto é o mesmo publicado em 1954 no livro “Cem anos de vida parlamentar”. NICOLAS, Maria. **Vultos Paranaenses**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, vol. 3, 1958, s/n, pp. 145-50.

⁴⁸⁵ NICOLAS, Maria. **Almas das ruas**: cidade de Curitiba, v. 1. Curitiba: Imprensa Oficial, 1977, p. 32.

⁴⁸⁶ NICOLAS, Maria. 130 anos de vida parlamentar..., pp. 231-2. O resumo biográfico de Maria Nicolas sobre Affonso Camargo é o mesmo usado atualmente no site da Assembleia Legislativa do Paraná na “galeria” dos ex-presidentes da instituição.

⁴⁸⁷ NICOLAS, Maria. Vultos Paranaenses..., s/n. Os dados biográficos de Affonso Camargo foram acrescentados posteriormente à publicação original, entre as páginas 88 e 89, já com a data de falecimento do ex-presidente.

publicação de 1958, mas continuava considerando a Questão de Limites como motivadora da violência.

Em 1969, a Grafipar publicou em quatro volumes a “História do Paraná”. Além de textos históricos, trazia dados geológicos, geográficos, antropológicos e culturais, entre outros. Reuniu textos escritos por pesquisadores e professores da UFPR, IHGEP, Academia Paranaense de Letras, Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Estes pesquisadores e professores também transitaram por outras instituições de disseminação cultural e de ensino. Ou seja, em certa medida, a história e demais informações condensadas nesta obra circularam pelo estado, servindo de referência para livros didáticos e textos oficiais.

Os dados biográficos dos ex-presidentes apareceram no volume três, em “Perfis de Personalidades Paranaenses”. Sobre Affonso Camargo e Carlos Cavalcanti nada de novo. Em relação a este último, destacava que na “Câmara Federal mostrou-se entusiasta defensor dos direitos do Paraná sobre o território do Contestado. Em 1910 renunciou ao cargo de Deputado em protesto contra a aprovação do orçamento federal, que autorizava o Estado de Santa Catarina a construir estrada de ferro em território considerado do Contestado”. Por este gesto, segundo o texto, sensibilizou os eleitores paranaenses que o elegeram presidente do estado para o período de 1912 a 1916 e que em seu governo ocorreu a “guerra do Contestado”. Foi ainda um dos responsáveis pela criação da Universidade do Paraná e exerceu a cátedra na Escola de Engenharia. Na política, como Senador, “defendeu a criação da aviação como arma de guerra”.⁴⁸⁸

De Affonso Camargo seguiu-se basicamente o mesmo formato. Destacamos que em relação ao primeiro mandato como presidente o texto limitou-se apenas a informar que “Terminou com Santa Catarina, o antigo problema fronteiriço, assinando, ainda em 1916, o tão controvertido acôrdo do Contestado, pelo qual Santa Catarina ficava com 28.000km² e o Paraná com 20.000km²”. Em relação ao segundo mandato, listou a criação do Banco do Estado do Paraná, a granja modelo do Canguiri, a Bolsa de Títulos e Valores, o início da estrada de ferro Riozinho-Guarapuava, a construção da estrada da Ribeira, além de “esforços” na colonização da área cafeeira do estado. A partir de 1931 seguiu como professor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (atual UFPR), na qual foi também diretor.⁴⁸⁹

Em “Guerrilhas do Contestado”, no primeiro volume, somos informados sobre os conflitos entre “coronéis” e caboclos, o “clima de escorraçamento em que viviam os caboclos da região do Contestado”; a “conjuntura que favorecia as grandes concessões de terras às

⁴⁸⁸ PARANÁ. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, vol. 3, pp. 261-262.

⁴⁸⁹ Idem. Ibidem., pp. 271-272.

companhias estrangeiras, haja vista aquelas feitas em favor da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e à sua subsidiária Companhia Lumber”. De maneira geral, apesar de acentuar a “ignorância, com a total ausência de instrução”, de considera-los “prêsa fácil de qualquer pregação mística”, o texto delegava aos “governos” grande parte da responsabilidade pelo ocorrido.⁴⁹⁰

Em 1987 o IHGEP, publicou três livros sobre o Contestado. Eram os números 28, 29 e 30 da “Estante Paranista”, iniciada em 1954, portanto, surgida no contexto do centenário do estado. Por vias oficiais foi das poucas manifestações paranaenses pela passagem dos 70 anos do fim da guerra.

“Contestado”,⁴⁹¹ de Alcebiades Miranda, foi escrito ainda em 1939, incluindo-se dessa maneira à literatura militar que marcou os estudos sobre o tema na primeira metade o século XX. Na ocasião o presidente do Instituto, Luiz Carlos Pereira Tourinho, alertava que:

Não sendo paranaense, o autor aborda alguns aspectos que não devem nos agradar. Mas a história se constrói através de depoimentos muitas vezes contraditórios. (...). Sobretudo, narra os episódios finais, após a retirada de Setembrino, nos quais participaram contrerrâneos nossos muito conhecidos, a exemplo de Cleto da Silva, Modesto da Luz, Modesto Cordeiro, Fabrício Vieira, Senador Alencar Guimarães e alguns outros que, inconformados com o Acordo de limites pretenderam criar o Estado das Missões.⁴⁹²

O maior diferencial desta obra reside no fato de o autor dedicar cerca de 20 páginas para criticar as movimentações entre 1916 e 1917 (contra o Acordo e pela criação do Estado das Missões na região do Contestado), lideradas principalmente pelo deputado paranaense Cleto da Silva. Se em obras similares (militares ou não) nos acostumamos a ler “fanáticos” quando os caboclos eram mencionados, no livro de Miranda, personagens vistos com alguma consideração, como o mencionado deputado e o cel. Fabrício Vieira, foram chamados de “mazorqueiros”, “bando de Cleto” ou “O deputado Cleto da Silva e outros chefetes do movimento subversivo (...)”. E ainda que “Até mesmo em Curitiba elementos de valor se haviam comprometido a auxiliar o movimento (...)”.⁴⁹³

⁴⁹⁰ PARANÁ. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969, vol. 1, pp. 198-206.

⁴⁹¹ MIRANDA, Alcebiades. **Contestado**. 2. ed. Curitiba: IHGPR, 2012. O Cel. Alcebiades participou das operações militares no Contestado. Por falta de dinheiro e “recusa de editores” passaram-se vários anos sem a possibilidade de publicação. Até mesmo a perda do único mapa a ser impresso no livro, segundo o autor, atrasou a publicação. O original foi entregue ao Centro de Letras do Paraná em 1953 por ocasião dos festejos do centenário de emancipação do estado, mas, não foi publicado. Ver página 8 da edição consultada.

⁴⁹² TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Apresentação da 1ª edição, 10 de julho de 1987. In: MIRANDA, Alcebiades. Op. Cit., p. 7.

⁴⁹³ MIRANDA, Alcebiades. Op. Cit., p. 168.

No entanto, os habitantes do Contestado não escaparam das críticas por conta desse episódio. Para o autor “A grande maioria dos habitantes do ex-Contestado era francamente revolucionária, não se tendo levantado em massa, por ter fracassado, desde logo, o movimento, devido à rapidez das providências tomadas para sufoca-lo”.⁴⁹⁴ O autor se valeu da costumeira e pouco esclarecedora análise sobre as múltiplas facetas da violência. Dizer que os “fenômenos de morbidez social que se manifestaram nas convulsões de Canudos e do Contestado (...) são a prova cabal da incúria dos nossos governantes”, e que se assemelhava a afirmações de igual teor em outras obras, pareciam servir mais para “justificar” o “grau” de atrasado de uma população e que por isso tornara-se ignorante e de fácil aliciamento por pessoas “mal intencionadas”, como os monges, do que para iniciar uma discussão séria sobre a região. Este abandono ou a “incúria”, como definiu o autor, também facilitara a multiplicação da violência. Ou seja, além de se apoiar na colocação de “nossos governantes”, que nada explicava e não apontava nomes, observava o episódio do Contestado de forma generalizante. Pegar em armas, para estes autores, era apenas coisa de “fanáticos”, “criminosos”, “facínoras”, “ignorantes” e similares. A missão do Exército se fundamentava na necessidade de fazer tudo voltar à “ordem”, à “civildade” (a velha dicotomia civilização/barbárie). E os escritos militares beberam desse tipo de abordagem no momento de tentarem explicar ou analisar a complexidade da Guerra do Contestado.

Um exemplo de que para o autor, qualquer tentativa de investir de outra forma que não à maneira militar nos assuntos do Contestado (da forma como se apresentava naquele momento) era um erro, foi sua crítica ao advogado Diocleciano Martyr que solicitou *habeas corpus* para os caboclos do Taquaruçu em 1914. Para ele, este foi um “caso cômico” e que o “advogado de porta de xadrez”, caso houvesse justiça de “verdade” nesse país como afirmou, deveria estar preso.⁴⁹⁵

Ao publicar uma obra superada em sua interpretação sobre o Contestado, o IHGEP reafirmava velhas “certezas”. Nos 70 anos do término do conflito o Instituto dava um passo atrás nos estudos sobre a complexidade do Contestado. Não há como negar, como já afirmamos, que a região foi assolada por um grupo de lideranças caboclas e seus seguidores mais violentos, e que comandaram os redutos a partir de um determinado período. O que o autor deixava obviamente de citar é que isso não foi exclusividade de apenas um dos lados. Lembremos, por exemplo, do capitão Tertuliano de Albuquerque Potiguara (1873 – 1957), ou do Cel. Fabrício das Neves, vaqueano que espalhou sua violência a serviço do Exército. Se

⁴⁹⁴ MIRANDA, Alcebiades. Op. Cit., p.177.

⁴⁹⁵ Idem, p. 79.

este tipo de consideração nem faria sentido no momento em que a obra foi escrita, pois se tratava de uma interpretação muito corriqueira à época, faz sentido quando se aborda sua publicação pelo Instituto em 1987, sem nenhum tipo de apresentação relativizando algumas afirmações do autor.⁴⁹⁶

A reafirmação de velhas convicções oficiais sobre o tema também pode ser observado com a publicação do volume 29 da “Estante Paranista”, o inacabado livro de Fredericindo Marés de Souza (1911 – 1968), “O Presidente Carlos Cavalcanti e a Revolta do Contestado”. Tendo como fio condutor a articulação entre as ações do então presidente e a “Revolta do Contestado” tratava-se talvez à época (década de 1960), da principal obra em curso no Paraná sobre o tema. Época em que o assunto já tinha entrado em nova fase de pesquisas por conta da renovação de abordagens iniciadas por Maria Isaura Pereira de Queiros e Maurício Vinhas de Queiroz. Podendo ser considerada no período uma obra relevante sobre o tema, não alcançou, contudo, a qualidade analítica dos citados sociólogos. Para isso pesou o fato de o autor querer construir uma trajetória irrepreensível de Carlos Cavalcanti, o que obviamente impediu uma abordagem crítica. As epígrafes no início da obra davam conta do posicionamento do autor: “terra que ele amou, serviu e defendeu”, do historiador paranaense, Romário Martins (1874 – 1948); “O Paraná compreendeu que tinha um guia, e sem hesitar acompanhou-o”, do senador pelo Paraná, Ubaldino do Amaral (1842 – 1920), além de um pequeno trecho do pronunciamento de Carlos Cavalcanti, de 1898, em que dizia, entre outras coisas “Amo, pois, o Paraná, e não posso desejar senão o seu engrandecimento, para cuja conquista envidarei todos os esforços”.⁴⁹⁷

A obra, como lembramos, ficou inacabada, mas difícil imaginar uma mudança de postura com o passar de mais alguns anos de pesquisa e escrita. Marés passou ao largo de questões como as críticas de Niépce da Silva (que abordamos anteriormente) a Affonso Camargo e Carlos Cavalcanti, mesmo utilizando os jornais onde foram publicadas as acusações. Outra característica que, aliás, marcou a obra de todos os autores paranaenses e catarinenses que analisamos foi a “certeza” de que a documentação sobre a Questão de Limites dava razão ao estado sobre o qual o autor estava escrevendo. Comparado ao livro de Alcebiades Miranda, a obra de Marés era mais equilibrada, não se valendo dos severos e equivocados julgamentos do militar. Era uma contribuição mais relevante do que o livro de

⁴⁹⁶ O livro teve uma nova edição em 2012.

⁴⁹⁷ SOUZA, Fredericindo Marés de. **O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

Miranda, mesmo com a morte de Marés antes do término do livro e a pouca inclinação a uma análise contundente sobre a administração de Cavalcanti.

O volume 30 da “Estante”, “Contestado: distorções e controvérsias”, de Mario Marcondes de Albuquerque, era antes uma defesa do “progresso”, das famílias “tradicionais”, do que uma análise séria sobre o Contestado. Das publicações da década de 1980 que analisamos, foi a mais simplista sobre o tema. Toda a defesa desenfreada do autor sobre os trabalhos da estrada de ferro e dos “pioneiros” da região vinha em resposta ao que estava se passando em Santa Catarina naquele período. O “homem do Contestado”, do então governador Esperidião Amin, incomodara os versados no assunto do outro lado da fronteira. Para Mario Marcondes:

Poucos são catarinenses e paranaenses que não possuam, correndo pelas suas veias, um tempero do sangue destemido e generoso de muitos desses coronéis pioneiros, líderes de uma seleção natural que cavalgavam as coxilhas sulinas dividindo humanamente, com seus peões, o espeto de churrasco e comendo o carreteiro da mesma panela, ajudando a fazer do Brasil uma das maiores nações do mundo.⁴⁹⁸

Não se precisava de muito esforço para perceber que por este caminho idílico dos pioneiros, pouco ou nada se podia avançar na análise tanto dos “coronéis pioneiros” quanto de toda a vida social criada em torno deles ou influenciada por eles. Numa época em que os autores já podiam contar análise sociológicas mais consistentes, esse tipo de idealização não se sustentava.

Outra afirmação superada referia-se aos anseios “monarquistas” do monge José Maria, sem discutir os significados do termo “monarquia” para os caboclos, como havia feito Maurício Vinhas de Queiróz. E mesmo Fredericindo Marés de Souza (para usar de exemplo concomitante), afirmava que “Nada devia conter de original. Seria simples ‘quadra feita’, não mais. Falar em monarquia, rimar com o vocábulo monarquia, é coisa trivialíssima entre os trovadores da região sul”.⁴⁹⁹

Sobre o Combate do Irani, em 22 de outubro de 1912, o autor afirmava que “o grupo de fanáticos não foi atacado, mas o atacante, diante da constatação de que sua superioridade era suficiente para esmagar a força da polícia”.⁵⁰⁰ Nem mesmo a PMPR, por meio do boletim de seu museu, se filiou a este tipo de interpretação, procurando os motivos do fracasso da missão em algumas decisões tomadas pelo Cel. João Gualberto.⁵⁰¹

⁴⁹⁸ ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. **Contestado: distorções e controvérsias**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987, p. 4.

⁴⁹⁹ SOUZA, Fredericindo Marés de. Op. Cit., pp. 95-6.

⁵⁰⁰ ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. Op. Cit., p. 57.

⁵⁰¹ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Histórico da PMPR**. Ano I, n. 5. Curitiba: Museu Histórico da PMPR, fevereiro, 1987, pp. 17-8.

Na apresentação do livro o próprio presidente do IHGEP já indicava o caminho a ser percorrido pela referida obra. Para ele que “sempre ouvira falar” que o “Movimento do Contestado” tinha um caráter messiânico, se via as voltas com outras interpretações realizadas por “inteligentes sociólogos”, que “propunham-nos outra tese”, a de que o “Movimento” seria uma “Rebelião de caráter social”. Mais adiante escreveu:

Não temos a presunção de, nesta modesta apresentação, dirimir as dúvidas. Que os historiadores continuem a discutir, pesquisar, esclarecer. História não acaba. Não aceitamos, porém, que paralelamente se inicie um movimento de glorificação das hordas que queimaram cidades e trucidaram populações indefesas, em atos de selvageria dificilmente encontrados nas nossas lutas internas.⁵⁰²

Respondendo aos usos políticos da guerra por Esperidião Amin, o livro se tornou tão equivocado quanto o “homem do Contestado” do governador catarinense. E sobre os governadores da época, foco deste item, o autor recorreu à Questão de Limites para engrandecê-los. Mais do mesmo. A memória continuava inalterada.

Em linhas gerais, os exemplos analisados neste item resumem a base do que era usado em uma ou outra ação oficial sobre o conflito. Isso quando o Contestado era lembrado. Assim como fizemos com os jornais, não foi o caso de analisar exaustivamente todos esses livros procurando demonstrar os avanços e permanências analíticas de seus autores. Nos preocupamos em demonstrar como a ação dos governadores ao tempo do Contestado foi abordada por estes pesquisadores. Neste sentido era necessário ao leitor fazer um esforço para poder compreender a ambiguidade dos autores ao retratarem estes governantes. Falava-se em abandono por parte do poder público (na certa levando-se em conta vários outros governos anteriores) e os elogios aos mandatários do período da guerra. No geral versou-se mais sobre as “virtudes” destes políticos do que sobre a responsabilidade dos mesmos.

⁵⁰² TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. Apresentação. In: ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. Op. Cit., p. 7.

3.4 O GOVERNO AMIN (1983 – 1987): O “HOMEM DO CONTESTADO” FICOU NO PASSADO

Fenômeno bem conhecido dos historiadores que analisam a Guerra do Contestado foi a relação do governo de Amin com este tema, ou mais precisamente, com o “homem do Contestado”. O que já aparecia em sua campanha ao governo em 1982, quando publicou a “Carta dos Catarinenses”, assumindo compromissos e mostrando como iria realiza-los. A sua tão propalada “opção pelos pequenos”, perpassaria, pelo menos em tese, a economia, a saúde, a educação, a cultura, enfim, o social em suas múltiplas variáveis. No campo da cultura tinha como “compromisso” a preservação da “identidade catarinense”. Necessário então seria “Preservar a memória cultural. Apoiar a produção e a troca de bens culturais. Divulgar os valores da cultura catarinense”. Em “Como Fazer”, especificamente no caso do Contestado, a meta era a implantação do Museu do Contestado, o apoio à pesquisa, divulgação de livros e manifestações folclóricas que dissessem “respeito àquele episódio”.⁵⁰³

Nas mensagens ao legislativo no decorrer de seu governo estes “compromissos” foram recorrentes. Na primeira mensagem apresentada em 1984, referente ao ano de 1983, têm-se além do habitual o item “Reconstrução de Santa Catarina”, tratando dos sérios problemas das enchentes que assolaram o vale do rio Itajaí em 1983 e voltariam a acontecer em 1984; e a “Economia dos Pequenos”, que listava as realizações que teriam sido efetivadas pelo governo por meio de linhas de crédito como as que auxiliavam, por exemplo, as “famílias dos pequenos pescadores”. Referente a cultura reafirmava-se o “compromisso” de preservar a “cultura catarinense”. Dentre as atividades desenvolvidas ao longo de 1983 constava o apoio em forma de “convênios, auxílios ou subvenções, a 17 (dezessete) entidades catarinenses voltadas às atividades artístico culturais, com aplicação e reformulação do concurso ‘CRUZ E SOUZA’”, o levantamento “histórico, cultural e ambiental” das edificações atingidas pelas enchentes, estudos para a diagramação e seleção de temáticas para a “Revista da Cultura Catarinense”, “Organização de uma Central de Documentos e Informação sobre o Contestado” e a “Edição de títulos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura, num total de 9 (nove)”.⁵⁰⁴

⁵⁰³ AMIN, Esperidião; Fontana, Victor. **Carta dos Catarinenses**: um compromisso com o futuro. Florianópolis: IOESC, 1982, s/n. Acervo da Biblioteca da UFSC.

⁵⁰⁴ SANTA CATARINA. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa na sessão do dia 30 de abril de 1984, pelo Governador Esperidião Amin Helou Filho**. Florianópolis: IOESC, 1984, pp. 95-6. Acervo do APSC.

No relatório referente ao ano de 1984, Amin abriu o item “Cultura” com um texto afirmando que, tendo em vista a heterogeneidade formada por índios, negros e imigrantes das mais variadas etnias, não havia a possibilidade de encontrar um “tipo” único de catarinense, em outras palavras, uma identidade catarinense. Mas frisava um personagem em específico: “Há que se destacar neste contexto a presença do ‘jagunço’, o herói catarinense que enfrentou com tenacidade e destemor uma luta desigual e feroz contra o latifúndio e o capital estrangeiro, da qual resultou a consolidação das nossas fronteiras oestinas”.⁵⁰⁵ Na definição de Amin o “jagunço” tornou-se “herói” e elemento importante nas questões fronteiriças.

No mesmo ano, o governador elaborou novo texto a respeito deste personagem e foi mais longe nas realizações do “homem do Contestado”. Ao se perguntar sobre quem seria o “catarinense” do ponto de vista “cultural”, elaborou a seguinte resposta:

Será o homem litorâneo, de cultura marcadamente europeia? Será o “serrano” de traços gauchescos? Ou será o “oestino”, mescla européia-gaúcha, que moldou um tipo humano absolutamente “sui generis”? A riqueza cultural catarinense é tão vasta e tão marcante que impediu ao longo do tempo a formação de um “tipo” do qual se possa dizer: Este é o “homem típico” catarinense. Estou convencido de que este “homem típico” já existiu. Existiu e foi destruído, tanto física quanto culturalmente. E deixou muitas marcas culturais, apesar dos poucos registros escritos, porque a perversidade da história não registra a “história” dos vencidos. À história “passam” somente os vencedores, independentemente de suas virtudes.⁵⁰⁶

Na retórica de Amin o “homem do Contestado” não existia mais, ficara no passado. Construía-se sua memória ao mesmo tempo em que se decretava sua inexistência no presente. Não deu nome aos vencedores, aos responsáveis pela “extinção” do “típico” catarinense.

Para o historiador Élio Cantalício Serpa, as propostas do plano de ação cultural do governo “cercam muito bem o desejo dos homens do poder em forjar uma identidade catarinense, num contexto marcado pela heterogeneidade étnica e cultural”.⁵⁰⁷ Segundo Serpa, mesmo que de maneira implícita, este delineamento identitário do governo Amin foi forjado no Instituto Histórico que “marcava seus discursos pela concentração de textos em torno dos descendentes de luso-brasileiros que habitavam o litoral”.⁵⁰⁸ Para Amin o antigo habitante do

⁵⁰⁵ SANTA CATARINA. **Esperidião Amin Helou Filho. Mensagem ao Poder Legislativo. Abril de 1985.** Florianópolis: IOESC, 1985, p. 72. Acervo do APSC.

⁵⁰⁶ AMIN, Esperidião. O homem do contestado. In: FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Cadernos de cultura catarinense.** Florianópolis: IOESC, ano 1, n. 0, jul./set., 1984, p. 3. Acervo da Biblioteca da Universidade do Contestado, Mafra, SC. Desta edição participaram também outros autores como Oswaldo Rodrigues Cabral (já citado); o historiador Jali Meirinho, integrante do IHGSC e que fez parte do grupo de trabalho que ajudou a criar o Museu Histórico de Santa Catarina em 1977, efetivamente inaugurado em 1979; a historiadora Marli Auras, sobre quem falaremos a seguir.

⁵⁰⁷ SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas.** Florianópolis, v. 14, n. 20, 1996, p. 73.

⁵⁰⁸ SERPA, Élio Cantalício. Op. Cit., p. 74.

Contestado ganhou espaço se aproveitando da lacuna deixada pelo descaso de governos anteriores, embora, no fim das contas, não estivesse interessado em resolver problemas:

Seu olhar para os que lutaram no Contestado está ligado com aquilo que Peluso Júnior registrou quando se referia à região do Contestado: “o problema social foi ignorado antes e depois da tragédia do Contestado pelo Governo Estadual”. Esperidião Amin não estava interessado em discutir problemas de concentração de renda, da propriedade (...). No entanto, o fato do povo despontar no cenário político como aquele que pode escolher através do voto seu representante máximo, fez com que se engendrasse a proposta do homem típico catarinense, “o jagunço do contestado”, mas que seriam nominados como “pequenos”, portanto, deveriam ser tutelados por pessoas e órgãos esclarecidos, que lhes apontariam o que fazer e como fazer.⁵⁰⁹

A escolha de Amin atendia a um momento muito específico da política nacional que desde 1966, com o Ato Institucional nº 3, delegara ao governo federal a indicação dos governadores. “Esperidião Amin foi o candidato das forças conservadoras catarinenses para o governo do Estado, no pleito de 1982; pleito que restabelecia, apesar da presença de vários ‘casuísmos’, o direito às eleições diretas”, como explicou a historiadora Marli Auras.⁵¹⁰ Assim como Élio Serpa, a autora também identificava no discurso de Amin uma forma de continuar mantendo o antigo domínio político, embora ou justamente por causa da formação de novos agentes políticos. Para Marli Auras, os anos 80 foram marcados pelo “avanço de diversos movimentos populares, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, ligados às fortes transformações capitalistas, verificadas no Estado sobretudo ao longo das três últimas décadas”.⁵¹¹

No que se refere à organização de novos agentes políticos no período, dois exemplos importantes marcaram a década de 1980 na área rural de Santa Catarina: a ocupação da Fazenda Burro Branco em maio de 1980 no município de Campo Erê, e a 1ª Romaria da Terra em Taquaruçu, município de Fraiburgo, em 14 de setembro de 1986.

Com as notícias de que haveria a desapropriação de terras na região, várias famílias do estado e também do PR e RS se dirigiram à localidade Campo Erê e montaram seus barracos. Além das terras que seriam desapropriadas as famílias ocuparam também a Fazenda Burro Branco, que, em princípio, não fazia parte deste pacote de desapropriações, embora já tivesse sido sondada pelo INCRA por conta de problemas jurídicos e era de interesse da prefeitura

⁵⁰⁹ SERPA, Élio Cantalício. Op. Cit., p. 74-5.

⁵¹⁰ AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense**: da guerra aos “Fanáticos” do Contestado a “opção pelos pequenos”. 1991. 416f Tese (Doutorado). PUCSP, p. 10. Apesar de sua participação nos “Cadernos de Cultura” em 1984 e de seu primeiro livro “**Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla”, ter sido publicado em 1984 com o apoio da Assembleia Legislativa, a autora foi contundente em suas críticas ao governo Amin em sua tese.

⁵¹¹ Idem. Ibidem., pp. 8-9.

transformar a área em reserva ecológica. Mesmo sabendo do engano, os novos moradores não se retiraram do local. No final das contas mais de 300 famílias (acima de 1000 pessoas) se ajeitaram como puderam na fazenda. Com a ajuda de membros da igreja e contatos com o governador, a fazenda foi desapropriada em novembro de daquele ano pelo presidente João Batista Figueiredo, constando no Diário Oficial do dia 13. Embora muitos problemas de estrutura não fossem resolvidos mesmo após a oficialização, foi uma importante vitória destes novos atores políticos, mas que também contou com outros fatores:

Se as regularizações fundiárias empreendidas naquela região foi um fator de favorecimento para a luta e para a vitória desses trabalhadores rurais, outros fatores podem ser acrescentados. A repercussão pública empreendida pelos apoiadores religiosos e políticos dificultava as ações violentas contra os acampados e angariava apoio da sociedade civil, além do poder institucional desses mesmos apoiadores que tinham maior acesso ao governo e à imprensa. Outro ponto a ser considerado é o fato de os proprietários serem de Curitiba e não terem ligação com o poder local ou estadual, o que pode ter sido um fator de desvantagem para eles, diminuindo as chances de uma intervenção mais incisiva de autoridades catarinenses em favor dos mesmos.⁵¹²

Salientamos o último ponto que tem relação com as antigas pendências no Contestado por ter sido concedida dentro do processo que visava legitimar terras para o Paraná (o mesmo ocorrendo em Santa Catarina) por conta da Questão de Limites. Com base na Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (a Lei de Terras), a fazenda foi concedida a Tobias Bueno de Andrade em 26 de maio de 1900, num total de 6.675 hectares. Com a morte de Tobias, quem assumiu a propriedade foi seu credor hipotecário, João Lourenço Taborda Ribas, em 1905.⁵¹³ Na década de 1930, após a morte de Taborda Ribas, as terras passaram a seus herdeiros (filhos e netos). Divididas em cinco “quinhões”, cada qual foi subdivido aos grupos familiares juridicamente definidos. No entanto, os herdeiros dos quinhões dois e três entraram em uma disputa judicial a partir de 1953. Era a área de 2.890 hectares, total destes dois quinhões, que estava nos projetos fundiários do INCRA, embora não se saiba exatamente para quais fins.⁵¹⁴ Antes mesmo da disputa judicial chegar ao fim houve a desapropriação em favor dos novos moradores.

O segundo exemplo de organização popular que marcou a década de 1980, A Romaria da Terra, e seguiu pelas décadas seguintes, impressionou pela participação de mais de 20.000

⁵¹² MELO, Cristiane Dias de. **Terra e trabalho**: concepções de direito à terra e reforma agrária na faixa de fronteira de Santa Catarina (1968-1985). Tese de Doutorado. UNICAMP. São Paulo, 2012, p. 118.

⁵¹³ Importante apontar que por conta da cláusula nove do Acordo de Limites, mesmo as propriedades legitimadas pelo Paraná em terras contestadas e que passaram a pertencer a Santa Catarina a partir de 1916, não deixaram de ser de proprietários paranaenses após o Acordo, o que ajudou a solucionar, segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado, a pendência territorial entre os dois estados.

⁵¹⁴ Idem. Ibidem., pp. 96-97.

pessoas na sua primeira edição. Mesmo os organizadores não esperavam um número superior a 6.000. A 1ª Romaria da Terra, organizada na localidade do Taquaruçu, trazia novamente para as páginas dos jornais, programas de TV, além de exigir o olhar atento das autoridades, o local que outrora marcou um dos momentos mais sangrentos da Guerra do Contestado.⁵¹⁵ O sucesso desta iniciativa rendeu mais duas dezenas de romarias até 2009. A 4ª Romaria, de 1989, no município de São Domingos, reuniu mais de 53.000 romeiros⁵¹⁶ e tornou-se a maior de todas, mas o ineditismo da primeira e seu local tão simbólico fizeram dela um marco importante.

Se aquele personagem historicamente datado e que Amin chamou de o “homem do Contestado” havia ficado no passado, os sobrevivente da guerra, seus descendentes e outros tantos moradores do campo lembravam que os problemas da terra ainda eram bem atuais. Os “pequenos”, como queria o governador, estavam se organizando.

Amin, e o grupo que ele representava, encontrou maneiras de abordar o tema do Contestado atrelado ao continuísmo de uma dada forma de governar. Para Marli Auras, havia uma “forte coerência” no programa político do governador:

(...) entre a opção pelos setores desorganizados, dispersos e desassistidos da sociedade – que se apresentavam receptivos, sem maiores problemas, à ação paternalista, tuteladora do Estado – e o seu empenho em voltar-se para o passado para contar uma história, prenhe de significado social, cujo desconhecimento é resultado direto da repressão praticada pelas forças oligarcas que, vencedoras, tiveram o poder de banir o Contestado da história oficial (...). Amin usou o Contestado – a “nossa guerra” – para tentar legitimar, também lançando mão do passado, sua “opção pelos pequenos”, no afã de transformar-se no grande líder do Estado, naquele que tem conseguido unir grandes e pequenos, naquele que resgatou a própria história dos vencidos e, incansável, vem procurando definir, a partir desta história, a identidade de Santa Catarina (...).⁵¹⁷

As forças que há décadas haviam silenciado a revolta no Contestado agora o “recuperavam” devidamente destituído de sua força contestadora, ou seja, “Folclorizando-o, congelando a luta cabocla como algo do passado, fruto de tempos idos, que nada tem a ver com os dilemas sociais do presente, cujos vencedores nada tem em comum com os dominantes de hoje”.⁵¹⁸

⁵¹⁵ Ver item 4.9 sobre o Museu do Jagunço.

⁵¹⁶ Disponível em: www.diocesechapeco.org.br. Acesso em: 01.12.2016.

⁵¹⁷ AURAS, Marli. Op. Cit., pp. 325-6. Conclui-se, por essa colocação de Auras, que apesar do surgimento de novos agentes sociais e da possibilidade das eleições, parcela considerável destes grupos ainda não era suficientemente organizada e continuavam “vulneráveis” ao paternalismo do Estado, embora os casos apresentados acima demonstrem que não era possível generalizar esta afirmação.

⁵¹⁸ Idem, p. 329. Também pode-se pensar no sentido de uma “intitucionalização” do Contestado, lembrando de Hobsbawn ao falar da institucionalização da Revolução Francesa pela Terceira República.

Embora o “homem do Contestado”, ou melhor, o caboclo, já tivesse passado pelo crivo analítico de diversos estudiosos como Maria Isaura, Maurício Vinhas, Duglas Monteiro e Nilson Thomé, buscando um delineamento pelo menos aproximado de suas características históricas, sociais e até físicas, na propaganda de Amin esse personagem se aproximava de uma “invenção”, livre para ser moldada segundo os objetivos políticos do momento. Assim o “homem do Contestado” nada explicava sobre a parcela da população que participou da guerra. Mesmo considerando que nas publicações oficiais do período, como os “Cadernos de Cultura”, os historiadores tivessem participação, não foi exatamente o trabalho deles que ganhou força no discurso do candidato/governador:

O que o homem do Contestado fez? Fez uma luta nacionalista que consolidou em definitivo as nossas fronteiras. Fez uma luta ecológica contra a devastação dos nossos recursos naturais, patrocinada então pelo capital estrangeiro. Fez uma luta social contra a injusta propriedade da terra, perseguida pelos latifundiários da época. Fez uma luta trabalhista contra o capital internacional que não admitia o trabalho de “nativos”. Fez uma luta contra a opressão, porque não admitia que alguém o fizesse escravo daquilo que já era dele.⁵¹⁹

Toda esta luta teria legado para o presente, segundo Amin, o “regime fundiário da pequena propriedade”, o “arraigado sentimento catarinense de defesa do seu patrimônio natural e ecológico”, o “espírito comunitário, o trabalho em parceria comunitária”, o “repúdio à opressão e o sentimento de liberdade”.⁵²⁰ Criava-se uma ponte histórica e cultural entre o caboclo da guerra e o habitante do presente no oeste catarinense.

Como bem explicitou Marli Auras, passando ao largo das especificidades históricas da guerra, foi possível ao governador “imputar ao caboclo ações que ele certamente não fez, não tinha condições de fazer dada a conjuntura histórica em que vivia, determinadora do caráter messiânico de sua luta”. Para ela, se a concepção de mundo dos sertanejos pudesse comportar tais preocupações a “luta teria outra qualidade, possibilitado outros desdobramentos, explorado outras mediações. Enfim, teria sido outra guerra, não essa que, de fato, ocorreu”.⁵²¹ O único elemento não questionado pela autora foi com relação à luta pela terra. “Não há dúvida em que o móvel da luta cabocla foi a questão da terra (...)”.⁵²² E neste sentido era

⁵¹⁹ AMIN, Esperidião. Op. Cit., p. 3.

⁵²⁰ Idem. Foi contra este tipo de discurso, que condenava o “capital estrangeiro” e tornava “herói” o “fanático” do Contestado que estavam direcionadas as críticas de Mário Marcondes de Albuquerque, citado anteriormente, e que resultou em uma descrição do caboclo tão apartada da complexidade histórica quanto o “homem do Contestado” do governo catarinense.

⁵²¹ AURAS, Marli. Op. Cit., p. 326. A autora desenvolveu nas páginas subseqüentes uma série de análises demonstrando a impossibilidade conjuntural de uma luta “nacionalista”, “ecológica”, “trabalhista” bem como a impossibilidade história de ligar a luta dos caboclos ao regime fundiário da década de 1980.

⁵²² Idem.

possível algum tipo de ligação com o presente, não do caboclo historicamente datado, mas de seus descendentes e outros mais que continuaram na labuta por um pedaço de terra e utilizando-se de outros meios como as romarias e as ocupações de fazendas.

Esta “folclorização” do Contestado, como definiu Marli Auras, e seu uso político em resposta a uma transformação política (a redemocratização) e a manutenção de um determinado grupo no poder, pode ser analisada também segundo a definição de Hobsbawm de “invenção das tradições”, “construídas e formalmente institucionalizadas” (como é o caso em questão), ou surgidas de “maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo (...)”. Essas tradições podem ser entendidas como:

(...) um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.⁵²³

No caso do Contestado se imaginava uma continuação entre os caboclos da guerra e suas “supostas” motivações e a identidade catarinense na década de 1980. O objetivo, como visto, era a manutenção de um grupo político no poder, representado na ocasião por Amin. Neste sentido cabe salientar que as “invenções”, segundo o mesmo autor, ocorreriam com mais frequência “quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para as quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis (...)”, ou ainda quando estas antigas tradições bem como seus “promotores” perdem a “capacidade de adaptação e flexibilidade ou são eliminados de outra forma”.⁵²⁴ No caso de Amin e seu grupo, o novo cenário político, que abriu possibilidade de alterações, somado ao desenvolvimento tanto no campo quanto nas cidades, em curso ao longo de pelo menos três décadas e que deu voz a novos grupos sociais, exigiu adaptações para este novo cenário. Ainda no que diz respeito ao conceito de tradições inventadas, vale lembrar que:

Elas parecem classificar-se em três categorias superpostas: a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores ou padrões de

⁵²³ HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 9.

⁵²⁴ Idem. Ibidem., p. 12.

comportamento. Embora as tradições dos tipo b) e c) tenham sido certamente inventadas (como as que simbolizam a submissão à autoridade na Índia britânica), pode-se partir do pressuposto de que o tipo a) é que prevaleceu, sendo as outras funções tomadas como implícitas ou derivadas de um sentido de identificação com uma “comunidade” e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a “nação”.⁵²⁵

Coesão social (que aqui podemos pensar no sentido de uma identidade, por exemplo), a admissão de um grupo (o homem do Contestado, outrora visto como bandido e fanático), a inculcação de ideias e a legitimação de relações de autoridade (a inclusão dos “pequenos” sob a tutela do estado), são algumas das relações que parecem possíveis no caso do Contestado. Outra delimitação importante diz respeito às “invenções oficiais”, desenvolvidas sobretudo por “estados ou movimentos sociais e políticos”, e as “não-oficiais” ou “sociais”, “geradas por grupos sociais sem organização formal, ou por aqueles cujos objetivos não eram específica ou conscientemente políticos, como clubes ou grêmios, tivessem eles ou não também funções políticas”.⁵²⁶ O caso de Amin obviamente estava relacionado às “invenções oficiais”.

Da jornada político/cultural de Amin sobre o tema, restaram muitos monumentos e obras inacabadas além do prédio atual do principal museu sobre o Contestado em Caçador e sobre as quais falaremos em momento oportuno. Se no Paraná as publicações do IHGEP recorreram a velhos chavões de análise, em Santa Catarina o momento político criou um personagem com pouco lastro histórico.

Apesar do oportunismo político há de convir que esta jornada político/cultural abriu espaço importante para o tema no período (com as devidas ressalvas), passando pela arte, pesquisas, eventos, instalação de monumentos (os marcos do Contestado) e a nova sede do museu em Caçador. No cruzamento do interesse particular de Amin pelo tema e suas aspirações políticas, a Guerra do Contestado ganhou sua maior visibilidade em se tratando de ações de um governo. No segundo governo Amin, de 1999 a 2002, um novo museu foi instalado, desta vez no Irani.⁵²⁷ E em 2012, no centenário, este político voltaria a relembrar o tema, desta vez, em Brasília.

⁵²⁵ HOBBSAWM. Eric. Op. Cit. p. 17.

⁵²⁶ Idem, p. 271.

⁵²⁷ Ver capítulo 4.

3.5 DISCURSOS POLÍTICOS NO CENTENÁRIO DA GUERRA: AVANÇOS, RECORRÊNCIAS E DESCOMPASSOS COM A HISTORIOGRAFIA

Em 2012 iniciou-se uma série de eventos em universidades, museus e Institutos Históricos que se prolongaram até 2016 englobando os centenários de início e fim da Guerra Sertaneja do Contestado. Entre os políticos aconteceram também algumas atividades e que contaram com a participação de alguns historiadores e personagens ligados à região do Contestado. Observamos a permanência de antigas afirmações, alguns “silêncios” e o descompasso entre discurso político e historiografia.

Na manhã do dia 06 de outubro de 2012, durante cerca de uma hora e vinte minutos, organizou-se uma Sessão Solene sobre a Guerra do Contestado, na Câmara dos Deputados, em Brasília.⁵²⁸ Os responsáveis pela proposição desta sessão foram os deputados Esperidião Amin, Pedro Uczai e Celso Maldaner. Estavam presentes alguns prefeitos da região do Contestado. Destacamos as presenças de Pedro Felisbino, principal responsável pelas coleções do Museu do Jagunço, de Fraiburgo/SC;⁵²⁹ o historiador Delmir José Valentini, da UFFS; o presidente do IHGSC, Augusto César Zeferino; o reitor da UDESC, Antônio Heronaldo de Sousa; o Cel. Nazareno Marcineiro, comandante da PMSC, representando o governo do estado; o Reitor da Universidade do Contestado, José Alceu Valério, entre outros.

Em um plenário quase vazio, Amin abriu a sessão com apresentação de alguns nomes, o hino nacional e as primeiras palavras sobre a guerra, enfatizando algo que foi recorrente com o passar dos anos e em outros momentos da própria sessão: a comparação entre o quase desconhecido Contestado pela falta de um Euclides da Cunha, que tornou nacionalmente conhecida a violenta jornada de Canudos. O deputado nomeou um “vilão”, a construção da estrada de ferro que desapropriou os caboclos, tornando legítima, segundo ele, a reação dos habitantes expulsos.

Na sequência tomou a palavra o deputado Pedro Uczai. Para ele a estrada de ferro era em princípio um projeto de modernização que por conta da forma como foi feito tornou-se contraditoriamente um problema ao levar à desapropriação. Enfatizou que o planalto norte e serrano constituem-se nas regiões mais “empobrecidas” do estado em virtude da guerra.

Um trecho de aproximadamente sete minutos de um documentário, expôs algumas características do conflito. João Ventura e Leovegildo Borges, sobreviventes da guerra; o

⁵²⁸ Sessão Solene dos Cem Anos da Guerra do Contestado. Congresso Nacional/Câmara dos Deputados, 06 de outubro de 2012. Disponível em: www.esperidioamin.net.br. Acesso em: 08.12.2016.

⁵²⁹ Ver item 4.9.

deputado Esperidião Amin; o historiador Nilson Thomé e o jornalista Paulo Derengoski estavam no trecho selecionado. Na sequência, Amin retomou a palavra lembrando de que Santa Catarina havia vencido por três vezes no STF a Questão de Limites, mesmo enfrentando personalidades como Rui Barbosa, que defendeu o Paraná em determinado momento. Para Amin os problemas de terras e o conflito social “marcou o massacre de um catarinense singular (...) o mais singular dos catarinenses foi massacrado pelas forças oficiais na defesa de interesse de multinacionais (...)”, apontando novamente para um “inimigo”, os interesses multinacionais. Tanto na primeira fala quanto na segunda o inimigo era a holding comandada por Percival Farquhar. Amin retomou suas afirmações da década de 1980 quando disse que tanto física quanto culturalmente o homem do Contestado havia sido destruído, mas legou ao atual catarinense algumas de suas características. Amin encerrou propondo junto com Pedro Uczai que a bancada catarinense deveria se unir em torno de uma emenda coletiva para atender aos municípios da região do Contestado, considerada a de menor IDH de Santa Catarina.

O deputado Celso Maldaner também discursou a respeito, não alterando a essência do que havia sido dito até aquele momento, ou seja, o caboclo alijado de seus direitos e as arbitrariedades na construção da estrada de ferro com a autorização do governo federal, apontando também que Hermes da Fonseca era obcecado pela unidade nacional e não aceitou a ameaça dos caboclos. Em nenhum momento citou-se os nomes das lideranças políticas catarinenses. Para ele, divulgar a Guerra do Contestado era contribuir para a memória nacional e contribuir para “entender a nós mesmos, nossos medos e nossas utopias”. E aproveitou para se juntar ao coro em prol de uma ajuda aos municípios do Planalto norte e serrano, afetados pela guerra.

Por conta do tempo curto para as demais apresentações, houve uma correria para que se pudesse terminar no horário determinado. Daí em diante as exposições ficaram na casa dos três minutos.

O primeiro a discursar foi o deputado Onofre Santos Agostini (prefeito de Curitiba à época da inauguração do Museu Histórico da cidade). Reclamando do tempo curto de sua apresentação disse não ser justo, ainda mais, segundo ele, sendo da “terra do Contestado” e que sua cidade havia sido incendiada durante a guerra. Não querendo, segundo ele, “discordar”, disse que “lamentavelmente a gente vê aqui que a história é contada de várias formas dos acontecimentos havidos na época” e ainda que “eu discordo inclusive do vídeo aqui apresentado, porque muita coisa ali apresentada pelo vídeo não é verdadeira”. Por não entrar em detalhes não foi possível saber quais informações não o agradaram. No entanto é

possível perceber seu inconformismo com o fato de Curitibanos ter sido incendiada. Seu incômodo nos faz lembrar de Zélia Lemos em seu livro sobre Curitibanos. Afirmou ainda que a Guerra do Contestado era uma coisa e a Guerra dos Fanáticos era outra. Nota-se neste discurso a permanência de uma determinada postura diante dos caboclos, condenando a atitude destes. Ao utilizar-se do termo “fanáticos” demonstrou um enorme descompasso com a historiografia recente. No pouco tempo que lhe restou, prestou homenagens às mulheres do Contestado. Os nomes citados foram os de Rosa Paes de Farias, Maria Rosa e Chica Pelega (Francisca Roberta). Sobre esta última não há fontes que confirmem sua existência. Continua sendo uma personagem sem comprovação histórica.

Nos minutos restantes discursaram Augusto Cesar Zererino (IHGSC), aproveitando a oportunidade para falar de algumas ações do Instituto no ano de 2012 bem como salientar que a Guerra do Contestado foi maior que Canudos e que esta revolta teve a sorte de contar com a obra de Euclides da Cunha; José Alceu Valério (UNC), que comentou sobre a organização de eventos com a participação de universidades e prefeituras desde 2011, prevendo o prolongamento até 2017 e reforçando o pedido da necessária ajuda aos municípios bem como às universidades da região; Delmir José Valentini (UFFS), que leu a chamada “Carta do Irani”,⁵³⁰ documento que destacava a necessidade de ações públicas para a preservação do acervo documental e material sobre o Contestado bem como políticas que beneficiassem os moradores da região, em virtude do baixo índice de desenvolvimento; a deputada Carmem Zanotto,⁵³¹ dizendo que permanecia uma “guerra silenciosa” por conta das desigualdades sociais, comparando-se as diversas regiões de Santa Catarina; o deputado Mauro Mariani, que procurou separar a disputa territorial entre Brasil e Argentina, a Questão de Limites e a guerra propriamente dita,⁵³² um conflito que, segundo ele, foi motivado pela construção da estrada de ferro num acordo entre Farquhar e o governo federal, que “deveria se envergonhar” por “massacrar” a população do Contestado para defender os interesses de Farquhar.

Para encerrar a sessão o deputado Pedro Uczai, procurando resumir o que foi apresentado pelos participantes, destacou cinco pontos: 1) maior destaque à Guerra do Contestado quando se tratar da História do Brasil, 2) apresentação de uma emenda coletiva

⁵³⁰ Elaborada pelos principais pesquisadores do tema que já vinham se reunindo por conta do Centenário do Contestado.

⁵³¹ Que cedeu parte de seu reduzido tempo ao deputado paranaense, Rubens Bueno, que enfatizou a importância do evento e das pesquisas a respeito e lembrou do documentário de Silvio Bach, “Contestado: Restos Mortais”, que na ocasião estava sendo exibido pelo país.

⁵³² Como se as especificidades de cada caso e possíveis pontos de contato não fossem de conhecimento dos pesquisadores. Outra colocação de Mariani apontava para o abandono da região de “serra acima” em direção ao oeste por parte de Santa Catarina e que o Paraná, com o comércio de gado entre SP e RS, transitava pelo planalto. Este desinteresse histórico por um lado e a reivindicação por outro, teria motivado a disputa.

beneficiando a região do Contestado em face do baixo índice de desenvolvimento, 3) que o Ministério da Cultura reconsiderasse disponibilizar seiscentos mil reais (outora disponibilizado, porém não usado pelo município do Irani) a outro “espaço público” da região do Contestado, 4) retomada dos projetos ferroviários, 5) a inclusão da “Carta do Irani” à Sessão Solene. Ao falar das placas que seriam distribuídas aos homenageados, destacou os esforços de Pedro Felisbino, dizendo que ele era “um símbolo da resistência, da luta, da memória do Contestado”.

Se compararmos os dois discursos feitos por Vidal Ramos em maio e junho de 1915 no Senado,⁵³³ veremos facilmente que a Sessão Solene de 2012 se distanciava das críticas de Ramos aos caboclos, podendo ser considerado um avanço, mesmo que modesto, da classe política. Quase um século depois apenas o ex-prefeito de Curitiba, Santos Agostini, se mostrou contrariado com as “formas” de se falar sobre o assunto. No entanto, em nenhum momento os governadores da época foram inseridos no contexto da guerra. Dois “culpados” se sobressaíram na fala dos políticos, quais sejam, o Governo Federal e o “capital estrangeiro” personificado na figura de Percival Farquhar. Entre políticos, reitores, presidente do IHGSC e o único historiador a discursar, houve consenso sobre os baixos índices de desenvolvimento da região do Contestado e a necessidade de investimentos. Curioso perceber como a comparação entre Contestado e Canudos ainda se fazia presente, lamentando-se o fato de não haver um personagem do status de Euclides da Cunha a registrar a violência da guerra sulina, embora do ponto de vista analítico o Contestado já estivesse muito bem representado com vários estudos consistentes. A sessão passou longe de uma aula sobre a Guerra Sertaneja do Contestado, até porque o único historiador a discursar não teve o tempo necessário para apresentar as suas múltiplas características. A inclusão de Pedro Felisbino entre os homenageados demonstrava, pelo menos discursivamente, a valorização da memória cabocla.

Em 16 de outubro seguinte, desta vez no Senado, o senador Casildo Maldaner fez também um discurso de cerca de quinze minutos sobre o assunto. No geral manteve a mesma linha de raciocínio da sessão da Câmara atribuindo responsabilidade pelo massacre ao Governo Federal por ceder terras às margens da ferrovia ao empresário Farquhar. Teve a invariável comparação entre Contestado e Canudos e a “falta” de Euclides da Cunha.⁵³⁴

No mesmo dia 16 de outubro a Assembleia Legislativa de Santa Catarina realizou uma Sessão Especial pela “Passagem do Centenário da Guerra do Contestado”, proposta pelo

⁵³³ “Os Rebeldes do sul”, já citado e analisado.

⁵³⁴ Pronunciamento de Casildo Maldaner sobre os Cem Anos da Guerra do Contestado. Congresso Nacional/Senado, 16 de outubro de 2012. Disponível em: www25.senado.leg.br. Acesso em: 09.12.2016.

deputado Antônio Aguiar que falou em condicionantes políticos (Questão de Limites) e sociais que, com o término da construção da estrada de ferro, resultou em desempregados e despejados das margens da ferrovia por conta de um acordo entre a “República Velha” e a Lumber. Para o deputado “Sem pensar na gente que ali estava - todos posseiros, é bem verdade -, o governo federal considerou a área de aproximadamente 280 mil alqueires como terras devolutas da União, o que gerou um processo de exclusão das famílias”.⁵³⁵ Mais uma vez houve silêncio em relação à participação dos estados nos acordos e na liberdade de ação adquiridos pela holding Brazil Railway Company. Em relação ao presente, à memória do Contestado, o deputado falou em integração, identidade e esquecimento:

O Contestado marca os 100 anos de Santa Catarina por inteiro, é um episódio que não pode ser esquecido, merece o nosso reconhecimento, pois tantas vidas se perderam numa grande guerra, que para uns foi santa, para outros econômica ou política, mas hoje precisa ser vista como uma página que resultou na integração catarinense. Eu tenho muito orgulho de pertencer à região do Contestado. De ter uma família radicada naquela região, onde hoje reina a paz e buscamos o progresso. Lá no Planalto Norte, como no Meio Oeste e em toda a Região Serrana, há muita gente com origens nas famílias que participaram da Guerra do Contestado. E não estamos interessados de que lado estavam nossos *ancestrais*. Mas hoje devemos reconhecer que aquele conflito ajudou a construir a nossa identidade, que é guerreira, de gente determinada a vencer e construir um Estado ainda melhor, com a visão sempre voltada para um futuro mais próspero, de mais igualdade social, de bem estar para todos os catarinenses.⁵³⁶

Novamente a guerra aparece como um propósito identitário. Se o “homem do Contestado” havia legado características ao catarinense contemporâneo, agora o território integrado no Acordo de Limites era incorporado a este pensamento. E a afirmação de que “não estamos interessados de que lado estavam nossos ancestrais”! Não se pode obviamente cobrar dos descendentes alguma responsabilidade pelo ocorrido no passado. Mas em matéria de memória, a afirmação não se justificava. O silêncio a respeito das lideranças estaduais nos museus e em eventos como este permanecerá caso se leve esta ideia adiante. Há, pois, modos distintos de se lidar com antigas decisões sem que uma necessariamente exclua a outra,

Terminada esta primeira apresentação, seguiu-se com a distribuição de placas aos homenageados, em sua maioria prefeitos das cidades relacionadas ao Contestado, parecendo um conagraçamento entre pares. Outros personagens foram agraciados com as homenagens: Fernando Tokarski, historiador e professor; Patrícia Beal de Córdova, representando o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, de Caçador/SC; Péricles Prade, da

⁵³⁵ Ata da 025ª Sessão Especial da 2ª sessão da 25ª legislatura, realizada em 16 de outubro de 2012. In: **Diário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina**. Ano 61, nº 6.477, 26 de outubro de 2012, p. 3. Disponível em: www.ale.sc.gov.br. Acesso em: 29.11.2016.

⁵³⁶ Idem, p. 4.

Academia Catarinense de Letras; o professor José Alceu Valença, Reitor da Universidade do Contestado. Dentre tantos políticos e acadêmicos, destacamos a homenagem a Roselina Cristina Pereira, de 105 anos, sobrevivente da guerra.⁵³⁷

Com uma apresentação mais enfática que a do deputado que iniciou a sessão, o historiador Fernando Tokarski falou do “ensandecido capitão Tertuliano Potyguara”, do relatório do General Setembrino de Carvalho que não mencionou o fim dado aos mais de cem “órfãos do Contestado” e que acabaram sendo vítimas do Cel. Fabrício Vieira e do capitão Pedro Leão de Carvalho (o Pedro Ruivo), lideranças locais que estavam a serviço das forças oficiais. Sobre a guerra e os dias atuais afirmou que:

A Guerra do Contestado serviu para redesenhar os mapas de Santa Catarina e do Paraná, mas também serve para entendermos por que a região do conflito é a catarinense mais pobre. Durante 63 anos a região ficou sob disputa, mas em 1916 oficial e definitivamente ela foi incorporada a Santa Catarina, efetivamente isso não ocorreu até hoje, passados quase cem anos do final do conflito. (...) Todavia, é relevante dizer que os baixos índices de desenvolvimento humano registrados na região do Contestado são frutos de um modelo econômico questionável, seguidor da lógica das serrarias, que é a exploração desenfreada do meio ambiente, dos baixos salários, do lucro desmedido e a da concentração de renda e da aplicação dos lucros em outros locais; da exaustão das fontes e do fim irremediável tendo como heranças a pobreza e as desigualdades sociais.⁵³⁸

As críticas foram direcionadas tanto às lideranças políticas do passado quanto às atuais. Quem visita uma cidade como Três Barras, por exemplo, enxerga com facilidade o que apontou Tokarski. Uma madeireira multinacional domina a localidade, mas não se percebe sinais de um retorno para o município. Deficiência administrativa associada a um capital que em sua maioria não fica na região. O Contestado ainda hoje parece não ter “virado a página” em relação às madeireiras; há reflorestamentos para fins comerciais em diversas cidades.

Interessante foi também a afirmação do presidente da Academia Catarinense de Letras, Péricles Prade, para quem “Hoje nada se comemora. Tragédia não se comemora, evoca-se”.⁵³⁹

Na esfera federal e estadual, pelo menos discursivamente, as lideranças políticas reconheceram as arbitrariedades cometidas contra os caboclos do Contestado, mas se calaram a respeito dos responsáveis quando estes diziam respeito ao Paraná e a Santa Catarina. Os culpados foram o Governo Federal e Farquhar; nada se falou sobre as oligarquias locais. Da maneira como foi apresentado, o “inimigo” veio de fora. Aos historiadores deu-se pouco

⁵³⁷ Ata da 025ª Sessão Especial..., pp. 4-5.

⁵³⁸ Idem, p. 6.

⁵³⁹ Idem, p. 7.

espaço, mas no pouco que puderam falar, deram a entender a dívida das lideranças políticas para com os habitantes do Contestado no tempo da guerra e nos dias atuais.

Ao final da sessão dois grupos de dança (Acqua Dança e Malha Dança, da cidade catarinense de Piratuba) apresentaram “Heróis do Contestado”, com coreografia de Nádia Inês Grapégia Zole. As coreografias se referiam a Chica Pelega, Adeodato Ramos e Maria Rosa.⁵⁴⁰ Uma rara oportunidade na qual lideranças caboclas nominalmente citadas ganharam a alcunha de “heróis”.

De todos os personagens ligados aos sertanejos, certamente o mais facilmente aceito pelas autoridades foi o monge João Maria. Basta citar os vários monumentos referentes a este personagem que foram erigidos em área pública nos municípios catarinenses de Monte Castelo, Porto União e Matos Costa por conta do centenário e os investimentos do governo paranaense na Gruta do Monge, na cidade da Lapa. Importante perceber também que a Igreja (outrora tão arredia a este personagem) hoje já não tem a mesma postura. Em Matos Costa o “Monumento Centenário do Contestado” expõe a imagem do monge no jardim em frente à igreja matriz da cidade. Curioso também é transitar por Mafra e passar pelo cruzamento das ruas Felipe Schmidt e Monge João Maria, um “encontro” só possível na intrincada relação de múltiplas memórias.

Este inusitado encontro de personagens tão antagônicos em placas de rua serve para resumir este capítulo. Com o passar dos anos, principalmente a partir da década de 1970, os sertanejos e a própria Guerra do Contestado tiveram sua valorização por parte dos estados, ainda que em descompasso com a historiografia. Neste processo, a memória dos caboclos encontrou pelo caminho as memórias já estabelecidas das personalidades oficiais. Cidades como Matos Costa, Vidal Ramos e Lebon Régis em Santa Catarina, ou as Avenidas João Gualberto e Presidente Affonso Camargo e a Rua Presidente Carlos Cavalcanti em Curitiba/PR, nos remetem a personagens importantes da guerra e da história política dos dois estados. Nada de novo no caso dos últimos, pois as personas oficiais sempre tiveram maior relevância quando da escolha de nomes para logradouros públicos. E ainda sobre os personagens oficiais, uma característica não mudou: os governantes estaduais ao tempo da guerra continuam blindados pela memória. Os “homens-monumento”, irretocáveis em suas posturas, assim permaneceram em 2012.

⁵⁴⁰ Ata de 025ª Sessão Especial..., p. 5.

4 COLEÇÕES, OBJETOS DISPERSOS E AUSÊNCIAS: MUSEUS E AS FORMAS DE LEMBRAR E ESQUECER A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO

Relacionados aos processos políticos, históricos e culturais analisados nos capítulos anteriores, estavam as ações que viabilizaram os museus apresentados neste último capítulo bem como seus usos ao longo das décadas em questão. Como apontado na introdução, a escolha dessas instituições museológicas seguiu alguns critérios que julgamos necessários. Primeiro, estarem situadas em cidades que tiveram importância durante a Guerra do Contestado; segundo, a relevância destas instituições como mantenedoras da memória do Contestado e, por extensão, a possibilidade de definirem interpretações sobre o Contestado. Veremos que cada museu aglutinou de forma muito distinta cada um destes elementos.

Não ficamos exclusivamente focados nas análises das coleções sobre o Contestado. Procuramos apresentar um plano geral de cada instituição para demonstrar qual o foco principal de cada uma e, desse modo, melhor mensurar a importância que o Contestado teve na gênese da memória histórica de cada cidade ou estado.

Até por questões de viabilidade da pesquisa, nem todos os museus que apresentavam algo sobre o Contestado foram analisados. Caso de Campos Novos, Canoinhas e Matos Costa, todas em Santa Catarina. Em Campos Novos, no Museu Histórico e Arqueológico Sebastião Paz de Almeida, há apenas textos e folders sobre a guerra tal como no museu do Irani. Optamos por este último por estar localizado em um sítio histórico importante e ser alvo da política cultural do estado. O Museu Histórico Orty de Magalhães Machado, de Canoinhas, estava fechado desde 2000 e sem condições para pesquisa. Matos Costa tem seu museu instalado em uma estação ferroviária, fruto do empenho da professora de história, Jossete Dambrowski, falecida em 2011. Criado em 2002 com o nome de Nosso Museu, passou a chamar-se Museu Histórico Jossete Dambrowski, após a morte de sua idealizadora. Seu acervo é constituído de documentos e utensílios de trabalho e uso domiciliar dos antigos moradores da região.

4.1 MUSEU HISTÓRICO CEL. DAVID CARNEIRO (1928-1994): REVOLUÇÃO FEDERALISTA VS. CONTESTADO

David Carneiro fez parte daquele grupo de estudiosos que, embora formados em outras áreas, se dedicaram com afinco às pesquisas históricas e ganharam respeito nessa empreitada. E no caso de nosso personagem há ainda outro resultado de sua dedicação à História: o Museu Cel. David Carneiro, batizado com o nome de seu pai.

David Antonio da Silva Carneiro (1904 – 1990), filho de militar, seguiu por um tempo a carreira do pai, abandonando-a após a morte de um amigo, Newton Prado, no fato conhecido como “18 do Forte de Copacabana” em 05 de julho de 1922. Retornando a Curitiba, formou-se em Engenharia em 1928 na Universidade do Paraná. A partir de 1929 passou a escrever vasta obra, tornando-se um dos maiores pesquisadores paranaenses sobre a Revolução Federalista. Em 1943 David Carneiro deixou de lado os negócios da família (empresa ervateira) e se dedicou mais ainda à sua produção intelectual, da qual faziam parte também a poesia, crônica, ensaio, biografia e jornalismo. Também foi professor de “Arquitetura Analítica” na Escola de Música e Belas Artes do Paraná (1949-1953), professor de Economia na UFPR (1951-1969) e professor de História na UNB (1965). Na época do centenário de emancipação política do estado e da inauguração da sede definitiva de seu museu (1953), ocupava também o cargo de presidente do Centro de Letras do Paraná (1952-1954).

Fundado em 1928, o Museu contava com objetos adquiridos desde a infância de David Carneiro, a exemplo de uma coleção de moedas doadas por seu avô (de quem herdou o nome). De seu pai, após uma estada deste na Europa em 1924, ganhou uma coleção de condecorações e medalhas militares além de objetos mais raros como consta numa carta enviada de Ostende, na Bélgica. Entre estes estavam espadas, punhais, espadim, lança granada e granada de avião.⁵⁴¹ Dizia-se que seu gosto pelo colecionismo se avivou também por sua passagem pela escola militar no Rio de Janeiro “onde eram conservadas preciosas relíquias históricas”.⁵⁴²

⁵⁴¹ MUSEU DAVID CARNEIRO. **Catálogo Museu Coronel David Carneiro**: Curitiba - Paraná. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ministério da Educação e Saúde), 1940, p. 21; MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana**: David Carneiro. 2012. Dissertação (Mestrado em História). UFPR, pp. 89-90; Jornal **Correio de Notícias**, Curitiba, 26 de julho de 1987. Suplemento “Bom Domingo”, s/n. Todos os jornais citados sobre este museu foram consultados na Biblioteca Pública do Paraná, Setor de Documentação Paranaense. Na “Pasta Museu Histórico David Carneiro”, foram reunidos apenas as matérias referentes ao museu. Outros exemplares foram consultados em microfilme.

⁵⁴² MUSEU DAVID CARNEIRO. **Catálogo...**, p. 21.

Inicialmente, a residência da família serviu como sede do Museu. Três anos depois ganhou um espaço melhor no mesmo endereço onde se construiria a última sede. Durante este período, como citado anteriormente, David Carneiro se tornou referência na “história regional” do Paraná e em especial da Revolução Federalista. Em 1944, no cinquentenário do Cerco da Lapa chegou-se a criar neste município um museu sobre o tema com peças doadas pelo próprio historiador. David Carneiro, no entanto, acusou os responsáveis de não cuidarem devidamente do acervo e exigiu a devolução da coleção outrora doada por ele. Em uma entrevista concedida a um dos mais conhecidos jornalistas da época no Paraná, Aramis Millarch (1943 – 1992), respondendo a acusações de “se apropriar dos tesouros da Lapa”, afirmou que “(...) dei à cidade o Museu. Dei, mas fui obrigado a tirar porque estavam roubando tudo (...). O museu funcionou de 1944 a 1952”.⁵⁴³ Com a retomada destes objetos, associada à construção da nova sede, o museu entrou em uma nova fase a partir de 1953.

Apesar do prometido apoio dos políticos, deveu-se ao empenho de seu idealizador e de alguns amigos entusiastas de sua obra o funcionamento do museu por décadas. No entanto a instituição deu mostras de estar definhando em 1979, quando a primeira coleção de moedas (adquiridas ainda na década de 1920) teve que ser vendida para saldar dívidas. A partir de 1980, outra dívida, desta vez herdada de um de seus filhos, fez com que anos mais tarde David Carneiro entregasse o imóvel como forma de pagamento. Sem ajuda efetiva de governantes e com sua morte em 1990, o museu fechou as portas em 1994.⁵⁴⁴ Muitos objetos foram vendidos de forma irregular pela família e a maioria do acervo que restou está no Museu Paranaense desde 2004 e outra parte no Museu Histórico da Lapa desde 2003 e no Museu das Armas, na mesma cidade.

Em sua coluna, “Veterana Verba”, David Carneiro assim descreveu a organização da instituição em sua segunda fase:

Em 1953 a construção de casa própria destinada a abrigar o Museu, devia tê-lo feito entrar em sua fase final, desde que foi possível organizar a sequência evolutiva, com Independência, segundo reinado e período republicano, separados, com as peças mais valiosas que o Museu possuía de cada uma dessas fases históricas. Quando me foi possível também construir a fachada do museu para deixá-lo integro, fiz da entrada a exibição demonstrativa da raça brasileira miscigenada, através de peças capazes de concretamente evidenciarem a predominância ou a contribuição de cada uma delas.⁵⁴⁵

⁵⁴³ Jornal **O Estado do Paraná**. Curitiba, 10 de setembro de 1982. Suplemento “Fim de Semana”, nº 77, s/n. Pasta Museu Histórico David Carneiro, BPPR.

⁵⁴⁴ Na citada Pasta Museu Histórico David Carneiro, há várias reportagens que dão uma ideia dos esforços de alguns defensores do museu e do próprio David Carneiro para manter a instituição aberta.

⁵⁴⁵ CARNEIRO, David. Veterana Verba. In: Jornal **Gazeta do Povo**. Curitiba, 07 de março de 1985, s/n.

Era uma divisão tributária da clássica “História do Brasil”, com seus respectivos “períodos históricos”. Tomando o acervo como um todo, a história dita “nacional” estava (ou assim se presumia) representada em peças referentes à Guerra do Paraguai (1864 – 1870) ou à guerra contra o ditador argentino Rosas (1851 – 1852), por exemplo. Mas esta organização, assim descrita, não deixava entrever duas características bem marcantes no acervo de David Carneiro desde o início. A primeira e talvez a mais importante diz respeito a uma memória histórica de matriz regionalista, representada principalmente pelo Cerco da Lapa. A segunda, seu viés militar. Como bem definiu certa vez o jornalista Rodrigo Wolff Apolloni, era “um museu de armas e heróis”.⁵⁴⁶

O elemento militar tinha relação com a própria formação inicial de David Carneiro bem como a de seu pai, coronel da Guarda Nacional. Era tributária também de uma historiografia que neste período ainda cultuava os heróis e as grandes campanhas militares responsáveis pela “soberania nacional”, de influência positivista e que se manteria até o seu fechamento. E como pesquisador preocupado em salientar a participação local em eventos históricos de importância nacional, fez desta memória regional a característica principal de seu museu. E é com este olhar que espreita por entre coleções militares que cultuavam os heróis e as passagens históricas do Paraná que devemos analisar parte do acervo do Museu Cel. David Carneiro,⁵⁴⁷ começando pelo primeiro e mais importante registro de suas coleções, o Catálogo publicado pelo então SPHAN, em 1940.

Observando as coleções registradas neste Catálogo, conseguimos anotar 13 objetos vinculados ao Contestado. Já a memória da Revolução Federalista foi agraciada com algo próximo de 100 objetos.⁵⁴⁸ As coleções compunham-se basicamente por armas, fardamentos, espadas, espadins, condecorações, quadros, documentos e algumas peças mais simples e de uso cotidiano.

Com referência ao Contestado, a maioria das peças (8), serviu à memória do Cel. João Gualberto, tal como uma tão simples escova de dente. Três outras peças, duas bandeiras⁵⁴⁹ e uma “moldura toscamente esculpida, encontrada no reduto de Taquarussú, na Campanha do

⁵⁴⁶ Jornal **Indústria & Comércio**. Curitiba, 10 de fevereiro de 1994, p. A12. Pasta Museu Histórico David Carneiro, BPPR.

⁵⁴⁷ Há muitos outros personagens lembrados e que não tem necessariamente ligação com campanhas militares tais como, artistas, desbravadores (os bandeirantes curitibanos), e dezenas de políticos considerados relevantes por David Carneiro. Mas ficaremos centrados nas coleções da Revolução Federalista e das poucas peças da Guerra do Contestado que não chegaram a formar uma “coleção”.

⁵⁴⁸ Nem todas as peças têm o número exato citado no Catálogo. Exemplo são as “Dragonas” do fardamento militar de João Gualberto, apenas referenciado no plural e que colocamos como “uma” das 13 peças arroladas. Ou então as “abotoaduras” pertencentes ao Barão do Cerro Azul também citada como “uma” em nossa contagem em relação à Revolução Federalista.

⁵⁴⁹ MUSEU DAVID CARNEIRO. Catálogo..., p. 36.

Contestado”.⁵⁵⁰ Fazia parte ainda uma Comenda oferecida pelo presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti, aos que se destacaram no Contestado,⁵⁵¹ e uma placa de inauguração de um trecho da EFSPRG em 1906.⁵⁵²



FIGURA 29 – Sala General Gomes Carneiro, vista a partir da “Sala Geral” do Museu. Ao fundo, busto e retrato de Gomes Carneiro. No canto superior esquerdo da foto, o retrato de Gumerindo Saraiva.
Fonte: CATÁLOGO, 1940, p. 105.

O numeroso acervo dedicado à Revolução Federalista e, em especial ao Cerco da Lapa, ocupava muitos espaços do museu. Um deles era a “Sala General Gomes Carneiro” (Fig.29) dedicada ao personagem mais lembrado da jornada de 26 dias entre janeiro e fevereiro de 1894: Antônio Ernesto Gomes Carneiro (1846 – 1894). Armas de fogo, espadas, o lenço “manchado de sangue”, quadros e a marquesa onde teria morrido o militar estão entre os objetos da respectiva coleção.⁵⁵³ Acrescida nas décadas seguintes de outras tantas peças ligadas ao Cerco, constituiu-se na maior coleção relacionada à Revolução Federalista no Brasil.

Em ambos os casos, Cerco da Lapa e Contestado, temos a construção do “herói”. Ambos mortos em combate defendendo causas “justas” para o Paraná e o Brasil. Gomes Carneiro morreu na “defesa da causa republicana” contra os federalistas; Gualberto sucumbiu

⁵⁵⁰ MUSEU DAVID CARNEIRO. Catálogo..., p. 118.

⁵⁵¹ Idem, p. 110.

⁵⁵² Idem, p. 161. Uma “Carta de Argolo ao Dr. Hercílio Pedro da Luz”, sem datação no catálogo talvez seja também referente ao Contestado, mas, não foi possível saber sobre seu conteúdo, p. 141.

⁵⁵³ Os principais objetos da coleção dedicados à memória de Gomes Carneiro pertencem desde 2003 ao Museu Histórico da Lapa, PR. Ainda sobre a Revolução Federalista, alguns objetos estão no Museu das Armas, também na Lapa, e no Museu Paranaense, em Curitiba.

aos “fanáticos” do Contestado em favor do Paraná na longa Questão de Limites com Santa Catarina. Tanto no Cerco entre janeiro e fevereiro de 1894 quanto no embate de 22 de outubro de 1912 as forças representadas por estes dois comandantes saíram derrotadas. Capitulação de uma, debandada de outra. Muito em função da maneira como as lideranças políticas locais e historiadores interpretaram o resultado destes dois momentos históricos, tanto estes quanto seus respectivos heróis foram lembrados de formas distintas nas décadas seguintes.

Não há como negar que a atividade intelectual de David Carneiro, incluindo-se aí a divulgação de suas ideias por meio de seu museu, ajudou a construir estas memórias em graus diversos. Adepto ferrenho do Positivismo, David Carneiro afirmava que quem vivesse apenas para si não teria interesse em viver. Para ele a “felicidade” consistia em “viver para outrem”. “Vivendo em sociedade a ventura é dedicar-se à Família, à Pátria, à Humanidade”.⁵⁵⁴ Para a historiadora Daiane Vaiz Machado, “Na classificação das ciências de Comte, a moral é a ciência que conclui o conhecimento humano, é destinada a avaliar a ‘influência real de cada conduta sobre a existência humana, individual ou social’”.⁵⁵⁵ Daí o valor dos “heróis” que “deram” a vida pela “pátria”. Neste julgamento positivista construíram-se memórias edificantes dos personagens que por um motivo ou outro se destacaram em jornadas invariavelmente descritas em tons épicos. E o Museu participou desta tarefa:

Se, segundo os pressupostos de Carneiro, o museu deveria dar glórias aos heróis do passado e contribuir para defesa do patrimônio histórico e artístico nacional: que exemplo maior teria o Paraná do que o daqueles homens que se bateram valentemente na sangrenta Revolução Federalista em defesa e honra da República de Floriano Peixoto? A partir desta concepção, Carneiro verá o Cerco da Lapa, episódio da Revolução Federalista, como objeto de investigação privilegiado. Julgará, segundo os preceitos positivistas, qual o papel histórico do conflito e qual o seu significado na trajetória da Humanidade.⁵⁵⁶

Se compararmos a longa resistência de quase um mês no Cerco da Lapa⁵⁵⁷ ao lapso de pouco mais de meia hora do Combate do Irani,⁵⁵⁸ no Contestado, era evidentemente mais fácil

⁵⁵⁴ CARNEIRO, David. **Ensaio de interpretações morais**. Rio de Janeiro: Athena, 1937, p. 121.

⁵⁵⁵ MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). UFPR, p. 35.

⁵⁵⁶ Idem. Ibidem., p. 94.

⁵⁵⁷ Resistência legalista (Exército, Guarda Nacional, Regimento de Segurança do Paraná e voluntários) contra os federalistas vindos do Rio Grande do Sul (com adeptos em SC e no PR) rumo ao RJ com a intenção de depor o então presidente, Floriano Peixoto. Os números de combatentes, que variam muito de acordo com as fontes, presumem um número próximo de 630 combatentes na defesa da cidade contra cerca de 3000 federalistas.

⁵⁵⁸ O Combate do Irani é o nome comumente utilizado para se referir ao rápido confronto entre os 44 militares do Regimento de Segurança do Paraná (segundo boletim do Museu da PMPR de 1986), comandados por João Gualberto, e um número incerto de caboclos (algo entre 200 e 300) na localidade conhecida como Faxinal do Irani (atualmente no meio oeste catarinense), à época sob jurisdição do Paraná. Foram oficialmente 23 mortos, entre eles Gualberto e o monge José Maria, em torno do qual se reuniam os caboclos.

construir em relação ao Cerco uma narrativa gloriosa. Sem contar os resultados finais da Revolução Federalista e do Contestado, distintamente avaliados por intelectuais locais. Surgirão nuances as mais variadas sobre o papel de cada participante “ilustre”. Segundo Daiane Machado:

O episódio federalista em si, para Carneiro, é um divisor de águas na história do Estado. É o primeiro movimento nacional de participação militar intensa em seu território, do qual o Paraná deve se orgulhar já que cumpriu o seu papel, pois, apesar de invadido, defendeu a República e foi parte importante para a sua manutenção. A defesa para tal concepção de Carneiro na historiografia, e que perpassa suas obras, é que a resistência dos defensores do Cerco da Lapa desestabilizou as forças revolucionárias, atrasando a investida sobre São Paulo e dando tempo para que os pica-paus se reorganizassem militarmente (...). Para David Carneiro, a Revolução Federalista é fornecedora de bons exemplos, pois em seus “heróis” os paranaenses poderiam se reconhecer enquanto membros de uma mesma coletividade. Foram eles “os defensores da recém proclamada República brasileira”.⁵⁵⁹

Daí a possibilidade de, mesmo perdendo, haver orgulho na ação dos defensores da Lapa. A resistência tenaz, repleta de atos “heroicos”, que garantiu o tempo necessário para as tropas legalistas se reorganizarem, “salvando” desta forma a República de uma suposta derrocada.⁵⁶⁰

De forma resumida estas foram algumas características da abordagem de David Carneiro a respeito da Revolução Federalista e que fez escola. Em seus contornos gerais a memória da Revolução e principalmente do Cerco da Lapa que encontramos em museus, monumentos e livros é, em boa medida, tributária deste pensamento.

E é neste espaço que vamos ver com bem menos vigor a memória do Contestado. Para ser mais preciso, a memória de João Gualberto e, de maneira pejorativa, dos “fanáticos” como bem podemos observar na descrição de uma das peças do acervo. “Capacete do uniforme do exército brasileiro de 1897 que pertenceu ao Cel. João Gualberto Gomes de Sá, a primeira e mais ilustre vítima dos fanáticos do Contestado Paranaense”.⁵⁶¹ Gualberto, como “vítima” dos “fanáticos”, foi recorrente no Catálogo, na exposição e em livros de autoria de David Carneiro. “Escova de dentes que o Cel. João Gualberto Gomes de Sá trazia no bolso quando foi morto pelos fanáticos, no Irani”.⁵⁶² Um simples objeto, destes que só são

⁵⁵⁹ MACHADO, Daiane Vaiz. Op. Cit., pp. 97-8.

⁵⁶⁰ Sob a responsabilidade do governo do Estado, em 1944, organizaram-se eventos e inaugurações de monumentos para celebrar o “heroico” Cerco da Lapa. Foi neste período que parte do acervo de David Carneiro serviu para fundar o Museu da Revolução Federalista na antiga Casa de Câmara e Cadeia da Lapa e que em 1952 seria retomado por ele. Os dias escolhidos para as festividades não foram ao acaso. Ocorreram entre 07 e 11 de fevereiro, e “simbolizavam a ‘resistência heroica’ comandada pelo general Gomes Carneiro”. MACHADO, Daiane Vaiz. Op. Cit., p. 100.

⁵⁶¹ MUSEU DAVID CARNEIRO. Catálogo..., p. 100.

⁵⁶² Idem, p. 65.

“justificados” nas exposições por terem pertencido a personagens ilustres. Prática comum nos museus históricos ainda hoje, em outras palavras, a “fetichização do objeto na exposição”.⁵⁶³

Esta pouca expressividade do Contestado bem como a memória de João Gualberto pelo viés do herói não foi exclusiva desta instituição e nem apenas de seu proprietário. O “ambiente intelectual” no Paraná tornou-se arredo ao tema após o Acordo de Limites assinado em 1916. Restava apenas ressaltar os supostos méritos daqueles que morreram “pela causa paranaense”.

Em seu livro “História Psicológica do Paraná”, já citado anteriormente, David Carneiro deixava claro seu descontentamento com a “perda” do território. Escreveu que “todo paranaense sabe que foi espoliado de patrimônio que era seu, e que sempre foi legitimamente seu, por direito de descoberta e de conquista”.⁵⁶⁴ Esta interpretação apareceu também em outros livros e documentos oficiais produzidos até então. Havia a “certeza” de que o território “sempre” pertencera ao Paraná. Não se questionava nem se colocava em dúvida este pensamento. Portanto, neste sentido, o Acordo de 1916 configurava-se, para Carneiro, como ato de espoliação das terras paranaenses. Este senso de perda permeava o discurso de políticos e a escrita dos que se propunham a pensar as questões históricas do Paraná. Seu inconformismo com esta e outras questões históricas o levava a caracterizar o paranaense como retraído e complacente e que “Tudo o que se faz ao nosso redor nós aceitamos”.⁵⁶⁵ Cobrava dos moradores do estado maior ímpeto na defesa de um território historicamente conquistado por antigos paranaenses.

Um quadro (Fig.30)⁵⁶⁶ que era do extinto museu em questão e hoje faz parte do acervo do MP, é exemplar desta característica do pensamento de David Carneiro. Na tela estão representados o “herói” e o território que deveria ser defendido. Ao primeiro olhar a pintura lembra apenas a guerra e o “herói”. Mas a Questão de Limites aparece como pano de fundo. O muro de taipas, comum em fazendas do Paraná e de Santa Catarina, aqui serve de limite entre os dois estados. Conjecturando um pouco, é como se o artista quisesse dizer que a fronteira, o território, definiu-se não pela força de algum ato político, mas por desbravadores, os antigos “bandeirantes paranaenses” como queriam alguns. O “pioneiro” definindo até onde iriam as terras paranaenses. Demarcando suas posses, suas fazendas, com taipas, demarcou também

⁵⁶³ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 36.

⁵⁶⁴ CARNEIRO, David. Op. Cit., p. 87.

⁵⁶⁵ Idem, p. 7.

⁵⁶⁶ O quadro não consta do Catálogo de 1940. Ainda não foi possível estabelecer a partir de quando a obra passou a fazer parte do Museu Cel. David Carneiro.

um território historicamente conquistado. E é este espaço que o personagem representado parece estar defendendo.

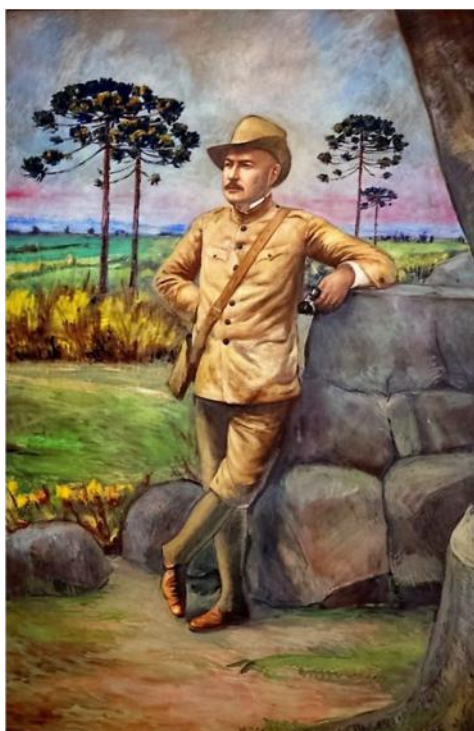


FIGURA 30 – Autor Desconhecido. **João Gualberto Gomes de Sá.** s/d. Óleo sobre tela, 285 x 129 cm.

Acervo: Museu Paranaense.

Fonte: www.museuparanaense.pr.gov.br.



FIGURA 31 – Atual disposição, no Museu Histórico da Lapa, da marquesa e outros objetos relacionados ao Gal. Gomes Carneiro. Vê-se também o quadro do pintor, Theodoro de Bona, representando a morte do general. Percebe-se a disposição de algumas peças tendo o quadro como referência.

Fonte: Foto do autor, 2015.



FIGURA 32 – “Sala Geral”. Década de 1940. Ao fundo, à esquerda, quadro de Theodoro de Bona, pertencente hoje ao Museu Histórico da Lapa.

Em comparação ao Cerco da Lapa, o assunto do Contestado não chegou nunca a formar uma coleção consistente a ponto de se tornar referência sobre o tema. Se observarmos o acervo sem os objetos de culto à memória de João Gualberto e demais artefatos oficiais, veremos apenas “despojos de guerra” tirados dos redutos depois dos massacres. Tomemos como base o já mencionado Catálogo. Nele Constavam tão somente duas bandeiras dos “fanáticos” e uma moldura em madeira, já mencionados.

É praticamente impossível estabelecer o número exato de peças que o museu possuiu no decorrer de sua história. No Catálogo, são aproximadamente 1800 peças de assuntos diversos e 2179 de numismática. Foram acrescentadas outras tantas assim como algumas desapareceram ou foram vendidas. Este Catálogo é ainda hoje a principal fonte para termos uma ideia do acervo daquele que foi um dos principais museus históricos particulares do país. No MP, que ficou com a maior parte das coleções do extinto museu de David Carneiro, está em curso a mais completa catalogação deste material desde a produção do Catálogo do SPHAN, em 1940. Deste trabalho do MP, destacamos dois grupos documentais.

O corpo documental intitulado “Instituições/Museu David Carneiro”, é uma série de 158 documentos bastante heterogêneos. Referem-se, por exemplo, aos contatos de David Carneiro com outras instituições dentro e fora do país, tais como os Institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia, o Museu Histórico Nacional, “Museu do Ipiranga”, Museu Paranaense, e os museus Histórico Nacional e Isaac Fernandez Blanco, ambos de Buenos Aires.⁵⁶⁷ Há ainda o Estatuto Interno da Universidade do Paraná, de 1918,⁵⁶⁸ e o “ante-projeto de Lei de Educação e Cultura do Estado do Paraná”, de 1962.⁵⁶⁹ Há dezenas de correspondências enviadas e recebidas por David Carneiro e que mostram como parte do acervo do Museu foi adquirida. No caso das doações, uma lista sem datação, aponta para o fato de que nem tudo o que está registrado nesta documentação foi efetivamente doado, ou ainda, pode-se presumir, aguardava doações.⁵⁷⁰ Exemplo interessante é o primeiro objeto da lista, o uniforme do Cel. João Pacheco dos Santos Lima,⁵⁷¹ que teve sua doação registrada em correspondência datada de 10 de março de 1939 e assinada por Firmino Pacheco dos Santos Lima.⁵⁷² No entanto, não aparece no Catálogo de 1940.

⁵⁶⁷ Museu Paranaense - Acervo David Carneiro – Instituições/ Museu David Carneiro, Caixa 5.

⁵⁶⁸ Idem, envelope 3.

⁵⁶⁹ Idem.

⁵⁷⁰ Idem, envelope 10.

⁵⁷¹ Personagem importante na construção da memória do município catarinense de Três Barras. Ver item a respeito do Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras.

⁵⁷² Idem, envelope 8.

São quase quatro mil objetos referidos no Catálogo, ou seja, há registro de doações e compras de parte muito pequena deste acervo. E o que é importante para esta pesquisa, não há registro de como David Carneiro conseguiu os objetos referentes ao Contestado. O mais provável é que também tenha sido por meio de doações, principalmente os objetos referentes ao Cel. João Gualberto, fossem essas doações de iniciativa de seus doadores ou após a solicitação do próprio idealizador do museu. Carneiro era conhecido no meio intelectual e da museologia, o que por certo facilitou os contatos.

Um segundo grupo de documentos, catalogados pelo MP sob o título de “Eventos Histórico/Guerra do Contestado”, mostra a outra faceta da instituição. Se, por um lado, o Museu David Carneiro foi praticamente irrelevante junto ao público na construção de um olhar amplo sobre o Contestado, por outro, guardou documentação importante sobre a guerra e a Questão de Limites e que poderia, em tese, ser acessível às pesquisas.

São 24 documentos manuscritos, datilografados e telegramas assinados por militares e políticos. Alguns com apenas poucas linhas e outros com até oito páginas. No primeiro caso há uma correspondência do capitão Euclides de Castro, de 20 de abril de 1916, reclamando das críticas recebidas de outro capitão, José Vieira da Rosa (1869 – 1957), e se valendo de um jornal catarinense para comprovar seus “relevantes” serviços no comando de civis.⁵⁷³ Ou ainda um telegrama do governador catarinense, Felipe Schmidt, de 14 de outubro de 1915, endereçado ao major Hélio Fernandez, agradecendo às “felicitações” recebidas e se mostrando satisfeito por saber dos “sucessos obtidos [dos] nossos vaqueanos”.⁵⁷⁴ O documento mais extenso diz respeito a três listas de doações em dinheiro (17 de janeiro de 1909, 11 e 12 de janeiro de 1910) para o “Comitê Central de Limites”.⁵⁷⁵ Nestas listas aparecem nomes bem conhecidos dos paranaenses como os de Affonso Camargo, Romário Martins, Tobias de Macedo, André Pinto de Barros (1855 – 1923), Sebastião Paraná de Sá Sottomaior (1864 – 1938), Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862 – 1953), entre outros. Destacamos ainda a cópia de um relatório sobre as exumações e autópsias de nove soldados do Regimento de Segurança do Paraná, de 18 de fevereiro de 1913.

Correspondência especialmente importante, por fazer referência ao armamento de civis (vaqueanos) por parte do governo catarinense, foi endereçada ao major Hélio Fernandes, em 26 de agosto de 1915, pelo comandante do Regimento de Segurança de Santa Catarina,

⁵⁷³ Museu Paranaense - Acervo David Carneiro – Eventos Históricos/Guerra do Contestado, caixa 26, env. 1.

⁵⁷⁴ Idem, envelope 2.

⁵⁷⁵ Idem, envelope 1. Há ainda outra lista datada de 15 de janeiro de 1910, mas catalogada em separado.

Januário de Assis Corte (1865 – 1926).⁵⁷⁶ Januário, por meio do “alferes Rosa”, além de enviar a referida correspondência, encaminhava também “150 carabinas e 25000 tiros para o armamento de civis que terão que operar contra os bandoleiros ainda existentes, conforme combinação feita no Rio entre o coronel Schmidt e o general Faria” (Anexo 3).⁵⁷⁷ Sabe-se que após a retirada do Exército da região do Contestado, alguns militares, comandando vaqueanos, capturaram e mataram remanescentes dos redutos caboclos. O documento mostra também que o próprio governador, Felipe Schmidt, participou dos preparativos para viabilizar tais ações. Os militares citados nestes documentos (Hélio Fernandes, Vieira da Rosa, Euclides de Castro) estavam entre os que participaram deste processo extremamente violento, entre 1915 e 1916, e que alguns viriam a chamar de o “período do açougue”. Há outras duas correspondências de Assis Corte ao major Hélio Fernandes, elogiando os serviços prestados, pertencentes ao “Acervo David Carneiro”. Essa documentação, aqui apenas citada, exige uma análise mais criteriosa. Muitos documentos carregam a habitual dificuldade de serem lidos por conta da caligrafia extremamente irregular. É uma documentação relevante para os assuntos do Contestado.⁵⁷⁸

O Museu Cel. David Carneiro, apesar de ter seu acervo tombado pelo SPHAN em 1940, ganhando inclusive o já citado Catálogo, e de igualmente ter sido o mesmo acervo tombado pelo Estado em 1972, e considerado de utilidade pública, deveu seus 66 anos de atividades à persistência de seu idealizador, apesar de todos os percalços e falta de apoio público. Tornou-se junto com o MP, referência museológica no estado. Contribuiu para construir e manter uma dada memória em torno da Revolução Federalista e do Cerco da Lapa. De maneira geral não destoava da historiografia paranaense; foi tanto influência como receptor de um pensamento voltado para a história local, jogando luz sobre alguns fatos e eclipsando outros. Influência que deve ser pensada juntamente com toda a obra intelectual de David Carneiro. O Museu foi apenas parte da contribuição deste historiador na memória histórica do Paraná. A participação desta instituição na construção da memória do Cerco da Lapa, por exemplo, só pode ser pensada se atrelada a todo o trabalho de pesquisa de seu idealizador. Ou seja, tanto quanto os “heróis” da Lapa, a própria unidade museológica deveu parte de sua importância ao nome de seu fundador e mantenedor. E como outros tantos historiadores e intelectuais paranaenses, para ele o Contestado não foi prioridade, embora não tenha ignorado o assunto.

⁵⁷⁶ Januário Corte comandou o Regimento em três oportunidades: 1907-1910, 1915-1917, 1919-1922.

⁵⁷⁷ Museu Paranaense - Acervo David Carneiro – Eventos Históricos/Guerra do Contestado, caixa 26, env. 2.

⁵⁷⁸ Na mesma pasta foram encontrados documentos sobre a Revolução de 1930.

4.2 MUSEU HISTÓRICO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: CEL. JOÃO GUALBERTO, “HERÓI” DO COMBATE DO IRANI

Diferente dos demais museus analisados, o da polícia pôde contar com seu próprio material bélico, documental, fotográfico e outros tantos objetos para constituir um acervo. Sua função, como não poderia ser diferente, era preservar a memória histórica da própria corporação, enaltecendo seus “heróis” e destacando a sua participação em períodos conturbados da história do estado e do país: Guerra do Paraguai, Revolução Federalista, Guerra Sertaneja do Contestado, Revolução Paulista de 1924, Revoluções de 1930 e 1932.

Criado em 01 de dezembro de 1949 por meio do Art. 439, Decreto 9.060, foi efetivamente inaugurado em 29 de Agosto de 1950 (dia e mês da emancipação política do Paraná). O responsável por sua criação e, que inclusive dá nome à instituição, foi o Tenente Coronel Augusto de Almeida Garret (1898 – 1955). Dado importante neste sentido é que Garret esteve (não exatamente no campo de batalha) nos contingentes que participaram do Contestado e Revoluções de 1924, 1930 e 1932, além de viver em um período marcado pelas duas grandes guerras mundiais. Ingressou muito jovem na corporação (13 anos), muito por conta de ser filho de militar,⁵⁷⁹ em 11 de setembro de 1911. As promoções se seguiram até alcançar o oficialato em 1922, como 2º Tenente. Em 1929 chegou a 1º tenente, Capitão em 1932, Major em 1948 (quando entrou para a reserva), e Tenente Coronel em 1954, desempenhando funções nos quartéis e fora deles, em rotinas de policiamento.⁵⁸⁰

No período em que ocupou a função de chefe de Intendência (1935 a 1948), Garret alimentou a ideia de criação de um museu e começou assim a coletar os objetos para tal realização. A iniciativa ganhou destaque em sua biografia oficial como sendo o “fato mais significativo de sua profícua e realizadora passagem pela corporação (...)”.⁵⁸¹ Em 1950, o então Comandante-Geral, Coronel José Scheleder, convidou Garret para que pudesse colocar em prática a ideia. A inauguração constou do Boletim Geral nº 193, de 29 de agosto daquele ano. Registrou-se também que o mês marcava mais um aniversário da corporação (criada em 10 de agosto de 1854), e que em breve completaria 100 anos. A ocasião motivou a presença de muitos figurões da política, Exército e Polícia Militar:

⁵⁷⁹ Capitão André de Almeida Garret

⁵⁸⁰ ROSA FILHO, João Alves da. **Grandes vultos da corporação: traços biográficos**. Curitiba: [s.n.], 1985, pp. 126-7. Acervo da BPPR.

⁵⁸¹ Idem. Ibidem, p. 126.

Aproveitando a data aniversária da Corporação, transcorrida a 10 de Agosto, e com a presença dos Exmos Governador Moysés Lupion, General Tristão de Alencar Araripe, Comandante da 5ª RM, Dr Lincoln da Cunha Pereira, representante do Tribunal de Justiça, Monsenhor Lamartine, representante do Arcebispado de Curitiba, Dr Hostílio Cesar de Sousa Araújo, Secretário do Interior e de Justiça, Dr Eduardo Olesko, Secretário interino da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr Hugo Vieira, Secretário interino da Fazenda, Dr Hudson de Barros Silva, Secretário da Saúde e Assistência Social, Dr Erasmo Piloto, Secretário da Educação, Dr Raul de Azevedo Macedo, Secretário de Obras Públicas, Coronel Hugo Penasco Alvim, Chefe do Estado-Maior da 5ª RM, Coronel José Saraiva, Comandante do 20º RI, Tenente-Coronel Cristiano Kuster, Comandante do CPOR de Curitiba, Tenente-Coronel José Rebello, Comandante da Artilharia Divisionária da 5ª RM, Tenente-Coronel Murat Guimarães, Tenente-Coronel Oscar Gomes do Amaral, Chefe da 15ª CR, Coronel Pedro Scherer Sobrinho, Chefe de Polícia, além de grande número de pessoas gratas, foi, solenemente, declarado inaugurado o Museu em referência, tendo a sua apresentação causado a melhor impressão entre as autoridades citadas, as quais não pouparam elogios ao interessante trabalho realizado pelo Major Garrett.⁵⁸²

Na lista, a curiosa participação de Monsenhor Lamartine. Também a presença do governador Lupion e do Secretário da Educação, Erasmo Pilotto, e que dá nome ao Instituto de Educação do Paraná. E, obviamente, muitos militares para acompanhar a inauguração de um espaço para a memória da corporação militar paranaense.

Embora inaugurado, o próprio Gattett não considerou terminada esta organização inicial. Em texto datado de 11 de dezembro de 1950 e publicado no Boletim Geral nº 277, de 13 de dezembro, dizia que:

Apesar de já ter o Museu sido oficialmente inaugurado em 10 de agosto do ano em curso, só agora dei por finda a sua organização, como já disse acima e justifico a demora com a dificuldade que houve de início para a designação da sala, que somente fora preparada em julho deste mesmo ano e também na aquisição de material para exposição, confecção de quadros e móveis, na ampliação de fotografias e também na identificação das pessoas constantes da maioria das trinta e nove fotografias que figuram em nossos quadros exposto[s] e também em várias afixadas no álbum, e que foram devidamente relacionadas como poderá ser verificado no “Arquivo Rápido” existente na carga deste Museu.⁵⁸³

Garrett aproveitou também para sugerir a promoção do Cabo João Rodrigues dos Santos para a graduação de 3º Sargento, por conta dos serviços prestados na “guarda, conservação e colecionamento de artigos deste Museu”, e o indicou para seguir com os trabalhos.⁵⁸⁴ A partir daí, continuou o acréscimo de novos objetos e a constante reorganização dos espaços. Caso da “Sala de Armas”, inaugurada em 1953, como consta na placa que marcou esta inauguração (Fig.33).

⁵⁸² Boletim Geral nº 193, de 29 de agosto de 1950. In: ROSA FILHO, João Alves da. Op. Cit., p. 130.

⁵⁸³ Boletim Geral nº 277, de 13 de dezembro de 1950. In: ROSA FILHO, João Alves da. Op. Cit., p. 131.

⁵⁸⁴ Idem, p. 131.



FIGURA 33 – Placa de inauguração da Sala de Armas em 1953.
Acervo: Museu Histórico da PMPR.
Fonte: Foto do autor, 2014.



FIGURA 34 – Disposição dos retratos na última sede do Museu, inaugurada em 2009. Ao lado, retrato de João Gualberto.
Fonte: Fotos do autor, 2014.

Outra aquisição posterior encontra-se hoje no corredor da atual sede. Trata-se da coleção de retratos dos comandantes da corporação (Fig. 34), encomendados ao artista Daniel Freire (1927 – 2000) na década de 1960. Do mesmo autor e da mesma época é o quadro “Combate do Irani” (Fig.35).⁵⁸⁵ Nesta pintura, Gualberto é representado como figura de destaque em primeiro plano, um tanto deslocado do combate, “olhando” para o observador da pintura. A composição privilegiou o Regimento de Segurança e deixou ao fundo os caboclos, numericamente superiores, envoltos pela fumaça da refrega. Excluíram-se os detalhes encarniçados do combate. Não há sangue, apenas o desejo de engrandecer a figura do Cel.

⁵⁸⁵ Na visita realizada ao museu em 20 de novembro de 2014, este quadro não estava exposto.

Gualberto e de seus comandados. E a metralhadora Maxim não foi esquecida, célebre por deixar de funcionar logo após os primeiros tiros.



FIGURA 35 – Daniel Freire. **Combate do Irani**. Curitiba, 1966. Óleo sobre tela, 1,50m x 2,20m, 1966.

Acervo: Museu PMPR, Curitiba, PR.

Fonte: fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br



FIGURA 36 – Reinauguração do museu em 10 de agosto de 1982, com a presença do historiador David Carneiro (de óculos).

Acervo: Museu da PMPR, Curitiba, PR.

Fonte: Digitalização do autor, 2014.

O Museu, no decorrer de sua história, oscilou momentos de maior brilho e contato com o público com períodos em que era apenas uma instituição voltada para a corporação. Em 1982, passou por uma reestruturação, ganhando novo fôlego e ampliando sua participação

na construção da memória da corporação junto ao público externo. Se num primeiro momento, o de sua criação, a missão era organizar e consolidar esta instituição, na segunda, o de sua reestruturação, estava inserido em uma fase de pesquisas sobre o passado da corporação. O principal responsável por estas pesquisas era o Capitão João Alves da Rosa Filho (1933 – 2004), que ingressara na corporação em 1953. Rosa Filho também participou da comissão responsável por reestruturar a unidade museológica, reinaugurada em 10 de agosto de 1982, data de aniversário da PMPR. Na foto exposta no museu (Fig.36) o ato aparece como inauguração e não como reinauguração. Talvez um simples ato falho ou, ainda, a demonstração de que a unidade estava há tempos fechada ou não vinha desempenhando o papel pretendido. Rosa Filho passou a dirigir a instituição, abraçando, junto com suas pesquisas, mais um veículo de construção e divulgação da memória PMPR. Em 1986, nos 70 anos do fim da Guerra do Contestado, o museu começou a editar uma série de boletins. A iniciativa durou pouco, de outubro de 1986 a fevereiro de 1987. Não por acaso iniciou-se em outubro, mês que marcava o início da guerra e a participação da PMPR no Combate do Irani. O primeiro volume trazia o histórico da corporação, e os demais, um histórico sobre o ocorrido no Irani em 1912.

Se o governo paranaense,⁵⁸⁶ diferentemente do que havia feito o governo catarinense (diga-se, Esperidião Amin), praticamente ignorou a data, a PMPR fez questão de rememorar sua participação no Contestado. Em mais de cem páginas dedicadas ao assunto, incluindo-se seus antecedentes e a Questão de Limites, no qual o tom laudatório não faltou, incluiu, entretanto, críticas a algumas atitudes da corporação, notadamente dos responsáveis pelas ordens que redundaram em fracasso no Irani.

Em todo o texto a região do Contestado é tratada, em sua maior porção, como território paranaense e, Porto União da Vitória, como a “chave”, a porta de entrada para o Contestado.⁵⁸⁷ Criticou-se os desmatamentos da Lumber e ainda que “não contente com o desmatamento” passou a vender loteamentos, como se isso não fosse de prévio acordo com o governo. Em outras palavras, culpava a empresa e isentava o governo paranaense (diga-se, Affonso Camargo, advogado da companhia madeireira). Aliás, ao falar da responsabilidade deste último, continuou sendo recorrente mencionar “governos” e “governantes” em lugar dos nomes dos respectivos governadores e presidentes. Só ocasionalmente apareceu o nome de Carlos Cavalcanti, e não para relacioná-lo aos problemas no Contestado.

⁵⁸⁶ Em outubro, quem estava no cargo era João Elísio Ferraz de Campos, que fora até 9 de maio daquele ano o vice de José Richa (1934 – 2003), pai do atual governador paranaense.

⁵⁸⁷ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Histórico da PMPR**. Ano I, n. 2. Curitiba: Museu Histórico da PMPR, novembro, 1986, p. 9. Todos os boletins consultados pertencem ao acervo do MP.

Em mais de uma oportunidade afirmou-se que, com a publicação do boletim, não se estava apenas repetindo o que já havia sido escrito sobre o combate e o Contestado, mas procurando desfazer informações consideradas incorretas ou equivocadas tal como a afirmação de que José Maria ou, Miguel Lucena de Boaventura, seria desertor dos quadros da corporação militar paranaense. José Maria, segundo constava no boletim, “não era” da polícia paranaense, pois nada constava nos arquivos da corporação.⁵⁸⁸ Apesar dos muitos elogios, há espaço para algumas críticas, até porque a jornada do Irani terminou em derrota e fazia-se necessário dar algumas explicações sobre os motivos. “O fracasso deve-se a algumas falhas táticas cometidas pelo próprio coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho (...)”:

Considerou os fanáticos tão desprezíveis que levou cordas para trazê-los amarrados. Não se convenceu de que iria combater com homens mas verdadeiras feras. O Regimento de Segurança não tinha nenhum vínculo de subordinação hierárquica ao chefe de polícia, no entanto obedeceu cegamente às ordens absurdas que lhe foram transmitidas pelo desembargador Vieira Cavalcanti, fato que redundou que ele seguisse para o Irani com um contingente para simples diligência policial e não uma coluna de guerra aparelhada convenientemente para entrar em ação contra força numericamente superior. Tinha uma confiança cega na vitória, mormente contando com uma metralhadora, que, por sinal, não deu os resultados esperados. Chegou a valorizar mais a arma do que seus próprios homens. “O efeito antes encorajador da ‘Maxin’ cedeu lugar ao pânico”. Obrigou a tropa a fazer marchas forçadas por caminhos intransitáveis, a passos acelerados, deixando seus comandados exaustos e sem condições para qualquer ação bélica. Desprezou, talvez visando ser bem visto pelas autoridades, o apelo que lhe fizera o pseudo-monge José Maria, que pretendia se retirar com sua gente sem entrar em choque com a força policial-militar paranaense. Ele mesmo disse a seus oficiais que tinha a intenção de fazer “algumas loucuras” naquele dia, tanto era verdade que procurou surpreender o inimigo de madrugada, mas anunciou a sua presença com toque de cornetas que ecoavam pelas canchadas do Irani, prevenindo os jagunços; Não teve a cautela que devia ter um chefe militar próximo do inimigo, pois mesmo encontrando uma guarda avançada dos fanáticos, nas três casas localizadas no Banhado Grande, não tomou as providências cabíveis para enfrentar a iminente emboscada, ao invés disso mandou buscar espigas de milho numa das casas para debulhá-las aos animais; Não levou em conta a tática para combatê-los, que exigia a máxima astúcia ou a máxima temeridade: as surpresas ou as arrancadas a uma preparação meticular, que devia revestir-se dos máximos cuidados, pelas surpresas tão comuns nas guerras sertanejas. Já havia exemplos de Canudos; O objetivo do combate devia consistir invariavelmente em desalojar os fanáticos dos pontos onde se encontravam. Pois quer pelo temor, quer pelas vantagens que tiravam do terreno, não lutavam em campo aberto, ao contrário, amarravam-se em posições conquistadas; Com o apoio do governo poderia ter usado de meios humanitários, prestando assistência aos caboclos da região, de modo a conquistar a simpatia deles, porquanto alguns inclusive se mostraram favoráveis à intervenção da tropa.⁵⁸⁹

⁵⁸⁸ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Histórico da PMPR**. Ano I, n. 2. Curitiba: Museu Histórico da PMPR, novembro, 1986, p. 12.

⁵⁸⁹ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Histórico da PMPR**. Ano I, n. 5. Curitiba: Museu Histórico da PMPR, fevereiro, 1987, pp. 17-18. Esta longa e cansativa citação se justifica pela raridade de uma publicação trazendo críticas ao Cel. Gualberto, tão celebrado inclusive pelo próprio Rosa Filho, diretor do Museu e responsável pelo boletim.

É curiosa a sugestão (a posteriori) de se usar “meios humanitários” para persuadir os caboclos. Destoava de outras passagens nas quais os termos “fanáticos” e “jagunços”, com toda a carga pejorativa que lhes eram inerentes, foram utilizados sem preocupação, assemelhando-se a outros escritos militares. No boletim constava outros fatores apontados por interessados no assunto, como o Cel. Setembrino de Carvalho. Para este, os soldados do Regimento “não estavam adestrados para enfrentar os jagunços”,⁵⁹⁰ o que, de certa forma, foi corroborado por Rosa Filho. Este aproveitou a publicação para externar o desejo de que um “panteão dos heróis” deveria ser erigido para os mortos no Irani. Reclamava-se do “abandono” dos restos mortais que ficaram “esquecidos” no local do combate. Achava-se que os custos do mausoléu do Cel. Gualberto foram elevados e poderiam servir para construir o desejado panteão.⁵⁹¹

O trabalho de pesquisa de Rosa Filho desdobrou-se em muitas publicações e continuou sendo uma referência para a memória histórica da corporação. Entre as publicações estão o “Combate do Irani” e “Campanha do Contestado”,⁵⁹² que contaram com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura. Nestes livros as críticas a João Gualberto não foram inseridas.

Diferente dos outros museus analisados nesta pesquisa, o da PMPR nunca teve, por assim dizer, uma identidade visual facilmente reconhecível. Em outras palavras, nunca ocupou um espaço só seu, sobre o qual pudéssemos dizer algo como “Aquele é o museu da PMPR”. Sempre ocupando salas dentro dos quartéis, acabava por se tornar uma instituição voltada para o seu próprio criador, apesar das exposições itinerantes. É o caso da sede que mais tempo abrigou o museu, onde fica atualmente o 1º Comando Regional (Fig.37). Em 2009 foi transferido, mas isto não alterou em nada a dinâmica do lugar e não pode ser considerada uma perda em sua identidade como instituição museológica.⁵⁹³ A perda foi de outro tipo. Com a transferência para a Academia Policial Militar do Guatupê, na BR 277, caminho para o litoral paranaense (Fig.37), a mais de 20 km do antigo endereço, diminuiu-se a visibilidade e o contato com aqueles que caminhavam apressadamente pela área central da cidade e que, por ventura, poderiam se interessar em frequentar esta unidade museológica. Ou

⁵⁹⁰ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Histórico da PMPR**. Ano I, n. 5..., p. 18.

⁵⁹¹ POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. **Boletim Histórico da PMPR**. Ano I, n. 4. Curitiba: Museu Histórico da PMPR, janeiro, 1987, pp. 28-9.

⁵⁹² **Combate do Irani**. (Episódios da História da PMPR, v.1). Curitiba: Associação da Vila Militar, Secretaria de Estado da Cultura, 1998; **Campanha do Contestado**. (Episódios da História da PMPR, v.2). Curitiba: Associação da Vila Militar, Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

⁵⁹³ Para comparar, foi diferente quando o Museu Paranaense deixou de funcionar no prédio da antiga prefeitura, em 2002. Ainda hoje ha quem fale “aqui funcionava o museu”. Seria também notada a transferência do Museu Histórico de Santa Catarina, caso deixa-se o atual endereço, no Palácio Cruz e Sousa. Ou ainda o Museu do Contestado, de Caçador, só para citar alguns exemplos.

ainda daqueles que previamente decidiram visitar o local, e que a partir daquele momento tiveram que percorrer um caminho mais longo para isso. Com estas mudanças de endereço a exposição das coleções sofreu sempre alguma modificação para se adaptar aos novos espaços. Nada que, em nosso entendimento, alterasse a lógica destas coleções.



FIGURA 37 – À esquerda, quartel do 1º Comando, na esquina de uma das avenidas mais movimentadas de Curitiba. Ao lado, bloco onde ficam as salas de aula e também a atual sede do Museu, na Academia da PMPR.

Fonte: www.pmpr.pr.gov.br e foto do autor.



FIGURA 38 – A guerra em algumas imagens e textos.

Fonte: Foto do autor, 2014.

No mesmo corredor onde estão hoje os quadros dos antigos comandantes da corporação, vamos encontrar também um resumo da Guerra do Contestado, com fotografias, mapas e informações textuais (Fig.38). Questão de Limites, religiosidade, estrada de ferro, madeira, expulsão das terras, abandono da população sertaneja. Elementos comumente apontados como motivadores para o início da violência na região não faltaram neste resumo. O Irani é lembrado com fotos do local do combate, do monumento “Mãos de Cimento” e do cemitério ao lado do atual museu da cidade. A foto apresentada como sendo a de José Maria é mais uma das tantas já usadas para se falar do “segundo” João Maria. Em que pese uma parcela de descuido, que não traz explicações sobre as dúvidas que pairam sobre estas

imagens, o certo é que nem mesmo os historiadores conseguiram ainda definir quem são os senhores de olhares “compenetrados” ou “distantes” que aparecem nas imagens reproduzidas como sendo as de João Maria de Jesus e de José Maria.

A Sala de Armas (Fig.39) foi por certo o espaço que mais aguçou (e continua a fazê-lo) a curiosidade do visitante. É onde está exposta atualmente a célebre metralhadora Maxim (Fig.40) que negou fogo no Irani e que por isso mesmo continua sendo um objeto procurado por todos aqueles que se interessam pelo Contestado. Sua cor dourada e reluzente é outro detalhe interessante na arma que poderia causar muitos estragos, mas que é marcante justamente pelo que não fez. Notam-se marcas de tiros que vieram pelas costas de quem manuseou a metralhadora. Não se sabe se foi neste ou em outro combate, nas revoluções que se seguiram com a participação da PMPR, como em 1924, quando este modelo de metralhadora também foi utilizado (Fig.41).

E a memória do Cel. João Gualberto, presente na galeria de retratos, no histórico da guerra, na Maxim, também encontrou espaço em outras salas. Na de uniformes, ao lado de uma imagem de Tiradentes (Fig.42), encontra-se a faixa e bandeira que cobriram seu caixão no traslado entre Palmas e Curitiba. Em outra sala (Fig.43), onde também há registros de “ordens do dia” do início do século XX e mobiliário, estão expostas a espada (ao lado de um facão de pau) e cartas-patente. Entre a documentação não exposta encontra-se, por exemplo, o “Processo do Irani”.

Há outras salas com instrumentos musicais, telefones, fax, moto, coletes salva vida, troféus, vinil, aparelho de som, maquete e fardamento recebido recentemente e que ainda não haviam sido organizados quando da visita ao local em 2014.

Optando pela memória histórica da corporação, o museu da PMPR centrou sua atenção, no que dizia respeito ao Contestado, em João Gualberto e na mostra de armas representativas do período. Apesar de ser símbolo de um fracasso no campo de batalha, a metralhadora Maxim segue sendo o objeto mais emblemático da participação do Regimento de Segurança do Paraná, e seu comandante, morto no Irani, apesar das críticas apontadas no boletim desta instituição, manteve-se como exemplo de alguém que “deu” sua vida pela causa paranaense. Continuou sendo o “herói” do Contestado. A definição que um jornalista deu à instituição de David Carneiro, um museu de “armas e heróis”, poderia facilmente ser aplicado aqui. O Museu da PMPR, dentre todos os analisados, era o que mais se assemelhava ao de David Carneiro, embora o segundo, por não priorizar apenas a uma corporação, dispunha de um acervo mais rico e complexo.



FIGURA 39 – Sala de Armas. Em primeiro plano, a Maxim. Na parede oposta, espadas e floretes.
 Fonte: Fotos do autor, 2014.

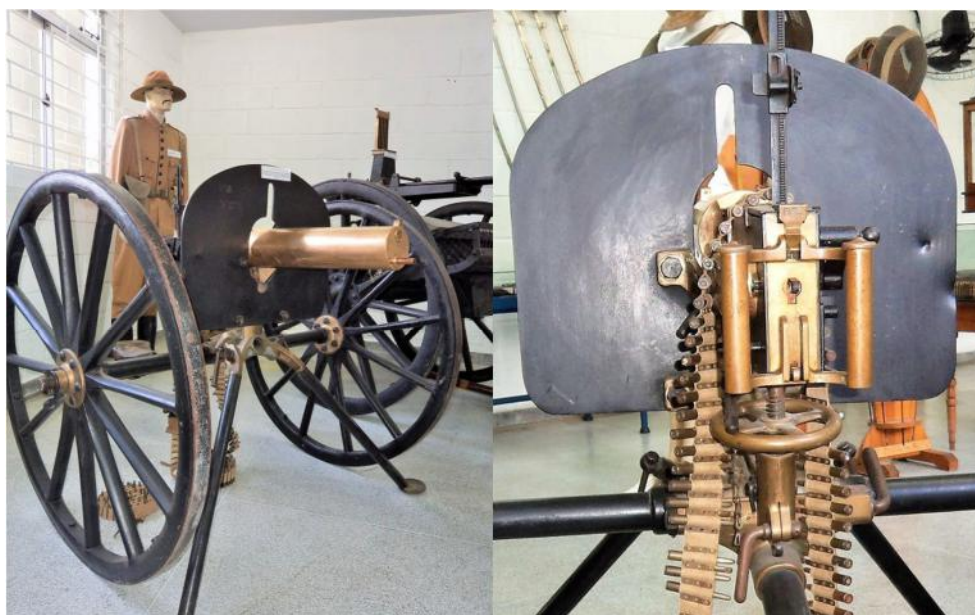


FIGURA 40 – A Maxim e as marcas de antigos combates.
 Fonte: Fotos do autor, 2014.



FIGURA 41 – Autor desconhecido. Tropa sob o comando do Capitão Sarmento. Revolução de 1924. Ao centro e no canto esquerdo, as metralhadoras.
 Acervo: Museu da PMPR, Curitiba, PR.
 Fonte: Digitalização do autor, 2014.



FIGURA 42 – Sala de Uniformes e a faixa e bandeira do caixão do Cel. Gualberto.
 Fonte: Foto do autor, 2014.



FIGURA 43 – Móveis utilizados pela corporação, documentos e ordens do dia (no armário à esquerda) e a espada de Gualberto, ao lado de um facão de pau e cartas-patente.
 Fonte: Fotos do autor, 2014.

4.3 MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO: A MEMÓRIA DO CONTESTADO NA TERRA DOS RAMOS

Lages, principal cidade da serra catarinense e berço da oligarquia da família Ramos, também estruturou o seu museu histórico. Mas como tantos outros que hoje são públicos, sua história começou como instituição privada, surgindo a partir do trabalho de um colecionador. Danilo Thiago de Castro (1919 – 2006)⁵⁹⁴ começou sua coleção por volta de 1937 preocupado em “guardar a memória” lageana. Batendo de porta em porta, perguntando a amigos ou encontrado peças jogadas fora, colecionou o que achava relevante para servir como memória da cidade de outros tempos. E considerou fundado o museu em um cômodo de sua casa no ano de 1943. Em 1948, recebeu visita de uma comissão da Câmara de Lages, “momento em que são registradas algumas impressões sobre o acervo demonstrando sua relevância para a cidade de Lages”. Por meio da Lei nº 281 de 09 de junho de 1960, a Câmara declarou oficialmente criado o museu, o que foi sancionado pelo prefeito, Vidal Ramos Júnior (1908 – 1962),⁵⁹⁵ filho do ex-governador do estado e nosso conhecido dos tempos do Contestado. Na ocasião, Ramos Júnior ocupava o cargo pela terceira vez, demonstrando a força e longevidade da família Ramos na cidade.



FIGURA 44 – Sede do museu entre os anos de 1962 e 1996.

Fonte: mtclages.blogspot.com.br.

⁵⁹⁴ Thiago de Castro trabalhou na extinta Transportes Aéreos Catarinense – TAC e foi funcionário público no Rio Grande do Sul. Desde 1984, quando se aposentou, dedicou-se com exclusividade ao museu. Seu avô, Manoel Thiago de Castro (1872 – 1941), jornalista, advogado e político, estava entre os políticos que se envolveram nas negociações da Questão de Limites. Estas informações foram fornecidas por Carla de Souza, coordenadora do Museu Thiago de Castro desde 2005. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2016.

⁵⁹⁵ Disponível em: mtclages.blogspot.com.br. Acesso em: 10.11.2016.

Apesar de oficializada a criação, não havia um local definido para expor as coleções. Quando abriu oficialmente ao público em 22 de maio de 1960, ocupou espaço no Clube 14 de Junho. Segundo o histórico do Museu, na primeira semana, a exposição recebeu 4.224 visitantes além das autoridades que estiveram no dia da inauguração. Depois disso só voltaria a abrir as portas em 06 de janeiro de 1962,⁵⁹⁶ desta vez em um endereço que, embora particular, exclusivo para abrigar o acervo (Fig.44). Com o passar dos anos tornou-se pequeno em por conta do seu crescimento. Fechou em 1981, demonstrando as dificuldades técnicas (mão de obra especializada) e financeiras para manter-se. Reabriu em 1984 e seguiu com suas atividades até 1993. Só voltaria a funcionar no início de 1997 em outro prédio. Desta vez o local escolhido foi o térreo do antigo fórum de Lages (Fig.45), onde permanece até hoje.⁵⁹⁷ Na ocasião foi criada a Fundação Cultural de Lages, instalada no andar superior do mesmo prédio.

O empenho de Thiago de Castro, e outros mais, resultou na formação do maior acervo particular de SC. Em 2012, quando foi municipalizado, contava com cerca de 48 mil itens.⁵⁹⁸ Como em todo museu histórico, o acervo do Thiago de Castro é eclético.

Em um corredor estão distribuídas algumas das mais de três mil fotografias da coleção iconográfica (Figuras 46 e 47) que conta com cerca de quatro mil itens, incluindo-se negativos em vidro e daguerreótipos. “O grupo expositivo é composto por nove temáticas, seguindo as categorias do acervo fotográfico do MTC: Vistas Parciais, Antigas Fazendas, Ruas e Praças, Religião, Ensino, Medicina, Sociedades Recreativas, Música e Piquenique”.⁵⁹⁹ Esta configuração expositiva está assim desde 2008. As fotografias são representativas de vários seguimentos profissionais da sociedade lagena bem como de algumas famílias abastadas. Estão aí representados professores, médicos, políticos, fazendeiros religiosos, entre outros. A estrutura educacional ganhou considerável espaço nesta exposição. Nas imagens externas há os participantes ou curiosos de alguns eventos de inauguração ou simples passantes no momento da captação das imagens. Entre os anônimos há ainda os que se reuniram apenas para o momento da foto de uma praça ou rua. Não há, como em muitos museus, aqueles retratos de políticos e outras personalidades postados solenemente. Destaca-se também a evolução urbana da cidade, representada em plantas e fotografias cronologicamente organizadas mostrando a gradativa mudança com o passar das décadas.

⁵⁹⁶ Recebendo a visita do governador, Celso Ramos (1897 – 1996), outro dos 14 filhos de Vidal Ramos.

⁵⁹⁷ Disponível em: mtclages.blogspot.com.br. Acesso em: 10.11.2016.

⁵⁹⁸ Disponível em: dc.clicrbs.com.br. Edição de 16 de junho de 2012. Acesso em: 10.11.2016.

⁵⁹⁹ Suporte de informação que acompanha a exposição. Texto de Carla de Souza, 2008.



FIGURA 45 – Antigo fórum é desde 1997 a sede do Museu.
Fonte: Foto do autor, 2016.



FIGURA 46 – Exposição iconográfica.
Fonte: Foto do autor, 2016.



FIGURA 47 – Lages em 1903; inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos em 1913; Hospital de Caridade em 1920.
Fonte: Digitalização do autor, 2016.

Dentre as muitas fotografias que não estão expostas, há as que dizem respeito ao Contestado e, mais especificamente, à participação de Lages na guerra. Algumas mostram grupos que ajudaram na defesa da cidade durante a tentativa de ataque dos caboclos em outubro de 1914:

Em Lages, os grandes fazendeiros e a oligarquia dominante partiram para uma atividade frenética de acúmulo de forças para defender sua cidade. Além das tropas de *vaqueanos* civis e da guarda policial municipal, Lages contou com a defesa de uma “Guarda Patriótica”, composta de uns 400 voluntários, chefiada pelo Major da Guarda Nacional Manoel Thiago de Castro. Havia ainda 50 membros do piquete de cavalaria do Regimento de Segurança do Estado, chefiados pelo Capitão Euclides de Castro. Do interior do município, o Cel. Emiliano Ramos, primo do Superintendente e do ex-governador, trouxe reforço de uma centena de capangas. Além disso, o 54º Batalhão de Caçadores do exército, com 10 oficiais e 271 praças, transferiu-se de Florianópolis para Lages. A cidade foi toda cercada por trincheiras e várias obras defensivas.⁶⁰⁰

O cerco se arrastou até o início de novembro contra os mais de 500 caboclos que tentaram tomar a cidade, o que acabou não acontecendo. O esforço de defesa rendeu poucas mas representativas imagens. Em uma delas (Fig.48) estão os nomes de alguns participantes. Entre estes, Aristiliano Ramos (1888 – 1976).⁶⁰¹

A imagem da defesa da cidade se completa, por assim dizer, na foto da exumação de Agustin Perez Saraiva, antigo federalista e conhecido como Castelhana, personagem que participou do ataque e incêndio a Curitiba e também no cerco de Lages. Meses depois Castelhana foi capturado, executado e teve as orelhas cortadas para serem levadas a Lages como prova de sua morte. A foto (Fig.49) mostra o corpo que foi exumado apenas para o simples fim de fotografá-lo, enfatizando a certeza de sua morte. Esta é uma imagem que não esteve nas exposições de longa duração nos museus analisados. A coordenadora do Museu de Lages não tem informação de que se alguma vez esta imagem ou a dos defensores de Lages ficaram expostas.⁶⁰² Sua reprodução foi apresentada no MHSC por ocasião do centenário da guerra em 2012.

Apesar de não serem fotografias colocadas à disposição do público na exposição de longa duração, ainda assim pode-se falar da relevância dessa memória para a cidade. Toda a organização para conter os caboclos e a execução de um dos oponentes não deixaram de ser fotografadas, demonstrando a intenção de não apenas registrar mas guardar para a

⁶⁰⁰ MACHADO. Paulo Pinheiro. Op. Cit., pp. 277-278.

⁶⁰¹ Filho de Belissário José de Oliveira Ramos (1858 – 1957), irmão de Vidal Ramos. Aristiliano ocupou o cargo de prefeito interino de Lages entre 1919 e 1922. Assumiu o governo do estado como interventor entre 1933 e 1935.

⁶⁰² Carla de Souza. Entrevista concedida em 16 de novembro de 2016.

posteridade. A importância do evento não foi ignorada por Danilo Thiago de Castro que, por meio de seu museu, continuou preservando estas imagens.



FIGURA 48 – Grupo de defensores de Lages, entre estes, Aristilano Ramos, identificado na foto.

Fonte: fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br.



FIGURA 49 – Agustín Pérez Saraiva (Castelhano) executado e com as orelhas cortadas. Imagem de sua exumação.

Fonte: fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br.

Em se tratando do Contestado em exposição, o assunto é lembrado por meio de duas fotografias, cinco lanças e um facão de pau (Figuras 50 e 51). Estes são os objetos que há muitos anos têm desempenhado a função de despertar no público visitante o interesse por período não importante. São poucos objetos mas que podem servir para que um bom mediador desenvolva questões a respeito da guerra.



FIGURA 50 – Aspecto parcial da sala e coleção dedicada ao Contestado.
Fonte: Fotos do autor, 2016.



FIGURA 51 – Imagens “clássicas” do Contestado.
Fonte: Fotos do autor, 2016.

Uma das imagens é bem conhecida e o mais emblemático registro da guerra, reproduzida em livros, revistas, museus, jornais e programas de tv. De autoria de Claro Gustavo Jansson (1877 – 1954), retrata alguns dos vaqueanos comandados por Pedro Leão de Carvalho, o “Pedro Ruivo”, um dos sujeitos mais violentos da região. A foto foi registrada em Três Barras/SC em 1915. Por quase um século, em muitas publicações, a imagem foi apresentada como sendo o registro de “fanáticos” prontos para o combate e não de vaqueanos armados para enfrentar os “fanáticos” dos redutos. A outra imagem, também de Claro Jansson, mostra os seguranças da Lumber em Três Barras.

As lanças foram fabricadas em Lages pela ferraria de Roberto Stüp e deveriam ser usadas para a defesa da cidade. Segundo a coordenadora do Museu as lanças não foram utilizadas. Celio Belizário Ramos foi quem doou as peças segundo consta na informação que as acompanha. E ainda que “Estas peças deram início ao museu em 1943”. O facão de

madeira foi doado em 1984 pelo museu de Curitiba. Danilo de Castro tinha boas relações com outras instituições o que rendeu algumas parcerias.⁶⁰³

O “breve histórico” que acompanha as peças é genérico e muito curto para dar ao visitante a mínima noção do que foi a guerra. Depende da mediação de algum monitor para maiores esclarecimentos.



FIGURA 52 – Bandeira usada nos redutos.
Fonte: mtclages.blogspot.com.br.

O museu lageano ainda dispõe de documentação (recortes de jornais e documentos oficiais da época da guerra) e uma das raras bandeiras usadas nos redutos (Fig.52), que não fica exposta, mas fez parte da exposição do centenário em 2012, organizada pela Fundação Catarinense de Cultura no MHSC. A bandeira foi o único objeto a fazer parte da versão itinerante da exposição entre 2013 e 2014 por várias cidades do estado, inclusive Lages.

No mesmo suporte expositivo (armário) dos objetos do Contestado estão também selas de montaria e objetos religiosos. Na sala há ainda algumas canastras, esporas e estribos de montaria, peças referentes à escravidão e fragmentos de antiga forma de construção das casas da região. Na entrada um Gobelin confeccionado com a reprodução do quadro de Pedro Américo (Independência ou Morte). A peça (doação de Vidal Ramos Júnior) comprada pela Superintendência de Lages (prefeitura) para o centenário da Independência em 1922 só chegou em 1926 (Fig.53).



FIGURA 53 – Outros objetos e Gobelin doado por Vidal Ramos Júnior.
Fonte: Fotos do autor, 2016.

⁶⁰³ Carla Souza. Entrevista...

Segundo a coordenadora, Carla Souza, o Museu não tem elaborado exposições de curta duração com seu acervo. Sobre o Contestado duas exposições passaram pela instituição entre 2013 e 2014. Uma elaborada pelo museu de Caçador, e outra (entre julho e agosto de 2014), a versão modular (banners) da exposição da Fundação Catarinense de Cultura (Fig.54).



FIGURA 54 – Hall de entrada e sala da exposição de longa duração sobre a guerra receberam os banners.

Fonte: mtclages.blogspot.com.br; www.fcc.sc.gov.br.

Em outras salas estão objetos que normalmente são doados pelas classes abastadas aos museus históricos. Mobiliário de uso doméstico e profissional, porcelanas, vestuário, telefones, máquinas de costura e registradoras, ferros de passar, relógios, rádios e televisores, instrumentos musicais, objetos religiosos, entre outros. Na sala de armas estão artefatos dos séculos XIX e XX, mas por causa do roubo de algumas peças estava fechada na época de nossa visita. O destaque são armas e granadas da 2ª Guerra. Há ainda objetos de interesse arqueológico e etnológico. (Fig. 55)

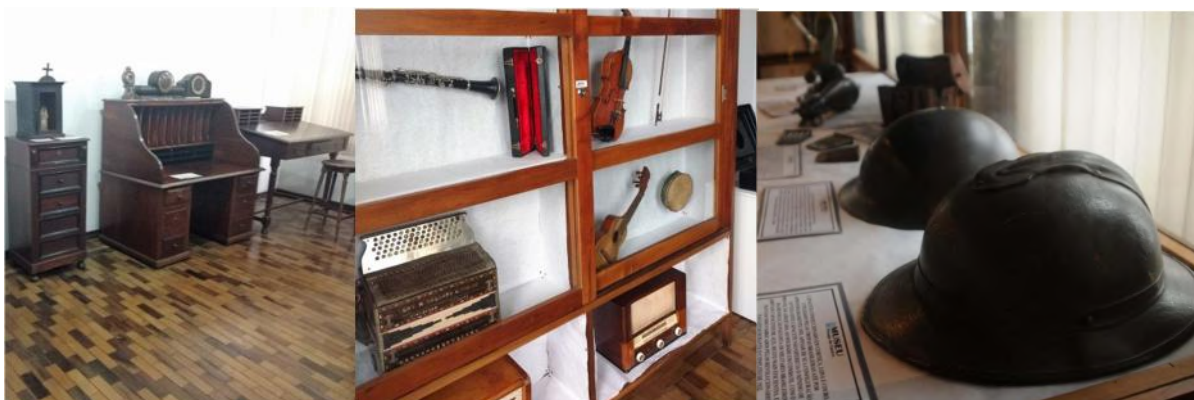


FIGURA 55 – Móveis, rádios, instrumentos musicais e objetos de guerra são alguns dos artefatos pertencentes ao acervo do Museu Thiago de Castro.

Fonte: Fotos do autor, 2016 e do dc.clicrbs.com.br.

Embora não esteja tão evidenciado no museu, há uma memória ainda hoje muito forte em Lages, qual seja, a da família Ramos. Vimos anteriormente que representantes desta outrora poderosa oligarquia participaram da consolidação desta instituição museológica. Caminhando um pouco pela cidade é muito fácil encontrarmos ruas, praças, escolas, centro cultural, monumentos e memorial dedicados a algum integrante desta poderosa família. Não ter no museu aqueles portentosos retratos à óleo ou fotográficos não quer dizer que esta memória não esteja lá. Além da criação oficial do Museu, o acervo foi acrescido com doações dos Ramos. É pois apenas um aparente silêncio a ausência de retratos e objetos que façam abertamente a divulgação desta memória familiar. Saliente-se contudo que se há registro de participação dos Ramos na defesa da cidade (Aristiliano Ramos, por exemplo) o mesmo não acontece com a memória de Vidal Ramos e sua relação com a guerra. O que obviamente não surpreende.

4.4 MUSEU HISTÓRICO ANTÔNIO GRANEMANN DE SOUZA: O CONTESTADO REPRESENTADO PELAS ARMAS

Se a década de 1970 marcou o início de um gradativo interesse pelo Contestado na esfera estadual em Santa Catarina (capítulo dois), em dois municípios serranos, Curitibanos e Caçador, o assunto também entrou na pauta, embora iniciada por particulares e não por algum programa cultural das prefeituras. Estas iniciativas não tiveram também, em nosso entendimento, relação com a ainda incipiente atividade estadual em relação à Guerra do Contestado. Se houve um “estímulo” para que estas iniciativas saíssem do papel, seria mais coerente pensar na relação com as pesquisas desenvolvidas por alguns sociólogos na região, e que marcaram uma inflexão na abordagem do tema em relação aos historiadores militares somado ao interesse em se preservar a memória de nomes “tradicionais”.⁶⁰⁴

Há dois exemplos muito interessantes neste sentido. Nas pesquisas de campo do sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz, este recebeu das mãos de Alfredo de Oliveira Lemos (1884 – 1960), bodegueiro ao tempo do Contestado, os manuscritos nos quais Oliveira Lemos externava sua visão sobre o ocorrido na região. O clássico livro de Vinhas de Queiroz, como se sabe, foi publicado em 1966. Oito anos depois, outro sociólogo, Duglas Teixeira Monteiro, publicou sua pesquisa, depois de também andar pelo Contestado. Nos agradecimentos escreveu: “O acesso ao mundo do antigo ‘Contestado’ tornou-se possível pela ajuda recebida dos Srs. Nelson Faversoni, Graciliano de Almeida, Sebastião Calomeno, Dinarte Brasil Pereira e D. Maria Batista Nercolini”.⁶⁰⁵ E o que isso significa em relação principalmente ao Museu de Curitibanos? As principais responsáveis pela criação desta instituição foram, Zélia de Andrade Lemos (1925 – 1990)⁶⁰⁶ e Maria Batista Nercolini (1920 – 1993).⁶⁰⁷ A primeira,

⁶⁰⁴ É interessante neste sentido o apontamento de Fernando Romero sobre o Museu de Curitibanos, dizendo que o “coleccionismo” apareceu na região a partir da segunda metade do século XX, “época de decadência das elites proprietárias”. Ver: ROMERO, Fernando Antônio da Silva. **Museu do museu**: uma crítica do registro da Guerra do Contestado em Santa Catarina. Tese (Doutorado em Literatura), UFSC, Florianópolis, 2012, p. 115. Caberia então a seguinte questão: o crescente interesse dos pesquisadores (tendo já como referência a publicação do livro de Maurício Vinhas de Queiroz) em demonstrar as arbitrariedades e desmandos das elites locais teria incomodado a ponto de acelerar o processo de criação de um museu para justamente preservar intocada a memória destas antigas elites, cujos descendentes ainda moravam na cidade e arredores?

⁶⁰⁵ MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: EDUSP, 2011, p. 16.

⁶⁰⁶ Nascida em Curitibanos, estudou o primário na cidade de origem, o secundário em Porto União e Lages e iniciou o curso Normal em Florianópolis, abandonando este por motivos de saúde. Depois de alguns anos de tratamento retornou a Curitibanos e dedicou-se a leituras e estudos com foco na região. Foi membro dos Institutos Histórico de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e uma das fundadoras do jornal “A Semana”, de Curitibanos. Autora do livro “Curitibanos na História do Contestado”, do qual falaremos adiante.

⁶⁰⁷ Nasceu em São Joaquim, na serra catarinense, iniciou a carreira profissional como professora na escola mista de Pericó (localidade hoje pertencente ao município de Urubici) passando em seguida a trabalhar como bancária em São Joaquim, Lages e Curitibanos. É lembrada também por sua dedicação ao menor abandonado. Foi sócia

sobrinha de Oliveira Lemos, a segunda, auxiliou Duglas Monteiro em suas pesquisas, como apontado pelo próprio autor.

No pequeno arquivo do Museu estão as Atas das reuniões da “Comissão Organizadora”, da qual faziam parte o então prefeito Hélio Anjos Ortiz (1928 – 1978),⁶⁰⁸ Maria de Lourdes Ferreira,⁶⁰⁹ Maria Nercolini e seu marido, Adolfo Nercolini, Zélia Lemos, Norival Varela Duarte,⁶¹⁰ Galdino Busatto,⁶¹¹ Coracy Pires de Almeida (1922 – 2005)⁶¹² e Juracy Schmidt. Foram oito reuniões entre fevereiro de 1972 e dezembro de 1973, indo além da data de inauguração. As reuniões aconteciam no antigo prédio da prefeitura, local da instalação do museu.⁶¹³ Redigidas pela própria Maria Nercolini, nelas constam os detalhes da organização dos objetos (doados ou comprados) a reprodução de algumas fotos para que as originais pudessem ser devolvidas, a restauração da antiga mobília da prefeitura para ser exposta, a peregrinação a fazendas e recantos distantes em busca de peças. Em março de 1973 já se tratava também da organização do “Centenário de Curitiba” que seria comemorado em 07 de maio daquele ano.⁶¹⁴

O Museu Histórico de Curitiba foi oficialmente criado em 10 de fevereiro de 1973 por meio da Lei nº 989 e, em 29 de agosto do mesmo ano, por meio da Lei nº 1025, teve seu nome alterado para Museu Histórico Antonio Granemann de Souza.⁶¹⁵ Na ocasião o prefeito era Onofre Santo Agostini, que desde 30 de janeiro daquele ano substituíra Hélio Anjos Ortiz. Apesar das iniciativas particulares, a instituição nasceu pública. O prefeito anterior, membro do conselho, ajudou na obtenção de peças, além viabilizar o uso do antigo prédio da prefeitura. Segundo Maria Nercolini:

efetiva do IHGSC e diretora do Museu desde sua inauguração até 1989, quando mudou-se para Florianópolis. Apesar disso continuou atuando como supervisora desta instituição até junho de 1993, ano de seu falecimento.

⁶⁰⁸ Já havia sido prefeito entre 1961 e 1966. Interrompeu o segundo mandato (1970 – 1973) para ocupar o cargo de Secretário de Estado da Saúde, a pedido do governador.

⁶⁰⁹ De “família tradicional”, era professora de artes e de contabilidade. Junto com sua família, foi a maior doadora do Museu, segundo informações que constam no Resumo histórico, de 1985, pertencente ao acervo.

⁶¹⁰ Também citado como membro de “família tradicional”, colecionador de material bélico e um pesquisador sobre o Contestado. Fez visitas ao “interior do Município nas zonas de ex-redutos” onde conseguiu depoimentos de “sobreviventes e parentes do movimento”. Resumo histórico.

⁶¹¹ Professor de História do 2º Grau, “pesquisador e estudioso da biografia de Anita Garibaldi” e colecionador de numismática. Resumo histórico.

⁶¹² Autora do livro “Nossa Terra Nossa Gente”, de 1968, com dados biográficos de personagens locais; autora da letra do hino da cidade; idealizadora do monumento ao tropeiro, de 1973; autora do livro biográfico sobre Hélio Anjos Ortiz, entre outras realizações.

⁶¹³ Desde 1970 a prefeitura ocupava outro prédio.

⁶¹⁴ Atas da Comissão Organizadora do Museu Histórico de Curitiba, fevereiro de 1972 a dezembro de 1973.

⁶¹⁵ Antonio Granemann de Souza (1897 – 1973), também é lembrado como membro de “família tradicional” da cidade. Prefeito do município de Santa Cecília e por duas vezes prefeito de Curitiba. Um dos responsáveis pela criação do município de Lebon Régis, em 1958, sendo seu primeiro prefeito. Seu falecimento em julho de 1973 motivou a troca do nome do Museu poucos meses depois de sua criação, como homenagem póstuma. Suporte de informações junto ao retrato.

O museu nasceu de uma palestra com o Dr. Hélio Anjos Ortiz (...). Nesta palestra falamos sobre o valor dos Museus como fonte de cultura e sugerimos a criação do museu Curitibanense. Tivemos de imediato, a aprovação do Sr. Prefeito, pois nossos ideais convergiram, visto constar de seu plano de governo, só não executada pela escassez de tempo.⁶¹⁶

Não é possível precisar a influência que as pesquisas sobre a guerra e a memória das “famílias tradicionais” tiveram em relação ao interesse do prefeito, mas apesar de constar de seu plano de governo, a ideia da instituição nasceu fora de um plano oficial. Além dos nomes citados da comissão, no resumo histórico, Nercolini lembra ainda da equipe de “relações públicas”, dentre os quais destacamos Dinarte Brasil (1911 - ?), citado por Duglas Monteiro:

Jornalista, foi diretor de jornal no Paraná e em sua terra natal em 1956. Fez o levantamento da imprensa local a partir de 1910. Pesquisador da Guerra dos Fanáticos, pois seu pai fez parte atuante, auxiliou o professor paulista Professor de Sociologia Douglas Teixeira, na elaboração do livro, os errantes do novo século, sobre os já citados fanáticos.⁶¹⁷

Nota-se o olhar pejorativo sobre os caboclos. Escrito em 1985, o histórico destoava do tom adotado pelo governador do estado, Esperidião Amin, em sua retórica sobre o “homem do Contestado”. E o texto salientava a importância do personagem no auxílio dado ao sociólogo da USP. Na gênese do Museu já ficava evidente a difícil relação entre as memórias caboclas e das antigas lideranças locais, o que permanece até a atualidade.

O antigo prédio da prefeitura (Fig.56) foi construído em 1929 em substituição à antiga intendência (Fig.57), incendiada pelos caboclos em 26 de setembro de 1914. Com dois pavimentos, fica ao lado da igreja matriz e em frente à principal praça da cidade. A inauguração aproveitou o clima festivo do Centenário de Curitibanos e abriu oficialmente suas portas em 07 de maio daquele ano (Fig.58).⁶¹⁸ David Carneiro, um velho conhecido dos paranaenses, também esteve por lá (Fig.59).⁶¹⁹

⁶¹⁶ **Museu Histórico Antonio Granemann de Souza** (resumo histórico). 23 de março de 1985, s/n.

⁶¹⁷ Idem. O pai de Dinarte era o capitão da Guarda Nacional, Paulino Ferreira da Silva.

⁶¹⁸ Muitas fotos foram tiradas neste dia registrando os festejos e a inauguração da nova instituição. Os álbuns do Centenário e da inauguração bem como um segundo álbum (para anos posteriores), fazem parte do acervo. Por meio destas imagens pode-se ter uma ideia de algumas exposições em anos posteriores.

⁶¹⁹ David Carneiro anotou as impressões que teve sobre o Museu em sua coluna, “Veterana Verba”, no jornal Gazeta do Povo, edição de 30 de maio de 1973. Nas fotos ele foi apresentado como museólogo e não como historiador. Disse que teve que falar “um pouco a contragosto, como técnico de museus”, a um público, segundo ele, “desinteressado”. Achava a instituição heterogênea e que por estar instalada em um local utilizado para outros fins, não se prestava a uma “circulação” propriamente “museológica”. Elogiou o acervo sobre o tropeirismo, mas julgava que ainda era cedo para que Curitibanos pudesse constituir um museu em “condições técnicas aceitáveis”. Afirmou que Maria Nercolini era a “alma da construção do museu”.



FIGURA 56 – Museu Histórico Antonio Granemann de Souza. Em frente à praça principal e ao lado da igreja matriz, o antigo prédio da prefeitura foi construído em 1929.
 Fonte: Fotos do autor, 2014.



FIGURA 57 – Intendência de Curitibaanos, incendiada em 26 de setembro de 1914, durante a Guerra do Contestado.
 Fonte: cafehitoria.ning.com.



FIGURA 58 – Inauguração do Museu. Ao centro, Granemann de Souza desamarrando a fita. A seu lado o prefeito Onofre Santo Agostini. À esquerda, segurando a fita, Maria Nercolini, uma das idealizadoras e primeira diretora do Museu.
 Fonte: Álbum do Museu. Digitalização do autor, 2014.



FIGURA 59 – Da esquerda para a direita: Norival Varela e sua esposa, Ana; Adolfo Nercolini e esposa, Maria Nercolini; David Carneiro; Juvenal Bacelar; Maria de Lourdes Ferreira (maior doadora).

Fonte: Álbum de inauguração. Digitalização do autor, 2014.



FIGURA 60 – Armas de fogo e outros objetos, como capacetes, facas, facões de pau e punhais. Os capacetes, as fotos da segunda imagem e a reprodução da bandeira dos redutos são exemplos de objetos que não estão mais expostos.

Fonte: Álbuns de fotografias. Digitalização do autor, 2014.

Comparando ao acervo atual, havia um número maior de armas e algumas fotografias que acompanhavam estas peças (Fig.60). Havia também um número maior de retratos distribuídos pelas paredes. Hoje não se expõe todos estes retratos e, sobre as armas do Contestado, o historiador Sebastião Luiz Alves (com quem conversamos), afirmou que foram emprestadas para algumas exposições e parte não foi devolvida. E há aquelas que sumiram sem saber exatamente como. Independente do número de fotos expostas, em essência, a memória histórica exposta não mudou. Os políticos e famílias tradicionais têm seus espaços garantidos e a Guerra do Contestado continuou sendo lembrada parcialmente pelas armas.

O incômodo em se lidar com o assunto ficou bastante claro no livro que Zélia Lemos publicou em 1977:

É reconhecida por todos os autores a bravura e inteligência do sertanejo desta região, que soube defender-se e atacar tão valentemente quanto o Exército Nacional (...). A razão entretanto, não estava com eles; tanto que, grande parte dos revoltosos não eram “fanáticos”, não eram crentes; eram exploradores da situação ou, em outros casos, criminosos acostumados ao banditismo; da mesma forma, nem sempre os familiares dos “jagunços” foram para os “redutos” ao contrário, houve parentes e até irmãos dos crentes, que lutaram contra eles, junto às forças do governo; foi uma “guerra de irmãos”, uma guerra que não respeitou nem o sangue e a fraternidade, muito menos, os laços de parentesco ou “compadrio”, num lugar onde o título e a situação do compadre assim como os laços de sangue uniam e levavam famílias inteiras à morte por questão de honra ou de terras ou políticas, agora, já não se dava o mesmo (...); a “nova ordem” deles, não passava da velha desordem, conhecida no mundo inteiro por “anarquia”.⁶²⁰

A autora não reconhecia a legitimidade da revolta ocorrida no Contestado. Preferiu condenar a violência tendo como premissa a participação de “bandidos” e “oportunistas” e o desrespeito aos antigos laços familiares e de compadrio. Essa quebra de laços foi com maior precisão analisada por Duglas Monteiro quando falou em “violência costumeira” e “violência inovadora”, esta última formada a partir das muitas transformações ocorridas na região. Muito diferente de Zélia Lemos, que buscou resposta de forma equivocada e superficial no conceito de “Anarquismo”, o que certamente não passava pela cabeça dos caboclos.

Zélia reconheceu as arbitrariedades sofridas pelos caboclos por parte dos governos estaduais e a influência do jogo político em Curitiba como elementos importantes para o desenrolar dos acontecimentos. Também citou o “analfabetismo”, o “isolamento”⁶²¹ e o misticismo. Mesmo assim afirmou que “Até hoje não se encontrou explicação satisfatória para o acontecimento”.⁶²² Perguntava como o morador “tão pacato e respeitoso com as leis” pode “avançar” até este ponto”. E como resposta possível disse que:

(...) somente a crença na volta de São João Maria, da qual o pseudo-monge se fez “enviado” e que os levou a acreditar na invulnerabilidade do corpo e na “causa santa”, colocando-se o sertanejo de bandeira na mão, frente a frente com o exército, descuidoso do seu menor número e preparo técnico e da hostilidade de tudo que o rodeava, seria a fonte da força que o animou, pelo menos no começo.⁶²³

Em outubro de 1982, Zélia Lemos conseguiu cópia dos manuscritos de seu tio, Alfredo de Oliveira Lemos, utilizado por Maurício Vinhas de Queiroz em seu estudo sobre o Contestado. Segundo ela, ao publicar seu primeiro livro, só conhecia parte destes manuscritos (por meio da obra de Vinhas de Queiroz) e havia ficado de fora a “segunda proposição do

⁶²⁰ LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: IOESC, 1977, pp. 99-100. A aceitação do governo estadual catarinense em publicar este livro, mostrava que o assunto estava ganhando espaço na esfera estadual.

⁶²¹ Desmistificado pelo historiador Paulo Pinheiro Machado em obra já citada.

⁶²² LEMOS, Zélia de Andrade. Op. Cit., p. 100.

⁶²³ Idem, p. 101.

Autor, ou seja, a proclamação de sua inocência, diante de sua prisão injusta por parte do Exército, da qual ele fora vítima, na época”.⁶²⁴ Segundo a autora “A principal finalidade de publicação deste livro é o resgate de uma dívida de consciência, assumida por nós, quando, em virtude de nossa pouca idade e experiência, negamo-nos a satisfazer ao pedido de publicação, por parte de nosso tio (...)”.⁶²⁵

Esta relação entre políticos e famílias “tradicionais” e os caboclos que pegaram em armas nunca foi apresentada de forma clara no Museu. Da mesma maneira como começou suas atividades, em 1973, continuou até 2012. Há uma nítida divisão na memória histórica contada nesta instituição. Não se providenciaram, ao longo dos anos, suportes de informações que fizessem relação com os personagens apresentados nas fotos e nos objetos. Cada sala é estanke, a exemplo da primeira, onde estão as fotos dos ex-superintendentes e prefeitos (Fig.61).



FIGURA 61 – Sala com mobiliário restaurado da antiga prefeitura. Na parede, os retratos dos mandatários municipais de outros tempos.

Fonte: Foto do autor, 2014.

Em outra sala, onde fica a mesa de recepção, estão algumas fotos antigas da cidade e uma das peças de destaque do acervo, a pequena impressora de jornal (Fig.62) que pertenceu ao Cel. Albuquerque, superintendente de Curitiba no período da guerra e um dos responsáveis pela expulsão dos seguidores de José Maria do primeiro ajuntamento de

⁶²⁴ LEMOS, Alfredo de Oliveira. **A história dos fanáticos em Santa Catarina e parte de minha vida naqueles tempos (1913 – 1916)**. Co-autora: Zélia de Andrade Lemos. Passo Fundo: BERTHIER, s/d., p. 11. Segundo o historiador Paulo Pinheiro Machado, um possível motivo para a aversão de Zélia Lemos aos caboclos, demonstrada em seu primeiro livro, tenha a ver com sua tentativa de desvincular a memória de seu tio e, por extensão, da família Lemos, da memória dos caboclos que participaram da guerra.

⁶²⁵ Idem. Ibidem., p. 11.

Taquaruçu em 1912. Em outros tempos, a impressora era acompanhada de recortes de jornais e diplomas afixados na parede, além de um informativo sobre a peripécia para trazê-la a Curitibanos. Em 2012, apenas este último suporte de informação a acompanhava

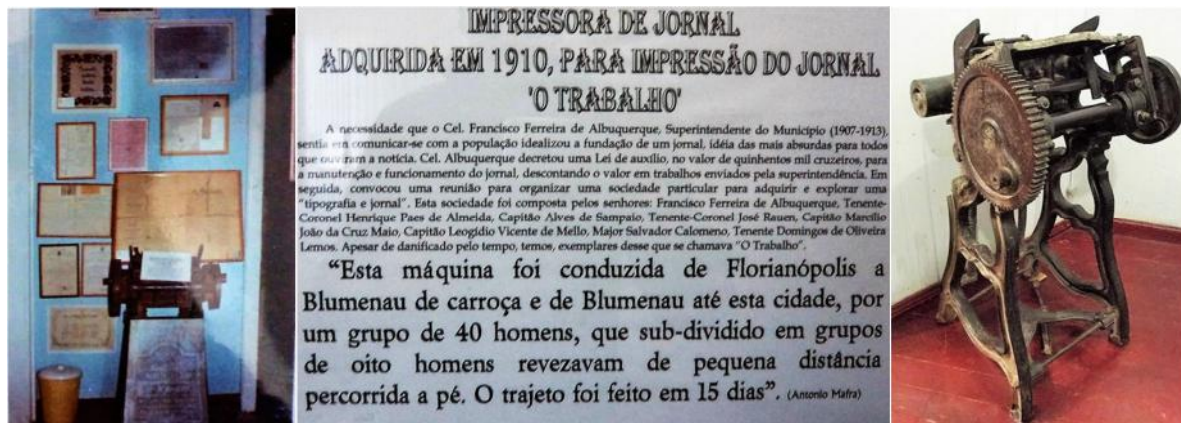


FIGURA 62 – A impressora, quando acompanhada de impressos. Ao lado, histórico sobre a criação do jornal “O Trabalho”, as dificuldades para transportar a impressora e sua disposição atual.

Fonte: Álbum do Museu e fotos do autor e de Sebastião Luiz Alves.



FIGURA 63 – Ao lado da escadaria, uma reprodução do quadro do pintor catarinense Willy Zumblick, representando o segundo monge, seguida de imagem relacionada também ao segundo monge e por outra raramente associada a José Maria.

Fonte: Fotos do autor, 2014.

No andar superior estão algumas imagens dos monges do Contestado e resumidos dados biográficos destes personagens, de autoria de Névio Dutra (Fig.63). Distribuídos em três salas estão móveis, relógios de parede, máquinas fotográficas, prataria, moedas, porcelanas e roupas doadas pelas famílias “tradicionais” de Curitibanos, objetos recorrentes em quase todos os museus históricos (Fig.64).



FIGURA 64 – Objetos facilmente encontrados em vários museus históricos. As memórias das famílias “tradicionais” invariavelmente são lembradas por estes objetos de uso particular.
 Fonte: Fotos do autor, 2014.



FIGURA 65 – Sala do Contestado.
 Fonte: Foto do autor, 2014.



FIGURA 66 – Sala do Contestado. O sempre lembrado confronto entre armas de fogo e facões de pau.
 Fonte: Fotos do autor e do historiador Sebastião Luiz Alves.

Em outra sala, cuja entrada é protegida por grade e cadeado, estão as armas representativas da memória da Guerra do Contestado (Figuras 65 e 66). Espingardas, winchesters, mausers, pistolas, balas, facas, facões e punhais. O problema aqui é que não há nenhum texto que dê ao visitante uma ideia da guerra bem como a ligação de personagens de outras salas de exposição com este conflito. A função de explicar esta relação aos visitantes ficava a cargo do guia disponível, geralmente o próprio responsável pelo Museu. Há também um croquis com os caminhos percorridos pelos militares e a costumeira foto da assinatura do Acordo de Limites. Obviamente a coleção de armas aguçava a curiosidade dos visitantes e, com um bom mediador, era possível dar informações importantes sobre a guerra. Mas nem sempre houve alguém à disposição para isso. Em boa medida, dependeu do visitante a construção de um conhecimento a partir do que estava exposto. Neste caso, olhando exclusivamente para sala do Contestado, há apenas a memória da campanha militar e da Questão de Limites. Com um pouco mais de atenção o visitante podia fazer relação com as imagens dos monges afixadas próximas à escadaria, por conta das informações que acompanhavam estas imagens.

É inegável que esta coleção de armas chama a atenção dos visitantes. Mas foi, e continua sendo, uma deficiência deste Museu deixar de lado os impactos sociais decorrentes de decisões políticas que redundaram em expulsões e implantação da ferrovia e da Lumber. No entanto, esta reduzida atenção dada à multiplicidade de fatores que ajudam a entender a guerra, não pode ser considerada uma surpresa se levarmos em conta os elementos condenatórios presentes nos discursos de suas principais idealizadoras e que eram corroborados por outros colaboradores.



FIGURA 67 – Frei Rogério, representação de um pouso tropeiro e objetos do Contestado. Estes últimos, trazidos do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, para fazer parte da exposição referente ao aniversário do município em 1995.

Fonte: Álbum do Museu. Digitalização do autor. 2014.

Apesar de não merecer, na exposição de longa duração, uma atenção que ajudasse a entender a complexidade da Guerra do Contestado, o tema foi introduzido em exposições temporárias, nas quais os objetos eram realocados de forma a contar a história do município (Fig.67). O mesmo ocorrendo com outros objetos, como os de uso dos tropeiros, tema que também tem sua memória garantida em uma sala nos fundos do andar térreo. Frei Rogério, personagem importante no Contestado, também foi abordado nestas exposições temporárias. Algumas destas exposições foram fotografadas e as imagens guardadas no álbum.

Se é possível falar em uma narrativa proposta pela exposição de longa duração, esta só pode ser percebida pelo viés militar e religioso. Se a narrativa priorizou a campanha militar, seria interessante que enfocasse o ataque dos caboclos à cidade em 26 de setembro de 1914. Mas isso, ao que parece, ficava mais interessante se fosse esquecido. Também específico do município e que ficou de fora da exposição, foram as desavenças políticas do Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque (1864 – 1917), superintendente de Curitibaanos no período da guerra, e Henrique Paes de Almeida, o “Henriquinho”. Este último, aberto a conversações com o monge José Maria.

Ao se completarem os 100 anos do início da Guerra Sertaneja do Contestado, o Museu contava com personagens receptivos a outras análises. Caso do coordenador do Arquivo Histórico e também diretor do museu, Luiz Antônio Cidral da Costa, e do historiador Sebastião Luiz Alves. Mas em uma cidade na qual o assunto ainda é indigesto entre descendentes de antigas e tradicionais famílias, continuava (e continua sendo) tarefa complicada querer acrescentar novas análises a respeito da memória sertaneja.

4.5 MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DA REGIÃO DO CONTESTADO: MULTIPLICIDADE E RECORRÊNCIAS NO PRINCIPAL MUSEU DO TEMA

Falar em acervo museológico sobre o Contestado inclui necessariamente a análise das coleções do Museu do Contestado (como passaremos a nos referir a esta instituição) de Caçador, de iniciativa particular, fundado em 18 de março de 1974 (Portaria 01/74), vinculado à FEARP (Fundação Educacional do Auto Vale do Rio do Peixe). Os responsáveis pela criação do Museu foram o então jornalista (e posteriormente historiador), Nilson Thomé,⁶²⁶ e o padre e antropólogo, Tomás Pieters. Instalado em um pequeno espaço na rua Santa Catarina, transferindo-se em pouco tempo para o campus da FEARP, a instituição começou como um museu antropológico,⁶²⁷ com um acervo formado por artefatos coletados nas pesquisas de Tomás Pieters. Como não há fotografias desse período, podemos ter uma ideia de parte do que estava exposto observando a coleção que faz parte das exposições permanentes em sua atual sede (Fig.68). Os artefatos antropomórficos chamam a atenção nesta coleção desde seu início. As mesas e armários onde estão guardados são ainda do período inicial da instituição. Este espaço ganhou o nome de “Sala Tomás Pieters” e nos dá uma ideia de como era o núcleo inicial. O Museu chegou a ocupar outro espaço fora da FEARP, ao lado da antiga prefeitura, antes de ganhar sua sede própria e definitiva em 25 de outubro de 1986.

Como em Três Barras, a sede de Caçador também nos remete à EFSPRG. Construída entre os anos de 1985 e 1986, é a réplica (em tamanho maior) da Estação Ferroviária Rio Caçador (Fig.69), construída em 1908 e destruída por um incêndio em 1943. O terreno, de 3.500 m², foi doado pela extinta RFFSA (Rede Ferroviária Federal S/A). Toda em madeira, a sede ocupa espaço construído de 460 m², distribuídos em dois pavimentos (Fig.70). Recursos do governo estadual, da prefeitura e de empresários locais foram aplicados na obra, embora a instituição continuasse privada até 2010, ano em que passou a ser administrada pelo município de Caçador. A construção recebeu o nome de “Edifício Achilles Stenghel”, engenheiro responsável por comandar a construção da estrada de ferro na região do Contestado.

⁶²⁶ Thomé foi diretor do museu entre 1974 e 2004.

⁶²⁷ Segundo entrevista concedida em 14 de julho de 2016, pelo atual diretor do museu, Júlio Corrente. Era denominado apenas de Museu Antropológico do Contestado.



FIGURA 68 – Coleção de antropologia. As três mesas e os dois armários onde estão estes artefatos também são da antiga sede e resumem o início do Museu.

Fonte: Foto do autor, 2016.

FIGURA 69 – Estação Rio Caçador quando da visita do então governador, Aristiliano Ramos, por ocasião da fundação de Caçador, em 1934.

Acervo: Museu do Contestado, Caçador, SC.

Fonte: Digitalização do autor, 2016.



FIGURA 70 – Museu do Contestado. Ao lado, Máquina a vapor Baldwin – Mogul, de 1908, acompanhada de vagões de carga e de passageiros. Caçador, SC.

Fonte: Foto do autor, 2016.

O ambiente político no qual a nova sede foi construída é o mesmo abordado anteriormente quando falamos de Esperidião Amin e o uso político da Guerra do Contestado, em especial do “homem do Contestado”. Entusiasta do assunto, Amin batizou a sala referente à guerra com o seu próprio nome: “Sala Esperidião Amin Helou Filho”. Da mesma maneira as demais salas receberam nomes de personagens que de algum modo tiveram ligação com os temas abordados nas coleções. Tomás Pieters dá nome ao espaço dedicado à cultura indígena; a “Sala Osiris Stenghel Guimarães”⁶²⁸ abriga a coleção da Ferrovia do Contestado e a “Sala Victor Kurudz”⁶²⁹ expõe objetos que representam a memória do povoamento e colonização após a guerra. Nota-se facilmente que os nomes em questão não privilegiaram os caboclos sob nenhum aspecto. Partindo de um governador que produziu uma retórica tão edificante do “homem do Contestado”, o fato de colocar seu próprio nome em detrimento do nome ou alcunha de uma liderança cabocla, como José Maria ou Maria Rosa, ou ainda, de João Maria, personagem atrelado ao Contestado por conta da devoção dos caboclos, apontava para a construção de uma memória que também beneficiava o próprio governador. Apesar disso, estes nomes ficaram em segundo plano, pois, comumente os espaços são lembrados como salas Ferrovia do Contestado, Cultura Indígena, Povoamento e Colonização e Guerra do Contestado. Em outras palavras, as coleções ditaram a memória a ser lembrada. A organização do acervo modificou-se com o passar dos anos e a inclusão de novos objetos. O discurso museológico proposto desde o início sofreu importantes modificações em alguns casos, como veremos adiante. De início somos apresentados aos artefatos antropológicos, expostos desde sua fundação em 1974. Na sequência, entramos no espaço da ferrovia do Contestado. Telégrafos, mobília, máquina de calcular, manômetros para a medição da pressão das caldeiras dos antigos trens a vapor, queques de funcionários, fotografias da construção da estrada de ferro, entre outros objetos, compõe esta coleção (Fig.71).⁶³⁰

Na sequência, está a coleção sobre o povoamento e a colonização da região do Contestado a partir do fim da guerra. São porcelanas de uso doméstico, chaleiras, ferros de passar roupa, rádios, gramofone, penteadeira, máquina de escrever, plantadeira, máquinas de costura, lamparinas, relógio de parede, televisores, telefones, triciclo, objetos religiosos (santos de gesso, oratório e castiçal), além de fotografias dos “pioneiros” (Fig.72).

⁶²⁸ Neto de Achilles Stenghel, trabalhou em cargos públicos no Paraná, como o de superintendente do Porto de Paranaguá. Parte do acervo exposto no Museu das Armas, na Lapa, PR, também foi doado por ele.

⁶²⁹ Agrimensor na região do Contestado e responsável por demarcar terras após o Acordo de Limites. Kurudz, por exemplo, representou a Brazil Development and Colonization Company (fundada também por Farquhar) a partir da década de 1920, na região do atual município catarinense de Concórdia.

⁶³⁰ As três imagens seguintes são apresentadas no site do museu no formato 360°, dando uma boa ideia da disposição das peças por volta de 2010. Colocadas assim, de maneira estática, apresentam distorções. Para uma melhor visualização: www.museudocontestado.com.br/tour.php.



FIGURA 71 – Visão parcial da coleção sobre a ferrovia do Contestado. Ao fundo, fotos da construção da ferrovia e também das atividades da Lumber.

Fonte: www.museudocontestado.com.br.



FIGURA 72 – Visão parcial da coleção sobre o povoamento e colonização da região do Contestado.

Fonte: www.museudocontestado.com.br.



FIGURA 73 – Visão geral da sala do Contestado, quando ainda não exibia o painel “Terra Contestada”, de Hassis, que ocupa hoje o lado esquerdo desta imagem e se estende atrás dos bonecos.

Fonte: www.museudocontestado.com.br.

E sobre a Guerra do Contestado o espaço dedicado é o mais amplo em relação aos demais museus (Fig.73). Armas, fardamentos, fotografias, resumo histórico, arte plástica e cênica apresentam ao visitante uma multiplicidade visual mais rica. Não se pode analisar esta parte do acervo sem relacioná-lo à sala da ferrovia, o que fica evidente no resumo histórico colocado logo no início da sala (Fig.74). Há neste histórico, além da cronologia habitual com os principais combates e os múltiplos fatores que levaram à guerra, a lembrança de que após o fim oficial da campanha militar houve um “massacre omitido” com a participação do estado e a violenta ação dos vaqueanos. Há ainda um ponto que poderia ter sido modificado, tendo em vista os atuais estudos sobre os monges que perambularam pela região. A foto apresentada

como o primeiro João Maria foi raramente usada na bibliografia com este propósito (Fig.74). Também José Maria é relacionado a uma imagem cujas pesquisas ainda não conseguiram afirmar como sendo do líder que morreu no Irani. Tendo em vista o fato de as pesquisas indicarem vários andarilhos usando o nome de João Maria, mais produtivo seria dar ao visitante a noção de que ainda há dúvidas sobre estas fotos, como apontamos no caso do museu da PMPR. O resumo apresenta as lideranças militares e sertanejas com suas fotos e nomes.

Em outros dois suportes distribuem-se fotografias e croquis sobre a desastrosa participação da aviação na guerra, mapas e textos sobre a Questão de Limite e fotografias de Claro Jansson retratando as movimentações militares na região (Fig.75).

Tanto no caso das imagens da aviação quanto de cartografia, podemos perceber a influência de Nilson Thomé. No primeiro caso, há um livro⁶³¹ deste historiador sobre o tema, demonstrando seu interesse por este episódio desastroso da aviação em terras contestadas. Em relação ao segundo conjunto de imagens e textos, estão agrupados sob o título de “Campanha do Contestado 1913 – 1916”, período que o autor usou várias vezes para se referir à campanha militar. Thomé não ignorava obviamente o ano de 1912, mas procurava enfatizar que campanha militar começou a partir da instalação do reduto do Taquaruçu em fins de 1913 e a consequente intervenção do Exército.

Cabe destacar que, sendo este o principal museu sobre o Contestado, é ponto negativo o fato de publicar um trecho da “Carta Aberta à Nação”, de 1914, atribuído erroneamente a Manoel Alves de Assumpção Rocha, como comprovado em várias pesquisas, sem a devida contextualização (Fig.76). Na construção da memória sobre o Contestado não é raro encontramos em alguns livros, programas jornalísticos e museus o cruzamento de informações pautadas tanto em pesquisas recentes quanto em velhas certezas que, por descuido ou rancores antigos, são informados sem a devida contextualização ou apontamentos.

E como todo museu que expõe coleções sobre a Guerra do Contestado, as armas estão lá às dezenas. Espadas, revólveres, espingardas, winchesters, punhais e os facões de pau, estes usados comumente na coleta da erva mate e que serviram como armas contra as forças militares e se tornaram símbolos da resistência cabocla (Figuras 77, 78 e 79).

⁶³¹ THOMÉ, Nilson. **A aviação militar no Contestado**: réquiem para Kirk. Caçador, SC: FEARPE, 1986.



FIGURA 74 – Resumo Histórico com as usuais imagens de militares e caboclos. Exceção feita à imagem raramente atribuída ao primeiro monge, João Maria de Agostini, à direita.
 Fonte: Fotos do autor, 2016.



FIGURA 75 – A aviação militar no Contestado. Em outro suporte, mapas e textos sobre a Questão de Limites e a campanha militar com a datação mais utilizada por Thomé.
 Fonte: Foto do autor, 2014.



FIGURA 76 – Algumas das fotografias de Claro Jansson. Ao lado, trecho da carta supostamente escrita por Manoel Alves de Assumpção Rocha, sem a devida contextualização.
 Fonte: Foto do autor, 2016.



FIGURA 77 – Os facões de pau. Tornaram-se símbolos da resistência cabocla. No alto da foto, punhal encontrado na localidade de São Roque, Calmon/SC, tempos depois da guerra.
Fonte: Foto do autor, 2016.



FIGURA 78 – Espadas do Exército.
Fonte: www.museudocontestado.com.br.



FIGURA 79 – Coleção de armas. Vários modelos expostos em ambos os lados destes suportes.
Fonte: www.museudocontestado.com.br.

Depois de instalada a sede definitiva e passado o período de um fervoroso uso político, o Museu seguiu uma rotina menos midiática apesar de nunca ter deixado o posto, desde então, de principal espaço museológico sobre o Contestado. Outros objetos continuaram a ser acrescidos ao acervo e, em 1992, um grupo de bonecos que até hoje chama a atenção passou a fazer parte da instituição (Fig.80). Eles foram usados em uma peça de teatro curitibana voltada para o público infanto-juvenil entre os anos de 1991 e 1992. A montagem ficou a cargo da Companhia de Teatro Filhos da Lua, escrito e dirigido pelo artista e cenógrafo, Renato Perré, que iniciou sua carreira ainda na década de 1970 e consolidou profissionalmente o grupo na década seguinte, contando com a participação de sua própria família. A idealização dos bonecos ficou a cargo de Renato Perré e Paulinho de Jesus (responsável também pelos adereços). Fotos e referências bibliográficas serviram para a escrita do roteiro e a elaboração dos bonecos. O livro “Messianismo e Conflito Social”, de Vinhas de Queiros, foi um dos livros consultados.⁶³² Parte deles foi confeccionada a partir de uma matriz de argila sobre os quais foram colados tiras de papel (papietagem). Outros ganharam forma a partir do corte em espuma ou ainda com a técnica de papel maché.⁶³³

Os bonecos estão numerados e uma lista com os nomes e números está à disposição dos visitantes para que possam identificar os personagens representados. Há identificações genéricas do tipo beatas, beatos, soldados, “Pares de França”. Mas há os nomes que a memória consagrou em relação ao Contestado: Monge José Maria, Domingos Soares, Venuto Bahiano, Adeodato, Euzébio, Cel. João Gualberto, São Sebastião, entre outros. Há também a representação do “Exército Encantado de São Sebastião” em seus cavalos alados. O posicionamento deles é esporadicamente alterado quando da realocação dos objetos, buscando uma melhor organização e visualização das peças ou a incorporação de novos objetos.

Em 1995, a FEARP (fundada em 1971 e administradora do Museu), reestruturou-se e passou a fazer parte da Fundação Universidade do Contestado (UNC), mudança reconhecida pelo MEC em 1997. A parceria desfez-se em 2009 e a instituição ganhou o nome de Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). A partir de 2010, apesar do acervo continuar pertencendo a UNIARP, o Museu foi municipalizado.

⁶³² Na ficha técnica que acompanha os bonecos consta ainda os nomes de Maria Luiza Marques (confeção dos bonecos), Tádica Veiga e Maria Teresa Carvalho Silva (Figurino), Hélinho Santana (Trilha Sonora), Lauro Borges (Painéis e Cenografia). A restauração dos bonecos para fazerem parte do museu ficou a cargo do Colégio de Aplicação, vinculado à Universidade do Contestado com a participação das professoras Ivete Chiarello Araújo e Iolanda Chiarello de Souza.

⁶³³ PEIXE, Rita Inês Petrykowski. A crônica visual (re) constrói um conflito? In: ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José (orgs.). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Editora da UFPEL, 2012, pp. 315-6.



FIGURA 80 – Cia de Teatro Filhos da Lua. Peludos e Pelados: A guerra camponesa do Contestado, 1991, Curitiba, PR. Ao lado bonecos de José Maria e João Gualberto incorporados a uma exposição de curta duração sobre a história de Caçador, no andar superior do próprio Museu, em abril de 2014.

Fonte: www.museudocontestado.com.br e foto do autor, 2014.

No início dessa nova fase a instituição recebeu um de seus mais característicos objetos, o painel “O Contestado, Terra Contestada” (Fig.81), do artista plástico Hiedy Assis Corrêa (1926 – 2008). Conhecido artisticamente como Hassis, nasceu em Curitiba, mas residiu em Florianópolis desde os dois anos, onde desenvolveu sua arte relacionada à ilha e a Santa Catarina. O interesse do artista pelo tema veio desde a década de 1950, por meio de seu avô, que participou da guerra, e também quando era motorista de caminhão, transportando madeira pela serra catarinense e tendo contado com remanescentes da guerra.⁶³⁴ O trabalho artístico sobre o Contestado nasceu também no rastro da valorização sobre a guerra na década de 1980. Em 1984, Hassis produziu cerca de 78 desenhos em bico de pena sobre papel, “os quais determinariam a elaboração do grande painel que realizaria no ano seguinte.”⁶³⁵



FIGURA 81 – Hassis. O Contestado, Terra Contestada, Florianópolis, 1985. Acrílica sobre madeira, 12,60m x 2,83m. Fonte: www.fundacaohassis.org.br/wordpress.

⁶³⁴ VALENTINI, Delmir José; WITTE, Gerson. Hassis e o “Contestado – Terra Contestada”. In: ESPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José (orgs.). Op. Cit., p. 329.

⁶³⁵ PEIXE, Rita Inês Petrykowski. Op. Cit., p. 315.

Ocupando um espaço de 36m² lineares o painel ficou exposto entre 1986 e 1991 no Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis, local pouco propício para a preservação de obras desse tipo. Posteriormente foi transferido para a Casa da Cultura Dante e Albina Marconi, de Caçador. Na época o secretário de Cultura de Caçador, Leandro Vitto, justificou a transferência por conta do “grau de abandono em que a obra se encontrava na capital, empilhada, em situação precária, com grossa camada de poeira cobrindo sua superfície”.⁶³⁶ Ou seja, passada a fase na qual fora produzido, os governos seguintes não deram a devida atenção ao painel, nem mesmo Amin, responsável pela súbita valorização do assunto na década de 1980. Pode-se perguntar também porque, depois de algum tempo de exposição em área de grande fluxo de pessoas (o que justificaria talvez um tempo de exposição no terminal rodoviário) a obra não foi transferida a um local mais apropriado e “nobre” para sua guarda definitiva, como o MHSC ou o MASC. No final da década de 1990, a obra foi levada para o saguão de entrada da Universidade do Contestado, campus de Caçador. Com o fim deste campus da UNC e a criação da UNIARP a obra foi incorporada ao acervo do Museu do Contestado, em 2010.

O painel é constituído de sete módulos que contam cronologicamente as transformações na região do Contestado provocadas pela construção da estrada de ferro até desencadear-se a guerra. Segundo informações que acompanham a obra, a narrativa foi elaborada em quatro etapas, começando com a chegada do Monge João Maria e sua pregação; em seguida as transformações com a construção da ferrovia e posse das terras, resultando em desmatamento e na expulsão e morte de caboclos e índios; a fase seguinte é marcada com a chegada de José Maria, tornando-se um “consolo” para os caboclos, a formação dos doze “Pares de França” e dos “pelados”, e a mediação de Frei Rogério; por fim, a Batalha do Irani, com a morte do monge e de João Gualberto, seguido dos massacres em outros redutos.

O primeiro quadro traz a memória do Monge João Maria, personagem marcante da fé no Contestado, rodeado pela população, representado de acordo com a imagem mais recorrente do segundo monge que percorreu a região no final do século XIX. O grupo que o rodeia representa os lavradores, agregados e peões de fazendas bem como os “antigos revolucionários, personagens que a historiografia destacou como remanescentes de conflitos bélicos do Rio Grande do Sul”.⁶³⁷

O segundo quadro mostra a fuga da população campesina sem uma liderança definida, apegados em suas crenças como se pode perceber pelas cruzes que carregam. O

⁶³⁶ VALENTINI, Delmir José; WITTE, Gerson. Op. Cit., p. 330.

⁶³⁷ Idem, pp. 331-332.

desaparecimento de João Maria ocorreu no mesmo contexto da chegada da Brazil Railway Company com a construção da ferrovia, a extração comercial da madeira, a colonização e a expulsão dos posseiros. O preço da erva mate também estava em decadência e uma praga assolou os campos, tornando a vida dos antigos moradores muito mais difícil. Os primeiros mortos começam a aparecer na obra, retratados na cor verde. “Os rostos escondidos pelas mãos, tentam abafar o próprio sofrimento e ao mesmo tempo não revelar a identidade das pessoas. Escondidas, não serão vistas e assim ninguém saberá de suas dores e sofrimentos”.⁶³⁸

No terceiro quadro, a violência da chegada da Brazil Railway ao Contestado é retratada em forma de fogo e mãos que varrem as laterais dos trilhos (lembrando a média de 09 km para cada lado da ferrovia entregue ao grupo de Farquhar e a consequente expulsão de moradores dessa área), arma para expulsar e machado para o desmatamento e comercialização da madeira. Esta força inclemente é “despersonalizada, privada de sua humanidade”, apenas a serviço de um agente “intangível”.⁶³⁹ Antigos moradores (indicado pela enxada em uma das mãos) aparecem mortos. O arame farpado marca as novas propriedades se estabelecendo na região. Este é o “ponto central da composição, de onde saem as linhas visuais que estruturam toda a obra. (...) As mãos guiam toda a compreensão deste painel”.⁶⁴⁰

No quadro seguinte a retirada continua, com os lavradores e suas famílias fugindo sem um lugar definido para ir, levando o pouco que podem carregar. Na representação dos mortos, índios e modestos agricultores jogados junto aos troncos que denunciam o desmatamento.

No quadro cinco, “A bandeira branca de cruz verde no centro já figura como símbolo aglutinador das levas de posseiros, lavradores, desempregados da ferrovia e moradores da região”. Há um padre franciscano, Frei Rogério Neuhaus, sobre o qual nenhum dos personagens do quadro demonstra qualquer atenção. Sua presença e tentativa de pacificação foram recebidas com rejeição o que representaria a rejeição à igreja oficial e aos coronéis (poder político) da região. Os personagens em azul são os refugiados enquanto que os de branco com cabeças raspadas são aqueles que aderiram às cidades santas, os “pelados”. Hassis utilizou a cor como símbolo “ao colorar tons de azuis mais claros para mostrar o processo de conversão da população”. As enxadas e arcos ficaram de lado e deram lugar aos facões, outrora instrumentos de sobrevivência e posteriormente transformados em símbolos de luta, além da bandeira com a cruz verde de cedro que quando cortado ainda volta a brotar, o que representaria a crença da ressurreição e fazendo referência ao sebastianismo, de forte presença

⁶³⁸ VALENTINI, Delmir José; WITTE, Gerson. Op. Cit., pp. 332-333.

⁶³⁹ Idem, p. 334.

⁶⁴⁰ Idem.

entre a população local. O personagem em azul, de costas com enxada na mão esquerda é, provavelmente, um autorretrato.⁶⁴¹

No quadro seis o enfrentamento entre caboclos e o Regimento de Segurança do Paraná, em 22 de outubro de 1912 no Irani (indicado pela cruz no canto inferior direito), dando início à Guerra Sertaneja do Contestado. Os caboclos revoltados possuem faces, “são reconhecíveis e, portanto, possuem personalidade, diferente das forças da polícia militar, que são despersonalizadas, sendo apenas uma força, não pessoas”, interpretando a “ferocidade do ataque”. Note-se que as forças oficiais só aparecem neste quadro.⁶⁴²

A violência prosseguiu no último quadro. Em primeiro plano a cruz indicando o reduto do Taquaruçu, destruído em 08 de fevereiro de 1914. A outra cruz, com o nome do reduto de Caraguatá, simboliza a recorrência desta violência em outros redutos no decorrer da guerra. A mulher e a criança indicam a morte de inocentes. “Novamente a cor serve para simbolizar a morte e a transformação, pois os mortos jazem com a pele verde e as vestes se tornam cinzas, diferentes dos vivos, que mantêm as roupas brancas (...)”. E os tocos de madeira (desmatamento) completam o ciclo de violência e servem também, em toda a obra, para esconder as emendas dos sete quadros bem como para “equilibrar as fortes linhas diagonais da composição e dar equilíbrio no forte contraste de cores”. Do primeiro ao último quadro os sertanejos foram pintados de azul, cinza e cinza azulado, ficando cada vez mais claros até chegarem às vestes brancas, ao tempo de José Maria. Os camponeses refugiados estão sempre de costas, sem face e sem a possibilidade de se expressarem, diferentemente dos revoltosos, com os rostos à mostra expressando a fúria que se alastraria pela região.⁶⁴³

O Contestado, neste Museu, não se restringiu à guerra, embora seja seu maior chamariz. Do núcleo antropológico inicial, passou pelo conflito e seguiu com a colonização a partir de 1917. No entanto, deixou de fora a ocupação do território no período anterior à guerra. Honrosa exceção em relação à presença indígena. Semelhante à maioria das unidades museológicas analisadas, o caboclo apareceu somente nas fotos da madeireira, da ferrovia e da guerra.

⁶⁴¹ VALENTINI, Delmir José; WITTE, Gerson. Op. Cit., pp. 336-7.

⁶⁴² Idem, p. 338. Os autores identificam João Gualberto em primeiro plano, morto, de face ao solo. José Maria, de branco, apontando o falcão para o alto, coloca a mão esquerda sobre o ferimento que o levaria à morte. Gualberto não seria o outro oficial, de chapéu, assessorio com o qual foi representado no quadro “Combate do Irani”, pertencente ao museu da PMPR (Fig.35), e também na fotografia que serviu de referência para seu retrato pertencente ao MP (Fig.30)? Há ainda aquela afirmação que supostamente um caboclo no Irani teria dito a respeito de Gualberto: “Piquem este desgraçado, que ele é o único culpado”, e que encontra representação aproximada na violência desferida contra o outro oficial do painel de Hassis.

⁶⁴³ VALENTINI, Delmir José; WITTE, Gerson. Op. Cit., pp. 339-2.

Assim como o Museu de Curitiba, o de Caçador também surgiu em um período no qual o tema do Contestado vinha ganhando força entre os pesquisadores acadêmicos, o que parece não ser apenas uma coincidência. Por certo Thomé sabia dos contatos dos sociólogos com as idealizadoras da instituição de Curitiba. O “Jornal do Planalto”, dirigido por Thomé, publicou reportagem sobre os preparativos para a inauguração deste Museu.⁶⁴⁴ Mas diferentemente de Curitiba, aqui não encontramos a memória do tropeirismo e de antigos fazendeiros dos tempos da guerra. Muito provavelmente por conta da fundação mais recente do município, criado apenas após a guerra. E é justamente a colonização da primeira metade do século XX que no museu faz referência às famílias de posse e tradição.

A instituição de Caçador teve maior desenvolvimento em pesquisas e na coleta de objetos, muito por conta do próprio Thomé e por estar vinculado a uma fundação universitária. Valeu-se ainda dos investimentos estaduais e privados capitaneados pelo então governador Esperidião Amin, resultando em uma nova sede e na implantação dos 20 marcos históricos do Contestado, e que traziam assinatura do Museu de Caçador, um reforço identitário significativo para esta instituição.

Sobre a guerra, foi o espaço que teve maior incremento de seu acervo ao longo de sua existência além de ser o único a ter sua sede construída exclusivamente para fins museológicos. Das aquisições após a euforia política de 1986, a mais significativa foi o painel de Hassis. E não apenas pelo seu tamanho ou esmero artístico, mas principalmente por sua narrativa, expondo ao visitante a violência com maior vigor.

⁶⁴⁴ **Jornal do Planalto**. Curitiba, 05 de fevereiro de 1972. Ano 2, nº 94. Acervo do Museu Histórico de Curitiba.

4.6 MUSEU HISTÓRICO JOSÉ ALEXANDRE VIEIRA: O LUGAR DOS FAZENDEIROS E CORONÉIS

O Museu Histórico de Palmas, sudoeste do Paraná, está instalado no único casarão de valor histórico ainda existente na praça central da cidade. Nem mesmo a antiga igreja matriz escapou às demolições.⁶⁴⁵ O casarão construído em 1910 pertenceu ao Cel. João Antonio de Araújo Pimpão e sua esposa, Maria Joaquina de Almeida Pimpão. Antes de ser museu o imóvel abrigou ainda o fórum da cidade (Fig.82).

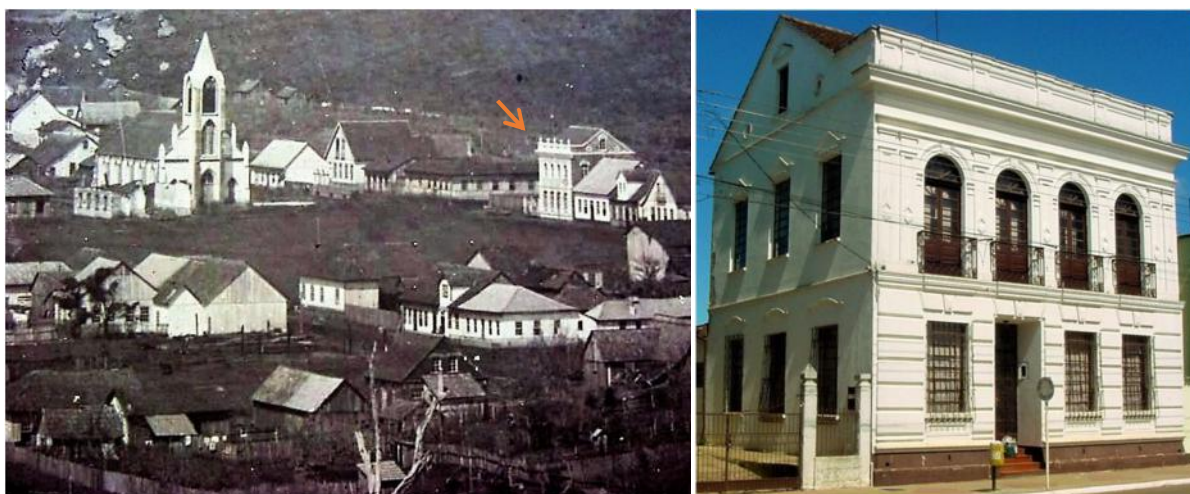


FIGURA 82 – Praça e Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus no ano de sua inauguração (1919). Na lateral da praça, o casarão onde hoje fica o Museu. Na outra imagem, o Museu atualmente.

Fonte: pmp.pr.gov.br/la/sobre.php e www.mapio.net.

Criado em abril de 1979, recebeu o nome do professor de música e “primeiras letras” José Antonio Alexandre Vieira, que também era Tenente Coronel da Guarda Nacional e considerado um “pioneiro do ensino primário em Palmas”, como informado ao lado de sua foto. Possui cerca de duas mil peças que, como em outros museus, procuram preservar a memória dos pioneiros e seus descendentes, o que, no caso de Palmas, passa pela história das grandes fazendas, dos tropeiros e dos coronéis de fins do século XIX e início do século XX. Há ainda espaço para a cultura indígena, a religiosidade e o desenvolvimento econômico da cidade. Basicamente o acervo constituiu-se por meio de doações, não se diferenciando de outras instituições similares.

⁶⁴⁵ Construída entre 1917 e 1919 (a 4ª desde a antiga capelinha, no século XIX), e demolida em meados da década de 1970 para dar lugar a atual construção. Ainda hoje ha quem critique tal decisão. Está inclusive em andamento desde 2014 a construção de uma réplica da antiga matriz no bairro Divino. Note-se que sua construção iniciou no ano seguinte ao Acordo de Limites, quando os municípios envolvidos passaram a ser pensados em face da nova realidade territorial e os estados se preocuparam com a estrutura da região em suas mais variadas características. Os símbolos da fé não foram esquecidos nessa nova fase. Como exemplo, a matriz de União da Vitória foi obra custeada pelo governo paranaense.

Logo na entrada estão os retratos dos antigos proprietários e do professor que deu nome ao Museu bem como a placa de bronze que marcou a sua criação. As fotografias, aliás, nos tomam de assalto em várias salas. A começar pela sala que serve de recepção, onde ficam as funcionárias que cuidam da instituição desde seu início. São ex-superintendentes e prefeitos que ganharam um espaço para perpetuarem um pouco de sua memória. A maioria destes só tem mesmo as fotos nas paredes para serem lembrados. Outros, com maior prestígio político, têm suas memórias construídas por meio de objetos de uso pessoal. Entre estes está o Cel. Domingos Soares,⁶⁴⁶ grande fazendeiro local e que esteve à frente da intendência municipal por duas vezes, 1912-1916 e 1924-1928.

Como podemos observar, sua primeira gestão em Palmas foi no período da Guerra do Contestado, embora esta relação não seja informada na exposição. Domingos Soares foi a liderança local que dialogou tanto com João Gualberto quanto com o monge José Maria na tentativa de uma rendição pacífica. Suas ações auxiliaram em proporções distintas os dois lados. Ele ajudou o Regimento de Segurança do Paraná a chegar ao local onde estavam os caboclos no Irani bem como tentou evitar um confronto entre caboclos e policiais.

Esta importância de Soares nos acordes iniciais da guerra de nenhuma maneira pode ser percebida pelos visitantes do local, uma vez que não há suporte visual ou textual que ajude o observador a fazer este tipo de ligação. Para o visitante, a informação que fica por meio dos objetos, fotos e alguma informação textual, é a de que Domingos Soares foi um dos vários superintendentes e prefeitos de Palmas, podendo obter um pouco mais de informações com a guia do Museu, o que nem sempre o visitante faz.

Nesta mesma sala há objetos de uso pessoal que só estão ali por terem pertencido a estas personalidades ou famílias tradicionais. É o caso das botas “napoleônicas” de Domingos Soares, datadas de 1922 (Fig.83). Há ainda objetos mais simples tais como uma bomba de chimarrão, que pertenceu ao ex-prefeito, Bonifácio Teixeira Baptista; um isqueiro de chifre, da família Almeida; um porta fumo, da família Berhost; uma espada militar, de

⁶⁴⁶ “Nascido no dia 16 de abril de 1852 em Guarapuava-PR, Domingos era filho de Joaquim Mendes de Souza, um dos participantes da expedição de exploração dos campos de Palmas, chefiada por José Ferreira dos Santos. Sua mãe, Cesarina Antônia de Jesus, era filha de outro pioneiro de Palmas, o capitão Francisco Antônio de Araújo. As informações foram apuradas por Aurora Fabrício das Neves Tortelli, residente no atual município de Coronel Domingos Soares-PR, antigo distrito de Palmas com o nome de Refúgio. Uma das líderes do movimento de emancipação do então distrito, Aurora destaca a liderança política do patrono do município: superintendente (prefeito) de Palmas de 1912 a 1916 e de 1924 a 1928, foi deputado estadual entre 1914 e 1918. ‘Esse nome Retiro foi dado pelos tropeiros, que pousavam aqui, sendo recebidos pelo coronel Domingos Soares com o charque aquecido e o chimarrão’, salienta. Criado na fazenda São Joaquim, que seu pai adquiriu em Palmas, se casou com Maria Lourença de Araújo, estabelecendo-se na fazenda Bom Sucesso, com área de 1.800 alqueires, equivalente a aproximadamente 4,3 bilhões de m², latifúndio característico dessa região”. In: MARTINS, Celso. **O mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o Combate do Irani. Florianópolis: Editora Insular. 2007, pp. 28-9.

Algemiro Silva; uma faca punhal para churrasco, do fazendeiro José Lourenço de Araújo, entre outros.



FIGURA 83 – Detalhe da sala de recepção. No canto superior direito, o retrato de Domingos Soares. No canto inferior esquerdo, as botas do coronel e ex-superintendente de Palmas.
Fonte: Foto do autor, 2016.



FIGURA 84 – Os muitos objetos que relembram a vida nas antigas fazendas. Entre os muitos retratos está o de José de Araújo Bauer.
Fonte: Foto do autor, 2016.

Em outra sala estão centenas de objetos que relembram as lidas nas antigas fazendas bem como retratos de alguns fazendeiros (Fig.84), dentre os quais o que dispõe de mais informações é o de José de Araújo Bauer (1911 – 2005). Segundo o texto, ele foi “cerqueiro, peão de tropas de gado, balconista, agregado e capataz de fazenda, proprietário agropecuarista, criador da raça bovina caracu”. Ou seja, uma vida marcada pela lida com o gado e outros trabalhos na fazenda. Foi também um dos membros fundadores da Academia Palmense de Letras, ocupando a cadeira de nº 15, cujo patrono tinha sido o personagem que dá nome ao Museu, além de ser o autor do livro “Reminiscências: história de Palmas”.⁶⁴⁷

Na sala seguinte (Fig.85), uma mistura de fantasias de carnaval, rádios, computadores e outros tantos retratos incluindo os coronéis Ferminio Teixeira Baptista (1834 – 1903)⁶⁴⁸ e José Osório, que comandou a equipe que construiu a estrada de Palmas a União da Vitória.⁶⁴⁹



FIGURA 85 – Miscelânea histórica. Figurinos carnavalescos, computadores, rádios e personagens ilustres.
Fonte: Fotos do autor, 2016.



FIGURA 86 – Detalhe da sala dos fundos, que não fazia parte da construção original.
Fonte: Fotos do autor, 2016.

⁶⁴⁷ BAUER, José de Araújo. **Reminiscências: história de Palmas**. 2. ed. rev. Palmas: Kaigangue, 2002.

⁶⁴⁸ Conhecido como “Coronel Vivida”, foi o segundo superintendente de Palmas entre os anos de 1883 e 1886.

⁶⁴⁹ A mesma estrada onde há um pequeno monumento lembrando o acidente aéreo que matou o capitão Ricardo Kirk, em 1914, durante a Guerra do Contestado.

Nos fundos, em uma sala que não fazia parte da construção original, construída quando o imóvel abrigou o fórum, há centenas de fotos que recobrem porções consideráveis das paredes (Fig.86) e relembram festas, casamentos, missas, procissões, retratos de casais ou individuais, paisagens, time de futebol. Há ainda fotos do tropeirismo, da inauguração do monumento aos bandeirantes na praça Bom Jesus em 1936, de Palmas, da antiga catedral, do Hospital de Caridade, do convento, enfim, imagens que muitas pessoas acharam que deveriam ser expostas e que são registros da vida cotidiana de cidadãos ilustres e comuns. Na mesma sala estão outros objetos como selins de uso feminino (no qual as mulheres posicionavam as duas pernas para o mesmo lado da montaria), pilão, máquina de costura, toca-discos, entre outros. Diferente das duas primeiras salas, onde se procurou priorizar políticos e fazendeiros, as duas últimas não guardam uma coerência entre as peças. Estão ali por conta do espaço disponível.

Antes de falarmos das outras coleções, podemos adiantar que o Contestado, como assunto e referência para organizar uma ou outra coleção nunca fez parte deste Museu. No entanto, nesta mesma sala das muitas fotografias, uma propaganda da extinta ervateira R. Karman & Cia, doada recentemente, chama a atenção (Fig.87). De imediato se reconhece a reprodução da imagem atribuída ao segundo João Maria que perambulou pelo Contestado em fins do século XIX e início do XX. Com o slogan “Aos hervateiros que dedicam se á herva matte com fanatismo” a empresa prestava uma homenagem aos produtores bem como relacionava a dedicação destes com a crença e devoção depositadas sobre o monge João Maria. Aos ervateiros, presume-se, atribuíam-se uma dedicação e obstinação (nestes casos, salutar), tão intensas quanto a “cega” devoção construída em relação ao monge. A responsável por receber os visitantes, Zenilde Uchôa, não soube informar quando esta imagem foi doada, mas que seu doador resolveu fazê-lo depois que uma imagem do monge foi colocada em um parque da cidade, talvez por conta do centenário do Contestado, em 2012. Não há anotação deste objeto no livro de registros, não sendo possível precisar a data de doação.

No andar superior, no corredor, estão os entalhes em “madeira de lei”, de 1911, da via-sacra e que pertenceram à igreja matriz demolida na década de 1970 (Fig.87). De acordo com o livro de registros, elas não foram doadas todas de uma só vez. As 14 peças têm registros de entrada entre os anos de 1978 (antes da criação do museu) e 1986.⁶⁵⁰

⁶⁵⁰ Livro de Registros, páginas 010 e 011. Outras peças da igreja foram doadas como castiçais e a pequena pia de água benta que ficava na porta de entrada, para que os fiéis molhassem os dedos e fizessem o “sinal da cruz”.

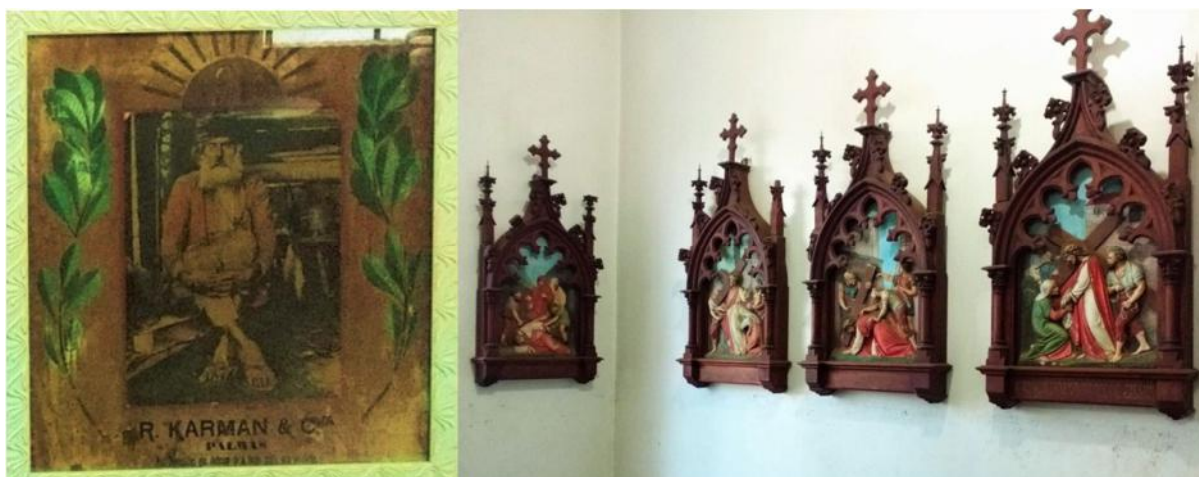


FIGURA 87 – Anúncio da R. Karman & Cia. O monge como símbolo de fanatismo. Na outra imagem, as memórias de uma demolição. Os entalhes da via-sacra não deixam esquecer a antiga matriz, além das muitas fotografias.

Fonte: Fotos do autor, 2016.



FIGURA 88 – Em meio a uma multiplicidade de objetos um mapa desbotado sobre a Questão de Limites que sintetiza o descaso com o assunto.

Fonte: Fotos do autor, 2016.



FIGURA 89 – Escrivadinha, cama, penteadeira, berço e objetos indígenas. Outrora um “problema” a ser resolvido pelos “bandeirantes paranaenses”, os indígenas conquistaram espaço no Museu, mas, de uma forma que não expôs a memória da violência do encontro entre tribos e “pioneiros”, o que não surpreende.

Fonte: Fotos do autor, 2016.

Além do corredor, quatro salas compõe o andar superior. Na maior delas o que chama a atenção são as dezenas de máquinas registradoras, de costura e de escrever. Há armários com porcelanas e numismática, além de muitos diplomas e alguns mapas fixados nas paredes (Fig.88). Entre estes, uma desbotada cópia do mapa de Romário Martins de 1911 que, da forma como está exposto e sem legenda explicativa, torna-se irrelevante na construção de alguma memória sobre a Questão de Limites. Nas duas salas seguintes, mobiliário de uso doméstico e profissional, como a escrivaninha do primeiro médico de Palmas. No final do corredor encontra-se a sala que expõe objetos indígenas (Fig.89).

Folheando o livro de registros, criado por Zenilde Uchôa em 12 de janeiro de 1989, há um total de 2071 registros, com o último datado de 01 de março de 2013. Mais da metade destes objetos foram doados até 1980. Muitos não se encontram mais na instituição. Caso da coleção de livros e revistas doados à Biblioteca Pública Municipal em 1989, num total de 227 exemplares,⁶⁵¹ e de parte da coleção de numismática, roubada em 1999. Algumas outras peças também foram roubadas. O exemplo mais destacado é o da coleção de armas. O Museu dispunha de um fuzil, doado em 1979 por Manuel Camargo e uma espingarda, doada por Alcides Favetti em 1980;⁶⁵² sete espingardas e uma garrucha, doadas pela Delegacia Municipal em 1992⁶⁵³ e uma espingarda, doada por Pedro Orides Fernandes, em 1997.⁶⁵⁴ Zenilde Uchôa não soube precisar a data do roubo, algo em torno de 2001. As armas foram recuperadas, no entanto, a exigência da polícia de que o Museu deveria instalar um sistema de proteção (alarme e câmeras) para que os objetos fossem devolvidos à instituição inviabilizou o retorno das peças uma vez que a prefeitura não se comprometeu a investir no sistema.

Em seu aspecto geral o espaço não difere de outros no sentido de privilegiar as famílias “tradicionais” e as lideranças políticas locais. No caso específico de Palmas, as grandes propriedades rurais, o coronelismo e o tropeirismo se constituíram em características fundamentais para se entender o tecido social da região sendo que, no caso das fazendas, até hoje continuam a ter importância. São estas características que deram relevância social à maioria dos personagens “ilustres” e cujas memórias estão preservadas. As duas primeiras salas resumem as memórias mais caras a esta instituição. As demais coleções orbitam em torno destes personagens abrindo espaço para um ou outro que, por seu trabalho especializado (como o primeiro médico), conseguiram conquistar relevância social. Fora desse universo todo particular, há uma população simples que secundariamente dá vida às centenas de

⁶⁵¹ Livros de Registros, p. 014.

⁶⁵² Ficha de Catalogação.

⁶⁵³ Livro de Registros, páginas 056 e 057 e fichas de catalogação.

⁶⁵⁴ Idem, página 060 e ficha de catalogação.

fotografias, uma das marcas desta instituição. Há ainda os índios, lembrados sem contudo contar com uma abordagem didática que demonstrasse o processo traumático e violento dos embates entre estes e os ditos pioneiros ou “bandeirantes paranaenses”.

Este é, aliás, um problema a ser ressaltado. Sem suportes de informações (textos, gráficos, vídeos) consistentes, necessita o visitante fazer um exercício de imaginação para ligar os pontos. Em muitos casos, como o do Cel. Domingos Soares, não há como relacioná-lo ao ocorrido no Irani, em 1912, se valendo única e exclusivamente do que nos é apresentado. O Contestado, nosso propósito de pesquisa, não existe enquanto fio condutor que balize a organização de qualquer objeto. A imagem de João Maria de Jesus e o mapa de Romário Martins são peças soltas em meio a milhares de outras e que não constroem um conhecimento a respeito do assunto.

Ao visitarmos Palmas, nos chamou a atenção a ausência de construções antigas na praça central. Como citado no início, nem mesmo a catedral resistiu ao ímpeto de demolição. O casarão onde se encontra o Museu só continua em pé por ter sido residência de poderosa família local bem como sediado o fórum para logo em seguida se tornar uma unidade museológica. Apenas como curiosidade, quem visitar o site da prefeitura de Palmas e por ventura der uma olhada na resenha histórica do município, vai encontrar um punhado de fatos e personagens considerados relevantes à história local. Os pioneiros, fazendeiros e coronéis são parte desta memória histórica. Não adianta procurar no texto algo a respeito da Questão de Limites e muito menos sobre a guerra, pois não há nada. Seguindo roteiro não linear o texto, de autoria da professora e historiadora Eloyna Ribas Rodrigues, “filha e profunda conhecedora desta Terra”, como enfatizado no site, por duas vezes faz “saltos” históricos que ignoram a guerra. Em um primeiro momento, partindo dos primórdios da formação do que viria a ser o município de Palmas, o texto segue até os idos de 1889 para logo em seguida retomar o assunto a partir de 1933 e seguir até 1982. Mais adiante volta-se a 1860 seguindo até 1895 com a Questão de Palmas, tendo como premissa que o *uti possidetis*, iniciado 1839 pelos pioneiros, foi de grande valia para que o Brasil ganhasse a causa diante da Argentina. E mais uma vez o Contestado é ignorado, partindo-se para o ano de 1950. Há que se levar em conta também o interesse da prefeitura sobre o que deveria ser publicado.

É obvio que todo texto histórico tem suas escolhas e que determinados personagens e passagens históricas são priorizadas por todo e qualquer historiador. No entanto, tratando-se de um município que teve parte do território, que por muito tempo esteve sob sua jurisdição, anexado a outro estado, é no mínimo questionável esta ausência. O mais provável é que justamente por conta da diminuição do território se prefira “esquecer” do ocorrido.

4.7 MUSEU DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE TRÊS BARRAS: LUMBER, “O PODEROSO ‘CORONEL’ DO CONTESTADO”

O município catarinense de Três Barras⁶⁵⁵ tem sua história indissociavelmente ligada às atividades e à memória relacionada a Southern Brazil Lumber and Colonization Company (subsidiária da Brazil Railway Company, holding criada em 1906 por Percival Farquhar), instalada pelo decreto nº 7.426 de 27 de maio de 1909 e que iniciou suas atividades a partir de 1911 e seguiu até 1940, quando foi estatizada. Suas instalações pertencem desde 1953 ao Ministério da Guerra e fazem parte, desde 1958, do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH).

Dentre os muitos fatores que contribuíram para a deflagração da Guerra do Contestado, as atividades da holding de Percival Farquhar em terras contestadas são das mais lembradas e destacadas. A inauguração do trecho da EFSPRG, em 1910, entre União da Vitória, no Paraná, e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, cruzando verticalmente a região do Contestado, as atividades da madeireira e da implantação dos projetos de colonização a partir de 1911, impactaram profundamente o modo de vida dos seus moradores, principalmente com a expulsão de posseiros para a implantação dos projetos da Brazil Railway Company, como foi demonstrado em pesquisas sobre o assunto.⁶⁵⁶

Se, caberia aos governantes mediar este impacto estabelecendo regras e limitando ações da companhia (o que, como sabemos, não ocorreu, demonstrando a incapacidade, má fé e irresponsabilidade dos políticos paranaenses e catarinenses), isto não isentou Farquhar por também permitir a violência para estabelecer-se na região, valendo-se, inclusive, de uma milícia armada para garantir os “direitos” adquiridos com o aval de personagens como Affonso Camargo, presidente paranaense, advogado da Brazil Railway, motivo pelo qual os caboclos, nos dias 05 e 06 de setembro de 1914, incendiaram as estações ferroviárias de Calmon e São João dos Pobres (atual Matos Costa).⁶⁵⁷

⁶⁵⁵ O que mais tarde se tornaria o núcleo urbano do município, derivou da “cidade-empresa” montada pela Lumber: “Company-town ou cidade-empresa, segundo Charles Gauld, ‘é aquela que se origina de núcleo urbano construído por empresas de grande porte para viabilizar seus projetos de implantação e desenvolvimento (GAULD, 2006, p. 204-205)’. São vários os exemplos de cidades brasileiras que nasceram dessa forma. Por iniciativa de Percival Farquhar, podem ser citadas Porto Velho, no Norte do País, e Três Barras, no Sul, onde foi instalada a Lumber and Southern Lumber & Colonization Company”. In: VALENTINI, Delmir. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906 - 1916)**. Tese de doutorado, PUC/RS, Porto Alegre, 2009, p. 156.

⁶⁵⁶ Sobre os impactos da madeireira ver: VALENTINI, Delmir. Op. Cit.; TOMPOROSKI, Alexandre. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940**. Tese de doutorado, UFSC, Florianópolis, 2013.

⁶⁵⁷ À época, localidades sob a jurisdição do Paraná.

O império de Farquhar começou a desabar com o início da 1ª Guerra Mundial (1914 – 1918) e a consequente fuga de acionistas europeus. Mas as atividades da Lumber seguiram seu rumo por meio de uma recuperação judicial da holding, Brazil Railway Company, em 1914. A partir daí, W. Cameron Forbes (1870 – 1959), advogado, banqueiro e diplomata, administrou esta recuperação até 1919. Antes disso, em 1916, Percival Farquhar afastou-se da direção.⁶⁵⁸ No caso específico da madeireira, suas atividades seguiram até 1940 quando então foi estatizada. Sua incorporação ao Patrimônio da União ocorreu por meio do Decreto nº 2073 de 08 de março de 1940, e pelo Decreto-lei nº 2436 de 22 de julho do mesmo ano. Criou-se uma Comissão de Levantamento e Avaliação, e uma de suas decisões foi transferir o patrimônio da Southern Brazil Lumber & Colonization Company ao Ministério da Guerra.⁶⁵⁹ Em 1952, este Ministério recebeu o referido patrimônio da Lumber:

A transferência dos bens de Três Barras, Felipe Schmidt e São Francisco, situados em Santa Catarina, para o Ministério da Guerra, de acordo com a escolha feita pela 5ª Região Militar, foi autorizada pelo Presidente da República (Eurico Gaspar Dutra) em despacho do dia 22 de agosto de 1952 e publicado no Diário Oficial n. 195, de 23 de agosto de 1952, tendo sido assinado em 02 de setembro o Termo de Transferência de bens e, em 11 de setembro, o Termo de Entrega.⁶⁶⁰

No ano seguinte o CIMH começou a funcionar, mantendo a memória da Lumber com a preservação de parte das instalações da antiga madeireira. A sede do CIMH passou a ocupar o antigo escritório da companhia (Fig. 90).



FIGURA 90 – Escritório central da Lumber, hoje, sede do Comando do CIMH.
Fonte: Foto do autor, 2016.

⁶⁵⁸ VALENTINI, Delmir. Op. Cit., p. 248.

⁶⁵⁹ Idem, p. 153.

⁶⁶⁰ Idem, p. 154.



FIGURA 91 – Armazém da Lumber em seus dias de funcionamento. s/d.
Fonte: acervo particular de Aglae Pacheco.



FIGURA 92 – Maiara Berch. Antigo armazém da Lumber, 2012.
Fonte: wp.clicrbs.com.br/.

As atividades do Museu Histórico de Três Barras ou, Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras, como é apresentado em divulgações do município é desde o início de suas atividades, em 1980, assim como a história e a memória do município em questão, indissociável das atividades da Lumber e o que esta representou para as transformações ocorridas na região, a começar por suas instalações. Ambas as sedes onde o Museu foi instalado serviram aos propósitos da antiga companhia madeireira. A primeira sede ocupou o espaço do outrora armazém da Lumber (Figuras 91 e 92). Nas várias entrevistas realizadas

para a pesquisa do historiador Delmir Valentini os antigos funcionários destacaram a fartura existente neste armazém:

“Tinha um armazém, com tudo do melhor, importado, e este armazém era aberto a todo mundo: a seda, o uísque, vinho, peixe, marisco, porque a Lumber era da estrada de ferro. Então vinha um vagão cheio disso para Três Barras. (...) Você encontrava de tudo, inclusive açougue e padaria” (Depoimento de Tércia). Elvino Moreira destacou que o chefe do armazém era seu Otávio Tabalipa, e lá dentro “tinha de tudo o que você queria comprar”. Ninpha Ferreira de Oliveira contou da existência de “louças chinesas finíssimas, cristais, biscoitos, iguarias e doces”.⁶⁶¹

Para termos ideia das características do espaço expositivo bem como do processo de formação de seu acervo, contamos com a entrevista concedida pela gestora cultural, Viviane Bueno,⁶⁶² da Fundação Cultural de Canoinhas, que trabalhou no Museu em sua segunda sede entre 1997 e 2000.

O Museu foi fundado em 30 de outubro de 1980 por meio da lei municipal nº 591 e funcionou junto à Casa da Cultura (criada no mesmo ano) no antigo armazém da Lumber. A Casa da Cultura oferecia cursos como os de pintura, gastronomia, artesanato, cerâmica, música, datilografia, violão e coral, além do contato dos alunos com o acervo do Museu, instalado em duas salas do mesmo imóvel. No local havia ainda uma pequena biblioteca. Entre 1980 e 1983, a instituição esteve a cargo de Aglae Pacheco Bueno (mãe de Viviane Bueno). Como descendente de “tradicional” família (Pacheco), Aglae doou alguns objetos e fotografias que remetiam a esta memória familiar, historicamente ligada à formação do que viria a ser o município de Três Barras. Gincanas nas escolas e na comunidade ajudaram na formação do acervo com a doação de peças que de alguma forma ajudassem a contar a história e preservar a memória da cidade. Fotografias, peças usadas nas fazendas e roupas estavam entre os objetos coletados. E claro, as atividades da Lumber e a construção da estrada de ferro no Contestado tiveram seu lugar de memória. Fotografias da construção da ferrovia, do processo de produção da Lumber e objetos pertencentes a esta última ajudaram a enriquecer o acervo. Os objetos, segundo Viviane Bueno, eram expostos de maneira improvisada (sobre cadeiras escolares, por exemplo). Muitas fotografias foram guardadas em caixas por falta de espaço nas duas salas disponíveis naquela época.⁶⁶³

Tanto a Casa da Cultura quanto o Museu funcionaram entre 1980 e 1983, só reabrindo em 1997. Neste período muitas das peças sumiram, restando apenas as fichas que indicavam

⁶⁶¹ VALENTINI, Delmir. Op. Cit., pp. 187-8.

⁶⁶² Viviane Bueno. Entrevista concedida em 13 de julho de 2016. Canoinhas, Santa Catarina.

⁶⁶³ Idem.

que o acervo era maior do que aquele com o qual reabriu as portas 14 anos depois. A Casa da Cultura (que voltou a ocupar o mesmo espaço) encerrou as atividades em 2000.⁶⁶⁴



FIGURA 93 – Estação de Três Barras em 1920. Coleção Joeli Laba.
Fonte: Museu de Três Barras. Digitalização do autor, 2015.



FIGURA 94 – Museu do Patrimônio Histórico de Três Barras, SC.
Fonte: Foto do autor, 2016.

A partir de 1997 o Museu de Três Barras ocupou as salas da antiga estação ferroviária da cidade, um espaço maior se comparado às duas salas do armazém da Lumber. Assim como a primeira sede, esta última também tinha sua história intrinsicamente relacionada à

⁶⁶⁴ Viviane Bucno. Entrevista...

madeireira. Construída em 1916, fazia parte do ramal que ligou as cidades de Porto União/ União da Vitória ao porto de São Francisco do Sul em Santa Catarina. Sua função era prioritariamente o transporte de cargas, diga-se, das madeiras beneficiadas. Construíra-se a estação, não coincidentemente, em frente às instalações da madeireira e junto à pequena vila de Três Barras. Em uma foto de 1920 (Fig. 93) pode-se observar os vagões carregados em frete à estação e, em segundo plano, o enorme terreno da fábrica onde hoje fica o CIMH. E uma destas pequenas locomotivas que transitavam pelo pátio da madeireira e puxavam dezenas de vagões rumo ao porto (e que ficou até recentemente no CIMH) é hoje parte do acervo

Antes mesmo de entrarmos neste espaço museológico, sua arquitetura (Fig. 94), que nos remete à sua antiga função, e o trem, são por si só representativos da memória que podemos encontrar em seu interior. São eles próprios parte da memória que se quis preservar. Em seu interior bem organizado, procurou-se, como apontado na entrevista de Viviane Bueno, dar uma ordenação cronológica aos objetos, começando do lado esquerdo para quem entra. Podemos então observar os retratos (Fig. 95) dos antigos moradores da região (os Pacheco dos Santos Lima), nome que ainda mantém tradição em Três Barras e Canoinhas.



FIGURA 95 – Personagens que representam os primeiros moradores da região que viria a ser o município de Três Barras.

Fonte: Foto do autor, 2015.

O Coronel da Guarda Nacional, João Pacheco dos Santos Lima (1838 – 1907), nome mais destacado na genealogia da família, foi deputado no Paraná e participou do Cerco da Lapa (cidade onde nasceu), episódio da Revolução Federalista. Descendentes do coronel participaram da Guerra do Contestado ao lado das forças do governo. Um de seus filhos, Leocadio Pacheco, morreu em 04 de abril de 1915 no ataque ao reduto de Santa Maria, sob o comando do Capitão Tertuliano Potiguara (1873 – 1957). Além dos treze filhos legítimos, o Cel. Pacheco teve mais duas filhas com “suas ex-escravas”, batizadas com os nomes de

Lindóia Pacheco dos Santos Lima e Etelvina Pacheco dos Santos Lima.⁶⁶⁵ Por ter uma descendência tão extensa, o nome da família está relacionado a muitos fatos da política e economia da região.



FIGURA 96 – A Lumber em fotografias. Em primeiro plano, na mesa, planta da fábrica. No canto direito da imagem, história do município e a participação dos Pacheco.
Fonte: Foto do autor, 2015.



FIGURA 97 – Sala principal. Os extintores da Lumber, de 1929, doados pelo Exército, chamam a atenção.
Fonte: Foto do autor, 2015.

Na sequência da exposição a coleção de fotografias dá uma pequena mostra das atividades da Lumber. Na imagem apresentada (Fig. 96), estão os retratos de Percival Farquhar ao lado de fotografias que mostram a retirada das árvores do meio da floresta e um

⁶⁶⁵ Resumo histórico exposto na sala principal.

grupo de seguranças da madeireira em momento de descontração. Mais à direita, texto que resume a Guerra do Contestado (do qual falaremos mais adiante, bem como das fotografias referentes ao mesmo assunto), e o resumo histórico de Três Barras, com o retrato do Cel. João Pacheco (histórico citado na página anterior). Abaixo, da esquerda para a direita, outras tantas fotografias da fábrica, em sua maioria, reproduções do trabalho do fotógrafo Claro Gustavo Jansson (1877 – 1954). Esta sequência termina com fotografias da Guerra do Contestado e mapa da região em conflito.

Na parede oposta à porta de entrada e no centro da sala principal, mais objetos nos remetem a Lumber (Fig. 97). De imediato, o olhar é direcionado para os enormes extintores vermelhos que pertenceram a madeireira, incluídos no acervo em sua segunda sede. Na parede, fotografias e texto que relembram a “família Bishop” (além de equipamentos de comunicação, na mesa, junto à parede). Sherman Chauncey Bishop (1887–1951) foi o primeiro diretor da Lumber e, de acordo com o suporte de informação, junto com Benvindo Pacheco dos Santos Lima deram início ao “núcleo Tresbarrense”. Bishop voltou para os Estados Unidos, mas outros membros da família permaneceram aqui e seus descendentes passaram a fazer parte da história da cidade. Na sequência, mais fotos do transporte ferroviário da madeira (incluindo um descarrilamento), de funcionários da Lumber, de um hotel da madeireira, de Bishop, das instalações da madeireira, imagens de João Maria de Jesus, armas e fotos da inauguração da estação de Três Barras, em 1916. Há ainda uma réplica da bandeira utilizada pelos caboclos, e uma representação de Maria Rosa, uma das várias lideranças nos redutos.

Na mesma sala, vários objetos de uso doméstico e de trabalho nos são apresentados (Fig. 98). Entre estes, uma antiga serra para cortar árvores, manuseada simultaneamente por duas pessoas, associada aos dizeres: “Este tipo de serra devastou as florestas de Três Barras”. A frase não apenas “explica” algo, mas acrescenta elemento que transita entre a denúncia e a crítica, o que não é muito comum em nossos museus. Machado, chaleiras, ferros de passar roupa, lampiões, entre outros objetos, completam este conjunto que aponta para o viver cotidiano de boa parte da população, independente do poder aquisitivo.

E na sala seguinte (Fig. 98), outros objetos mais refinados como banheira, rádios, geladeira (em madeira, fabricada em 1946, por Adolpho Schramm), vestido de noiva, máquinas de datilografia, máquina de calcular, além de fotos, são memórias de famílias abastadas e representam também um pouco da vida econômica do lugar. Um dos cofres utilizados pela Lumber também se encontra nesta sala. Há ainda uma outra sala onde estão

computadores da década de 1980 e um espaço utilizado como biblioteca que está fechada atualmente.



FIGURA 98 – De chaleiras a geladeira, o lugar comum das diferenças sociais.

Fonte: Fotos do autor, 2015.



FIGURA 99 – Na madeireira ou na guerra, o habitante simples do Contestado requer mais atenção fora dessas balizas “clássicas” nas exposições.

Fonte: Fotos do autor, 2015.

No geral, a maior parte dos objetos expostos neste Museu foi agrupada em torno de dois núcleos principais. O primeiro a Lumber, incluindo-se também a ferrovia (da mesma holding). O segundo, as famílias “tradicionais”, por conta do “pioneirismo” na formação do núcleo inicial de Três Barras, pelas ligações políticas e produção econômica. Há elementos que se entrecruzam tais como a “família Bishop”, que tanto está ligado à madeireira quanto às famílias que se tornaram importantes por sua atuação econômica. Mesmo um simples machado ou a serra perpassam a memória de grupos diversos, pois fizeram parte da vida de fazendeiros, funcionários da Lumber e caboclos (ou sertanejos) que labutavam nos lugares

afastados do território do Contestado. No entanto, esses personagens não têm uma visibilidade incisiva, em outras palavras, um conjunto de objetos organizados especificamente por conta de suas memórias. Estão lá nas fotografias que retratam as atividades na Lumber e no pequeno conjunto de objetos e fotografias da guerra (Fig. 99). Neste sentido, não se diferenciou da maioria das instituições analisadas.

Sobre a guerra, a visão apresentada está resumida em dois suportes de informações na sala principal. No texto, as motivações para os anos de violência no Contestado foram o “sentimento de revolta dos nativos”, o descaso das “esferas oficiais”, a instalação da Lumber, a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande e seu ramal em direção ao porto de São Francisco do Sul, SC, a Questão de Limites, o “messianismo propagado na religiosidade cabocla” com seus monges pregando contra o “imperialismo e o colonialismo acobertados pela República”, a “estratificação social” em que havia o “atrelamento dos homens aos padrinhos-chefes e a “índole guerreira do caboclo, que por formação natural o tornava um ser violento, corajoso e destemido”.⁶⁶⁶ A Revolução Farroupilha (1835 – 1845) e a Revolução Federalista (1893 – 1895) também entraram na conta por influírem na migração de grupos do Rio Grande do Sul para a região do Contestado além do sempre lembrado “abandono” de cerca de oito mil funcionários da estrada de ferro.⁶⁶⁷ Em maior ou menor grau, todos estes elementos foram e continuam sendo citados e analisados nas muitas publicações e pesquisas a respeito do tema. As variações ficam por conta de cada pesquisador e novas fontes.

No caso do Museu, alguns posicionamentos são importantes. Vários nomes são citados, representativos dos “coronéis” (os latifundiários da erva-mate) que ajudaram a incendiar os ânimos na região. Amazonas Marcondes, de Porto União da Vitória; Arthur de Paula, “em Iguaçu”; Juca Pimpão, de Palmas; Tomás Vieira, de Canoinhas; Henrique Rupp, de Campos Novos e Francisco de Albuquerque, de Curitibaanos que, segundo o texto, era o “patriarca máximo” e intimamente relacionado à família Ramos, de Lages, “a mais poderosa de Santa Catarina”. Segundo o texto, contrapunha-se a estes aos “trancos e barrancos” nomes como os de Aleixo Gonçalves e Bonifácio Papudo (que se tornariam “jagunços” nos redutos); Antônio Bonifácio, de Canoinhas; Henriquinho de Almeida e a família Sampaio, de Curitibaanos. Foram todos, de fato, nomes importantes no desenrolar das tensões no Contestado, embora haja ainda outros tantos não citados. Há, por exemplo, Domingos Soares,

⁶⁶⁶ Afirmação defendida pelo historiador Nilson Thomé, responsável pelo museu de Caçador.

⁶⁶⁷ Este número de funcionários abandonados, principalmente a ideia de que muitos eram de outros estados, são ainda muito polêmicos. Trabalho importante a este respeito e que ajuda a repensar e desmistificar alguns lugares comuns é: ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado**: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915). Pelotas: Editora UFPEL, 2011.

de Palmas, que chegou a falar com José Maria (em um posicionamento aparentemente mais pacífico) antes do ataque do Regimento de Segurança do Paraná. A Lumber foi definida como “o poderoso ‘coronel’ do Contestado” que, seguindo a prática de outros “coronéis”, “mantinha seu próprio exército, chefiados por ‘fiscais’ armados, além de controlar “os empórios e armazéns onde os trabalhadores faziam compras”, submeter a castigos físicos (chibata) e encerrar “cadeias de suas cidades os funcionários que desobedeciam às normas da empresa”. Entrecruzando características da madeireira e dos coronéis o que fica claro é a crítica a ambos. Ainda em relação a madeireira, critica o desalojamento “do povo” para a implantação das serrarias, não tendo esta população “a quem reclamar”. Neste sentido, lembra do vice-presidente paranaense, Affonso Camargo, advogado da madeira, como exemplo de que o “povo” não poderia contar com a ajuda de seus governantes. O posicionamento foi distinto quando falou do *habeas corpus* do advogado Diocleciano Mártir em favor dos caboclos do reduto de Taquaruçu em 1914, negado pelo STF, ao não apontar o governador catarinense, Vidal Ramos, como ferrenho opositor e principal responsável por fazer o pedido ser negado junto ao STF.

Em linhas gerais o Museu de Três Barras se assemelha, no período abordado, à maioria dos museus históricos no Brasil, centrando sua atenção nos “pioneiros” e nas famílias que marcaram importante presença na política e economia locais. As especificidades ficaram por conta do que é mais característico na cidade, ou seja, as atividades da Lumber até sua estatização na década de 1940. A Guerra Sertaneja do Contestado, embora com menor ênfase, tem seu espaço. Além dos objetos, que são a linguagem por excelência do discurso de todo museu, e que direcionavam o olhar do visitante para determinada memória, em Três Barras os textos que acompanhavam alguns destes objetos evidenciaram com bastante clareza o posicionamento da instituição em relação às memórias abordadas. A serra que “devastou as florestas” e a Lumber como o “poderoso coronel” do Contestado são destaques neste sentido. Não é comum em outras unidades museológicas encontrarmos um posicionamento tão claramente manifestado nos suportes de informações. No caso do caboclo/sertanejo não há um direcionamento específico. As coleções (em especial as fotografias) que abordam a Lumber e a Guerra do Contestado trazem também os rostos que sempre resumem esta porção social do Contestado.

4.8 MUSEU MONGE JOSÉ MARIA: FRAGMENTOS DE UM PROJETO ABANDONADO

No atual município catarinense do Irani, onde o enfrentamento entre caboclos e Regimento de Segurança do Paraná, em 22 de outubro de 1912, iniciou uma jornada de ódios e violências na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, ainda está em vias de um dia ser concluído o projeto do “Parque Temático do Contestado”. A ideia teve seus primeiros passos no final da década de 1970:

Uma análise realizada na documentação do órgão executivo do governo catarinense para a cultura, a Fundação Catarinense de Cultura (ARQUIVO, s.d.), evidenciou que houve, entre os anos 1979 e 1983, uma troca de correspondências com interlocutores na região de Irani, além de relatórios de atividades em que há uma forte preocupação em desenvolver formas de apropriação do local onde ocorreu o combate e transformá-lo em um espaço de memória sobre o Contestado, incluindo o seu tombamento como patrimônio cultural do estado.⁶⁶⁸

Note-se que antes mesmo do governo Amin a localidade já despertava interesse do governo estadual. Depois de décadas de descaso com o tema e de ter dado os primeiros passos na década de 1970, entrava-se na década seguinte com proposta um pouco mais consistente. O que não quer dizer que tudo tenha saído do papel. Da proposta inicial constava a criação de um museu com a finalidade de:

(...) conservar e transmitir às gerações futuras as tradições ligadas aos fatos históricos que marcaram toda uma região, através de apresentações artístico-culturais e do recolhimento de fatos e documentos para o público e os pesquisadores do episódio conhecido como “Guerra do Contestado” (RELATÓRIO, 1980: 1).⁶⁶⁹

Para viabilizar um museu, estava disponível um terreno de 1.000 m² ao lado de um antigo cemitério e havia o interesse da Fundação Universitária de Joaçaba/SC em administrar esta unidade museológica, “fato que iria ao encontro da proposta de formação de um campo de estudos sobre o Contestado na região”.⁶⁷⁰ O passo seguinte seria a construção, no local onde ocorrera o “Combate do Irani”, de uma vila de aproximadamente 50 casas que

⁶⁶⁸ RICHTER, Fábio Andreas. A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na memória e patrimônio cultural. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História/ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal-RN, de 22 a 26 de julho de 2013, p. 5. Disponível em: www.snh2013.anpuh.org. Acesso em: 20.10.2016.

⁶⁶⁹ SANTA CATARINA. Relatório da Fundação Catarinense de Cultura. Apud RICHTER, Fábio Andreas. Op. Cit., p. 5.

⁶⁷⁰ RICHTER, Fábio Andreas. Op. Cit., p. 5.

beneficiaria uma população carente e “assumiria o papel de ‘Cidade Santa’”.⁶⁷¹ A ideia da vila ficou pelo caminho uma vez que o terreno não era adequado para receber projeto desse porte, além de acarretar danos ao “Sítio Histórico e Arqueológico do Contestado”.⁶⁷²

Os projetos para este sítio histórico entraram na pauta do governador Esperidião Amin (no contexto analisado anteriormente) a partir de 1983. Na prática pouco foi feito em seu primeiro governo. O destaque ficou por conta do monumento conhecido por muitos como “mãos de concreto” (Fig.100). Seu autor, o escultor gaúcho José Alvim,⁶⁷³ batizou a obra de “Monumento Aos Vencidos”. Tornou-se referência sobre a guerra e frequentemente sua imagem é reproduzida em livros, revistas, reportagens e documentários. Originalmente pintada de verde, foi alterada pela prefeitura, recebendo pintura branca e uma placa com os dizeres “Irani 22.10.1912. Berço do Contestado”.



FIGURA 100 – José Alvim. Monumento Aos Vencidos. Irani, SC.
Fonte: fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br e www.irani.sc.gov.br.

A partir de 1999, no segundo governo Amin, retomou-se com algum vigor as construções no sítio histórico. No projeto apresentado em 2001 constava a construção de uma capela, uma Casa da Memória, uma igreja (Capela do Monge), recepção para informações turísticas, linha férrea e estações para o deslocamento no interior do parque, cobertura de policarbonato no local do combate (Fig.101),⁶⁷⁴ uma “Cidade Santa” em formato de cruz com 24 edificações, anfiteatro com 642m² instalado em uma ilha artificial (Fig.102) e

⁶⁷¹ RICHTER, Fábio Andreas. Op. Cit., p. 6.

⁶⁷² Idem.

⁶⁷³ Algumas vezes seu nome aparece como José (Mano) Alvim, trazendo seu apelido.

⁶⁷⁴ Com o túmulo de José Maria e a “vala dos 21”, onde foram enterrados os mortos do Combate do Irani.

arquibancada com 1.200 lugares instalada em um morro de forma a se integrar à paisagem. Enfim, o maior investimento público (estado e prefeitura) tendo a Guerra do Contestado como referência. A administração do local ficou a cargo da Fundação Cultural Memória Viva do Contestado, criada em 24 de novembro de 2000.

Apesar das promessas e de uma “inauguração” em outubro de 2001, o projeto ficou incompleto. O espaço da guerra não recebeu a cobertura prometida, tendo apenas trilhas e placas indicativas. Linha férrea, central de informações e a “cidade santa” não saíram do papel. Das grandes construções prometidas ficaram as obras inacabadas do anfiteatro, da ilha e das arquibancadas.



FIGURA 101 – Local do Combate do Irani e onde supostamente foi enterrado José Maria.
 Fonte: fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br.



FIGURA 102 – Anfiteatro inacabado, ilha artificial e arquibancada.
 Fonte: www.irani.sc.gov.br.

Na ocasião, Vicente Telles,⁶⁷⁵ um dos idealizadores, falava de suas expectativas:

A Guerra do Contestado vai ganhar sons, luzes e imagens a partir do mês que vem em Irani, cidade de 5 mil habitantes e que foi palco da batalha que resultou na morte do monge José Maria, primeiro líder dos caboclos que lutaram no conflito. Com o financiamento do governo estadual, está sendo construído no município, que se considera o berço da causa do Contestado, o primeiro módulo de um parque temático que pretende se transformar numa das principais "indústrias" da região do Alto Uruguai. (...) De acordo com o historiador Vicente Telles, que coordena a obra, Irani terá um parque semelhante ao de São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul. "A vantagem é que o nosso parque permitirá a projeção de imagens, enquanto o de São Miguel das Missões trabalha só com sons e luzes", explica Vicente. Já a partir de outubro, o turista poderá acompanhar semanalmente reconstituições de combates, desfiles, orações e narrações sobre a Guerra do Contestado.⁶⁷⁶

Apesar do interesse de Vicente Telles em divulgar algumas das características da guerra, observa-se o peso da máquina turística no projeto e seu possível retorno financeiro. Principalmente por conta do estado, esta era a premissa, não o respeito e a necessidade de se falar no Contestado (mais evidente em Telles), e sim os ganhos financeiros com os desejados turistas. Em dando certo, tanto um quanto outro, dependendo do direcionamento que se desse com o passar dos anos, sairiam ganhando. Em outras palavras, o conhecimento histórico e o retorno financeiro para a cidade seriam bem vindos. No entanto, por estar alicerçado mais em interesse personalista (Amin) do que em um projeto cultural do estado, perdeu fôlego e aos poucos foi abandonado. Em 2009, Vicente Telles lamentava tal abandono:

O historiador faz duras críticas ao poder público, que não valoriza a importância cívica e histórica dos conflitos. "Infelizmente nada se fez sobre a temática do Parque e os poderes públicos seriam responsáveis pelo apoio logístico e de material. A cultura não morreu, ela se mantém com a chama acesa, nós recebemos grupos de escolas aqui, mas, infelizmente, estamos marcados pelas deficiências e ausências das soluções que competem ao poder público".⁶⁷⁷

O que de fato mantém o local com alguma vida cultural é justamente a visita de alunos de escolas locais e outras partes do estado bem como dos estados vizinhos além de pesquisadores e alunos de universidades, principalmente dos três estados do sul bem como algumas atividades culturais organizadas por Vicente Teles.

⁶⁷⁵ Desde a década de 1970 Vicente Telles procura divulgar o ocorrido no Contestado. Contador de histórias, acordeonista e ex-militar, Amin teve com ele os primeiros contatos cujos conhecimentos adquiridos viriam a ser potencializados em seus dois governos.

⁶⁷⁶ Jornal **A Notícia**. Caderno AN Turismo. Joinville, 21 de Setembro de 2001, s/n. Disponível em: <http://www1.an.com.br/2001/set/12/0tur.htm>. Acesso em: 24.10.2016.

⁶⁷⁷ Originalmente publicado em O Jornal, de Concórdia, em 23 de janeiro de 2009. Disponível em: fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br/2009_02_01_archive.html. Acesso em: 24.10.2016.

Além das obras físicas, duas leis beneficiavam a memória do Contestado. A de nº 12.060, de 18 de novembro de 2001, reconhecia a bandeira branca de cruz verde, utilizada nos redutos, como símbolo regional catarinense, podendo inclusive ser utilizada em eventos oficiais; e a Lei nº 12.143, de 05 de abril de 2002, instituiu a “Semana do Contestado”, que deveria ser comemorada todos os anos entre os dias 20 e 27 de outubro. O Poder Legislativo deveria então desenvolver conferências e debates e “comemorações cívicas e históricas” nas escolas públicas e particulares.⁶⁷⁸

Do parque o que se concluiu foi a construção do Museu Monge João Maria (Fig.103) e a restauração de um cemitério que ganhou o nome de Cemitério do Contestado (Fig.108), às margens da BR 153. Apesar do nome que lembra uma liderança cabocla e não oficial, aos visitantes o nome apresentado logo na entrada é Museu Histórico do Contestado.

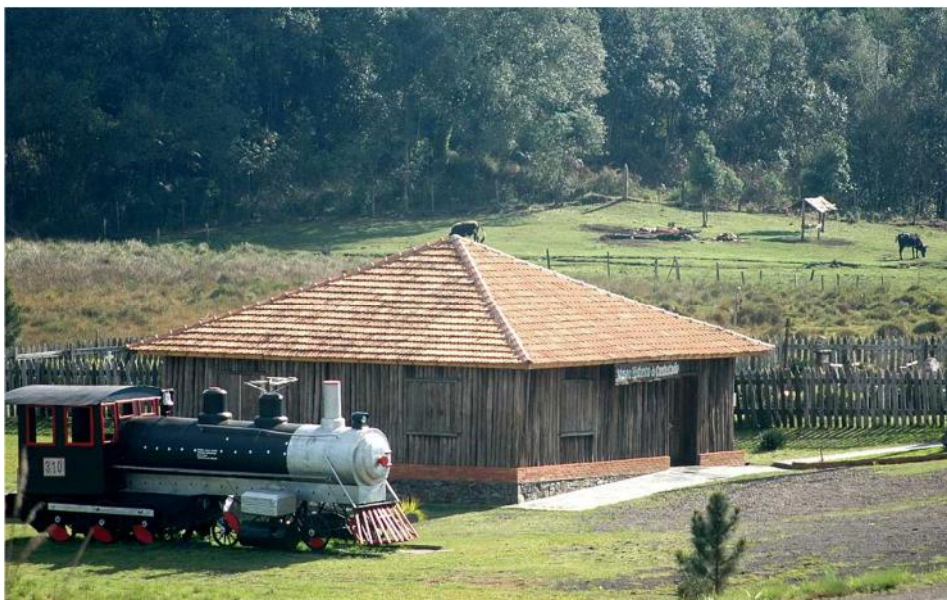


FIGURA 103 – Museu ladeado pelo cemitério com cercado de madeira.

Fonte: fragmentos-do-tempo.blogspot.com.br.

Construído sem divisórias com madeira de pinho e bambu trançado, a intenção era fazer uma réplica de uma casa cabocla. Réplica também é a locomotiva doada por uma universidade local. Às margens de uma BR e afastado cerca de quatro quilômetros do pequeno núcleo urbano de Irani, têm-se a impressão de um local “melancólico” (apesar da agradável paisagem campeira ao redor) que em nada lembra a espetacularização que os discursos políticos prometiam. Em seu lugar, cantos de pássaros e mugidos do gado. A quebrar esse ritual, a visita de alunos e pesquisadores bem como de turistas.

⁶⁷⁸ RICHTER, Fábio Andreas. Op. Cit., pp. 10-11. Em 2010 o parque temático passou a ser administrado pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó, no oeste catarinense. Na prática, por falta de recursos, pouco foi desenvolvido até o ano de 2012.

Apesar de estar localizado em um sítio histórico considerado importante para os assuntos do Contestado, a região ficou longe dos locais de guerra a partir de 1913. Isto talvez ajude a explicar a falta de objetos de valor histórico em seu interior bem como sua idealização e fundação tardia, quando os principais objetos que puderam ser obtidos no e sobre o Contestado já estavam em outros museus. A guerra é contada em reproduções fotográficas e textos. O espaço é antes um memorial que um museu.



FIGURA 104 – Interior do museu é constituído por uma única sala parcialmente dividida por uma estante.

Fonte: www.irani.sc.gov.br.



FIGURA 105 – Do lado direito, resumo histórico e fotos da guerra.

Fonte: www.irani.sc.gov.br



FIGURA 106 – Do lado esquerdo, fotografias dos monges, das meninas “virgens” e de alguns sobreviventes. Os textos falam do pós-guerra e reproduzem alguns depoimentos. Na mesa, livros sobre a guerra.

Fonte: www.irani.sc.gov.br



FIGURA 107 – Ao centro, na estante, velhos conhecidos: Matos Costa, Potyguara, João Gualberto, entre outros.

Fonte: www.irani.sc.gov.br

No geral ele não expõe nada que não se tenha visto em outros museus. Como memorial tem sim sua importância. Para alunos de escolas locais (e muitas vezes impossibilitados de visitarem instituições mais distantes) o espaço é um “reduto” de informações necessárias, mas que precisam ser enriquecidas pelos professores e monitores para que não se fique apenas no básico.



FIGURA 108 – Apesar de compor o sítio histórico, o cemitério não tem ligação com o Combate do Irani.

Fonte: www.mapio.com

O Cemitério do Contestado, que chama a atenção dos turistas e de alunos que visitam a localidade, não tem ligação com o combate ocorrido na região em 22 de outubro de 1912. Os mortos deste enfrentamento tiveram seus corpos enterrados na área do combate, na “cova dos 21”, como mencionado anteriormente. Mesmo assim não deixa de ter sua importância por ser um registro da povoação que ali existia. Neco Germano, um dos combatentes do Contestado está enterrado neste cemitério, segundo o jornalista e historiador Celso Martins.⁶⁷⁹

Apesar de não ser o mais importante dos museus analisados, faz parte do sítio histórico do Irani, único espaço do Contestado que teve até a promessa de tombamento, demonstrando a importância que adquiriu dentro dos projetos culturais do estado. É referência para os pesquisadores por marcar os passos iniciais de um conflito que traria muita violência e por ser um símbolo na construção da memória histórica do Contestado. O Museu Monge José Maria, apesar de pouco divulgado com esse nome, faz-se importante também por referenciar uma liderança cabocla em lugar da costumeira utilização de nomes de políticos ou famílias tradicionais.

⁶⁷⁹ Disponível em: fragmentosdotempo2.blogspot.com.br. Acesso em: 19.11.2016.

4.1 MUSEU DO JAGUNÇO: SOBRE OS ESCOMBROS DE UM MASSACRE

A localidade onde está instalado o Museu é das mais simbólicas e importantes na construção de uma memória do Contestado. Conhecido como Taquaruçu de Cima, abrigou entre outubro de 1913 e março de 1914 o reduto do Taquaruçu, formado um ano após o Combate do Irani, sob a liderança de Euzébio Ferreira dos Santos, apoiado nas “visões” de sua neta, Teodora, sobre a ressurreição de José Maria. Foi grande a afluência de curiosos e doentes ao local. Começavam aí os famosos “quadros santos” com suas regras e organização. E obviamente as autoridades de Curitiba, diga-se, do Cel. Albuquerque e do estado, logo se mostraram preocupados com esta nova afluência e reunião de doentes e desassistidos, mas que para estas autoridades eram um grande “perigo”, uma afronta retornarem ao local de onde já haviam sido expulsos.

Tropas do Exército e do Regimento de Segurança de Santa Catarina foram mobilizadas para seguirem em direção ao “sertão” que mais uma vez se “rebelava”. O ataque contou também com os vaqueanos, antigos moradores da região acostumados a mostrarem os caminhos aos tropeiros e viajantes, agora armados e usados como milicianos no auxílio às tropas oficiais.

O ataque ocorrido em 28 de dezembro de 1913 redundou em total fracasso, com grupos perdendo-se nas matas e outros recuando diante da investida dos caboclos. Se de um lado houve o sentimento de vitória, a derrocada oficial só fez crescer a irredutível “necessidade” de acabar com o novo Taquaruçu. Foi neste ínterim que o governador catarinense, Vidal Ramos, empenhou-se para fazer com que o STF não aceitasse o pedido de *Habeas Corpus* em favor dos caboclos do reduto. Desenhava-se a partir daí o primeiro grande massacre da Guerra Sertaneja do Contestado. Em 03 de fevereiro de 1914 agrupavam-se, na localidade do Espinilho, contingentes do 54º Batalhão de Caçadores, do 14º de Cavalaria, duas seções de Artilharia de Montanha, uns 60 do Regimento de Segurança de Santa Catarina e algo em torno de 40 vaqueanos, num total de 750 homens e 150 cargueiros sob o comando do Ten. Cel. Aleluia Pires.⁶⁸⁰ O ataque ocorreu em 08 de fevereiro a partir das nove horas da manhã, se estendendo até o final da tarde:

⁶⁸⁰ FELIPE, Euclides J. **O último jagunço**: folclore na história do Contestado. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995, p. 141. MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 224; PEIXOTO, Demerval. **A campanha do Contestado**: episódios e impressões. Rio de Janeiro: Coleção Fernando Setembrino de Carvalho, 1920, p. 153. Disponível em: cpdoc.fgv.br/contestado/acervo. Acesso em: 03.11.1916.

Ao entardecer certificou-se que o local estava sendo abandonado ordenadamente pela multidão que apinhava o acampamento religioso. Um vozerio incompreensível deixava parecer que as mulheres rezavam. Aterrorizadas, as infelizes fugiam enquanto os jagunços se iam também afastando da beira do riacho que haviam guarnecido. Lançando ainda aos atacantes os desafios costumeiros, entremeados com os vivas ao monge e à monarquia, os jagunços se retiram.⁶⁸¹

O resultado da desproporcional investida não poderia ter sido outro. O próprio Demerval publicou as impressões do médico Alves Cerqueira ao percorrer o reduto no dia seguinte, 09 de fevereiro de 1914:

"o estrago da artilharia sobre o povoado de Taquarussú era pavoroso. Grande numero de cadáveres, calculado por uns, em 40 e tantos e por outros, em 90 e tantos; pernas, braços, cabeças, animaes mortos: bois, cavallos, etc., casas queimadas, etc. Fazia pavor e pena o espectaculo que então se desenhava aos olhos do espectador. Pavor motivado pelos destroços humanos; pena das mulheres e das crianças que jaziam inertes por todos os cantos do reducto".⁶⁸²

Os números são sempre contraditórios em uma guerra. No entanto, fato consumado, muito se escreveu nas décadas seguintes sobre o ataque que, do ponto de visto jurídico e político, poderia ter sido evitado. A intransigência do governador catarinense, Vidal Ramos, a conivência do STF bem como a obediência incondicional das forças oficiais, produziram um massacre desnecessário contra os cerca de 300 sertanejos que ainda se encontravam no reduto, uma vez que grande parte já havia migrado para outro local, Caraguatá.

No caso do Exército, apesar de sua característica obediência, vale ressaltar que:

(...) houve certa hesitação dos oficiais militares em atacar o reduto. Não viam os sertanejos como inimigos, consideravam-se usados pelos políticos locais, os Coronéis da Guarda Nacional que, por conta de sua politicagem, tinham provocado a reunião dos sertanejos. A experiência de Canudos estava prestes a se repetir. Aleluia Pires consentiu numa visita de paz, promovida pelo deputado paranaense Correia de Freitas, que não conseguiu dispersar os sertanejos.⁶⁸³

Talvez o principal motivo para o fracasso das negociações tenha sido por conta das únicas opções que as autoridades paranaenses e catarinenses (diga-se, os govenadores) consentiram aos caboclos, quais sejam, dispersar ou se entregar. Não havia um encaminhamento de solução para as questões de terras, para as desapropriações compulsórias.

De certo modo, foi sob os escombros do ataque a Taquaruçu que futuramente se instalou o Museu do Jagunço, dando voz aos remanescentes e descendentes e expondo

⁶⁸¹ PEIXOTO, Demerval. Op. Cit., p. 157.

⁶⁸² Idem., p. 159.

⁶⁸³ MACHADO, Paulo Pinheiro. Op. Cit., p. 224.

artefatos de guerra enterrados na localidade. E o principal idealizador e responsável pela guarda destas memórias foi Pedro Aleixo Felisbino.

Nascido na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, próximo a Florianópolis, em 1944, Felisbino precisou mudar-se para o planalto catarinense em 1956 por conta de uma doença de seu pai. Em 1966⁶⁸⁴ comprou dos caboclos um terreno na localidade de Taquaruçu de Cima, passando a conviver e a conhecer as muitas histórias que os moradores locais ainda guardavam sobre a guerra. Na lida com a terra, Pedro Felisbino encontrava cartuchos de balas e restos de bombas enterrados no solo, despertando ainda mais a sua curiosidade a respeito do que havia ocorrido na localidade. Curiosidade que o fez não apenas guardar estes artefatos, mas procurar saber o que os antigos moradores tinham a dizer. “Garimpando” objetos e memórias de sobreviventes da guerra bem como de seus descendentes, conseguiu forjar uma coleção cujo lastro era a memória cabocla, se diferenciando das outras coleções sobre o Contestado:

Em 1970, o ano em que me casei fui na casa do meu vizinho Nascimento. O Benedito Chato estava almoçando com ele. Era tudo o que eu queria, Benedito um dos maiores jagunço de Taquaruçu, junto com Nascimento um grande contador de histórias. Perguntei para Benedito: - Por que aconteceu a Guerra do Contestado? Ele me respondeu mansamente: “Nóis briguelmo pra defendê nosso direito, nossa liberdade. A Guerra do Contestado é coisa do governo que não toma providência a nosso favor. Antes nóis tinha liberdade de ir onde quisesse. De repente pra ir a Palmas já tinha que dar satisfação pras forças do Paraná, isso que aquelas terras nem pertencia a eles. Não demorou muito, nóis não podia cruzar o Rio do Peixe, lá também era o Paraná”.⁶⁸⁵



FIGURA 109 – Benedito Chato com a foto de seu pai, Cirino.

Fonte: FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. Op. Cit., p. 55.

Eram em situações do dia-a-dia da comunidade que Felisbino, sem aquela sensação constrangedora que uma entrevista de pesquisador poderia trazer, conseguia fazer com que os sobreviventes, ainda desconfiados, falassem sobre suas lembranças. Benedito de Oliveira ou, Benedito “Chato”, nascido em 1870, era filho de Cirino de Oliveira, conhecido como Cirino Chato. Ambos participaram do ataque a Curitiba em 26 de setembro de 1914. Benedito morreu em 1983, aos 113 anos. Diferente da “irracionalidade” que por logo tempo foi

⁶⁸⁴ Pedro Aleixo Felisbino. Entrevista concedida em 08 de novembro de 2016.

⁶⁸⁵ FELISBINO, Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo: a saga do Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu**. Florianópolis: IOESC, 2002, p. 5.

atribuída a estes personagens, Benedito se mostrou atento a alguns embates políticos que descambaram para as violências futuras: “as briga com Curitibanos começô porque Taquaruçu quis se torná Município. Taquaruçu tinha maior população em vista de Curitibanos, que apenas treis, quatro barraco”.⁶⁸⁶ Elementos importantes na formação dos aglomerados humanos na região do Contestado, que comumente são abordados nas pesquisas acadêmicas, também apareceram nas histórias anotadas por Felisbino. Caso dos moradores que vieram para a localidade, fugidos na Revolução Farroupilha (1835 – 1845):

Por volta de 1835 a 1840, Taquaruçu ganhou novos moradores, fugitivos da Guerra Farroupilha (Rio Grande do Sul), segundo depoimento do compadre deste que vos escreve, Marcos Moraes, um antigo morador (já falecido). Seus avós vieram do Rio Grande do Sul, de canoa pelo rio Uruguai, enquanto a canoa era arrastada pelos bois por terra, Depois de meses de viagem chegaram em Passo Fundo – RS, fazendo o restante da viagem até Taquaruçu a cavalo.⁶⁸⁷

Das muitas memórias anotadas em suas conversas no Taquaruçu, uma das mais curiosas diz respeito à metralhadora do Regimento de Segurança do Paraná, aquela que “falhou”. Segundo Tomaz Vidal Teixeira Palhano e Francisco Gomes Damasceno (filho de Praxedes Gomes Damasceno), sobreviventes da guerra, não houve falha, o que teria ocorrido é que o Regimento nem teve tempo de usar a arma. Colocar a culpa na metralhadora teria sido, segundo eles, apenas uma desculpa para poder justificar o malogro da investida comandada por João Gualberto. Ainda segundo estas memórias, não seriam mais do que 25 caboclos a combaterem os policiais do Regimento.⁶⁸⁸

E foi assim, guardando informações sobre os personagens do Taquaruçu, achando, comprando ou recebendo algumas doações que Pedro Felisbino pode editar, com a ajuda de sua segunda filha, Eliane Felisbino, um livro em 2002 e viabilizar a mais expressiva coleção dedicada aos caboclos do Contestado. Antes, porém, da sede própria, os objetos foram se acumulando na residência do próprio colecionador. Com o passar das décadas a coleção só cresceu e o número de curiosos também. Com o gradativo interesse de pesquisadores e turistas, a residência recebeu muitas visitas. Algumas peças, não só de sua coleção, ficaram por algum tempo (período não informado) na Casa da Cultura Lydia Frey, em Fraiburgo.⁶⁸⁹

⁶⁸⁶ FELISBINO, Pedro Aleixo; FELISBINO, Eliane. Op. Cit., p. 30.

⁶⁸⁷ Idem, p. 14.

⁶⁸⁸ Pedro Aleixo Felisbino. Entrevista...

⁶⁸⁹ A casa, construída entre 1948 e 1950, foi residência da Família de Arnaldo Frey, posteriormente doada à prefeitura. Em seu histórico costuma-se apontar para o fato de ter sido a primeira casa construída em alvenaria em Fraiburgo, com tijolos da própria localidade. A instituição foi criada em 1989 e tem como principal acervo os móveis dos antigos proprietários. Levando-se em conta o foco principal do Museu, mais interessado na colonização europeia, ficava evidente um “descolamento” do acervo dedicado aos caboclos.

Em 06 de novembro de 2000, por meio da Lei municipal de nº 1540, o município de Fraiburgo disponibilizou vários bens públicos que por um motivo ou outro estavam sem uso: “Art. 1º Ficam desafetados os bens públicos abaixo relacionados, os quais passam a integrar a categoria dos bens públicos disponíveis do município”. Dentre os quais estava “o prédio da Escola Isolada Municipal Nossa Senhora de Fátima”, em Taquaruçu de Cima, com metragem de “6,40m x 9,05m, localizado em terreno rural, não titulado em nome do município”. Esta edificação era especificamente afetada pelo Art. 3º:

Fica também o Chefe do Poder Executivo autorizado a devolver a cessão de uso dos terrenos não escriturados em nome do município, descritos nos itens 3), 4), 5), 6), 7), 8), 9), 10), 11) 12) e 14), aos cedentes dos mesmos ou seus legítimos sucessores a título universal ou singular, podendo ainda, alternativamente, transferir o uso dos mesmos imóveis às comunidades locais, por prazo indeterminado e a título precário.⁶⁹⁰

O imóvel (Fig.110) estava sem uso por conta de uma readequação das escolas rurais, transferindo alunos para outras unidades.



FIGURA 110 – Museu do Jagunço. Fraiburgo, SC. No prédio principal estão os objetos da guerra e no outro os instrumentos de trabalho e uso cotidiano dos caboclos.

Fonte: www.fraiburgo.sc.gov.br.

⁶⁹⁰ Lei nº 1540, de 06 de novembro de 2000. Disponível em: www.leismunicipais.com.br. Acesso em: 07.11.2016. A escola foi citada no item 7.

Distante 24 km de Fraiburgo, com trajeto em estrada sem asfalto, o Museu do Jagunço⁶⁹¹ iniciou oficialmente suas atividades em 03 de agosto de 2003 como instituição pública/municipal,⁶⁹² como indicado em uma placa, junto ao nome do Museu e aos dizeres “cidade santa do Taquaruçu”. Os objetos, bem organizados, estão dispostos em duas salas. No imóvel maior os objetos da guerra e, no menor, instrumentos de trabalho.

Como afirma o título do livro de Pedro Felisbino, aqui é a “voz do caboclo” que tem seu espaço. Alguns depoimentos colhidos em suas conversas estão expostos bem como as fotos de sobreviventes e descendentes. Caso de Benedito Chato e membros da família Palhano, nome conhecido ao tempo da guerra (Fig.111). Desta forma a exposição deu voz, nome e sobrenome aos caboclos. Acostumados que estamos a ver imagens dos sertanejos em atos de rendição ou trabalhando na ferrovia e na Lumber, o Museu do Jagunço nos apresentada personagens em seus espaços cotidianos. Em lugar das costumeiras lendas, as memórias dos próprios personagens.



FIGURA 111 – Maria Cândida Palhano, Francisco Teixeira Palhano, Anunciação Palhano, Benedito “chato”. Voz, nome e sobrenome aos sobreviventes e descendentes do Taquaruçu.

Fonte: profdaianafontana.blogspot.com.br.

⁶⁹¹ Segundo Felisbino, o nome do museu surgiu aleatoriamente quando, em uma conversa, um dos participantes deu a sugestão e assim acabou ficando. Entrevista.

⁶⁹² Pedro Felisbino afirmou que desde 2002 o museu já recebia visitas. Entrevista. Cabe salientar ainda que embora nascido como instituição pública, a característica fundamental deste museu, a “voz do caboclo”, é fruto do trabalho e vivência de seu idealizador junto à população local. Importante sim a participação municipal neste processo, mas é a Felisbino que a instituição deve sua especificidade uma vez que seu acervo foi quase todo recolhido e guardado por seu idealizador.

O cotidiano e o trabalho no campo dos caboclos estão representados em utensílios tais como ferros de passar, pilões, serras, foices, sinetas para o gado, entre outros (Fig.112). Uma canastra (Fig.113), que pertenceu a Thomaz Fabrício das Neves,⁶⁹³ e que num primeiro momento não chama a atenção, se revela importante por servir de suporte para talheres e tesoura que foram utilizados pelo monge José Maria. Há aqui o objeto “fetichizado”, no entanto, em lugar da espada ou fardamento de personagens como João Gualberto, objetos atribuídos a uma liderança cabocla. Neste sentido se torna específico, preenchendo uma lacuna em relação aos demais museus.



FIGURA 112 – O cotidiano caboclo representado em objetos da lida campeira.

Fonte: curtafraiburgo.blogspot.com.br e pesnaestradoconhecimento.blogspot.com.br.



FIGURA 113 – Canastra que pertenceu a Thomaz Fabrício das Neves. Em seu interior, talheres e tesoura que foram utilizados por José Maria.

Fonte: profdaianafontana.blogspot.com.br.

⁶⁹³ Irmão de José Fabrício das Neves, participante do Combate do Irani. Thomaz prestou depoimento no inquérito aberto após o combate e ficou preso entre abril e maio de 1913.

E as armas e munições também estão neste Museu (Fig.114). Assim como o Museu do Irani, o do Jagunço está localizado próximo a um local de combate. Mas como aqui o enfrentamento foi maior e mais violento, deixou muitos rastros no solo. Diferente de outros museus que guardam armas de várias localidades e muitas vezes nem sempre tendo a precisa definição de onde foram achadas, nesta instituição o acervo tem lastro na própria comunidade (Fig.115) e localidades próximas.



FIGURA 114 – Espaço dedicado às armas.
Fonte: Foto do Rafael Bernardelli/Panoramio.



FIGURA 115 – Réplica de um canhão utilizado contra os caboclos em Taquaruçu e, junto dele, cartuchos de balas de canhão e outros cartuchos menores encontrados na região. Ao lado, Pedro Aleixo Felisbino, principal responsável pelas coleções, mostrando uma arma encontrada em 2002.
Fonte: fragmentosdotempo.blogspot.com.br e herdeirosdocontestado.blogspot.com.br.

Na tarefa de preservação da memória local, Felisbino contou com a dedicada participação de sua esposa, Lora de Lorenzi, professora no Taquaruçu por 26 anos e que por isso pode anotar pequenas histórias familiares trazidas por seus alunos, ajudando a enriquecer este trabalho. Outro personagem que também se interessou pela coleta de artefatos no Taquaruçu foi Sérgio de Lorenzi, nascido ali mesmo na comunidade e que também se motivou a guardar as peças encontradas nos arredores. Lorenzi foi ainda autor de um livro⁶⁹⁴ e doador de alguns objetos, como a canastra de Thomas Fabrício das Neves.

E o local do reduto onde tantos artefatos foram encontrados? Parte dele está literalmente embaixo d'água. Por estar em uma propriedade particular não se conseguiu evitar que seu proprietário, Edson de Lorenzi, providenciasse um lago artificial (por volta de 2010). Muitas peças ainda devem estar enterradas e agora também submersas. O que deveria ser um sítio histórico preservado para estudos, repousa sob águas tranquilas (Fig.116). A opção pelo lago foi justamente para evitar as indesejadas visitas de curiosos e até mesmo uma hipotética possibilidade de perder estas terras no futuro, por conta do interesse histórico.⁶⁹⁵



FIGURA 116 – Área do antigo reduto de Taquaruçu parcialmente submersa. Esta era a visão que provavelmente os militares tinham na hora do ataque.
 Fonte: herdeirosdocontestado.blogspot.com.br.

Inserindo este Museu na relação processo histórico e Contestado, poderíamos afirmar que uma iniciativa como esta muito possivelmente não seria possível em décadas anteriores.

⁶⁹⁴ LORENZI, Sérgio de. **Taquaruçu: a pérola do Contestado**. Fraiburgo: Joannei Artes Gráficas, 2003.

⁶⁹⁵ Pedro Aleixo Felisbino. Entrevista.

Com o término da guerra em 1916, a memória histórica passou a ser alicerçada nos escritos dos “historiadores de farda”, como bem definiu o historiador e professor Rogério Rosa. Em um ambiente como este e ainda com forte atuação da família Ramos na serra catarinense seria impensável que o estado ou alguma prefeitura cedesse algum espaço para iniciativas deste tipo. Não por acaso o próprio Pedro Felisbino enfatizou em seu livro e na entrevista que nos concedeu a dificuldade de fazer com que os sobreviventes e descendentes da guerra falassem sobre seu passado. Muitos não o fizeram e várias das históricas contadas não foram autorizadas para publicação. Ou seja, às vésperas do centenário do início da guerra, havia o receio de relacionar o próprio nome à Guerra Sertaneja do Contestado.

A partir da década de 1950, com estudos sociológicos de peso somados aos estudos históricos a partir da década de 1970, o assunto ganhou vigor e muitos dos preconceitos foram superados. Também nos museus o aumento de interesse fez surgir coleções importantes. No entanto, havia e ainda há lacunas a serem preenchidas por estas coleções. Uma destas lacunas, a “voz do caboclo” sobre a guerra, ganhou importante contribuição com o Museu do Jagunço. Neste sentido foi um ponto de inflexão na construção da memória sobre a guerra no que concerne aos museus. Não se trata de querer afirmar qual versão é mais ou menos fidedigna, mas de salientar a importância de se ouvir outras vozes que só fazem enriquecer as análises dos pesquisadores e da sociedade em geral sobre período tão violento de nosso país. Se no campo das pesquisas os sociólogos das décadas de 1950 a 1970 renovaram as análises sobre a guerra (tendência reforçada pelos historiadores a partir da década de 1990), no campo da museologia, este modesto museu abriu as portas para que outros personagens da guerra pudessem dar a sua versão dos fatos.⁶⁹⁶

Acostumados que estamos ao fato da inoperância da metralhadora Maxim, não se pode simplesmente ignorar a versão contada por Tomaz Vidal Teixeira Palhano e Francisco Gomes Damasceno de que “na verdade” ela não falhou, mas que os militares não tiveram tempo de usá-la. Sendo verdade ou não, o que este olhar caboclo nos obriga a fazer é colocar um novo ponto de interrogação, duvidar de nossas próprias afirmações.

⁶⁹⁶ No Museu Monge João Maria, no Irani, há alguns depoimentos de sobreviventes. No entanto, em Taquaruçu há maior ênfase nesta característica que é, como afirmamos, o lastro desta instituição.

4.10 COLEÇÕES E MUSEUS: OBJETOS E A MEDIAÇÃO DOS SIGNIFICADOS

A seletividade, esteja ela ancorada em circunstâncias muito específicas, ou ainda, em processos históricos mais ou menos longos, e por isso mesmo sujeita a transformações, e que nos serve para entender esta ou aquela coleção, este ou aquele museu, é, ao fim e ao cabo, a lógica de toda e qualquer coleção. Em outras palavras, esta sempre será seletiva e parcial, como afirmou José Reginaldo Santos Gonçalves:

Afinal, uma coleção é sempre parcial, ela jamais atinge uma totalidade. Pela sua natureza mesma, ela problematiza essa totalidade, já que uma coleção jamais se fecha. Trata-se portanto de um conhecimento sempre situado, produzido a partir de um sujeito situado numa posição relativa. Um sujeito limitado a produzir, portanto, “verdades parciais”. (...). A análise crítica da ideologia da coleção mostra precisamente o esforço sempre irrealizado no sentido de constituir essa totalidade, na medida mesmo em que exclui o que seja considerado “inautêntico”.⁶⁹⁷

Neste sentido o motivo pelo qual um objeto foi incorporado a uma coleção há muitas décadas, pode estar no museu ainda hoje por outro motivo. Ou seja, o próprio critério de seleção no passado pode ser, ele próprio, argumento para a produção de conhecimento no museu da atualidade. Falando a respeito do Museu Paulista (popularmente conhecido como Museu do Ipiranga), e sobre a “alegoria” criada em torno da independência, “um gesto gerador de nacionalidade”, Ulpiano Bezerra de Menezes afirmou que “Transformar o Museu Paulista num verdadeiro museu histórico não é eliminar, como purgação das manipulações ideológicas, esta alegoria e sua prática, mas incorporá-las a seu campo de documentação, e de trabalho reflexivo, crítico”.⁶⁹⁸ Ou seja, não significa relativizar, mas ver na parcialidade das coleções uma característica a ser problematizada.

Com maior ou menor ênfase cada museu analisado reproduziu práticas rotineiras na grande maioria dos museus históricos brasileiros. Neste item analisamos as práticas destas instituições, com ênfase obviamente nas coleções sobre o Contestado, tendo como referências as terminologias usadas por alguns dos principais pesquisadores sobre museus e cultural material. Termos como fetiche, metonímia, metáfora, objeto histórico, relíquia, aura, entre outros, aplicados às coleções em questão, nos ajudaram a entender melhor os espaços expositivos das onze instituições. Em meio a um campo amplo como o da museologia, a

⁶⁹⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: Coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro (Coleção museu, memória e cidadania), 2007, p. 49.

⁶⁹⁸ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. O salão nobre o Museu Paulista e o teatro da história. In: MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, et al. **Como explorar um museu histórico**. Anais do Museu Paulista / USP. 1992, p.29. Embora esta prática não passe de uma exceção entre os museus, a ideia deve estar entre as preocupações dos pesquisadores.

escolha de alguns conceitos se fez necessária para jogar luz em pontos específicos que julgamos importantes.

A própria prática do “colecionamento” de um museu ou sujeito particular é, por definição, mediadora, incorporando aos objetos um significado específico. É neste sentido que podemos entender a definição do antropólogo, José Reginaldo Santos Gonçalves:

Na medida em que esse papel vem a ser problematizado, a “coleção” (ou a prática do “colecionamento”) ganha relevo enquanto uma categoria de pensamento. Primeiramente, desempenhando uma função mediadora essencial, e qualificando esse processo mesmo de apropriação de objetos retirados das chamadas sociedades ou culturas “primitivas”, e sua transformação em “objetos etnográficos” preservados e expostos nos museus ocidentais. Por esse prisma, a coleção aparece como uma categoria histórica e culturalmente relativa, própria do ocidente moderno e sujeita às suas transformações intelectuais e institucionais. Mas seu uso na recente bibliografia sobre coleções e museus pode assumir uma dimensão mais ampla. Na verdade, ela vem a ser pensada não apenas como uma categoria nativa do ocidente moderno, mas como uma categoria universal, como uma prática cultural presente em toda e qualquer sociedade humana. Nesse sentido, ganha, em alguns autores, rendimento analítico, servindo como eixo para uma análise comparativa.⁶⁹⁹

Em nosso caso o interesse recai sobre as coleções especificamente museológicas. É importante então perceber que a formação das coleções que estamos acostumados a ver nos museus brasileiros seguem os pressupostos ocidentais, e estão sujeitos às alterações historicamente produzidas. De uma forma geral, pode-se conceituar o museu, nas palavras de Bezerra de Menezes, “como a forma pela qual nossa sociedade institucionalmente transforma objetos em documentos”.⁷⁰⁰ Mas o próprio autor dessa conceituação mostra que há limites para esta definição quando se fala dos museus históricos e dos objetos históricos. Para o autor há duas categorias “básicas” de objetos históricos corriqueiramente expostos.

A primeira é sociológica e “presença exclusiva ou de clara prevalência”⁷⁰¹ na maioria dos museus. São os objetos relacionados a fatos ou personagens “memoráveis” da história, tal como definido pelo antigo SPHAN lá em 1937 para a preservação do patrimônio histórico nacional. “São objetos singulares e auráticos, na expressão benjaminiana ou, mais precisamente, não fungíveis. Não poderiam ser substituídos por cópias ou por objetos de atributos equivalentes”.⁷⁰² A expressão “semióforo”, cunhada por Pomian, e o conceito de relíquia, seguem nesse caminho. Ainda segundo Bezerra de Menezes, seja qual for o termo

⁶⁹⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Op. Cit., p. 45.

⁷⁰⁰ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Para que serve um museu histórico? In: MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, et al. Como explorar um museu histórico... p. 4

⁷⁰¹ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 25.

⁷⁰² Idem. Ibidem., p. 26.

utilizado, semióforo, relíquia ou objeto histórico, todos atendem “às necessidades do presente”. É a contemporaneidade que lhes atribui valor de acordo com suas próprias demandas. Daí decorre o que é comum em uma exposição, a “fetichização” do objeto.

Fácil perceber isso nos museus analisados em relação a personagens importantes do Contestado. As botas napoleônicas do Cel. Domingos Soares, em Palmas; a escova de dente ou a farda do Cel. João Gualberto, pertencentes primeiramente ao Museu David Carneiro e posteriormente ao MP; espada, faixa e bandeira (colocados sobre o caixão), relacionados ao Cel. João Gualberto, no museu da PMPR; a espada do capitão Mesquita, em Caçador. Sobre os caboclos esta relação personalista não se configurou. No entanto, como evento importante (mas não memorável), seus objetos encontraram espaço. Os facões de pau, a bandeira (sentido religioso), facas e algumas armas. Exceção neste sentido são os talheres e tesoura usados por José Maria e que estão expostos no Museu do Jagunço.

Uma segunda categoria de objetos tem geralmente sua importância relacionada à antiguidade (inclusive com marcas do tempo, proporcionadas pelo uso, embora já tenham perdido o valor funcional), manufatura requintada e por pertencerem a famílias “tradicionais”:

Esta categoria de objeto histórico, assim, por sua própria natureza e funções, privilegia as classes dominantes – fato facilmente observável nos museus e abundantemente denunciado na bibliografia. Curioso é que este viés tenha como vetores seja o excepcional, principalmente na versão das artes decorativas (a belíssima cama de José Bonifácio), seja no banal irrelevante (o lápis de D. Pedro II) que, por sua própria insignificância, serve de caução ao excepcional e à credibilidade dos valores que se devem exaltar. Nos dois casos, os vínculos pessoais são condição relevante e singularizadora. Com outros acréscimos, que constituem variantes ou desdobramentos destas duas vertentes, tem-se um quadro verdadeiramente paradoxal: a visita à maioria dos museus históricos justificaria levantar-se a hipótese de que, aí, a matéria prima com que se faz a História são móveis de classe, objetos de luxo (louça brasonada, p.ex.), pertences pessoais (armas, indumentária, moedas, quinquilharia), sem esquecer, é claro, símbolos de poder e, ainda, telas (pela força da imagem nas funções evocativas e celebrativas).⁷⁰³

Está aí um resumo do que vimos nos museus visitados, não sendo diferente (e nem esperávamos isso obviamente), da maioria dos museus históricos brasileiros. Houve, como se sabe, vários motivos para esta seletiva construção da memória, entre as quais, a intrínseca relação entre as elites política e econômica, facilitando a institucionalização de uma memória que lhes fosse benéfica; a posse material das famílias abastadas, maior e de melhor feitio

⁷⁰³ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. Op. Cit., pp. 27-8. E a fetichização, tão recorrente em objetos relacionados ao “memorável” também está presente nos artefatos do cotidiano de uma família “de posses”. Neste caso, as doações aos museus servem ainda à valorização de si mesmo, numa espécie de perpetuação da autoimagem de determinada família. As únicas instituições, dentre as analisadas, que escaparam a esta última característica foram os da PMPR, interessada em construir a memória da corporação e do Jagunço, centrada na vida simples e na memória dos caboclos.

técnico e estético, proporcionando, além do uso prático, um valor estético e sentimental, sendo passado adiante através de gerações. Em contrapartida, entre as pessoas menos favorecidas, havia poucos e rudimentares objetos que tinham em sua utilidade prática um valor quase exclusivo, sendo descartados quando estragavam. Soma-se a isso a desproporcional força política dessa população mais pobre, o que dificultava a participação na construção de uma memória local ou nacional. O Museu do Jagunço, mais uma vez foi exceção, e deu espaço a objetos de trabalho e de uso doméstico que fizeram parte das populações mais simples. Não há neste Museu objetos de refinado acabamento.

Outra característica apontada por Menezes, e que pudemos verificar nas coleções analisadas, diz respeito ao “objeto metonímico” (que toma a parte pelo todo), encontrado mais comumente, segundo o autor, em coleções antropológicas, mas característico também em museus históricos, principalmente quando mobilizados na construção de uma identidade.⁷⁰⁴ Como vimos, o caboclo só era lembrado em sua relação com a guerra ou como funcionário na Lumber ou na construção da estrada de ferro. Mais específico ainda, o viés religioso, geralmente indicado pela imagem de João Maria ou, mais raramente, pela bandeira de fundo branco e cruz verde, utilizada nos redutos. São memórias que simplificam o cotidiano dessa população bem como as motivações que os levaram à guerra. Trabalhar na ferrovia e na madeireira ou ser devoto de João Maria são de fato elementos importantes, mas não os únicos. Enfatizou-se sobremaneira o fundo religioso em detrimento de uma vida duramente construída naquela região e o impacto das transformações (madeireira, ferrovia) ocorridas. As coleções estavam desprovidas de suportes de informações ou objetos que permitissem uma reflexão minimamente complexa sobre a formação desta população e, por extensão, das várias motivações que levaram parte desta população à guerra. Houve uma pequena lembrança de seu cotidiano na exposição de curta duração no MHSC, em 2012, e principalmente no Museu do Jagunço, em Fraiburgo, com objetos e depoimentos de alguns descendentes.

Problematizar o Contestado, dar ao visitante a oportunidade de reflexões consistentes não foi a grande virtude dos museus analisados (exceção talvez aos museus de Caçador, Taquaruçu/Fraiburgo e Três Barras, em graus diversos, e também nas exposições de curta duração). As coleções e suas respectivas exposições, no geral, não deram vazão a um olhar apurado sobre o tema. Retomando citação da introdução, esta situação traz à tona uma discussão importante: “Coleção ou problemas? É, antes, de uma problemática que se deve partir. Mas, já que se trata de um museu, de uma problemática que possa ser montada (ou

⁷⁰⁴ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. Op. Cit., p. 37.

melhor montada) com objetos materiais”.⁷⁰⁵ No geral, o problema teve melhor solução nas exposições temporárias. Nas “ressurgências”, como diria Duby, o assunto foi revisitado com maior interesse e, seja para contar a história do município em questão ou pelo “aniversário” do início e término da guerra, organizavam-se exposições com maior auxílio de informações textuais e gráficas e objetos trazidos de outras coleções, a exemplo de Curitiba, que trouxe objetos da coleção pertencente ao Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro. O mesmo ocorrendo com o MHSC em sua exposição temporária de 2012. Historicamente silencioso a respeito do tema, sua exposição foi montada em sua totalidade com objetos trazidos de outras coleções. O MP também apresentou uma exposição temporária mais complexa em comparação à de longa duração. Um dos pontos altos neste caso consistiu no lançamento de um livro sobre o fotógrafo Claro Janson.

Excetuando-se esses momentos de revisitação, a recorrente característica do “objeto fetiche” limitou a transformação do objeto em documento capaz de responder às indagações sugeridas por uma exposição que fosse, antes de tudo, um convite à reflexão, e não apenas a celebração, a evocação de um personagem ou fato “memorável”. No Museu do Contestado, de Caçador, conseguiu-se, com mais clareza, organizar os objetos e suportes de informações de forma, por exemplo, a relacionar a ferrovia e a Guerra do Contestado, produzindo assim um conhecimento um pouco mais complexo. Não se pode obviamente deixar de lembrar os usos políticos quando da inauguração de sua nova sede em 1986 bem como algumas recorrências que precisariam ser repensadas (como a “proclamação” da monarquia cabocla e a ausência dos nomes das lideranças políticas estaduais). Com o painel de Hassis fazendo parte da coleção a partir de 2010, levou-se ao visitante um olhar contestador, divergente do comumente exposto nos museus e atingido apenas em uma ou outra exposição temporária no centenário de 2012. É quase uma “exposição” dentro da exposição, exigindo uma reflexão sobre o que está representado em relação aos objetos expostos no próprio Museu.

Aliás, em se tratando de imagens, as fotografias se tornaram indissociáveis das coleções a respeito do Contestado. A construção da estrada de ferro, as atividades da Lumber e as movimentações militares foram fartamente fotografadas por Claro Janson e pelos militares. Sua reprodutibilidade, se por um lado facilitou a divulgação destas imagens nos museus, por outro, tendeu a “uniformizar” a observação sobre o Contestado. Os caboclos, por exemplo, como dito anteriormente, apareceram nas exposições relacionados à guerra e a holding de Farquhar. A multiplicação das imagens fotográficas só ajudou a cristalizar esta

⁷⁰⁵ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. Op. Cit., p. 24.

memória em quase todas as coleções. Houve então a reprodutibilidade de um olhar específico. Em princípio não é um problema, no entanto, é uma característica que deve ser ressaltada. Reprodutibilidade quebra em parte novamente pelo Museu do Jagunço que expôs fotografias dos sobreviventes e descendentes, acrescido de parte de suas memórias.

Uma outra discussão importante está relacionada ao museólogo,⁷⁰⁶ personagem essencial na formação das coleções e na apresentação destas ao público. O problema é amplo e seria necessário um longo item para discutir as principais características sobre este profissional. Em rápidas pinceladas pode-se destacar, por exemplo, os museus surgidos a partir de coleções particulares. O Museu Cel. David Carneiro, de Curitiba, é indissociável de seu idealizador, o mesmo ocorrendo com o Museu Thiago de Castro, de Lages. Há ainda casos como o de Romário Martins, um dos diretores do MP, personagem importante nas pesquisas sobre a Questão de Limites e que legou ao Museu documentação relevante a este respeito. E há casos curiosos como o do responsável pelo Museu de Curitiba, Luiz Antônio Cidral da Costa, coordenador do Arquivo Histórico, que por conta de desentendimentos com o prefeito, foi transferido para o Museu como forma de retaliação. Ou seja, no sentido de que cuidar desta instituição seria algo “menor”, uma espécie de “rebaixamento” de suas funções.

Tanto no caso de Romário Martins como no de Cidral da Costa, nota-se a importância que uma indicação política pode ter nestes casos. É fato que os assuntos culturais são tratados com descaso no Brasil e que por isso pode-se deduzir que o responsável por um museu tenha ampla liberdade de atuação, uma vez que não conta com pressões de governos que pouco ou nada contribuem (para o bem e para o mal) no gerenciamento destas instituições. Em geral isto é verdade. A “alma” do museu acaba sendo o seu diretor e seus colaboradores. No entanto há de se convir que exista um “teto”, um limite que não possa ser ultrapassado e que pode vir tanto de prefeituras e governos estaduais como de alguns seguimentos da sociedade. Sobre estas questões é exemplar a fala do diretor do Museu de Caçador, Júlio Corrente. Para ele as ações públicas mais consistentes em relação aos museus são como o “voo da galinha”. Na maior parte do tempo são intervenções pontuais, quase irrelevantes, tipo “uma galinha ciscando” e, de repente, algo mais chamativo, como no caso de Amin ou ainda na transferência da responsabilidade do Museu para a prefeitura em 2010; seriam ações do tipo “voo da galinha”, ou seja, duram pouco. Sobre os limites de ação do Museu, citou o caso das madeiras que ainda atuam fortemente na região. Neste sentido, segundo ele, fazer uma

⁷⁰⁶ Usamos o termo em seu aspecto mais amplo, nos referindo a todo personagem que formou uma coleção da qual se constituiu um museu bem como daqueles que foram chamados a dirigir estas instituições.

exposição, mesmo que seja de curta duração, sobre o histórico desmatamento e o pouco retorno social destas companhias trariam transtornos para o diretor da instituição uma vez que as madeireiras têm grande influência nas decisões da prefeitura.⁷⁰⁷

No terceiro capítulo, analisamos as memórias construídas em torno dos governadores/presidentes do Paraná e Santa Catarina e apontamos o silêncio a respeito destes personagens nas coleções do Contestado, uma característica comum a todos os museus analisados. Em contrapartida, um “inimigo” comum foi gestado também em todos eles: a Brazil Railway Company.⁷⁰⁸ Suas arbitrariedades foram apresentadas como se isso fosse possível de ser levado adiante sem o aval dos respectivos governadores. O mais emblemático neste sentido, pudemos encontrar no Museu de Três Barras, onde a Lumber recebeu a definição de “o poderoso ‘coronel’ do Contestado”, ou ainda, uma serra acompanhada de uma afirmação “Este tipo de serra devastou as florestas de Três Barras”. Em Caçador o painel de Hassis enfatizou a estrada de ferro como desencadeadora da violência. Na exposição de curta duração no MP em 2012, um trecho do filme produzido pela Botelho Filmes mostrava a devastação da floresta provocada pela derrubada e o arrasto dos pinheiros, talando indiscriminadamente outras espécies vegetais. As centenas de fotos que registraram a construção da estrada de ferro e as atividades da Lumber, ajudaram a reforçar esta imagem de grande responsável pelas expulsões e a consequente revolta cabocla. Tanto quanto a intransigência de Farquhar, as arbitrariedades na região foram responsabilidade também de Vidal Ramos, Affonso Camargo, Carlos Cavalcanti e Felipe Schmidt.

E em se tratando de guerra não foi surpresa a presença das armas nas exposições. Lá estavam os fações de pau, punhais, facas, espadas e armas de fogo, estas das mais simples às metralhadoras. Nem sempre com a indicação de modelo ou a quem pertenceu. Afinal de contas o que importou foi apresentar artefatos que dessem ao público a possibilidade de conhecerem de perto os objetos utilizados nos confrontos. A partir disso a imaginação dos visitantes de fato era aguçada tentando imaginar o uso destas armas. Em alguns casos, com o auxílio dos suportes de informações ou com a participação do monitor, enfatizava-se a desigualdade de forças entre facções de pau e armas de fogo. Havia sim uma desigualdade, embora, com a persistência da guerra, cada vez mais os caboclos se municiavam com as armas que conseguiam arrancar ao inimigo ou que recebiam de outras formas.

⁷⁰⁷ Júlio Corrente. Entrevista concedida em 14 de julho de 2016.

⁷⁰⁸ Ao dizermos “todos”, há que se excetuar o museu de Palmas, onde a Guerra do Contestado nem foi abordada. Neste caso o próprio evento histórico foi silenciado.

Ter a Guerra do Contestado como lastro para a exposição das armas não traz em si nenhum problema. No entanto, como “objetos geradores”,⁷⁰⁹ para usar expressão de Francisco Régis Lopes Ramos, podia-se ter apontado também para outra característica do período: a “violência costumeira”, analisada pelo sociólogo Duglas Monteiro:

O mundo do sertão do Contestado é unanimemente descrito como um mundo de violência. Violência por questões de honra, violência por questões políticas, violência por questões de terra. Em suas diversas formas, essa violência era consagrada nos costumes e as virtudes heroicas do campeador decantadas e transformadas em lendas. Se a disputa se fazia em torno de terras, opondo chefes rivais entre si, ou chefes e seus subordinados, não são interesses individuais que se contrapõem, mas interesses de grandes famílias e de suas clientelas numerosas. Se o que estava em jogo era a honra, agressor e vítima eram instrumentos de um *destino*, que podia levar alguns à morte, lançando outros ao banditismo como modo normal de vida: a honra ofendida e a defendida constituem patrimônio de um grupo. Se a violência era política, a luta se travava, não em torno de princípios, ou de interesses materiais estranhos ao universo do sertanejo, mas em torno de chefes locais muito concretos e próximos.⁷¹⁰

Neste universo todo particular o roubo era condenado, especialmente o roubo de gado. Para aquele que, a partir de um “homicídio de honra”, tornava-se um “matador profissional”, não pesava condenação moral, seria antes uma “vítima do destino”. O mesmo ocorria com um grande chefe de família e de vasta clientela. Sua honra não era menor mesmo que grande parte de suas terras fossem conquistadas por meio de uma “violência expropriadora contra chefes rivais”. Não eram crimes no sentido moral.⁷¹¹ Ou seja, algumas armas que nos são apresentadas nos museus como elementos de uma guerra, o que não está errado obviamente, são testemunhos também de uma violência que campeava na região. Estas armas eram quase tão necessárias quanto o machado na vida de parte da população. Ao iniciarem-se os confrontos entre sertanejos e forças oficiais, com o apoio dos coronéis fazendeiros e seus vaqueanos, as armas utilizadas eram aquelas guardadas em casa e muitas vezes já utilizadas em confrontos de honra e terra. Ao lado de machados, serrotes e facões de pau, as armas de fogo eram também objetos do cotidiano. Faltou aos museus mensurarem estas características.

Ainda no que se refere às armas, é preciso salientar também que além da campanha militar que marcou o Contestado, o que por si só já seria motivo para incluir artefatos bélicos nas coleções, há que se acrescentar a força da memória das forças armadas, sua aura de mantenedora da “ordem”, em outras palavras, seu poder de coerção, bem como, e por isso mesmo, certa facilidade em se adquirir fardamento e objetos de uso militar. Além disso, como

⁷⁰⁹ RAMOS. Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos. 2004, p. 31

⁷¹⁰ MONTEIRO. Duglas Teixeira. Op. Cit., p. 47.

⁷¹¹ Idem, p. 48.

vimos, a “violência costumeira” da região fez com que as armas de fogo e “arma branca” fossem de uso comum, muitas delas indo parar nos museus.

Neste capítulo optamos por mostrar os museus em suas especificidades, no regionalismo que serviu como lastro para as memórias aí depositadas. É claro que a historicidade destas instituições têm relações também com a esfera estadual e federal. No primeiro caso, ambos os estados desenvolveram projetos para qualificar os profissionais destas instituições e mesmo a participação de alguns em cursos oferecidos por órgãos como o SPHAN. Em matéria de Contestado a mais evidente participação foi mesmo no governo de Esperidião Amin que acabou gerando o principal museu sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. E em âmbito nacional há o período militar, cujas lideranças não deixaram de intervir em assuntos culturais e de educação. Não fizemos uma análise aprofundada dessa relação entre as instituições museológicas e os sucessivos governos militares. Mas nos parece certo afirmar que neste período não haveria possibilidade de se montar uma exposição de longa ou curta duração que fosse crítica aos militares.⁷¹²

A historicidade dessas unidades museológicas é marcada também por graus de divergências, haja vista a diferença entre os museus de Curitiba e do Taquaruçu. E mesmo entre os museus estaduais e municipais ou particulares. A inexistência do Contestado no MHSC é notória, embora em boa parte explicada por sua escolha de guardar a “história política” do estado. Mas neste sentido seria possível relacionar as lideranças políticas ao tempo da guerra sem fugir à especificidade deste museu. No Paraná e o silêncio em Palmas e as coleções formadas na capital também são exemplos de memórias divergentes dentro do mesmo estado. Ou seja, a história oficial não é homogênea e é marcada por embates internos.

⁷¹² A título de exemplo, o tenente-coronel Jarbas Gonçalves Passarinho (1920-2016), Ministro da Educação entre 03 de novembro de 1969 e 15 de março de 1974, esteve presente na inauguração da sexta sede do Museu Paranaense em 1974.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Euclides J. Felipe escreveu certa vez que “Tanto governados quanto governantes da época, encontravam-se literalmente despreparados para assumir um papel esconjurador ou, no mínimo, moderador dos fatos”.⁷¹³ Mais do que “despreparo” devemos falar em um *habitus* comum principalmente às lideranças da política institucionalizada. Nessa tese fomos em determinados momentos severamente críticos às arbitrariedades desses políticos, podendo as vezes parecer anacrônico. A balizar esta severidade estão as “vozes dissonantes” que apresentamos juntos aos discursos dos governadores do período. Mas a chamada Primeira República foi pródiga na violência de estado em várias partes do território nacional; o Contestado, nesse sentido, seria então apenas mais uma demonstração da “violência costumeira” (nos termos de Duglas Monteiro) praticada por vários líderes políticos. Em uma época assim a morte do capitão Matos Costa soou mais trágica que o massacre de Taquaruçu.

Vidal Ramos, Felipe Schmidt, Affonso Camargo e Carlos Cavalcanti não se diferenciaram da maioria das lideranças políticas da época ao lidarem com revoltas populares. Belicosos, não trouxeram soluções que minimizassem os problemas no campo, apesar de a possibilidade ter sido apontada por José Niepce da Silva, Secretário de Terras, o capitão Matos Costa e mesmo o General Setembrino de Carvalho, que chegou a prometer terras aos caboclos como forma de rendição. O assunto foi discutido inclusive pelo mais governista dos jornais da época, o Diário da Tarde. Os governantes procuraram tornar ilegítimas as ações, críticas e pedidos dos caboclos. Para estes políticos os sertanejos não passavam de ignorantes, fanáticos, facínoras, bandoleiros, criminosos, loucos etc.

Com o tempo a memória histórica foi distinta com caboclos e políticos. Dos primeiros houve uma espécie de “redenção”; de “bandidos” e “fanáticos” tornaram-se atores políticos cientes de alguns de seus direitos, no entanto, com pouca ou nenhuma voz, embora não esquecendo dos excessos de algumas de suas lideranças. Dos segundos houve um silenciamento em relação às suas decisões sobre a guerra; foram lembrados como “patrióticos” protagonistas do Acordo de Limites e da “pacificação” do território contestado.

As pesquisas acadêmicas se sobressaíram na qualidade e profundidade de análises sobre a guerra, principalmente alguns sociólogos nas décadas de 1950 a 1970 e os historiadores a partir da década de 1990. Já a historiografia dita “tradicional”, hoje ainda praticada nos Institutos Históricos, ora mantinham velhas certezas, ora se distanciavam destas.

⁷¹³ FELIPPE, Euclides J. **O último jagunço**: folclore na história da Guerra do Contestado. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995, p. 9.

No Paraná, talvez pelo histórico incômodo do Acordo de Limites, indigesto aos paranaenses, seu Instituto Histórico se debruçou mais que seu congênere catarinense sobre o Contestado; algo como um “fantasma” a assombrar os intelectuais e políticos paranaenses. Não que em Santa Catarina o Acordo tivesse aceitação unânime, mas lá a memória seguiu prioritariamente centrada na guerra em detrimento das antigas pendências territoriais.

E no campo das políticas de memórias os caboclos foram aliados da construção das identidades que sucessivos governos tentaram forjar. O típico, o característico, o “catarinense”, o “paranaense”. Em várias oportunidades as lideranças políticas dos dois estados buscaram uniformizar as populações espalhadas pelos seus respectivos territórios, construir uma identidade homogênea. O que de fato ocorria era tomar a parte pelo todo, uma espécie de metonímia identitária. Ou para usar os termos de Joel Candau, o uso de retóricas holísticas que abraçaram muitas culturas e espaços geográficos com a premissa de que todos, em que pesem as múltiplas características, são perpassados, em maior ou menor grau, por um mesmo conjunto de características que definiriam uma identidade.

Em Santa Catarina a tentativa de maior fôlego esteve relacionada à colonização açoriana, embora nunca isoladamente, tendo que se defender das críticas dos apologistas de outros povos que aportaram no estado em seu processo de colonização. Quando da realização do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, este embate ficou evidente. Com o Congresso reabilitou-se de certa maneira o passado açoriano no litoral catarinense e buscou-se dar a este grupo a primazia da formação do “catarinense” em grande parte de seu território, não por conta de grandes feitos econômicos, mas pela descendência e permanência de hábitos culturais relacionados ao processo de colonização. A relação conflituosa, principalmente no campo discursivo, entre portugueses/açorianos, alemães, italianos e, em menor grau, poloneses, também se fez presente na relação com a migração gaúcha. E na periferia desta discussão surgiu o “homem do Contestado”. Capitaneada pelo interesse de Esperidião Amin bem como pela nova realidade política do país que exigia da parte do futuro governador uma postura diferenciada em face da população menos favorecida, optou por incorporar a defesa e valorização dos antigos caboclos do Contestado na construção do “catarinense típico”. Apesar de sentenciar que o personagem histórico em questão havia sido destruído, relacionou algumas práticas no meio rural e nos valores culturais catarinenses do presente com as antigas reivindicações e ações dos combatentes do Contestado. Apesar de não vingar como elemento de identidade capaz de “abraçar” o estado, continuou sendo propagado por Amin em outros anos e em outros recintos políticos como no Congresso Nacional em 2012, demonstrando

assim que, apesar do uso político em seus dois mandatos em SC, pesava também o interesse particular do ex-governador pelo tema.

No Paraná, além dos “povos” que ajudaram a construir o estado, diferentemente de Santa Catarina, a data de criação do estado também contribuiu para a elaboração de uma identidade. Se a criação da capitania catarinense em 1738 não era usada como elemento de coesão, no Paraná a emancipação política em 1853 foi importante para se forjar o “paranaense”. Até mesmo o dia 19 de dezembro, dia da posse de Zacarias de Góes e Vanconcellos, ganhou representatividade neste processo. Momento marcante neste sentido se deu nos festejos do Centenário de emancipação política em 1953. Uniam-se a data de nascimento do estado e os “povos” que “construíram” o estado. Enfatizou-se um “Paraná diferente” sem escravidão e sem negros. Como em Santa Catarina, produziu-se um antagonismo entre portugueses e alemães, italianos, poloneses e outros. Este antagonismo entre portugueses e demais grupos europeus não se havia verificado em outro período de construção identitária, o Movimento Paranista, de maior vigor no final da década de 1920 e primeira metade da década seguinte.

Nas décadas após os grandes eventos não houve esforços similares ao Congresso de História ou ao Centenário (exceção feita ao “homem do Contestado” na década de 1980). No entanto, de forma difusa, os elementos usados nestes períodos continuaram a ser utilizados quando da edificação de monumentos ou de campanhas de valorização dos estados. O “Paraná tradicional” dos portugueses continuou convivendo com as novas levas de imigrantes, o “Paraná de todas as gentes”. No caso paranaense os caboclos e, mais precisamente, os do Contestado, nem remotamente fizeram parte deste constructo. Em Santa Catarina o açoriano, o alemão, o italiano, entre outros, continuaram sendo invocados em prol de uma união ou como elemento principal de identidade. As secretarias de cultura, conselhos e fundações culturais, além dos Institutos Históricos, não se distanciaram em essência dos elementos de identidade observados no Congresso de História Catarinense e no Centenário paranaense. As memórias históricas continuaram valorizando os “heróis” de outros tempos, os políticos e famílias “pioneiras”, os açorianos, alemães, italianos e poloneses. O mesmo ocorrendo com os processos de tombamento em ambos os estados.

Ocupamos um bom espaço de nossa tese demonstrando e analisando as principais características dos esforços e insistências dos governos estaduais na construção de suas respectivas identidades e memórias históricas apesar de já ser assunto discutido e analisado por outros autores. Esta atenção se deveu ao fato de querermos demonstrar ao leitor quais os principais elementos utilizados nestes constructos e, principalmente, podermos afirmar com

convicção que ao final de tantas tentativas, as tais identidades existiram apenas em suas retóricas. A explanação serviu também para demonstrar quais elementos foram mais utilizados para isso. É inegável a importância dessas levas de imigrantes na construção política, social e cultural dos estados. No entanto, ao tentarem edificar uma identidade única, líderes políticos e intelectuais incorreram no erro de deixar de fora parcela considerável da população. Poder-se-ia afirmar que como essas tentativas ficaram apenas no discurso e não resultaram na tão pretendida identidade então não afetou ninguém. Mas não é bem assim. Ao deixar de lado uma parcela considerável da população, silenciou-se também sua fala. Os sertanejos que tantas vezes foram alvo de decisões arbitrárias destes mesmos apologistas identitários, ficaram de fora da “festa”. E nem mesmo os homenageados imigrantes escaparam a algumas armadilhas da retórica oficial sobre identidade. Nesse processo não está incluso as muitas dificuldades encontradas por alemães, italianos, poloneses, ucranianos etc. em suas labutas para se assentarem por aqui.

Passamos apenas de forma bem incidental por estas questões sociais ao falarmos das “retóricas holísticas”. A dificuldade dos açorianos/portugueses no litoral catarinense e a pobreza reinante na antiga região do Contestado (tão lembrada nos eventos oficiais de 2012) e a Revolta dos Posseiros no oeste do Paraná minaram de forma contundente esta tentativa de edificação identitária. O mesmo ocorreu com parcela considerável dos demais “povos” que por aqui aportaram: solo muitas vezes ruim, doenças e uma pobreza quase irremediável tornaram penosas suas vidas, mas ao final ganharam fotos bonitas e coloridas nas divulgações oficiais.

A territorialidade do Contestado foi distintamente apropriada pelos dois estados. Em Santa Catarina o produto turístico forjado a partir da guerra englobou os atuais municípios no espaço geográfico outrora dominado pelos redutos e movimentações militares. Dependendo da associação de municípios, este espaço se alterou. Se em outros tempos, como vimos na obra de Zélia de Andrade Lemos, de Curitibaanos, ter feito parte da guerra era motivo de tristeza, decepção e vergonha, a partir da década de 1980 tornou-se gradativamente um ativo turístico, um chamariz para os visitantes. Curitibaanos e Três Barras, por exemplo, passaram a exibir em seus portais de acesso dizeres que as vinculavam ao Contestado. No Paraná, apesar de menos divulgado, quando apareceu em museus, documentários, matérias jornalísticas e monumentos, o espaço geográfico foi aquele da Questão de Limites. A guerra foi apresentada como evento histórico que “definiu” a territorialidade do estado, as suas fronteiras.

Ainda na esfera dos discursos oficiais o descompasso entre a retórica dos governos e a historiografia recente ficou bem evidente na 25ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa de

Santa Catarina em 16 de outubro de 2012, por ocasião do Centenário do início da guerra. Mesmo sendo o proponente da sessão especial, o Deputado Antônio Aguiar não foi feliz ao apontar as suas implicações e importância, enfatizando que teria sido uma “página que resultou na integração catarinense”, apontando apenas para elementos territoriais e de identidade. Muito diferente do historiador Fernando Tokarski que, ao tomar a palavra apresentou uma análise mais fundamentada e severa sobre o assunto. O tom crítico e descompassado com a retórica oficial se completou com a colocação do presidente da Academia Catarinense de Letras, Péricles Prade, afirmando que “Hoje nada se comemora. Tragédia não se comemora, evoca-se”. De consenso só o baixo IDH da região do Contestado.

E apesar de os museus não terem sido os principais divulgadores e onde as pesquisas e análises mais se desenvolveram a respeito do Contestado (papel que coube às universidades), o contato direto dessas instituições junto a um público mais amplo (pelo menos em tese), independente da faixa etária e condição econômica, ajudou a divulgar o tema junto a este diversificado público. Em graus diversos como diversas foram também as motivações, muitos dos responsáveis pela formação das coleções e fundação dos museus não se viram totalmente à vontade ao lidar com o assunto, principalmente porque geralmente os revoltosos do Contestado pegaram em armas para enfrentar as famílias “tradicionais” e “pioneiras” destas regiões, quase sempre privilegiadas na construção das memórias locais, o que tornou a correlação entre os vários envolvidos menos evidente do que deveria nestes espaços museológicos. Com a ascensão meteórica da internet a partir de meados da década de 1990 no Brasil, felizmente, estas correlações puderam ser mais facilmente estabelecidas pelos visitantes ávidos por conhecimento que porventura se interessassem pelo Contestado.

No conjunto das instituições analisadas há muito em comum e há as especificidades locais. É lugar comum a presença das famílias tradicionais, representadas por políticos, fazendeiros, militares. A vida campeira, com seus “coronéis” de antes, durante e depois da guerra ficou mais evidente nos museus de Curitiba, Lages e Palmas. A memória do caboclo do Contestado está quase apagada destes museus, só sendo lembrado por meio das armas e facões de pau; em Três Barras, Caçador, no museu da PMPR e no MP (ambos em Curitiba), a guerra, a estrada de ferro e o messianismo matizaram este personagem sertanejo; no museu de David Carneiro há apenas os “fanáticos”; no Irani e principalmente na localidade de Taquaruçu (Fraiburgo) a “voz” cabocla foi em parte ouvida.

Cada instituição particular ou municipal analisada surgiu em períodos que nos ajudam a entendê-los para além da iniciativa de seus fundadores. Além de Curitiba, o museu de Lages, fundado na década de 1960, valorizou prioritariamente os nomes de tradição e

continua fazendo parte desta memória focada nas antigas lideranças campeiras; o crescente interesse pelas pesquisas sobre o Contestado (como em Curitibaanos) também pode ser credencial do museu de Caçador, mas, que ganhou sua sede definitiva em um momento muito específico, a abertura política na década de 1980, caso também do Irani; o museu de Três Barras também surge nesse período, misto de preservação dos “nomes de tradição” e a preocupação em apontar “culpados” como a Lumber e algumas lideranças políticas não pertencentes ao município. Além das contingências, todas estas instituições podem ser estudadas relacionando-as ao processo de valorização das memórias locais em detrimento (mas não oposto) do “nacional”. O museu de David Carneiro, arraigado à “história tradicional” e positivista que ainda vigora nos Institutos Históricos, celebrou o “herói” João Gualberto, assim como o da PMPR, este último, criado ainda no rescaldo dos impactos psicológicos, ideológicos, políticos, econômicos e sociais da Segunda Guerra.

Em relação aos museus estaduais, a receptividade ao tema foi aumentando à medida que as pesquisas acadêmicas e de cunho particular foram se multiplicando. Dentro do período analisado as exposições de curta duração em 2012 foram passos importantes de divulgação e renovação, sobretudo, no MHSC, incorporando a atenção ao caboclo para além da guerra. No MP, que diferentemente do MHSC, possuía exposição de longa duração sobre a guerra, João Gualberto marcou presença na exposição de 2012, mas acompanhado de um enorme banner do “segundo” monge João Maria, personagem que hoje tem mais relevância na memória sobre o Contestado que a do coronel.

E de todos os onze museus, em se tratando estritamente do Contestado, sobressaíram-se o de Caçador e, especialmente, o da localidade de Taquaruçu. No Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, como o próprio nome define, foi além da guerra e da Questão de Limites. Dispondo do maior acervo e com uma expografia que facilitou ao visitante interligar as várias coleções, pois além de contar com um circuito expositivo em uma edificação construída exclusivamente para a instituição (exceção entre os museus analisados), contou com vários suportes de informações. O Museu foi beneficiado ainda com doações como os bonecos da Cia de Teatro Filhos da Lua e do painel de Hassis. Este, aliás, um trabalho artístico que transmite ao visitante, de forma mais contundente que o Museu, os aspectos trágicos das desapropriações e da guerra. Apesar de obras como esta, o Museu ainda mantinha alguns textos e imagens que precisariam ser melhor explicados aos visitantes, como as dúvidas que pairam ainda hoje sobre as fotos dos monges e a “Carta Aberta à Nação”, atribuída a Manoel Alves de Assunção Rocha, o que já foi questionado em várias e recentes pesquisas.

E o Museu do Jagunço, como afirmado, pode ser considerado uma inflexão entre os museus e acervos do Contestado. Privilegiando os personagens locais e suas versões sobre o ocorrido, disponibilizou aos visitantes imagens e depoimentos de sobreviventes e descendentes da guerra em detrimento de fotos de oficiais militares ou de políticos. Sua oficial municipalização não tirou dele a especificidade de suas coleções. Continua a ser a “voz do caboclo” a ecoar em suas salas. O próprio Pedro Felisbino, responsável por formar as coleções, continua frequentando o espaço para contar suas histórias e apresentar os objetos aos visitantes. Mais do que em qualquer outro museu, no período analisado, foi aqui que a afirmação de Benedito Chato de que “Nóis briguemo pra defendê nosso direito, nossa liberdade” ganhou maior projeção. Em termos de contextualização, de historicidade, como apontado acima, a possibilidade de contar com apoio oficial para exposição de tal memória mostrou que pelo menos em determinados lugares e naquele período, havia espaço para outras demandas discursivas, o que era impensável, por exemplo, na primeira metade do século XX. Ao mesmo tempo o Museu disponibilizou novo olhar e nova forma de ver o Contestado.

E se durante décadas houve um silenciamento da guerra como um todo nos museus e na sequência um silenciamento da fala do caboclo, só “autorizada” recentemente, se poderia supor que as lideranças políticas da época, notadamente os governadores, ganhassem espaço destacado nas expografias. No entanto, a prática foi a mesma. Só que neste caso, diferentemente da “ilegitimidade” imposta às memórias caboclas, as expografias preservaram, “blindaram” os “homens-monumento”. Lembrados apenas por conta do Acordo de Limites, não se fez clara relação entre os líderes políticos e as atividades da holding de Farquhar, a campanha militar e a distribuição de armas aos vaqueanos. Neste sentido, silenciar significou manter a aura de personas de irretocável caráter e importância para o desenvolvimento dos respectivos estados. Se de início, na primeira metade do século XX, tal prática não seria estranha tendo em vista a aversão de políticos e intelectuais aos grupos sertanejos, causa estranheza que tal prática se mantenha ainda hoje. Não se trata de achar “culpados” como o fez o Museu de Três Barras, mas de dar ao visitante a oportunidade de conhecer o quanto as decisões desses governantes contribuíram para tornar a região do Contestado ainda mais instável e poderem assim refletir sobre tais decisões. Dificilmente algo assim seria possível antes da década de 1990. Mas a partir daí, desenvolveu-se aceleradamente um ambiente intelectual favorável a um olhar crítico sobre as lideranças políticas do período.

Em matéria de silenciamento ou esquecimento, priorizamos as lideranças políticas do período. Mas é bom lembrar que a curto ou médio prazo é preciso trazer mais claramente para os museus o grau de participação da Igreja, do negro e do índio no Contestado.

E se existiu um personagem respeitado e venerado pelos sertanejos sobre o qual, neste um século, se construiu uma memória isenta de acusações dentro e fora dos museus, este foi o Monge João Maria ou “São João Maria”. Não se sabe exatamente quantos andarilhos percorreram o Contestado se valendo do nome herdado de João Maria de Agostini,⁷¹⁴ o fato é que o personagem surgido dos meandros da memória e relacionado a uma imagem que se tornou icônica,⁷¹⁵ no que se refere às ações públicas, com a autorização ou a participação das autoridades legais (oficiais), extrapolou as paredes dos museus para ganhar monumentos em praças e parques, inclusive ao lado de igrejas católicas, instituição arredia ao personagem em outros tempos. O outrora “desequilibrado” e “fanático” João Maria atingiu uma respeitabilidade inimaginável nas primeiras décadas do século XX.

⁷¹⁴ KARSBURG, Alexandre. **O eremita das Américas**: a odisséia de um peregrino italiano no século XIX. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

⁷¹⁵ SILVA, Luiz Carlos. Do retrato ao signo: a imagem como parte constitutiva de uma crença. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 69-97, jun./dez. 2014.

FONTES:

SANTA CATARINA

Arquivo Público de Santa Catarina:

- Campanha Pró-Monumento Vidal Ramos (1965-1968) – Cx. F.MRV, S1/S4 01/29.
- Mensagens do Governo enviadas a Assembleia Legislativa (1981 a 1987)
- Relatórios do Conselho Estadual de Cultura (1973, 1983 a 1986) e Relatórios do Departamento de Cultura (1962, 1971 a 1974) – Cx. 55.
- Relatórios do Plano Catarinense de Cultura (1972 a 1974), Fundação Catarinense de Cultura (1984 e 1986) e Conselho Estadual de Cultura (1990). – Cx. 56.

Biblioteca Pública de Santa Catarina:

- **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense.** Trabalhos da quarta, quinta e sexta seções, v. 3. Florianópolis: Imprensa Oficial, 195.
- Conselho Estadual de Cultura – Diretrizes para o Plano Anual de Cultura nos períodos de 1979 a 1982 e 1983 a 1986.
- **Jornais:** O Estado (maio/junho de 1930, jan./fev. de 1954 e outubro de 1986), A Gazeta (janeiro de 1954), República (maio/junho de 1930), Diário Catarinense (outubro de 1986).
- Revista Atualidades, edições de outubro, novembro e dezembro de 1948.
- Revistas do IHGSC, de 1900 a 2005.

Biblioteca da Universidade do Contestado (Mafra/SC):

- SANTA CATARINA. **Cadernos de cultura catarinense.** Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura/ IOESC, ano 1, n. 0, jul./set., 1984.

Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina:

- AMIN, Esperidião. **Carta dos catarinenses:** Santa Catarina: um compromisso com o futuro. Florianópolis: IOESC, 1982.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os açorianos.** Florianópolis: Imprensa Oficial. 1951.
- RAMOS. Vidal José de Oliveira. **Os rebeldes do sul:** discursos pronunciados no Senado Federal. Rio de Janeiro: [s.n], 1915.
- SANTA CATARINA. **Catálogo da Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica, realizada na cidade de Florianópolis, por ocasião do Primeiro Congresso Catarinense de História, de 06 a 12 de outubro de 1948.** Florianópolis: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, 1948.

Instituto Histórico de Santa Catarina:

- Revistas do Instituto, de 2005 a 2012.

Museu Histórico Thiago de Castro, Lages/SC:

- Coleções em exposição

- Entrevista com Carla de Souza, coordenadora do museu.

Museu Histórico Antônio Granemann de Souza, Curitiba/SC:

- Coleções em exposição.
- Álbuns de Fotografias
- Atas de reuniões da Comissão Organizadora.
- Livro de doações.
- Histórico do museu.
- Entrevistas com o historiador Sebastião Luiz Alves e com o coordenador, Luiz Antônio Cidral da Costa.

Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, Caçador/SC:

- Coleções em exposição.
- Entrevista com o coordenador, Júlio Corrente.

Museu Histórico de Santa Catarina, Florianópolis/SC:

- Coleções das exposições temporárias.

Museu do Patrimônio de Três Barras:

- Coleções em exposição.
- Entrevistas com a gestora cultural de Canoinhas, Viviane Bueno e com o Cel. Momm, do Centro de Instruções Marechal Hermes em Três Barras.

Museu Monge João Maria, Irani/SC:

- Coleções em exposição.

Museu do Jagunço, Fraiburgo/SC:

- Coleções em exposição.
- Entrevista com Pedro Felisbino.

Internet:

- www-apps.crl.edu/brazil. Mensagens dos governadores às Assembleias – 1912-1917.

PARANÁ

Biblioteca Pública do Paraná:

- **Álbum do Centenário do Paraná (1853-1953):** edição comemorativa da revista A Divulgação. 1953.

- **Homenagem das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia do Parana, a memoria de seu grande bem feitor:** o eminente brasileiro General Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Curitiba: João Haupt & Cia, 1935.
- **Jornais:** O Dia (fev./1935, abr./1959), Diário da Tarde (jan./1914, fev./1935, abr./1959), O Estado do Paraná (abr./1959), Gazeta do Povo (fev./1935, abr./1959).
- MARCHIORARO, Silvia Marize; MEDEIROS, Márcia A. de F. **Transcrição de documentos: Contestado – PR/SC (1855-1856, 1876 a 1880).** Arquivos do Museu Paranaense. Nova Série, História, nº 2. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1992.
- Pasta David Carneiro.
- **Revista Ilustração Brasileira:** edição comemorativa do centenário do Paraná. Ano 44, dezembro de 1953, nº 224.
- SENADO FEDERAL. **O accordo que deu solução á questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catharina:** Discurso proferido pelo Sr. Senador Generoso Marques, em sessão de 26 de julho de 1917, na 2ª discussão da proposição da Camara dos Deputados aprovando o accordo celebrado entre os Estados do Paraná e Santa Catharina para solução da sua questão de limites, p. 24. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.
- TREVISAN, Edilberto. **A gênese do Museu Paranaense (1874-1982):** auspiciosa experiência de aclimação cultural na província. Arquivos do Museu Paranaense. Nova Série / História, nº 1. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação e Cultura, 1976.

Biblioteca da Universidade Federal do Paraná:

- Boletins do IHGEP e IHGPR, de 1953 a 2012.
- MUSEU DAVID CARNEIRO. **Catálogo Museu Coronel David Carneiro: Curitiba - Paraná.** Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ministério da Educação e Saúde), 1940.

Museu Paranaense, Curitiba/PR:

- Coleções em exposição.
- Acervo David Carneiro – Instituições/ Museu David Carneiro – Cx. 5.
- Acervo David Carneiro – Eventos Históricos/Guerra do Contestado – Cx. 26.
- Boletins do Museu Histórico da PMPR – outubro de 1986 a fevereiro de 1987.
- Exposição Guerra do Contestado – 2006 – pacote 1.1.
- FERNANDES, José Loureiro. **Museu Paranaense:** resenha histórica (1876-1936). Curitiba: Museu Paranaense, 1936.
- _____, José Loureiro; NUNES, Marília Duarte. **Oitenta anos de vida do Museu Paranaense.** Curitiba: Museu Paranaense, 1956.
- LEÃO, Agostinho Ermelino de. **Guia do Museu Paranaense.** Impresso por ordem do Exm.º Sr. Dr. Governador do Estado. Curitiba: Typ. da Impressora Paranaense, 1900.
- MARTINS, Romário. **Boletim do Museu Paranaense.** Curitiba: Museu Paranaense, nº 1, 1904.
- PARANÁ. **Relatorio apresentado ao Secretario d' Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrucção Publica, Bento Lamenha Lins pelo diretor do Museu Paranaense Romário Martins, em 1º de janeiro de 1906.** Curitiba: Typ. e lith. a vapor Impressora Paranaense, 1906.

Museu Cel. David Carneiro, Curitiba/PR:

- Como foi fechado em 1994, todas as fontes sobre este museu foram consultadas nas outras instituições paranaenses citadas na relação de fontes. Consultamos também o acervo do Museu Histórico da Lapa/PR.

Museu Histórico da Polícia Militar do Paraná, Curitiba/PR:

- Coleções em exposição.

Museu Histórico José Alexandre Vieira, Palmas/PR:

- Coleções em exposição.
- Livro de registros.
- Entrevista com a coordenadora, Zenilde Uchôa.

Internet:

- www-apps.crl.edu/brazil. Mensagens dos presidentes às Assembleias – 1912-1917.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco: Lapa, 1996.

ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado**. Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 19 e 20 de setembro de 1996.

ALBUQUERQUE, Mario Marcondes de. **Contestado**: distorções e controvérsias. Curitiba: Littero-Técnica, 1987.

ANDRADE, M. C. Formação territorial do Brasil. In: BECKER, B. K. et al. (Orgs.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995 Apud FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. **100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012)**: uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: XII Colóquio Internacional de Geopolítica. Bogotá, 7 a 11 mar/2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AURAS, Marli. **Poder oligárquico catarinense**: da guerra aos “Fanáticos” do Contestado a “opção pelos pequenos”. Tese de Doutorado. PUCSP, São Paulo, 1991.

BAHLS. Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários**: a memória histórica paranaense. Tese (Doutorado). UFPR, Curitiba, 2007.

BAUER, José de Araújo. **Reminiscências**: história de Palmas. 2. ed. rev. Palmas: Kaigangue, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. Tradução: Sérgio Miceli (et. al.). São Paulo: Edusp, 1996.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. In: **Projeto História**, São Paulo, nº 17, nov./98, p. 281-315.

BRUHNS Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina**: discurso, patrimônio e poder (1970 – 1990). Tese (Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2010.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira; PAZ, Francisco Moraes; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50. In: SILVA, Marcos A. da (org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

_____, Oswaldo Rodrigues. **A campanha do Contestado**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis: Editora Laudes, 1970, p. 297.

_____, Oswaldo Rodrigues. **João Maria: interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando Teixeira da Silva et. al. (org). **República, liberalismo, cidadania. Piracicaba**: Ed. Unimep, 2003.

CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CARNEIRO, David. **Ensaio de interpretações morais**. Rio de Janeiro: Athena, 1937.

_____, David. **A história da História do Paraná**: edição comemorativa do 1º centenário da Província e da inauguração da Séde do Centro de Letras do Paraná. Curitiba: Escola Técnica de Curitiba, 1952.

_____, David. **História psicológica do Paraná**. Curitiba: João Haupt & Cia, 1944.

_____, David. **Duas histórias em três vidas: o Tiro Rio Branco através do seu patrono e do seu fundador**. Curitiba: Universal, 1939.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Memórias: dados para a história do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa militar, 1950.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Tarcísio Motta de. **Coerção e Consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2009.

CATROGA, Fernando. Memória e história. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

COSTA, Licurgo. **Um cambalacho político**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade: o Movimento do Contestado**. Curitiba: SAMP. Coleção Teses do Museu Paranaense, 2014.

D'ASSUMPÇÃO, Herculado Teixeira. **A campanha do Contestado: as operações da columna do sul**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1917.

D'Eça, Nuno. **Um casal ilustre**. Florianópolis: Revista Atualidades Editora, 1948.

DUBY, Georges. **O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

EL-KHATIB, Said Mohamad. **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, v.2, 1970.

ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). **A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

_____, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro; VALENTINI, Delmir José. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012)**. Pelotas: Ed. UFPEL, 2012.

_____, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1915)**. Pelotas: Editora UFPEL, 2011.

FACO, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves, (orgs). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

FELIPE, Euclides J. **O último jagunço: folclore na história do Contestado**. Curitiba: Universidade do Contestado, 1995.

FELISBINO, Aleixo; FELISBINO, Eliane. **Voz de caboclo: a saga dos Contestado revivida nas lembranças dos sobreviventes do reduto de Taquaruçu**. Florianópolis: IOESC, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRANÇA, Jandira de Almeida. **A volta das andorinhas: pequenas histórias**. Curitiba: Papelaria Requião, 1963.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Contestado**. Rio de Janeiro: Editora Index, 1987.

GALLO, Ivone Cecília D'Avilla. **O Contestado: o sonho do milênio igualitário**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1999.

GIRARDET, Raul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: a revolta dos posseiros**. 2. ed. Curitiba: Criar, 1987.

GONÇALVES, Janice. Em busca do patrimônio catarinense: tombamentos estaduais em Santa Catarina. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011, s/n.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Coleção Museu, Memória e Cidadania. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, pp. 21-9.

HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: UNESP, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou, 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Tradução: Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ITCF. **Coletânea de mapas históricos do Paraná**: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná. 2. ed. Curitiba: ITCF, 2006.

IPHAN. **Museu Victor Meirelles – 50 anos; catálogo de obras**. Textos de Alcídio Mafra de Souza, Daise Vogel e Regis Mallmann. Apres. Dalmo Vieira Filho e Lourdes Rosseto. Florianópolis: Tempo Editorial, 2012.

JANSSON, Claro. **Relevando o Contestado**: imagens do mais sangrento conflito social do Brasil nas lentes do sueco Claro Jansson. Curitiba: Imprensa Oficial, 2012.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KARSBURG, Alexandre. **O eremita das Américas: a odisséia de um peregrino italiano no século XIX**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014.

LEAL, João. **Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1994.

LEMOS, Zélia de Andrade. **Curitibanos na história do Contestado**. Florianópolis: IOESC, 1977.

LEMOS, Alfredo de Oliveira; LEMOS, Zélia Andrade de. **A história dos fanáticos em Santa Catarina: e parte da minha vida naqueles tempos (1913 – 1916)**. Passo Fundo: Berthier, s/d.

LORENZI, Sérgio de. **Taquaruçu: a pérola do Contestado**. Fraiburgo: Joannei Artes Gráficas, 2003.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov./1998, pp. 63-201.

LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade de nossos caboclos**. Florianópolis, s/ed., 1952.

MACHADO, Daiane Vaiz. **O percurso intelectual de uma personalidade curitibana: David Carneiro**. 2012. Dissertação (Mestrado em História). UFPR.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Sinopse da História Regional do Paraná (a ser publicada pelo Instituto, por ocasião do centenário da Província, em 1953). In: **Separata do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná**. Curitiba, 1951.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912 – 1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MAGALHAES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

MARTINELLO, André Souza. **Insulares Santa Catarina**: construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950 – 1970). Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis, 2012.

MARTINS, Celso. **O Mato do tigre e o campo do gato**: José Fabrício das Neves e o combate do Irani. Florianópolis: Insular, 2007.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra, s/d.

_____, Romário. **Psychologia da placa**. Curitiba: Correia e C., 1900.

MEIRINHO, Jali. **As instituições da cultura catarinense**. Florianópolis: Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1970.

MELO, Cristiane Dias de. **Terra e trabalho**: concepções de direito à terra e reforma agrária na faixa de fronteira de Santa Catarina (1968-1985). Tese de Doutorado. UNICAMP. São Paulo, 2012.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de, et al. Como explorar um museu histórico. **Anais do Museu Paulista** / USP. 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da Memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**: N. Ser. V.2, jan/fev, 1994.

MIRANDA, Alcebiades. **Contestado**. 2. ed. Curitiba: IHGPR, 2012.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: EDUSP, 2011.

MUELLER, Helena Isabel. **Brasil Pinheiro Machado por Brasil Pinheiro Machado**: memórias biográficas. VII Simpósio Nacional de História Cultural. USP, 2014.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. O (des)conhecimento do outro: pensando o “provinciano”. In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (org). **Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras**. Uberlândia: EDUFU, 2005, pp. 349-364.

_____, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro, 1870/1920. São Paulo: Annablume, 1998.

_____, Márcia. Paisagens identitárias e sentimentos de pertencimento. In: BREPOHL, Marion; CAPRARO, André Mendes; GARRAFFONI, Renata Senna (orgs). **Sentimentos na História**: linguagens, práticas, emoções. Curitiba: Ed. UFPR, 2012, p. 209-229.

NETO, Bento Munhoz da Rocha. **O Paraná: ensaios**. Bento Munhoz da Rocha Neto. Curitiba: Coleção Farol do Saber, 1995.

NICOLAS, Maria. **Almas das ruas**. Dicionário de logradouros públicos: cidade de Curitiba, 1º v. Curitiba: Imprensa Oficial, 1977.

_____, Maria. **130 anos de vida parlamentar (1854 – 1984)**: deputados provinciais e estaduais do Paraná. Curitiba: Assembleia Legislativa do Paraná, 1984.

_____, Maria. **Vultos Paranaenses**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, vol. 3, 1958.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. In: **Antíteses**, v. 7, n. 14, jul./dez. 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história da PUC-SP**, nº 10, Dez/93, p. 1-178.

OLIVEIRA, Susan Aparecida de Oliveira. **Guerra do Contestado**: mimesis e políticas da memória. Tese (Doutorado em Literatura), UFSC, Florianópolis, 2006.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PARANÁ. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado**: Episódios e impressões. Rio de Janeiro: s.ed., 1920.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: Ed. da UFSC. Ed. Lunardelli, 1983.

POE Edgar Allan. **Contos de imaginação e mistério**; prefácio de Charles Baudelaire; tradução de Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Tordesilhas, 2012.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**, Vol. 1. Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **La Guerra Sainte au Brésil**: Lê Mouvement messianique du “Contestado”. Tese de doutorado. São Paulo: USP/FFCL, 1957.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado** (1912 – 1916). São Paulo: Civilização Brasileira, 1966.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos. 2004.

ROSA FILHO, João Alves da. **Campanha do Contestado**. (Episódios da História da PMPR, v.2). Curitiba: Associação da Vila Militar, Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

_____, João Alves da. **Combate do Irani**. (Episódios da História da PMPR, v.1). Curitiba: Associação da Vila Militar, Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

_____, João Alves da. **Grandes vultos da corporação: traços biográficos**. Curitiba: [s.n.], 1985.

RICHTER, Fábio Andreas. A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na memória e patrimônio cultural. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História/ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal-RN, de 22 a 26 de julho de 2013.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: A Guerra do Contestado e a modernização do exército brasileiro**. Tese de doutorado, IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

ROMERO, Fernando Antônio da Silva. **Museu do museu: uma crítica do registro da Guerra do Contestado em Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Literatura), UFSC, Florianópolis, 2012.

SANTA CATARINA. **Memórias: General Vieira da Rosa: participação na Guerra do Contestado**. Florianópolis: MPSC, 2012.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova história de Santa Catarina**. Florianópolis: Edição do autor, 1974.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SERPA, Élio Cantalício. A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis, v. 14, n. 20, 1996.

SILVA, Cleto da. **Accordo Paraná-Santa Catarina ou o contestado diante das carabinas**. Curitiba: Graphica Paranaense, 1920.

SILVA, Jaldyr Bhering Faustino da; et.al. **Fundamentos da Cultura Catarinense** (Edição do Departamento de Cultura, da SEC, e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina). Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

SILVA, Luiz Carlos da. Do retrato ao signo: a imagem como parte constitutiva de uma crença. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 8, n. 15, p. 69-97, jun./dez. 2014.

SOUZA, Fredericindo Marés de. **O presidente Carlos Cavalcanti e a revolta do Contestado**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

THOMÉ, Nilson. **A aviação militar no Contestado: réquiem para Kirk**. Caçador, SC: FEARPE, 1986.

_____, Nilson. **Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado**. Florianópolis: Editora Insular, 1999.

_____, Nilson. **Trem de ferro: a ferrovia do Contestado**. Caçador: Imprensa Universal, 1980.

TOMPOROSKI, Alexandre. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940**. Tese de doutorado, UFSC, Florianópolis, 2013.

TONON, Eloy. **Os Monges do Contestado: Permanências históricas de longa duração das predições e rituais no imaginário coletivo**. Tese de doutorado, UFF, Niterói, 2008.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. (Coleção História do Paraná; textos introdutórios). Curitiba: SEED, 2001.

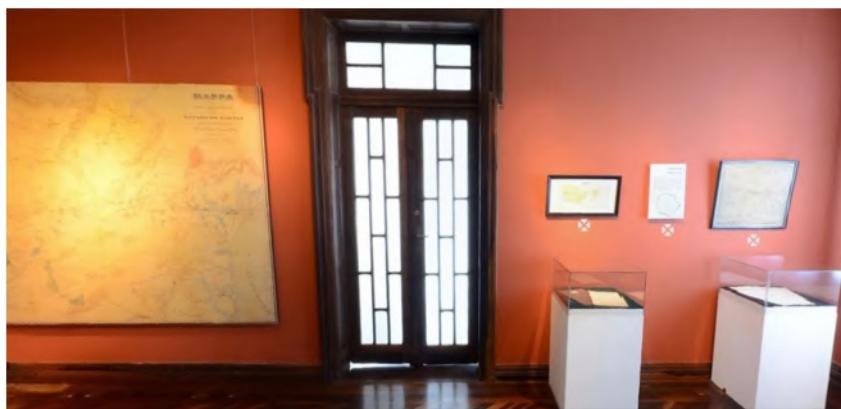
TUCCI, Ugo. Atlas. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 1, memória-história. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

VALENTINI, Delmir. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906 - 1916)**. Tese de doutorado, PUC/RS, Porto Alegre, 2009.

WEHLING, Arno (et.al.). **Cem anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013.

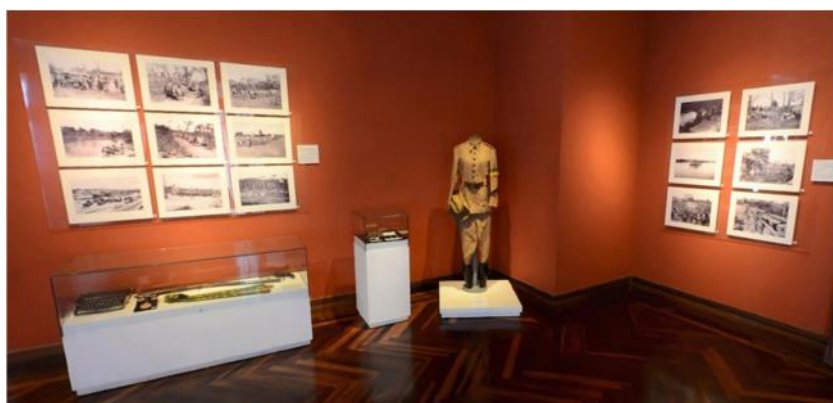
WESTPHALEN, Cecília Maria. **Pequena história do Paraná**. São Paulo: Melhoramentos, 1953. BPPR.

ANEXO 1 – EXPOSIÇÃO “A GUERRA DO CONTESTADO” NO MP, 2012.



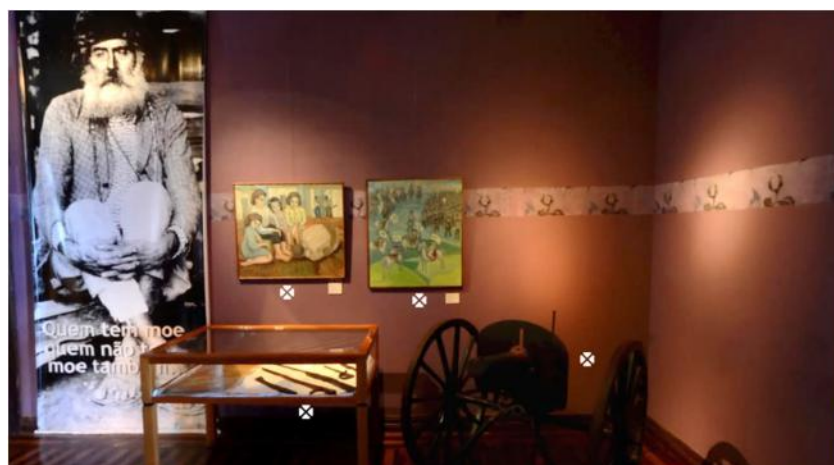
Cartografia e documentos sobre a Questão de Limites e movimentação militar.

Fotografias da campanha militar e fardamento do Tiro Rio Branco



Objetos relacionados ao Cel. João Gualberto: escova de dente, espada, uniforme de cavalaria, livro de comparecimento ao funeral, edição do Diário da Tarde e coroa mortuária.

Imagem relacionada ao segundo monge João Maria, pinturas de Catharina Reichmann, facões, facas e espingarda, metralhadora Maxim.



ANEXO 2 – EXPOSIÇÃO “GUERRA DO CONTESTADO: CEM ANOS DE MEMÓRIAS E NARRATIVAS” NO MHSC, 2012.



Objetos caboclos, o mapa da Questão de Limites e da construção da ferrovia e objetos religiosos.

Nesta imagem sobrepõem-se o primeiro e segundo módulos. Ao fundo, fotos que se repetem nos museus e filme sobre a Lumber.




Lideranças militares, como Matos Costa, arma de fogo x facão de pau e maquete de um dos redutos.

Em primeiro plano, mapa do território catarinense. Veem-se também fotos que apontam para a violência e a clássica imagem do Acordo. Ao fundo, quadros de Catharina Reichmann.



ANEXO 3 – CARTA DO COMANDANTE DO REGIMENTO DE SEGURANÇA DE SANTA CATARINA, JANUÁRIO DE ASSIS CORTE, AO MAJOR HÉLIO FERNANDES.

Gabinete do Chefe de Polícia

 de Santa Catharina

Florianópolis, 26 de Agosto de 1915

M.º Sr. Major Hélio Fernandes

Apresento meus cumprimentos. É portador desta o alferes Roca, que para aqui segue afim de servir na força policial do Tenente João Joaquim. É ele também o portador de 150 cartuchos e 25.000 réis para o armamento de civis que têm de operar contra os bandidos ainda existentes, conforme combinação feita no Rio entre o coronel Schmidt e o general Távora. Dejo meus mais cordiais cumprimentos às diversas instituições ao Tenente João Joaquim, que tem ordem de agir, sob o assumpto, sob o de sua soberana orientação.

O plano consiste em fazer atacar as pequenas ruas civis apovadas pela força policial, mas tudo sob o amparo do exército, afim de ser evitado um processo que poderia ter como consequência o recrutamento desse elemento e o rápido movimento, que tanto sangue ha custado ao glorioso e abnegado exército brasileiro. Enfim, o coronel Schmidt autoriza-me a escrever-lhe, pondo sob a sua proteção as forças catherinenses, confiado no seu patriotismo e na nobilissima tradição

que envolve o seu nome.

Enfim recebo os meus protestos de elevada estima e da mais consideração.

Atenciosamente,
 Januário de Assis Corte